

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**ASSEMBLÉIA DE DEUS NO BRASIL E A
POLÍTICA: UMA LEITURA A PARTIR DO
*MENSAGEIRO DA PAZ***

por
Edson d'Avila

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Sathler-Rosa

Dissertação apresentada em cumprimento parcial
às exigências do Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Religião para obtenção do grau
de Mestre.

São Bernardo do Campo

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

d'Avila, Edson

Assembléia de Deus no Brasil e a política : uma leitura a partir do Mensageiro da paz / Edson d'Avila. São Bernardo do Campo, 2006

189p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião.

Orientação de : Ronaldo Sathler-Rosa

1.Assembléia de Deus – Estudo de caso 2. Protestantismo – Brasil – História 3. Religião e política 4. Eleições presidenciais – Brasil, 2002 5. Mensageiro da paz (Periódico) – Análise de conteúdo I. Título.

CDD 289.94

Mestrado em Ciências da Religião

Área de Práxis Religiosa e Sociedade

Linha de Pesquisa: A ação das Instituições e Movimentos Eclesiais na Sociedade

Tema: Assembléia de Deus no Brasil e a Política: Uma Leitura a Partir do *Mensageiro da Paz*

Mestrando: Edson d'Avila

Data: 26/07/2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo Sathler-Rosa

Professor-Orientador

Prof. Dr. Geoval Jacinto da Silva

Titular — UMESP

Prof. Dr. Francisco Augusto Carmil Catão

Titular — UNISAL

A história mostra que a política é o lugar das contradições que mais tem desafiado a argúcia intelectual, o senso prático e a capacidade de adaptação da Igreja. Em todos os planos, transparecem elas, no curso do processo histórico eclesiástico-civil, ora sob formas moderadas, ora sob formas violentas.

Oscar Figueiredo Lustosa

Para:

Ercílio Pereira d'Avila, Romana Dozza
d'Avila, Eunice d'Avila (*in memoriam*),
Thais Kitzinger d'Avila, Kauer e Kirlian.

Agradecimentos

- À Universidade Metodista de São Paulo, ao Instituto Ecumênico de Pós-Graduação —IEPG e à Secretaria de Pós-Graduação, especialmente à Marcia Leme pelo habitual atendimento exemplar e orientador.
- Ao Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo — CEFET-SP pelo incentivo em Projeto Externo – PJE e seu Diretor Geral, Prof. Dr. Garabed Kenchian pela amizade.
- Ao Prof. Dr Alcino Lopes de Toledo, Diretor Geral da Faculdade Evangélica de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia – FAECAD, pelo apoio à pesquisa junto à Casa Publicadora das Assembléias de Deus — CPAD.
- Ao Prof. Dr. Francisco Augusto Carmil Catão e Prof. Dr. Geoval Jacinto da Silva pela amizade enriquecedora.
- Ao Prof. Dr. James Reaves Farris e Prof. Dr. Leonildo Silveira Campos, pela presteza e atenção ao longo de todo o curso.
- Ao Pr. Elias Teodoro da Primeira Igreja Batista do Pará pelo apoio à pesquisa.
- Ao Saulo de Tarso Cerqueira Baptista pelo companheirismo e por compartilhar suas pesquisas.
- À minha esposa, Thais Kitzinger d’Avila e aos meus filhos, Kauer e Kirlian, que participaram solidariamente na elaboração do trabalho.
- Ao Prof. Dr. Ronaldo Sathler-Rosa, meu orientador, pelo incentivo e estímulo permanentes.

Sumário

Resumo	xxii
Abstract	xxiv
Introdução	26
1 Assembléia de Deus no Brasil	31
<i>1.1 Vingren e o Movimento Pentecostal.....</i>	<i>31</i>
<i>1.2 A Chamada para o Campo Missionário Brasileiro</i>	<i>32</i>
1.2.1 O Encontro com Daniel Berg	33
1.2.2 Vingren e Berg Procuram Uma Igreja Protestante em Solo Brasileiro	34
1.2.3 Cultos de Oração, a Glossolalia e a Expulsão de Vingren e Berg.....	35
1.2.4 Protestantes e Católicos no Pará.....	38
1.2.5 Assembléia de Deus e Assembléias de Deus: Origem do nome	39
<i>1.3 Desenvolvimento da Assembléia de Deus: A Convenção Geral da Assembléia de Deus no Brasil — CGADB</i>	<i>40</i>
1.3.1 O Trabalho Feminino na Igreja Como Fonte de Tensão	41
1.3.2 Expansão da Assembléia de Deus para o Sul e Sudeste.....	43
1.3.3 Autonomia das Igrejas que Constituem a Assembléia de Deus	44
1.3.4 <i>Boa Semente, O Som Alegre e o Mensageiro da Paz.....</i>	<i>45</i>
<i>1.4 Fundação da Casa Publicadora das Assembléias de Deus — CPAD</i>	<i>48</i>
1.5 <i>Revolução Espiritual e Revolução de 30.....</i>	48
1.6 <i>O Grande Cisma: O Ministério de Madureira e a CGADB.....</i>	50

1.6.1	Ministério de Madureira	50
1.6.2	Assembléia de Deus no Rio de Janeiro	50
1.6.3	Expansão do Ministério de Madureira	53
1.6.4	Jornal “O Semeador” Aumenta o Prestígio de Macalão.....	55
1.6.5	Tensão entre Ministérios Aumenta a Partir de 1985	56
1.6.6	29ª AGO de 1989 – Ministério de Madureira é Desligado da CGADB.....	59
1.6.7	Nova Fase da Assembléia de Deus.....	60
1.7	<i>Projeto Político da CGADB</i>	61
1.7.1	Joel Freire Costa	61
1.7.2	Marta Freire Costa.....	62
1.8	<i>Comissão Política da CGADB e o Projeto Cidadania AD Brasil</i>	63
1.8.1	2o Fórum Nacional do Conselho Político da CGADB.....	64
2	O Brasil, Os Pentecostais e a Assembléia de Deus.....	66
2.1	<i>Brasil Império</i>	66
2.1.1	Formação dos Partidos: Liberal e Conservador.....	67
2.1.2	Partido Progressista e Partido Histórico	68
2.1.3	Crise do Segundo Reinado (1870-1889) e o Partido Republicano Paulista — PRP	69
2.1.3.1	Movimento Republicano	69
2.1.3.2	Relações entre o Estado e a Igreja no Segundo Império	70
2.2	<i>Protestantismo no Brasil Imperial</i>	73
2.2.1	Protestantismo de Missão	75
2.2.1.1	Escolas Protestantes.....	76
2.2.1.2	Proselitismo	77
2.2.1.3	Kidder Descreve o Brasil em Livros	77
2.2.1.4	Continuidade do Trabalho Missionário	79
2.2.2	Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro.....	80
2.2.2.1	Protestantismo Continua Ganhando Espaço.....	81
2.2.2.2	Reação do Jornal <i>O Apóstolo</i> ao Avanço do Protestantismo	81
2.2.2.3	Confederados no Brasil	82
2.2.3	Escravocratas Brasileiros – Confederados: Reforço Bem Vindo?.....	83
2.2.3.1	Sociedade Internacional de Imigração.....	85
2.2.3.2	Batalha Pelos Direitos dos Acatólicos.....	86
2.2.3.3	O Fracasso da Imigração dos Confederados.....	87

2.2.4 Os Pentecostais na República dos Estados Unidos do Brasil.....	88
2.2.5 Assembléia de Deus e Congregação Cristã no Brasil.....	89
2.2.5.1 Fatores que Favoreceram os Primeiros Pentecostais no Brasil	89
2.2.5.1.1 Primeira Igreja Batista do Pará.....	91
2.2.6 Movimento Pentecostal nos EUA.....	92
2.3 <i>O Pentecostalismo em Solo Brasileiro</i>	93
2.4 <i>Política Brasileira no Início do Século XX</i>	95
2.4.1 Naturalismo Político e a Política Cristã Integral	95
2.4.1.1 Fé Orientadora da Ação Política.....	96
2.4.1.2 Pré e Pós-milenistas.....	97
3 O Mensageiro da Paz e a Política.....	99
3.1 <i>A Igreja e a Campanha Eleitoral por Paulo Ferreira da Silveira - 1989</i>	101
3.2 <i>1995: O Evangelho Pode Restaurar o Brasil por Leclerc Victor Caitano</i>	103
3.2.1 Aspectos Políticos	103
3.2.2 Eleições de 94, a CGADB e o Mensageiro da Paz.....	104
3.2.2.1 Dimensão Política do Reino de Deus	106
3.2.2.2 O Bem Supremo e a Pluralidade Cultural	107
3.3 <i>Cobertura do Mensageiro da Paz Sobre Fatos Políticos em 1995</i>	107
3.3.1 E o Presidente não falou de Deus por Jeremias do Couto.....	107
3.4 <i>A Assembléia de Deus Presente na Reforma Constitucional</i>	111
3.5 <i>Audiência com Presidente da República Leva Liderança da Assembléia de Deus a Expor Seus Pontos de Vista</i>	112
3.5.1 Sobre Aborto e Homossexualismo	112
3.5.2 Reforma Agrária	112
3.5.3 Plano Econômico.....	112
4 Considerações Finais	113
5 Referências Bibliográficas	116
5.1 <i>Bibliografia Complementar</i>	120
6 Anexos	122

<i>Anexo I: Missionários Suecos em Natal durante a 1ª AGO</i>	123
<i>Anexo II: Hino 149 — Canto do Pescador</i>	124
<i>Anexo III: Projeto Político da CGADB: A Valorização do Voto Evangélico</i>	125
6.1 MANUAL DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA MINISTROS	131
6.2 MANUAL DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA CANDIDATOS	133
<i>Anexo IV: Mensageiro da Paz da 2a Quinzena de Fevereiro de 1935</i>	137
<i>Anexo V: Mensageiro da Paz de Outubro de 1989, p. 23</i>	139
Apêndice A: Mensageiros da Paz de 2001 e 2002, Resumos e Comentários	141
Mensageiros da Paz de 2001:	141
(1 a 15 março, p. 3) – Derrubando o mito da ignorância: Crentes mostram que estão acima do nível de educação do Brasil. Por Nádia Melo, da Redação.....	141
Resumo:	141
(16 a 31 março, p. 15) – Jesus pode reerguer a humanidade. Pastor G. Gomes. Missionário na Índia.....	142
Resumo:	142
Mensageiro da Paz de 01 a 15 de Abril de 2001, Ano 71, n. 1.383	142
(1 a 15 abril, p. 3) – Última festa reunirá 100 mil pessoas: Belém do Pará prepara mega-evento para os 90 anos da Assembléia de Deus. Por Gilda Júlio e Mike Martinelli.....	142
Comentário:	143
Resumo:	143
(1 a 15 abril, p. 4) – Deus seja louvado não sai do papel: Evangélicos fiscalizam constância da frase de louvar a Deus no real.	143
Resumo:	143
(1 a 15 de abril, p. 7) – INSS anistia igrejas evangélicas: Contribuição é suspensa apenas para quem já se regularizou.....	143
Resumo:	143
(1 a 15 de abril, p. 12) – Boicote à Rede Globo / Assessor evangélico em Prefeitura / Imprensa acusa LBV. (<i>Em tempo</i>).....	144
Assessor evangélico em Prefeitura. Texto na íntegra:.....	144
(16 a 30 de abril, p. 12) – Deputados da AD se destacam: Evangélicos defendem na Câmara Federal moralidade no país. Fernando Santana, da Redação.	144
Resumo:	144

(1 a 15 maio, p. 4) – Festa dos 90 anos promete surpresas: Ainda nos preparativos evento já surpreende crentes e autoridades. Por Gilda Júlio e Mike Martinelli, da Redação	145
Resumo:	146
(1 a 15, maio, p. 9) – Portas abertas na rede pública: Estado e município emprestam salas para atividades da Escola Dominical. Por Nádia Mello, da Redação	147
Resumo:	147
(16 a 15 maio, p. 11) – Garotinho dá Bíblia a Fidel	147
Conteúdo na Íntegra:	147
(1 a 15 maio, p. 12) – Dor atormenta brasileiros / Isenção ICMS / Entidades perdem títulos de filantropia. (<i>Em Tempo</i>).....	148
Isenção do ICMS. Texto na íntegra:	148
(1 a 15 jul., p. 3) – Solenidade evangélica no plenário: Câmara dos deputados presta homenagem pelos 90 anos da AD. Por Hosanna Seiffert, free-lancer para o MP.....	148
Resumo:	148
(1 a 15 jul., p. 5) – Quase um Belém de Judá. Por Antônio Mesquita, editor-chefe do MP ..	149
Resumo:	149
(16 a 31 jul., p. 4) – Curas em inauguração de templo: Autoridades reconhecem trabalho social da AD em Mara Rosa	150
Resumo:	150
(16 a 31 jul., p. 5) – Avivamento espiritual na Ciaedespel: Prefeito da cidade aceita Cristo em culto comovente no ginásio. Por Renato Ferreira, free-lancer para o MP.....	150
Resumo:	150
(16 a 31 jul., p. 9) – Igreja evangeliza e força padre mudar: Mesmo com pressão católica romana AD cresce em São Miguel das Matas. Por Gilda Julio, da Redação	151
Resumo:	151
(16 a 31 jul., p. 9) – Aprovada lei que aumenta decibéis: Igrejas poderão cultuar com mais liberdade no município do Rio	151
Resumo:	151
(16 a 31 jul., p. 12) – Prefeitura do Rio derruba templo da AD: Evangélicos cobrem ausência da municipalidade com obras sociais. Por Fernando Santana, da Redação	151
Resumo:	152
(16 a 31 de jul., p. 12) – Igreja assaltada em SP / Sacrifício de criança / Quem paga as reformas católicas? (<i>Em Tempo</i>)	152
Quem paga as reformas católicas? Texto na íntegra:	152

(1 a 15 de ago., p. 3) – Pobreza espiritual leva à miséria: Assembléias de Deus presta socorro aos menos favorecidos do Brasil. Mike Martinelli, da Redação	152
Resumo:	152
Comentários:.....	153
(1 a 15 ago., p. 7) – Evangélicos contra casamento gay: Assembléia de Deus se posiciona contra degradação moral no Brasil. Por Fernando Santana, da Redação	154
Resumo:	154
Comentários:.....	155
(1 a 15 ago., p. 11) – AD em Ipatinga comemora 64 anos do líder: A igreja lidera mais de 200 congregações e atua com dinâmica na área social.....	155
Resumo:	155
(1 a 15 ago., p. 12) – Racionamento altera rotina de cultos: Igrejas buscam alternativas para alcançar a meta de consumo. Por Gilda Julio, da Redação	156
Resumo:	156
(16 a 31 ago., p. 3) – Aprovado o projeto político da CGADB: líderes discutem apoio a parlamentares que sejam tementes a Deus. Por Cláudio Neves, editor do MP	156
Resumo:	156
(16 a 31 ago., p. 4 e 5) – Deputados apóiam projeto da CGADB: Consistência das propostas anima políticos e revela amadurecimento – Alegria e prosperidade só com justiça. Por Cláudio Neves, editor do MP	158
Resumo:	158
Comentários:.....	162
(16 a 31 ago., p. 6) – Por um Brasil temente a Deus. Por Ronaldo Fonseca. (<i>Opinião</i>)	162
Resumo:	162
(1 a 15 set., p. 2) – Mensagem de Paulo ao governador. Por José Wellington Bezerra da Costa. (<i>AD em pauta</i>)	163
Resumo:	163
(1 a 15 set., p. 9) – AD em SC apóia projeto político: Pastor Nirton Santos fala sobre a proposta da CGADB.....	163
Resumo:	163
Mensageiro da Paz de 1 a 15 de outubro de 2001, ano 71, n. 1395	164
(1 a 15 out., p. 8) – Pastor recebe título de Cidadão Paulistano	164
Reportagem na Íntegra:	164
(1 a 15 nov., p. 3) – Editorial Patmos já está em toda AL: Novo Conselho e estatuto são definidos para dinamizar o alcance mundial.	164

Resumo:.....	164
(1 a 15 de nov., p. 8) – Ceader discute projeto político: Assembléia aprova nomes de pastores à candidatura política de 2002.....	165
Texto na Íntegra:.....	165
Mensageiros da Paz de 2002:	166
(jan., p. 3) – Semana Nacional de Oração: Líderes da AD em todo o Brasil convocam suas igrejas para a campanha. Por Fernando Santana, da Redação.....	166
Resumo:.....	166
(fev., p. 8) – AD inaugura templo com mutirão de fé: Igreja promoveu campanha bem-sucedida para angariar recursos.....	166
Resumo:.....	166
(fev., p. 9) – Dia da Bíblia festejado com conversões: Crentes saem às praças pregando o Evangelho e distribuem MP especial.....	167
Resumo:.....	167
(março, p. 4) – Mensagem que transforma vidas: A positiva influência evangélica transformando vidas no Brasil e no mundo.....	167
Resumo:.....	167
(maio, p. 3) – Penitenciárias que libertam detentos: Presos são recuperados e ressocializados pelo poder do Evangelho.....	169
Resumo:.....	169
(maio, p. 4 e 5) – A figueira divide o mundo: Teólogos debatem maior conflito judeu-palestino dos últimos anos.....	169
Resumo:.....	170
(Jun., p. 2) – Deus quer libertar o Brasil. (<i>Editorial</i>).....	170
Resumo:.....	170
(jun., p. 3) – Igreja, família e país são alvos de oração: Convenção Geral define programação para Semana Nacional de Oração.....	170
Resumo:.....	170
(jun., p. 4 e 5) – Somos mais de 26 milhões no Brasil: Estudos confirmariam o Rio como primeiro Estado de maioria evangélica. (Matéria de Capa).....	171
Resumo pelo MP:	171
(jun., p. 6) – Prudência é bíblica / Liberal / Oração / Fórum Político / Censo / Garotinho / Ibad – Jovem 2002. (<i>Entrelinhas</i>).....	171
Liberal. Textos na Íntegra:.....	171
Fórum político. Texto na Íntegra:.....	172

Garotinho. Texto na Íntegra:	172
(jun., p. 7) – Convenções discutem eleições 2002: Reuniões convencionais definem apoio a candidatos evangélicos	172
Resumo:	172
(jun., p. 15) – Integridade <i>versus</i> corrupção. Por Elienai Cabral. (<i>Últimos Dias</i>).....	172
Resumo:	172
Mensageiro da Paz de Julho de 2002, Ano 71, n. 1.406.....	173
Resumo pelo MP:	173
Comentário sobre a foto:	173
Chamada na capa: Carta rechaça apoio de FHC.....	173
(jul., p. 2) – Somos todos eleitores. (<i>AD em pauta</i>)	173
Texto na Íntegra:.....	173
(jul., p. 3) – Apoio a Garotinho agora é oficial: líderes de várias partes do país prestigiaram a reunião em Brasília. Por Antonio Mesquita, editor-chefe. (<i>Destaque</i>)	175
Resumo:	175
(jul., p. 6) – Malhar em ferro frio / Por isso não vai pra frente / Contra ou a favor? / Elad em Setembro / Livro histórico. (<i>Entrelinhas</i>).....	175
Contra ou a favor? Texto na Íntegra:.....	175
(jul., p. 2 e 3, esp.) – Presidente da CGADB reprova apoio do FHC à união civil de homossexuais.....	176
Texto na Íntegra:.....	176
(ago., p. 6) – Política e Religião (<i>Cartas dos Leitores</i>).....	177
Texto na Íntegra:.....	177
(ago., p. 15) – A relação entre Igreja e Estado. Por Elienai Cabral. (<i>Últimos Dias</i>).....	178
Resumo:	178
(set., p. 2) – Eleição Histórica. (<i>Editorial</i>)	178
Resumo:	178
(set., p. 2) – Paz para o Brazil. Por José Wellington Bezerra da Costa. (<i>AD em pauta</i>).	178
Resumo:	178
(set., p. 4 e 5) – Evangélicos podem decidir eleições: líderes condenam apoio a aborto e à união civil de homossexuais. (<i>Matéria de Capa</i>)	179
Resumo:	179
(set., p. 6) – Águas e ameaças / Cochilo em Brasília / Deus de vidro / Vale tudo? (<i>Entrelinhas</i>)	180
.....	180
Cochilo em Brasília. Texto na Íntegra:.....	180

Vale tudo. Texto na Íntegra:	180
(set., p. 6) – Eleições. (<i>Cartas</i>)	180
Texto na Íntegra:.....	180
(set., p. 8) AD em Campinas investe na área social: Pastor Paulo Freire Costa recebe título de cidadão campineiro.....	181
Resumo:	181
(out., p. 7) – A Comissão Política da CGADB, com a participação das comissões e convenções estaduais, recomenda os seguintes nomes para as eleições de 2002.....	181
Comentário:	181
Mensageiro da Paz de Novembro de 2002, Ano 71, n. 1.410	181
Reportagem de Capa: Bancada Evangélica	182
(nov., p. 3) – SP reúne líderes da América Latina: Com 3,6 mil obreiros AD em Belenzinho realiza sua maior Escola Bíblica. Por Antonio Mesquita, editor-chefe.....	182
Resumo:	182
(nov., p. 7) – Evangélicos têm a quinta maior bancada: Assembléias de Deus elegem 15 deputados federais e 21 estaduais.....	182
Resumo:	183
(nov., p. 9) – Bahia comemora feriado evangélico: Municípios baianos investem na divulgação da cultura protestante.	183
Resumo:	183
Mensageiro da Paz de Novembro de 2002, Ano 71, n. 1.410, Encarte Especial	184
(dez., p. 6) – Eleições. (<i>Cartas</i>).....	184
Texto na Íntegra:.....	184
(dez., p. 8) – Potiguares têm vice-governador da AD: CGADB confirma 21 deputados federais e 29 estaduais eleitos pela AD	184
Resumo:	184
(dez., p. 15) – Abismo entre nações. Por Aías Franco e Edson d’Avila	184
Resumo:	184

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEC — Associação Brasileira dos Escritores Cristãos. Fundada em 20 de junho de 1988, na cidade de São Paulo.

<http://abec.com.br/interna.asp?idCliente=35&acao=materia&id=7509>

AEBA — Associação Evangélica Beneficente Pró-África. Entidade interdenominacional fundada em 1992.

AELEB — Academia Evangélica de Letras do Brasil. Situada na Av. Marechal Floriano, 143/1306 Rio de Janeiro, RJ, 20.080-000.

AD — Assembléia de Deus.

APEC — Associação pró-evangelização de crianças. Fundada em 1937, nos EUA, pelo Rev. Jesse Irvin Overholtzer. A Apec se estabeleceu no Brasil em 1941. <http://www.apec.com.br/>.

AGO — Assembléia Geral Ordinária das Assembléias de Deus no Brasil.

ASSIAPERJ — Associação das Igrejas Atuantes nos Presídios do Rio de Janeiro.

CADEESO — Convenção das Assembléias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros

CADESGO — Convenção das Assembléias de Deus no Estado de Goiás

CADEVRE — Catedral das Assembléias De Deus De Volta Redonda – RJ, Ministério de Madureira.

CAPED — Curso de Aperfeiçoamento de Professores da Escola Dominical da CPAD. Fundado pelo pastor Antonio Gilberto, na Assembléia de Deus de São Cristóvão, RJ.

CEADAM — Convenção Estadual da Assembléia de Deus no Amazonas.

CEADDIF — Convenção Evangélica das Assembléias de Deus no Distrito Federal

CEADEB — Convenção Estadual das Assembléias de Deus na Bahia.

CEADEP — Convenção Evangélica das ADs no Estado do Piauí.

CEADER — Convenção Evangélica das Assembléias de Deus no Estado do Rio de Janeiro.

CEC — Conselho de Educação e Cultura da Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (CIADESCP).

CECRE — Conselho de Educação e Cultura Religiosa da CGADB.

CEDADER – Convenção Estadual das Assembléias de Deus no Estado de Roraima

CEMADAC — Convenção Estadual dos Ministros das Assembléias de Deus no Acre

CEMADERN — Convenção das Assembléias de Deus do Rio Grande do Norte

CEMADERON — Convenção Estadual dos Ministros das Assembléias de Deus no Estado de Rondônia

CEMADES — Convenção Evangélica dos Ministros das Assembléias de Deus do Estado do Espírito Santo

CEMEADAP — Convenção Estadual dos Ministros das Igrejas Evangélicas Assembléias de Deus no Estado do Amapá

CEMIEADMG — Convenção Estadual dos Ministros das Igrejas Evangélicas Assembléias de Deus no Brasil em Minas Gerais

CGADB — Convenção Geral das Assembléias de Deus No Brasil

CIADEP — Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléias de Deus no Estado do Paraná

CIADESCP — Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

CIADSETA – Convenção Interestadual das Assembléias de Deus do Seta.

CIAPADERGS — Convenção dos Pastores das Igrejas Evangélicas da Assembléia de Deus no Estado do Rio Grande do Sul

CIEADESPEL — Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléias de Deus no Estado de São Paulo e Estados Limítrofes.

CIMADECE — Convenção Fraternal de Obreiros do Ministério da Assembléia de Deus de Fortaleza – CE

CNMEADMIF — Convenção Nacional de Ministros Evangélicos das Assembléias de Deus de Madureira e Igrejas Filiadas.

COFINS — Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Instituída pela Lei Complementar 70 de 30/12/1991 e é, atualmente, regida pela Lei 9.718/98.

COMADALPE — Convenção de Ministros Evangélicos da Igreja Assembléia de Deus em Abreu e Lima no Estado de Pernambuco.

COMADEBEG — Convenção dos Ministros das Assembléias de Deus de Brasília e Goiás.

COMADECE — Convenção de Ministros das Igrejas Evangélicas das Assembléias de Deus em Bela Vista, Fortaleza.

COMADEJA — Convenção de Ministros das Assembléias de Deus de Língua Portuguesa no Japão. http://www.cgadb.com.br/p_convencoesregionais.htm.

COMADEMAT — Convenção dos Ministros das Assembléias de Deus no Estado do Mato Grosso.

COMADEMG — Convenção dos Ministros das Assembléias de Deus no Estado de Minas Gerais.

COMADEMS — Convenção dos Ministros das Assembléias de Deus no Estado do Mato Grosso do Sul.

COMADEP — Convenção de Ministros das Assembléias de Deus no Estado da Paraíba.

COMADEPLAN — Convenção dos Ministros Evangélicos das Assembléias de Deus do Planalto Central.

COMADERJ — Convenção dos Ministros das Assembléias de Deus do Estado do Rio de Janeiro.

COMADERN — Convenção de Ministros Evangélicos da Assembléia de Deus do Rio Grande do Norte.

COMADESPE — Convenção dos Ministros das Assembléias de Deus no Estado de São Paulo.

COMADETRIM — Convenção dos Ministros das Assembléias de Deus no Triângulo Mineiro

COMADVARDADO — Convenção dos Ministros das Assembléias de Deus do Vale do Rio Doce e Outros.

COMEAD-CGPB — Convenção de Ministros da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Campina Grande e no Estado da Paraíba

COMOESPO — Convenção dos Ministros Ortodoxos das Assembléias de Deus do Estado de São Paulo.

CONADEP — Convenção das Assembléias de Deus de Pernambuco.

CONAMAD — Convenção Nacional de Ministros das Assembléias de Deus no Brasil. Antigo Ministério de Madureira. Reconhecida internacionalmente no contexto das Assembléias de Deus (Cabral, 2002, p. 149).

CONEADESE — Convenção Estadual das Assembléias de Deus no Estado de Sergipe

CONFRADEB-EUA — Convenção Fraternal dos Ministros das Assembléias de Deus Brasileiras nos E.U.A.

CONFRADECE — Convenção Fraternal de Ministros das Assembléias de Deus do Estado do Ceará.

CONFRADERJ — Convenção Fraternal das Assembléias de Deus no Estado do Rio de Janeiro.

CONFRADESP — Convenção Fraternal e Interestadual das Assembléias de Deus no Ministério do Belém – SP.

CONFRAMADEGO — Convenção Fraternal dos Ministros das Assembléias de Deus no Estado de Goiás.

CONFRATER — Convenção Fraternal dos Ministros das Assembléias de Deus no Estado do Espírito Santo.

CPAD – Casa Publicadora da Assembléia de Deus.

DEOPS — Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda.

EBO — Escola Bíblica de Obreiros.

EEDUC — Encontro de Educadores Cristãos. O II Eeduc foi realizado em 2001 na Universidade Contestado, em Caçador, SC. O VI Eeduc foi realizado em março de 2006 na Universidade Comunitária Regional de Chapecó, SC — UNOCHAPECÓ.

EETAD — Escola de Educação Teológica das Assembléias de Deus. Fundada em 1976 por Bernhard Johnson. Com sede em Campinas, SP, se consolidou em 1979, com o lançamento do Curso Básico em Teologia. <http://www.eetad.com.br/v3/prbernhard.htm>.

ELAD — Encontro de Líderes das Assembléias de Deus, criado em 1979. A Sigla EMAD foi substituída por ELAD em abril de 1985. Com a mudança iniciou-se nova contagem. O 3º EMAD aconteceu em João Pessoa, PB em outubro de 1984. Em abril de 1985 se realiza o 1º ELAD.

EMAD — Escola de Missões das ADs, situada no Município de Campo Limpo Paulista, SP. <http://www.emad.org.br/emad/default.html>.

1. Encontro de Ministros das Assembléias de Deus. Criado em 1980. Atualmente chama-se **ELAD**.
2. Escola de Missões das Assembléias de Deus. Criada durante a 29ª AGO, também chamada de 1ª AGE (Daniel, 2004, p. 528). Sobre os objetivos da Emad, relata Daniel:

Foi aprovado pelos convencionais o curso da Emad teria, entre outros objetivo, “a finalidade de preparar os missionários através de treinamento transcultural, espiritual e filosófico, no sentido de integrá-los à filosofia de Missões das Assembléias de Deus”. A Emad seria também “aberta a todas as igrejas das Assembléias de Deus e outras que sejam reconhecidas pela CGADB”. Na época, a medida foi considerada “uma decisão pioneira que vai ensejar a revitalização da obra missionária em nossas igrejas e situar a Assembléia de Deus no Brasil na vanguarda da evangelização mundial”.

FAECAD — Faculdade Evangélica de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia da CGADB. Endereço eletrônico: <http://www.faecad.com.br/reitoria.htm>.

FAETAD - Faculdade de Educação Teológica das Assembléias de Deus. Fundada em 1987 por Bernhard Johnson. Com sede em Campinas oferece o Curso Médio em Teologia e o Bacharel em Teologia.

FAETEL — Faculdade Teológica de Ciências Humanas e Sociais Logos. Endereço eletrônico: <http://www.fael.com.br/>.

FATEFIG — Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel. 1ª Faculdade das ADs a ser credenciada pelo MEC.

IBAD — Instituto Bíblico das Assembléias de Deus. Fundado no dia 15 de outubro de 1958, pelo casal de missionários, pastor João Kolenda Lemos e a missionária Ruth Doris Lemos que se mantêm ativos no corpo docente. Está situado em Pindamonhangaba, SP. <http://www.ibad.com.br/teste.html>.

IBP — Instituto Bíblico Pentecostal. Fundado em 1961 por Lawrence Olson. <http://www.ibprj.com.br/>.

ICI — Instituto de Correspondência Internacional. Fundado em 1972 pelo missionário norte-americano Bernhard Johnson e começou suas atividades com a chegada ao Brasil de David Harrison e sua esposa Sherri. <http://www.ibprj.com.br/historia.htm>.

ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) é de competência dos Estados e do Distrito Federal. Sua regulamentação constitucional está prevista na Lei Complementar 87/1996 (a chamada “Lei Kandir”), alterada posteriormente pelas Leis Complementares 92/97, 99/99 e 102/2000. Fonte: <http://www.portaltributario.com.br/tributos/icms.html>.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Autarquia federal vinculado ao Ministério da Previdência Social. Instituído com fundamento no disposto no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5513.htm.

MP — Jornal Mensageiro da Paz.

PDT — Partido Democrático Trabalhista.

PFL — Partido da Frente Liberal.

PIBP — Primeira Igreja Batista em Belém do Pará.

PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PP — Partido Progressista.

PSDB — Partido da Social Democracia Brasileira.

PSB — Partido Socialista Brasileiro.

PV — Partido Verde.

SEMANI — Secretaria Nacional de Missões da CGADB. Fundada em 1975 “com a finalidade de estruturar o trabalho missionário das Assembléias de Deus no Brasil, dentro do território nacional e no exterior e credenciar os missionários enviados por suas igrejas”.
http://www.senami.com.br/quem_somos.htm.

SETA — Serviço de Evangelização das Regiões do Tocantins e Araguaia no Estado do Tocantins e Igrejas Vinculada. Fundado no dia 25 de Abril de 1948 pelo pastor Armando Chaves Cohen. <http://ciadseta.com.br/historia.htm>.

SIREM — Simpósio Regional de Esposas de Ministros em Jandira SP. O segundo Sirem ocorreu no mês de maio de 2001 em Jandira, SP, sob a direção de Ercilia Domingos Rodrigues, esposa do pastor Samuel Rodrigues — líder da AD em Jandira.

UFADEB — União Feminina das Assembléias de Deus no Brasil.

UFADEJ — União Feminina das ADs no Japão.

UFADERJ – União Feminina das Assembléias de Deus do Rio de Janeiro.

UEMADERN — União de Esposas de Ministros da Assembléia de Deus do Rio Grande do Norte.

UMADER — União de Mocidade das Assembléias de Deus do Estado do Rio de Janeiro. O pastor Oziel de Paula foi o fundador da UMADEMC - 1ª sigla da União de Mocidade.
http://www.ademc.com.br/quem_somos.htm.

UNEMAD — União de Esposas de Ministros da AD.

Resumo

O presente trabalho apresenta a inserção do pentecostalismo no Brasil pela Assembléia de Deus, AD, em um contexto social, religioso e político que facultou sua consolidação em solo brasileiro. A pesquisa busca no encadeamento de fatos e circunstâncias estudadas a partir do Brasil colônia o pano de fundo sobre os quais se desenvolve o protestantismo de colonização, de missão e finalmente o pentecostalismo.

A pesquisa destaca ainda que com uma visão pré-milenista, os pioneiros da Assembléia de Deus no Brasil enfatizaram a proximidade da Grande Tribulação. Como consequência do aspecto pré-milenista, a ênfase das pregações e da ação pastoral da AD estava na “salvação de almas”, quantas fossem possível. As reformas sociais e o engajamento político foram deixados de lado.

A indagação quais os discursos religiosos e seculares veiculados no Jornal *Mensageiro da Paz* para sustentar a práxis religiosa e os posicionamentos que a Igreja assumiu em relação à política partidária a partir de 1986, ajudou a revelar uma mudança de práxis religiosa e a visão que as lideranças da AD têm sobre o papel da política na transformação social e nos problemas brasileiros.

A presente investigação revela ainda que o *Mensageiro da Paz* não foi utilizado sistematicamente para propagação, educação ou como instrumento político até o ano de 2000. A partir deste ano verifica-se um espaço crescente com retóricas políticas. Quais os discursos políticos que se empenham em legitimar o envolvimento da Assembléia de Deus no cenário político partidário brasileiro? Como se articulam para mobilizar os assembleianos a votarem nos candidatos escolhidos pela Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil,

CGADB. A investigação nos *Mensageiros da Paz* permitiu, ainda, classificar os discursos políticos veiculados segundo uma tipologia político-militante ou político teórico.

Abstract

This work presents the insertion of Pentecostalism in Brazil by the Assembly of God, in following referred to as AG, in a social, religious and political context that allowed for its consolidation in Brazilian soil. This research seeks to understand the linkage of the facts and circumstances studied starting with the colony in Brazil, the background of which originates in the Protestantism of colonization, of mission and finally Pentecostalism.

The research highlights that by having a pre-milenist vision, the pioneers of the Assembly of God in Brazil emphasized the proximity of the Great Tribulation. As a consequence of the pre-milenist aspect, the emphasis on preaching and the pastoral action of AG was in the “salvation of souls”, as many as possible. Social reforms and political engagement were left aside.

The basic inquiry is focused on the following two question: Which religious and secular discourses transmitted in the Journal "Mensagem da Paz" sustain the religious praxis and the position that the Church assumed in relation to political parties from 1986? Do these texts reveal a change in the religious praxis and the vision that the leaderships of AG have regarding politics, social transformation, and confronting Brazilian problems?

The present investigation reveals that "Mensagem da Paz" was not used systematically for propagation, education or as a political instrument until the year 2000. Starting with this year a growing space for political rhetoric is verified. What are the political discourses that seek to legitimate the involvement of the Assembly of God in the political scenery in Brazil? How do they articulate the mobilization of the Assembly of God members in terms of voting for chosen candidates for the General Convention of the Assemblies of God in Brazil, GCAGB? The investigation in "Mensagem da Paz" allowed, further, the

classification of the political discourses transmitted according to a typology political-militant or political theoretical.

Introdução

É cada dia mais comum o interesse da sociedade brasileira sobre o envolvimento dos evangélicos na política partidária. Como reflexo desse interesse, aumenta o número de matérias, em jornais que circulam pelo país, que tratam do assunto. Dentre os evangélicos a Assembléia de Deus, AD, é a igreja com maior número de membros, logo se destaca também quando o assunto é eleição. Em abril de 2001, por exemplo, a AD ganha destaque na matéria de Elvira Lobato para a Folha de São Paulo¹. Sob o título: *Assembléia de Deus aprova plano para eleições de 2002*, a autora chega a afirmar que o plano desenvolvido pela CGADB coloca a Assembléia de Deus em um novo patamar: “o da ação política organizada”.

Chama a atenção o fato de que historicamente a Assembléia de Deus não se envolvia com a política partidária brasileira. Observa-se nos diários dos fundadores da AD e nas páginas do *Mensageiro da Paz*, desde sua fundação até 1986, que a AD, pouca ou nenhuma atenção deu ao cenário político nacional. O foco da AD está na teologia clássica do final do século XIX, pré-milenista, que foca a obrigação de todo cristão em ganhar almas, e não na luta por reformas sociais. A política partidária não se enquadra na teologia clássica pentecostalista e certamente não era a visão de seus fundadores no Brasil. Posição claramente defendida por Berg quando afirma que não tinha qualquer interesse por política. A partir de 1986, porém, a AD assume uma postura diferente quando avalia que tem potencial para colocar um representante de cada Estado no Congresso Nacional.

Já em 2001 a CGADB avança em suas preensões políticas e o MP apresenta, em suas páginas, Garotinho para presidente da República. O Jornal oferece, ainda, uma lista de

¹ Folha de São Paulo, 04-08-2001, p. A6, 4/8.

candidatos às Assembléias Legislativas, a Câmara dos Deputados e ao Senado. Segundo o MP, candidatos dignos do voto do assembleiano.

A AD passa então a reconhecer seu capital eleitoral, sua estrutura midiática e se mobiliza para convertê-lo em poder político. Pastor José Wellington em entrevista à Elvira Lobato reconhece o valor do voto assembleiano:

O pastor Wellington disse que a igreja não ajudará financeiramente as campanhas. "Temos o material mais valioso, que é o voto", afirmou. Na avaliação dele, as Assembléias de Deus têm pelo menos 10 milhões de fiéis eleitores. Mesmo que não entrem com dinheiro, as Assembléias de Deus poderão ajudar seus candidatos por outro meio importante: sua extensa rede de rádios espalhada pelo país afora. Os pastores admitem que há cerca de 70 rádios pertencentes a fiéis da igreja. Além das rádios, há a TV RBN (Rede Boas Novas), de Belém, que tem 40 retransmissoras. A programação da TV pode ser captada por parabólicas, pelo sistema de transmissão por satélite JesusSat (Folha de São Paulo, 04-08-2001, p. A6, 4/8).

Chama a atenção, igualmente, o fato de que o líder máximo da AD não tenha se referido, na entrevista que concedeu à Folha de São Paulo, ao *Mensageiro da Paz*, e que a repórter não tenha atentado a este importante meio de comunicação da AD. O MP tem uma tiragem mensal da ordem de 300 mil exemplares² que circula por todo o Brasil e passa pelas mãos de toda a liderança assembleiana que é formadora de opinião junto à sua membresia.

A expressão da Assembléia de Deus no meio evangélico e sua influência política nacional, através de seus políticos eleitos pela igreja, somada à sua capacidade de articulação e seus meios de comunicação apontam para a relevância da presente pesquisa.

O presente trabalho de pesquisa através da análise do discurso em matérias do jornal *Mensageiro da Paz*, fez uma análise crítica que busca entender como se articulam os discursos políticos que se empenham em legitimar o envolvimento da Assembléia de Deus no cenário político partidário brasileiro e, ao mesmo tempo, mobilizar os assembleianos a votarem nos candidatos escolhidos pela Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, CGADB. A investigação nos *Mensageiros da Paz* pretende, ainda, classificar os discursos políticos veiculados segundo uma tipologia político-militante ou político teórico.

São ainda objetivos específicos: estudar a origem histórica, o surgimento e desenvolvimento no Brasil do pentecostalismo. O contexto político e religioso em que o

protestantismo se desenvolveu no Brasil, a fim de contextualizar a AD no cenário religioso e político nacional.

A Assembléia de Deus no Brasil, fundada há 94 anos, possui mais 8 milhões de adeptos, quase 5% da população brasileira. Trata-se de uma igreja de extensão nacional. Está espalhada por todo o território nacional. Para enfatizar tal grau de capilaridade, os assembleianos utilizam o slogan: “No Brasil uma cidade só é cidade se tiver Correios, Banco do Brasil e Assembléia de Deus”.

Desde 1986 a AD vem ganhando espaço na política partidária brasileira com a apresentação de candidatos oficiais (Freston, 1993). Em 2001 foi criado o Conselho Político Nacional³. Trata-se de um movimento ordenado de penetração na política brasileira que foi claramente sinalizado em 1986: “A nossa igreja tem potencial para colocar um representante de cada Estado no Parlamento” (*Mensageiro da Paz*).

O *Mensageiro da Paz*, MP, é o órgão oficial de divulgação da Assembléia de Deus no Brasil. Circula em todo o território nacional com aproximadamente 300 mil exemplares mês. Trata-se de um importante formador de opinião no meio assembleiano lido por expressiva maioria da liderança da AD.

As matérias selecionadas para subsidiar a pesquisa foram veiculadas no MP no período entre 2001 e 2002. Neste período a Convenção Geral das Assembléias de Deus criou uma Comissão Política, desenvolveu um projeto político e mobilizou a igreja para aumentar o número de parlamentares atuantes no cenário político brasileiro, especialmente na bancada assembleiana na Câmara dos Deputados. Na 35^a AGO, no dia 18 de janeiro de 2001, foi criada a Comissão política para tratar do projeto sócio-político da CGADB (Daniel, 2004, p. 634) e, especialmente para desenvolver um plano de mobilização dos assembleianos para as eleições de 2002, em que os brasileiros escolheram através do voto, o Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Estaduais.

² Informação obtida do endereço eletrônico da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, CGADB: http://www.cgadb.com.br/p_publicacoes.htm

³ Até dezembro de 2002 encontra-se o termo Comissão Política da CGADB. Em agosto de 2003 já se encontra o termo Conselho Político Nacional da Convenção Geral da Assembléia de Deus no Brasil.

A partir do método histórico e tipológico, o projeto de pesquisa tem os seguintes passos:

Foi feito um levantamento documental e bibliográfico da história da inserção da Assembléia de Deus no Brasil. Foi criado um anexo com todos os títulos das matérias contidas nos jornais *Mensageiro da Paz* dentro do período estudado. Apresentou-se o mês do jornal, a página, o autor e sua qualificação, bem como, o título das fotos que acompanham cada matéria. As matérias selecionadas para serem analisadas receberam um resumo, acrescido em alguns casos por comentário. A pesquisa utilizou-se da bibliografia disponível sobre o protestantismo no Brasil, história do Brasil, análise do discurso, diários dos fundadores, os jornais *Mensageiro da Paz* e documentos da Primeira Igreja Batista no Pará.

Foram analisados os discursos veiculados no *Mensageiro da Paz* no período de janeiro de 2001 à dezembro de 2002, em um total de 27 jornais. Após análise os discursos, foram classificados segundo a tipologia apresentada por Osakabe como sendo de caráter político de natureza teórica e/ou de natureza político-militante (religioso-eleitoral). Para Osakabe (2002), a argumentação e o discurso político podem ser classificados de acordo com uma tipologia do discurso político-militante ou discurso político-teórico. De acordo Osakabe (2002) um discurso visa edificar ou persuadir, ou seja, enquanto um discurso de natureza político-militante realiza um ato de persuasão o discurso político de natureza teórica realiza um ato de convicção. O discurso de natureza político-militante também será chamado de religioso-eleitoral.

O primeiro capítulo apresenta a trajetória histórica da Igreja Assembléia de Deus no Brasil e dos pioneiros Gunnar Vingren e Daniel Berg que trouxeram o pentecostalismo para o Brasil em 1910. A expansão do Ministério Madureira e o cisma de 1989 também mereceu observação e análise uma vez que a CGADB perdeu capital eleitoral por ocasião do desligamento do Ministério Madureira. Estima-se que trinta por cento dos membros da Assembléia de Deus membros fossem de Madureira, na ocasião.

Na seqüência, o segundo capítulo apresenta o protestantismo no contexto brasileiro, sua inserção e conflitos com a religião oficial do estado: o catolicismo. Desde 1824 com a promulgação da Primeira Constituição brasileira, o capítulo segundo oferece uma leitura da política nacional através da formação e consolidação dos partidos políticos, bem como através das relações entre o Estado e a Igreja Católica. Dando seguimento ao capítulo, o protestantismo de missão é exposto como um elemento agravante do conflito de interesses da

religião do estado e da expansão protestante. O pentecostalismo vem exacerbar o embate entre as religiões e se estabelece nas lacunas deixadas pela Igreja Católica. Apresenta-se também o contexto político em que o protestantismo se desenvolveu no Brasil, a fim de contextualizar a AD no cenário religioso e político nacional.

O terceiro capítulo apresenta raras matérias do *Mensageiro da Paz* que claramente abordam questões políticas, que se encontram fora do período estudado, mas servem de introdução e contextualização para o intervalo estudado. Apresenta-se também o episódio que culminou com o fichamento pelo DEOPS do Pr. Samuel Hedlund, em 1935, e o confisco do MP n. 4. Chama-se ainda a atenção para o MP de 1989 quando divergências internas da AD irrompem nas páginas do jornal. Não havia consenso entre as lideranças sobre o envolvimento da AD na política partidária nacional. O quarto capítulo: Considerações finais apresenta uma reflexão sobre as matérias veiculadas no *Mensageiro da Paz* com base na tipologia proposta por Osakabe e na análise dos discursos veiculados entre 2001 e 2002 que foram selecionados e são encontrados nos anexos.

Capítulo I

1 Assembléia de Deus no Brasil

A Igreja Assembléia de Deus no Brasil é resultado do empreendimento inicial de dois suecos residentes nos Estados Unidos que chegaram ao Brasil no ano de 1910. Gunnar Vingren (1879-1933) conheceu Daniel Berg (1884-1963), na cidade de Chicago em 1909, durante uma conferência na Primeira Igreja Batista Sueca, e começaram a compartilhar ideais missionários. Do desejo comum dos dois batistas suecos surgiu a decisão de viajar para o Brasil.

Gunnar Vingren concluiu os quatro anos de estudos no Seminário Teológico Sueco Batista, nos EUA, e assumiu o pastorado da Primeira Igreja Batista de Menominee, Michigan, onde permaneceu de junho de 1909 até fevereiro de 1910. Nesta época, na Convenção Geral dos Batistas — *The Northern Baptist Convention* —, decidiu-se que Gunnar, o recém ordenado pastor, deveria ser enviado para a Índia com sua noiva. Porém, após uma semana de “reflexão e luta interior”, decidiu não fazer a viagem e permanecer nos EUA. Vingren buscava novas experiências religiosas e foi à Conferência, onde conheceu Berg, “com o firme propósito de buscar o batismo com o Espírito Santo”:

E, louvado seja Deus, depois de cinco dias de busca, o Senhor Jesus me batizou com o Espírito Santo e com fogo! Quando recebi o batismo, falei novas línguas, justamente como está escrito que aconteceu com os discípulos no dia de Pentecoste, em Atos 2. É impossível descrever a alegria que encheu o meu coração. Eternamente o louvarei, pois Ele me batizou com o seu Espírito Santo e com fogo (Vingren, 2000, p.25).

1.1 Vingren e o Movimento Pentecostal

Vingren estava adentrando no movimento pentecostal iniciado em 1901 por Charles Fox Parham na Escola Bíblica de Topeka, Kansas. O jovem pastor fora contagiado pelas

idéias de William H. Durham, pastor da Igreja Batista de Chicago, discípulo de terceira geração de Parham. Para Mendonça (1997, p. 156), Durham fundamentou a concepção do pentecostalismo moderno ao afirmar que a justificação/regeneração é o início da santificação e o batismo com o Espírito Santo é a “segunda benção”.

É necessário recordar que o pentecostalismo insere-se na história mais ampla, conhecida como movimento de santidade, que começou e se expandiu com João Wesley (1703-1784), fundador do metodismo. O metodismo foi um reavivamento religioso com traços tênues do calvinismo modificado pelo arminianismo e tintas fortes do pietismo alemão. João Wesley ensinara que após a justificação e regeneração do pecador, atos concomitantes, embora de natureza diferente (aquele, ato de Deus, e este ato do homem), seguia-se um processo de santificação progressiva em que entra muito a colaboração humana. É um crescimento ininterrupto em direção a Deus. Mas João Wesley realçou um segundo estágio no processo de santificação: “completa santificação”, “segunda bênção”, ou ainda, “segunda obra da graça” (Mendonça, 1997, p. 155 – 56).

Ao retornar a Michigan, após a Conferência de Chicago, Vingren passou a “ensinar a verdade que Jesus batiza com o Espírito Santo”, e como resultado foi expulso ao dividir a Igreja Batista de Menominee. Já em South Bend, Indiana, no seu novo ministério, obteve sucesso, segundo ele, em converter a igreja local em uma igreja pentecostal (Vingren, 2000, p. 26). Vingren deixou o ministério da Igreja de South Bend, em 12 de outubro de 1910, mas continuou freqüentando as reuniões de oração na casa de membros da igreja. A notícia sobre as reuniões de oração aos sábados à noite se espalhava e o número de participantes aumentava a cada encontro. O diário de Vingren não revela os motivos pelos quais deixou o ministério de South Bend, mas pode-se inferir que tenha sido pela falta de êxito em convencer os dirigentes da Igreja Batista em South Bend sobre as doutrinas pentecostais. Não fica claro, também, como Vingren, desligado da igreja, continuava a freqüentar os cultos nas casas dos membros da Igreja Batista em South Bend.

1.2 A Chamada para o Campo Missionário Brasileiro

Em uma das reuniões de oração na casa de membros da igreja em South Bend, Adolfo Uldin fez predições sobre o trabalho missionário de Gunnar Vingren. “Entre outras coisas o Espírito Santo falou através desse irmão que eu deveria ir para o Pará”:

O que faltava era saber onde estava situado o Pará. Nenhum de nós o conhecia. No dia seguinte eu disse ao irmão Adolfo: “Vamos a uma biblioteca aqui na cidade para saber se existe algum lugar na terra chamado Pará”. Nossa pesquisa nos fez saber que no Norte do Brasil havia um lugar com esse nome. Confirmamos mais uma vez que Deus nos tinha falado.

Aceitei minha chamada com inteira convicção de sua origem divina. Glória a Jesus! (Vingren, 2000, p.27).

1.2.1 O Encontro com Daniel Berg

Gunnar Vingren e Daniel Berg se encontraram pela primeira vez em Chicago, no verão de 1909, na Primeira Igreja Batista Sueca, nos EUA, por ocasião da Conferência Batista. No ano seguinte Berg mudou-se para South Bend e começou a freqüentar os cultos na igreja onde Vingren era pastor. Vingren não menciona Berg como sendo um dos presentes por ocasião da revelação de Uldin sobre o local missionário. Mas Berg afirma que recebeu de Uldin a mesma predição, estando ao lado de Vingren.

Os relatos de Gunnar Vingren e Daniel Berg apresentam divergências, ao longo das narrações, e merecem registro. Para Berg (2001, p. 32) a predição foi apresentada a ambos, no mesmo dia, e ficaram em dúvida sobre a revelação ser ou não divina:

Certo dia, o dono da casa onde Gunnar Vingren se hospedava recebeu de Deus uma revelação e profetizou para nós que iríamos para o Pará...

A melhor maneira de sabermos se realmente era essa a vontade do Senhor era orar. E foi o que fizemos durante uma semana, dia e noite. Finalmente, Deus confirmou que devíamos ir para o Pará.

Outro fato que merece destaque é que Vingren estava afastado da Igreja Batista e decidido a empreender a viagem para o Brasil, enfrentando as adversidades. “Eu havia sacrificado o privilégio de ter cursado durante quatro anos no seminário batista, e renunciado de ser enviado como missionário deles à Índia. E o Daniel também não tinha nada. Ali estávamos os dois sem nenhum recurso, sem pertencer a nenhuma denominação” (Vingren, 2000, p. 30). Mas Berg entendia, naquele momento de decisão sobre a viagem missionária ao Brasil, estar ligado à Igreja Batista local.

Logo que tivemos essa certeza, levamos o fato ao conhecimento do pastor e de alguns irmãos membros da igreja. Eles não se mostraram muito entusiasmados. Mencionaram dificuldades de clima, e predisseram que quando chegássemos lá e víssemos e sentíssemos a situação, voltaríamos sem demora. Por isso, não nos prometeram qualquer garantia de sustento. Nem ao menos se prontificaram a nos ajudar a comprar Bíblias e Novos Testamentos (Berg, 2001, p. 33).

Os relatos de Vingren e Berg apresentam mais do que diferenças sob o ponto de vista de narração histórica. A tessitura discursiva de ambos apresenta visões divergentes quanto à condução dos trabalhos no Brasil e questões doutrinárias. Vingren ficou pouco tempo à frente dos trabalhos eclesiásticos que assumiu nos Estados Unidos e sua decisão de partir para o

Brasil parece ser a de efetivamente conduzir os trabalhos à sua maneira, sob a égide das doutrinas pentecostais.

Vingren e Berg partiram de Nova Iorque, rumo ao Brasil, no dia 05 de novembro de 1910. Vingren comenta ao lembrar da partida: “Saímos como se estivéssemos fazendo uma viagem qualquer”, ou seja, sem comemorações ou bênção da igreja local. Chegaram ao Pará no dia 19 do mesmo mês, sem cerimônia de recepção, ninguém os esperava após quatorze dias de viagem. No Norte do Brasil, por ocasião da chegada de Vingren e Berg, já estava em atividade, desde 1897, a Primeira Igreja Batista do Pará, situada, então, na Estrada Generalíssimo Deodoro, n. 57-B e posteriormente na Rua João Balbi, 406. Fundada por Erik Nilsson, também sueco, enviado ao Brasil pela Igreja Batista norte-americana. Nilsson iniciou o trabalho missionário em Belém do Pará, no final de 1891, vindo a fundar a igreja em 1897. Erik Nilsson teve seu nome traduzido no Brasil para Eurico Alfredo Nelson (Almeida, 1977, p. 24).

1.2.2 Vingren e Berg Procuram Uma Igreja Protestante em Solo Brasileiro

Vingren, ao registrar em seu diário sua busca por um ponto de referência para iniciar os trabalhos no Brasil, relata que, em solo brasileiro, procuraram por algum protestante que lhes pudesse prestar algum tipo de ajuda. Encontraram, após algum esforço, por intermédio do pastor Metodista Justus Nelson, o pastor Batista Jerônimo Teixeira de Souza⁴ que ofereceu alojamento no porão da igreja por dois dólares diários. De acordo com Vingren, acertaram também alguns trabalhos como auxiliares na igreja.

Iniciamos assim as atividades no Brasil, dirigindo cultos e pregando na Igreja Batista. É claro que não fazíamos reservas quanto à doutrina pentecostal que havíamos aceitado. Quando nos sentíamos dirigidos a pregar acerca dessas verdades, nós o fazíamos com toda a franqueza (Berg, 2001, p. 48).

Nilsson argumentava com os auxiliares — Vingren e Berg —, que nas pregações deixassem de lado passagens bíblicas que pudessem “propagar divisões”, mas Vingren não recebeu o argumento do pastor Batista como um conselho oportuno, antes julgou sua atitude como sendo contrária às “manifestações sobrenaturais”:

⁴ Vingren não identifica o pastor batista que os recebeu na PIBPA. A informação pode ser obtida em Almeida, 1977, p. 53.

No princípio pensávamos que estivéssemos tratando com um verdadeiro cristão, mas depois agradecemos a Deus por Ele nos ter livrado das garras daquele homem. O inimigo havia preparado uma cilada muito astuta para nos desviar da vontade de Deus, e dessa maneira desfazer completamente o plano do Senhor para a obra pentecostal no Brasil por nosso intermédio (Vingren, 2000, p. 39).

1.2.3 Cultos de Oração, a Glossolalia e a Expulsão de Vingren e Berg

Vingren fora convidado pelos diáconos da Igreja Batista do Pará para dirigir os cultos de oração nas casas. O foco da liturgia continuava sendo o batismo com o Espírito Santo, a despeito das reprimendas. Na casa de Celina Albuquerque⁵ os cultos se seguiam com o aumento da frequência de membros da Igreja Batista do Pará, até que no dia 13 de junho de 1911, um evangelista que não concordava com a nova doutrina convocou um culto extraordinário na igreja para definir a situação. Vingren (2000, p. 41) lembra das palavras do evangelista ao se dirigir à congregação: “Todos os que estão de acordo com a nova seita, levantem-se. Dezoito irmãos se levantaram e foram imediatamente cortados da comunhão da igreja”. Da dissidência, Vingren é excluído da igreja e leva consigo um número considerável de líderes e alguns membros da Primeira Igreja Batista do Pará.

Almeida (1977, p. 55) afirma que Vingren e Berg atuaram silenciosamente por mais de três meses, difundindo doutrinas pentecostais na congregação e nas reuniões de oração no porão da igreja, até que no dia 01 de junho de 1911, Celina Albuquerque manifestou o fenômeno extático de falar em línguas – a glossolalia, fato que tornou insustentável a presença de Gunnar e Berg na PIBPA. Almeida confirma a data, supracitada por Vingren, e acrescenta que após o culto de oração, o evangelista Raimundo Nobre, apoiado pelos diáconos presentes, convocou uma sessão extraordinária que ficou registrada na ata n. 222 de 13-06-1911. A reunião foi presidida por Antonio Belo de Lima, tendo como Secretário José Joaquim de Lima Antunes.

Em seguida o irmão secretário pediu a palavra verberando contra o procedimento dos irmãos solidários com os missionários pentecostais, que após o culto desapareceram do templo fugindo para um lugar ignorado, deixando de dar apoio a seus partidários.

⁵ Primeira pessoa a experimentar o fenômeno do êxtase do falar em línguas estranhas em solo brasileiro, segundo relato de Gunnar Vingren, confirmado por Almeida. A congregação da Igreja Batista do Pará se reunia na casa de Celina Cardoso de Albuquerque. A congregação era conhecida como Congregação da Igreja da Cidade Velha.

O irmão Antunes pediu a todos que aderiram ao movimento pentecostal que se manifestassem para a Igreja excluí-los por incompatibilidade doutrinária. Levantaram-se 13 pessoas: José Plácido da Costa, que ocupara o cargo de moderador até aquela sessão; Manuel Maria Rodrigues, ex-secretário, José Batista de Carvalho, ex-tesoureiro; Antonio Mendes Garcia, todos estes diáconos: Lourenço Domingos, João Domingos, Maria dos Prazeres Costa, Maria Pinto de Carvalho, Alberta Ribeiro Garcia, Manuel Rodrigues Dias, Jerusa Rodrigues. O irmão secretário depois de anotar os esses nomes, deixou para o fim os nomes das irmãs Celina Cardoso de Albuquerque e Maria de Jesus Nazaré, que ao mencioná-los fez com este aditivo: “as profetizas” e os chefes da seita, Gunnar Vingren e Daniel de tal, que não compareceram a sessão (Almeida, 1977, p. 56).

Um mês depois, em julho, a Igreja Batista no Pará expulsou mais três membros e reconheceu que quatro congregados que freqüentavam a congregação na Cidade Velha também haviam aderido às doutrinas pentecostais. Com esses excluídos Vingren e Berg tinham, então, seus correligionários para fundar o movimento pentecostal Missão de Fé Apostólica, embrião da Igreja Assembléia de Deus. A partir do dia 18 de julho de 1911 os cultos pentecostais sob direção de Gunnar Vingren passaram a ser realizados na casa de Celina e Henrique Albuquerque, na ex-congregação da Primeira Igreja Batista do Pará.

Almeida (1977, p. 57) denuncia que, mesmo depois do cisma, Vingren e Berg continuaram a “assediar” os membros da Igreja Batista do Pará. Das incursões conseguiram arrebanhar, ainda, mais dez membros para o movimento pentecostal recém criado. Na seqüência a Igreja Batista perdeu mais duas congregações: Vila Coroa e Vila Teta. Almeida considera que Vingren e Berg enganaram a PIBPA, tal afirmação justifica-se porque:

1. Vingren apresentou-se, para fazer parte como membro da Primeira Igreja Batista do Pará, na qualidade de irmão em Cristo da mesma fé e ordem, afirmando ser pastor Batista na América do Norte. Portanto, omitiu seu desligamento e não apresentou credenciais, carta de apresentação ou carta demissionária da igreja de origem. De acordo com a ata n. 216⁶ de 03-03-1911 a sessão ordinária aprovou o pedido de inclusão de Vingren como membro da PIBPA por unanimidade, mas ressaltou que a igreja aguardaria a carta demissionária de Gunnar que viria da América do Norte. Daniel Berg foi admitido como membro da PIBPA, somente nove dias após, em sessão extraordinária, registrada na ata n. 217 de 12-03-1911. Lê-se, na ata 217, a mesma ressalva feita para a aceitação de Gunnar Vingren. Ambos ocultaram que

⁶ As atas 216 de 03-03-1911 (p. 163 e 164) e 217 de 12-03-1911 (p. 165) encontram-se nos anexos.

estavam no Brasil por conta própria e que não traziam suas cartas porque haviam rompido com a igreja local. Não eram batistas que professavam a mesma fé, mas, desde o encontro com Justus Nelson, se apresentavam como tal.

2. Como missionários, que se diziam ser, deveriam iniciar seus trabalhos “através de evangelização pioneira, como era aconselhável, como fizeram as demais denominações no Brasil, que tiveram uma luta heróica para conseguir os primeiros frutos e assentarem as bases de suas igrejas” (Almeida, 1977, p. 52).
3. Agiram na ausência do pastor Eurico Nelson, que viajara no mês de abril de 1911 para o Piauí, cerca de um mês depois que a igreja recebeu Vingren e Berg. A igreja estava em um clima de aparente paz depois de muitas divergências e substituições consecutivas de suas lideranças. Não havia o menor indício de que os recém-chegados tinham planos de converter a Primeira Igreja Batista do Pará em uma igreja pentecostal. Com Eurico Nelson distante da igreja e com a persuasão do moderador e o secretário da igreja à doutrina pentecostal, Vingren e Berger conseguiram espaço para atuarem nos cultos, nas reuniões de oração e nos trabalhos da congregação da Cidade Velha.

Eurico Nelson só tomou conhecimento do cisma e dos graves prejuízos para a obra batista no Pará no final de agosto, quando já funcionava uma nova igreja pentecostal onde antes era a congregação batista na Cidade Velha. No saldo, a Igreja Batista sofreu uma perda considerável da liderança: dos 09 diáconos, 04 mais o moderador se converteram ao pentecostalismo, mas a maioria dos 170 membros permaneceu no primeiro momento. Em 1913 o número de membros da Primeira Igreja Batista do Pará decresceu para 132 enquanto os da Assembléia de Deus cresceu para 140 (Almeida, 1977, p. 59; cf. Vingren p. 71). Após o cisma na PIBPA, os protestantes da região despertaram para o potencial perigo que o movimento pentecostal poderia trazer às suas igrejas. Outra fonte de oposição ao movimento pentecostal vinha da igreja católica.

1.2.4 Protestantes e Católicos no Pará

O Pará, desde o padre Antônio Vieira⁷, tem raízes fortemente católicas. O clero católico paraense deixou registrada a reação contra os protestantes em suas jornadas de proselitismo com suas pregações missionárias de forte apelo anticatólico. Vieira (1980, p. 293) apresenta um dos conflitos entre o reverendo anglicano Richard Holden⁸ de origem escocesa e o Bispo católico do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa. O fracasso do trabalho missionário de Holden deu-se às polemicas em que se envolveu com o Bispo, culminando com sua saída do Pará em 1683, transferindo-se para Salvador.

Uma das primeiras ações, depois da retirada do escocês, foi pedir aos paraenses que lhes entregassem todas as Bíblias e os panfletos distribuídos pelo mesmo.

... o Bispo do Pará endossou a teoria, já anteriormente assinalada do Arcebispo da Bahia, de que a distribuição de Bíblias e a pregação do protestantismo no Brasil estavam intimamente relacionadas com as alegadas maquinações dos Estados Unidos da América para tomar o Amazonas. Ainda mais, obviamente dramatizando seus argumentos, citou *O Cruzeiro* que afirmara ser a imigração germânica (protestante) o “germe da morte” para o Brasil (Vieira, 1980, p. 293 – 294).

Vingren e Berg encontraram, em Belém do Pará, um clero católico experiente em lidar com o proselitismo protestante. Tiveram que se deparar com uma membresia católica que também se articulava e passava a perseguir os pentecostais que se destacavam pela forma agressiva de proselitismo. Franklin⁹ (*apud* Vingren, 2000, p. 43) relata um episódio de confronto entre membros da Igreja Católica e o grupo liderado por Vingren por ocasião de um batismo nas águas de um rio local. Do lado protestante também havia hostilidade: a PIBPA, por sua vez, distribuiu folhetos que alertavam sobre a atuação de Vingren e Berg. É nesse cenário de dificuldades, perseguições, problemas internos e cismas que a Missão de Fé Apostólica se desenvolve e se transforma na Assembléia de Deus.

⁷ Missionário dedicado às missões de catequese no Pará e no Maranhão (1653-1661), dominava sete idiomas indígenas. Lutou contra a escravização dos índios.

⁸ Holden chegou em Belém em 1860. Em Salvador sofreu um atentado contra sua vida. A igreja, então, solicita o seu retorno. Holden recusa-se a voltar, pede demissão e vai para o Rio de Janeiro como agente da Sociedade Bíblica Britânica. Convidado pelo rev. Robert Kalley, atua como pastor na Igreja fluminense.

⁹ Ivar Vingren transcreve um trecho do livro: *Entre Crentes Pentecostais e Santos Abandonados na América do Sul* de A. P. Franklin.

1.2.5 Assembléia de Deus e Assembléias de Deus: Origem do nome

De acordo com J. Roswell Flower¹⁰ (*in* Hurlbut, 1989, p. 221-222) o Concílio Geral das Assembléias de Deus na América é resultado do movimento pentecostal que ganha força com o avivamento de 1901, ocorrido na cidade de Topeka, Kansas. “Pequenos grupos de obreiros cristãos, procedentes desse avivamento espalharam-se pelos estados de Kansas, Oklahoma, e posteriormente Texas. Foi assim que se formaram assembléias de crentes, os quais mais tarde, se reuniram em Concílio Geral”. O Concílio, inicialmente, tinha como objetivos criar uma autoridade executiva e uma organização central que determinasse a política que o movimento pentecostal deveria seguir. Ao Concílio ficou a incumbência de estabelecer normas acerca dos ensinamentos e práticas do movimento. O primeiro Concílio Geral das Assembléias de Deus na América do Norte aconteceu entre os dias 2 e 12 de abril de 1914. Na ocasião foi produzido um documento chamado de Declaração de Princípios de Igualdade, de Unidade e de Cooperação. A Declaração garantia às igrejas participantes do Concílio liberdade, soberania de todas as igrejas locais filiadas e enfatizava “os princípios claros referentes aos laços de comunhão e cooperação que governariam as relações entre ministros e entre as congregações” (Hurlbut, 1989, p. 224).

No Brasil, no dia 11 de janeiro de 1918 Vingren conversou com alguns membros da Missão de Fé Apostólica que congregavam em Vila Coroa e explicou que nos EUA o movimento pentecostal “havia adotado o nome de Assembléia de Deus ou Igreja Pentecostal” (Oliveira, 1998, p. 59; cf. Vingren, 2000, p. 104). Os presentes, em voto unânime, decidiram então rebatizar a Missão de Fé Apostólica em Igreja Assembléia de Deus. Embora registrada como Igreja Assembléia de Deus, o jornal *Boa Semente* publicado em janeiro de 1919 apresenta-se como um periódico de publicação da Igreja Pentecostal do Brasil. Já o periódico *O Som Alegre*, em 1929, se apresenta como o jornal das Assembléias de Deus. O termo Assembléia de Deus, no singular, é empregado quando se quer destacar a unidade doutrinária ou uma igreja local. Já o plural dá ênfase a característica congregacionista da igreja ou fala-se do conjunto de igrejas locais. No singular ou no plural a Assembléia de Deus desde sua fundação foi crescendo em número de membros, missionários e obreiros. Em 1930, dezoito anos após o início do movimento pentecostal, a AD conta com uma estrutura espalhada por

¹⁰ Flower foi o primeiro Secretário Geral do Concílio das Assembléias de Deus na América do Norte era editor do jornal *The Christian Evangel* de publicação semanal.

vários Estados e necessita de organização. Dessa necessidade surge a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil – CGADB.

1.3 Desenvolvimento da Assembléia de Deus: A Convenção Geral da Assembléia de Deus no Brasil — CGADB

De 05 a 10 de setembro de 1930, em Natal, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Obreiros da Assembléia de Deus no Brasil com o objetivo de congregar os líderes para manutenção da unidade doutrinária da igreja fundada em 1911, bem como para “resolverem certas questões que se prendem ao progresso e harmonia da causa do Senhor”, dando um caráter de urgência a esta assembléia. O encontro recebeu o nome de Primeira Assembléia Geral Ordinária das Assembléias de Deus no Brasil — 1ª AGO, onde se deliberou pela fundação da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil — CGADB. Trata-se de uma mesa diretora com poder deliberativo sobre todas as questões que envolvam a Assembléia de Deus (Daniel, 2004, p. 23).

Em 1930 a AD já estava espalhada pelo Norte, Nordeste e Rio de Janeiro. Vingren liderava todas as igrejas, mas os obreiros das igrejas locais queriam mais autonomia para dirigir e expandir os trabalhos. Da falta de autonomia surge uma crise. Vingren receia que o conflito venha a ter grandes proporções e teme um cisma. Pode-se inferir sobre a importância que Vingren dá à 1ª AGO por sua viagem para a Suécia para pessoalmente convidar Lewi Pethrus para participar da 1ª AGO:

Conscientes da importância dessa conferência, chegou-se à conclusão de que seria necessário convidar o pastor Lewi Pethrus, da Suécia, para estar presente. Ele poderia então dar conselhos necessários, tanto para o trabalho da missão em geral como para os missionários.

Algumas dificuldades haviam surgido quanto à direção do trabalho. Não era de admirar que houvesse aparecido divergências, uma vez que os irmãos brasileiros possuíam opiniões e experiências diferentes.

Embora obreiros nacionais tivessem sido muito abençoados pelo Senhor na sua chamada e tarefa, haviam surgido dificuldades que se acentuaram quando a responsabilidade do trabalho foi sendo transferida, paulatinamente, dos missionários para os obreiros brasileiros, apesar de a obra ter sido realizada com plena compreensão e harmonia entre as partes.

... No culto de membros da igreja sueca, no dia 16 de julho, resolveu-se que “por motivo de algumas dificuldades entre os missionários e os irmãos brasileiros sobre a direção do trabalho, e a pedido dos missionários, o irmão Lewi Pethrus viajaria ao Brasil de 15 de julho até 15 de outubro”. (Vingren, 2000, 161 – 163).

Até a realização da 1ª AGO as reuniões que decidiam os rumos do movimento pentecostal no Brasil ocorriam somente entre os missionários¹¹. “O líder natural dos missionários era o pastor Gunnar Vingren, que desde 1924 liderava a Assembléia de Deus no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Na sua ausência Samuel Nyström, que estava em Belém do Pará, era quem exercia a liderança nacional” (Daniel, 2004, p. 22 – 23). Os obreiros brasileiros ficavam à margem das decisões. Desde 1926 Vingren realizava a Conferência Pentecostal do Brasil com os missionários. Antes da Conferência Pentecostal de 1929, em Recife, os obreiros brasileiros das regiões Norte e Nordeste se reuniram para amadurecer a idéia de uma Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, com a participação dos missionários e os obreiros. Segundo Daniel (2004), uma Convenção Geral representaria maior liberdade na condução dos trabalhos já estabelecidos.

Na pauta da 1ª AGO constavam: o relatório do trabalho realizado pelos missionários; a nova direção do trabalho pentecostal do Norte e do Nordeste; a circulação dos jornais *Boa Semente* e o *Som Alegre*; e um tema polêmico, que estava gerando atrito e divergência entre os missionários, obreiros, Berg e Vingren: o trabalho feminino na igreja.

1.3.1 O Trabalho Feminino na Igreja Como Fonte de Tensão

O tema do trabalho feminino na igreja foi acrescentado à ordem do dia porque Frida Vingren era muito ativa e freqüentemente era vista à frente dos trabalhos na igreja. Essa atitude de Frida era motivo de discórdia e desavença que colocava de um lado obreiros e missionários, inclusive Berg e do outro o casal: Frida e Gunnar Vingren.

Há um contraste patente na 1ª AGO. Frida, esposa de Gunnar Vingren, é a única mulher presente. Daniel (2004, p. 22) apresenta a foto¹² dos missionários suecos em Natal por ocasião da 1ª AGO. Frida Vingren é a única figura feminina. Na 1ª AGO ficou decidido, em relação às mulheres, que:

As irmãs têm todo o direito de participar na obra evangélica, testificando de Jesus e da sua salvação, e também ensinando quando for necessário. Mas não se considera justo que uma irmã tenha a função de pastor de uma igreja ou de ensinadora, salvo em casos excepcionais mencionados em Mateus

¹¹ Para Vingren, o obreiro é um líder brasileiro que está à frente dos trabalhos da Assembléia de Deus e missionário, categoria à qual faz parte, é aquele vindo de outro país, no caso predominantemente da Suécia.

¹² Foto tirada em 1930. Obtida por *scanner* do livro de Daniel, 2004. Encontra-se no anexo I.

12.3-8¹³. Isso deve acontecer somente quando não existam na igreja irmãos capacitados para pastorear ou ensinar (Vingren, 2000, p. 179).

Na interpretação de Gunnar e Frida Vingren, os direitos da mulher deveriam ser mais amplos dos que os que foram deliberados pela 1ª AGO. No seu diário Vingren (2000, p. 163) argumenta que na conferência da qual participou em Estocolmo, em junho de 1930: “Chegaram à conclusão definitiva de que a mulher tem direito, tanto de pregar, como a ensinar, somente que não deve ficar como dirigente numa congregação”. O casal travou uma batalha para que a 1ª AGO deliberasse nos mesmos termos que a igreja sueca, mas sem sucesso.

Observa-se que de 1930 até os dias atuais as mulheres não conquistaram espaço na AD. As Assembléias Gerais são de participação exclusiva dos homens, a liderança dos trabalhos eclesiais também. Para contornar a pressão das mulheres dos obreiros que viajam com seus maridos para participarem das AGOs, a partir de 1993, ou seja, 63 anos após a primeira AGO, as esposas dos pastores passaram a ter um espaço paralelo nas Assembléias Gerais. Trata-se da União Nacional de Esposas de Ministros das Assembléias de Deus — UNEMAD, liderada por Wanda Freire Costa, esposa do Pastor Presidente da CGADB, José Wellington Bezerra da Costa. Lopes (2001, p. 177), em estudo recente, considera que existe uma distância entre o discurso inclusivo da Assembléia de Deus e a prática conservadora e excludente em relação ao gênero. Note-se que não obstante a criação da UNEMAD como espaço privilegiado das esposas dos pastores, em 2004, por ocasião da 36ª AGO, todos os que prelecionaram às mulheres eram homens.

Segundo Freston (*in* Antoniazzi, 1996, p. 76), para se entender a AD, inclusive sobre o trabalho feminino na igreja, deve-se considerar dois fatores: a origem dos pioneiros e a cultura regional na formação do universo de usos, costumes e tradição da Assembléia de Deus no Brasil, que o autor chama de “*ethos* sueco-nordestino”. *Ethos* esse que permanece e está presente na liturgia, na mídia impressa e na prática conservadora e excludente em relação às mulheres. A mentalidade dos dirigentes carrega, através do tempo, as marcas dessa dupla origem: da experiência cultural e política na Suécia do início do século XX vivida pelos

¹³ Ele lhes respondeu: “Não lestes o que David fez, quando teve fome, ele e seus companheiros, como entrou na casa de Deus e como comeram os pães de proposição, que nem a ele nem a seus companheiros era permitido comer, senão aos sacerdotes? Ou não lestes na lei que, no dia de sábado, no Templo, os sacerdotes violam o sábado sem cometer falta alguma? Ora, eu vos digo, há aqui algo maior do que o Templo. Se tivésseis

missionários, de marginalização cultural e “da sociedade patriarcal, coronelista e pré-industrial do Norte/Nordeste dos anos 30 a 60” (*Id. Ibidem*, p. 84). A seguir apresenta-se um exemplo publicado pelo *Mensageiro da Paz* onde a questão da imposição de usos e costumes às mulheres é evidente:

Não é costume dos crentes na Assembléia de Deus o uso de pinturas, brincos, etc. Não somos retrógrados, desejamos [apenas nos conservar] irrepreensíveis... Não danifique a Assembléia de Deus, ame-a ou deixe-a (MP, fev., 1991).

1.3.2 Expansão da Assembléia de Deus para o Sul e Sudeste

Gunnar Vingren liderava as igrejas da Assembléia de Deus do Rio de Janeiro desde 1924. Em 1930, por ocasião da 1ª AGO, já existiam doze igrejas da Assembléia de Deus, na então Capital do Brasil, “com mais ou menos mil e quinhentos membros” (Vingren, 2000, p. 168). Lewi Pethrus, ao se pronunciar na 1ª AGO, considerou que o trabalho no Norte e Nordeste estava consolidado com “muitas e grandes igrejas com experimentados pastores e dirigentes”, e que, assim como fez Vingren, os missionários poderiam deixar a região Norte e seguir para os Estados do Sul. Pethrus argumenta com os convencionais:

Um trabalho missionário tem de ter como alvo, sempre que possível, entregar o trabalho aos obreiros nacionais. Como resultado disto, haveria uma responsabilidade maior entre esses obreiros, e maiores responsabilidades de ofertas dos próprios brasileiros; e haveria também um melhor aproveitamento de pessoal.

Além do mais se a obra continuar como está, com o tempo poderiam surgir dificuldades entre os obreiros nacionais e os missionários, uma vez que os trabalhadores nacionais se sentiriam postos de lado, sem possibilidade de tomar a responsabilidade pela direção do trabalho (Vingren, 2000, p. 175).

Lewi Pethrus conduz a reunião habilmente, faz colocações e apresenta para os missionários as preocupações dos obreiros e, em uma mão de duas vias, expõe aos obreiros a inquietação dos missionários.

De parte da Missão, não consideramos que uma medida como essa signifique algum risco; primeiramente porque os missionários continuam morando e trabalhando no país, e em segundo lugar porque existem as melhores relações possíveis entre os missionários que deixam a responsabilidade e os pastores nacionais que se responsabilizarão pelas

igrejas locais. Além disso, os missionários podem também servir para ajudar no caso de surgirem dificuldades especiais (Vingren, 2000, p. 175).

Os missionários, que já haviam tratado do assunto antecipadamente, apresentaram uma proposta à Conferência. Os trabalhos nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, “onde já havia cerca de mil membros e cento e sessenta igrejas, deveria ser entregue inteiramente aos obreiros nacionais”. E estipulou-se a data de primeiro de julho de 1931 para que todos os templos e locais de reunião que pertenciam à Missão fossem entregues, sem custo, aos obreiros nacionais (Vingren, 2000, p. 176).

Ao comentar este fato histórico Freston (*in* Antoniazzi, 1996, p. 83) afirma que: “Mesmo que essas propriedades não fossem tão valiosas quanto as das missões protestantes norte-americanas, esse ato de desprendimento parece ter tido muito a ver com a presença no Brasil do próprio Lewi Pethrus”.

1.3.3 Autonomia das Igrejas que Constituem a Assembléia de Deus

Outra decisão tomada, na 1ª AGO, diz respeito à autonomia das igrejas da Assembléia de Deus no Brasil em relação à Missão Sueca e das relações entre as igrejas locais no que tange ao sistema de governo eclesiástico congregacionalista.

Houve consenso sobre o sistema de organização das igrejas locais que deveriam ser livres e independentes. Lewi Pethrus aproveitou a ocasião para dar conhecimento aos participantes da Assembléia Geral de que, ha algum tempo, chegavam notícias na Igreja em Estocolmo de que no Brasil igrejas da Assembléia de Deus não tinham independência e de que havia uma centralização na tomada de decisões, dominando a obra em todo o país em uma organização eclesiástica em nível nacional.

Na opinião de Ivar Vingren (2000, p. 179) “essa resolução feliz, de estabilização do trabalho num plano bíblico através da autoridade da igreja local e sua independência, livre de toda e qualquer organização humana, tem sido continuamente uma enorme bênção para o trabalho no Brasil”. Mendonça (2002, p. 51), referindo-se à organização eclesiástica da AD, considera e reafirma o espírito congregacionalista:

A teologia das Assembléias de Deus é conversionista e nisto se iguala às Igrejas protestantes brasileiras em geral. Seu sistema de governo eclesiástico está mais próximo do congregacionalismo dos batistas por causa da liberdade das Igrejas locais e da limitação de poderes da Convenção Nacional. Todavia, a divisão em ministérios regionais semi-autônomos

lembra um pouco o sistema presbiteriano. Mas, acima de tudo, as Assembléias de Deus representam o pentecostalismo clássico.

Nesse ponto cabe ressaltar que contrariamente à afirmação de Freston (*in* Antoniazzi, p. 83, 1996) não há registros que tenha havido uma deliberação na 1ª AGO para “a transferência efetiva da sede da denominação, de Belém para o Rio de Janeiro” ou mesmo que os missionários e obreiros nacionais tenham admitido uma Sede da denominação, o que caracterizaria uma “organização em nível nacional”, conforme reprovação de Lewi Pethrus (*in* Vingren, 2000, p. 178):

Todos expuseram a sua perfeita aprovação sobre o pensamento bíblico de igrejas locais livres e independentes. É certo que entre as quais dever haver colaboração espiritual, mas sem seguir esse modelo do qual os missionários agora tinham sido acusados de seguir, e até de praticar uma organização em nível nacional.

A 1ª AGO marcou a transição dos trabalhos dirigidos pelos missionários para os obreiros nacionais. Na condução dos trabalhos da 1ª AGO, estava Cícero Canuto de Lima, que volta a presidir uma Assembléia Geral somente em 1947. Embora a transição tenha sido bem sucedida, a direção das Assembléias Gerais continuaram nas mãos dos missionários, até 1947 a presidência coube aos missionários. Somente a partir de 1953 é que a liderança nacional ganha a “expressão necessária” para assumir sistematicamente a presidência das Assembléias Gerais.

1.3.4 Boa Semente, O Som Alegre e o Mensageiro da Paz

Outra questão política que norteou a 1ª AGO foi o conflito de interesses resultante da circulação de dois jornais da AD. Na primeira assembléia aprovou-se a fusão dos jornais *Boa Semente* e *O Som Alegre* no jornal *Mensageiro da Paz*, que desde então é o órgão oficial de comunicação da Instituição. Vingren (2000, p. 179) comenta sobre a decisão da 1ª AGO em relação aos jornais:

A conferência também decidiu que os dois jornais que se editavam, O Boa Semente e o Som Alegre, um no Pará e outro no Rio de Janeiro, respectivamente, não deviam mais ser publicados. No lugar deles surgiria uma nova publicação de circulação nacional. Assim, desde 1930 edita-se o jornal pentecostal brasileiro *Mensageiro da Paz*, que circula em todo o Brasil e é impresso no Rio de Janeiro.

Segundo a CGADB, atualmente, o *Mensageiro da Paz* mantém, desde sua primeira publicação, “um papel de grande importância na difusão do evangelho de Nosso Senhor Jesus

Cristo por todo o país com uma tiragem de cerca de 300 mil exemplares mensais” que favorece a formação de opinião de seus membros:

Suas 16¹⁴ páginas trazem um valioso conteúdo de informações acerca da obra de Deus em todo o mundo, de matérias de interesse da coletividade e de artigos dos mais renomados teólogos das Assembléias de Deus no Brasil. Leia o jornal *Mensageiro da Paz* e seja um cristão bem instruído na Palavra de Deus (http://www.cgadb.com.br/p_publicacoes.htm).

Sobre o Nome: Mensageiro da Paz

O Jornal n. 1, ano 1, de 01 de dezembro de 1930, publicado no Rio de Janeiro, apresenta a parte final do salmo 29:11 logo abaixo do Cabeçalho: Mensageiro de Paz. "JEHOVAH ABENÇOARA COM PAZ O SEU POVO" PSALMO 29:11. Na tradução João Ferreira de Almeida, revista e corrigida o Salmo 29:11 diz: "O Senhor dará força ao seu povo; o Senhor abençoará o seu povo com paz. É provável que a idéia de Vingren e sua esposa Frida é que o Jornal seria aquele que levaria a mensagem (o mensageiro) que abençoaria o seu povo com a paz: Mensageiro **de** Paz. Em 1935 o nome do Jornal já aparece grafado como Mensageiro **da** Paz. O Diretor executivo da Casa Publicadora das Assembléias de Deus - CPAD, Ronaldo Rodrigues de Souza faz um comentário sobre a mudança na grafia de "de" para "da": "Os dois periódicos assembleianos cobrem o período de 1911 a 1930, quando dão lugar ao **Mensageiro da Paz**, inicialmente com os seus primeiros números, que não especificava a Paz de Cristo, sob a grafia **Mensageiro de Paz**".

O primeiro jornal em circulação pela AD, em 1917, foi *A Voz da Verdade* que foi substituído pelo *Boa Semente* em janeiro de 1919. A partir de dezembro de 1929 passou a circular simultaneamente *O Som Alegre*. Eram publicados e circulavam, respectivamente, nas Regiões Norte e Sudeste. O periódico da Região Norte era dirigido pelos Missionários Samuel Nyström e Nels Julius Nelson. O jornal da Região Sudeste, mais recente, era dirigido por Gunnar Vingren em colaboração com Frida Vingren. A proposta de fusão dos jornais foi apresentada na 1ª AGO por Gunnar Vingren. O jornal *Mensageiro da Paz* — MP — começou a circular no Brasil em 1930, com a Redação no Rio de Janeiro sob direção de Gunnar Vingren e Samuel Nyström (Conde, 2003, p. 209).

¹⁴ O número de páginas do MP variou ao longo dos anos. A partir de julho de 2004 passou de 16 para 24 páginas e em 2006 aumentou para 28 páginas.

Em 1919, Gunnar Vingren e Otto Nelson fundaram em Belém do Pará o jornal *Boa Semente*, na ocasião, órgão oficial de comunicação da AD. Em 1923 Samuel Nyström e Nels Julius Nelson, então diretores do jornal, dedicaram tempo e investiram em máquinas tipográficas para expansão do *Boa Semente* (*id. Ibidem* p. 309). O número de exemplares por tiragem aumentava e não estava nos planos da direção do *Boa Semente* tirá-lo de circulação em 1930. A proposta de Gunnar sobre a fusão dos jornais foi aceita, pelos congressistas, mais pelo respeito hierárquico devido a Gunnar do que por uma ação estratégica.

Segundo Daniel (2004, p. 33), o jornal *Mensageiro da Paz* é o próprio *O Som Alegre* na diagramação, articulistas e conteúdo, “apenas o nome do jornal mudou”. Frida Vingren, esposa de Gunnar Vingren, era uma articulista assídua do *O Som Alegre* que passou a escrever para o *Mensageiro da Paz*. A primeira edição foi publicada em 1º de dezembro de 1930. Embora o jornal *Mensageiro da Paz* circulasse em nível nacional e devesse veicular notícias de todas as regiões do país, pode-se perceber pelas palavras de Nels Julius Nelson, em seu diário, que o *Mensageiro da Paz* não substituíu o *Boa Semente*:

Já faz muito tempo que os leitores do *Mensageiro da Paz* não têm oportunidade de receber notícias do Pará: procuraremos, porém, doravante, manter um relatório mensal de todas as boas notícias que houver, para a Glória de Deus e conforto dos nossos prezados irmãos dos demais Estados do Brasil (Nelson, 2001, p. 84).

Nelson, embora tenha comentado sobre a omissão do recém fundado jornal, era um incentivador da mídia impressa como um “elemento indispensável na evangelização dos pecadores e na edificação dos crentes”. A proposta de fusão dos jornais na realidade foi uma manobra política para retirar o *Boa Semente* de circulação. Mas apesar dessa manobra Nelson continua apoiando Gunnar e é um dos líderes atuantes na divulgação do *Mensageiro da Paz*, criando inclusive o Dia do *Mensageiro da Paz*. Escreveu Nelson:

A primeira quinzena de agosto de 1935 está se aproximando, tempo que, pela Convenção foi escolhido para ofertas especiais ao nosso órgão informativo.

Cada igreja deve escolher o dia mais conveniente, dentro dessa quinzena. Estou certo de que todos farão o melhor possível na contribuição para o nosso jornal, que tem sido o portador silencioso da mensagem de Jesus Cristo, levando conforto, luz e bênção para milhares de pessoas.

Onde muitos evangelistas não têm podido entrar, ali o *Mensageiro* entra com sua mensagem de paz (Nelson, 2001, p. 90).

1.4 Fundação da Casa Publicadora das Assembléias de Deus — CPAD

A fundação da Casa Publicadora das Assembléias de Deus — CPAD se dá em pleno Estado Novo, momento em que, no Brasil, o controle sobre os meios de comunicação é muito enérgico. Um dos órgãos criados, então, para controle da mídia no Brasil é o Departamento de Imprensa e Propaganda — DIP.

O DIP¹⁵ criado, em 1939, exigia que todos os jornais fossem registrados e apresentava restrições para publicação de material escrito. Essa situação de controle levou a Assembléia de Deus à criação de uma entidade jurídica mantenedora do jornal *Mensageiro da Paz*. Surge então em março de 1940 a Casa Publicadora das Assembléias de Deus, para dar amparo legal ao jornal *Mensageiro da Paz*.

A CPAD foi fundada por Lauro Soares, Sansão Batista, Arquimedes Pinto de Vasconcelos, Cícero Canuto de Lima, Samuel Nyström e Francisco L. Coelho, que na ocasião foi nomeado gerente. Em 1946, na Sétima Assembléia Geral Ordinária a CPAD é vinculada à CGADB e é preparado um plano de expansão da Casa Publicadora.

1.5 Revolução Espiritual e Revolução de 30

Para o presente trabalho é relevante notar que não há nos diários de Vingren e Berg comentários ou tentativas de leitura do Brasil, sua cultura e sobretudo da política vigente. Embora a Região Norte do Brasil fosse a maior produtora mundial de borracha¹⁶, as condições de vida do povo eram difíceis. Os missionários observavam as condições precárias em que viviam as pessoas. Mais do que observar, igualmente, estavam sujeitos a escassez e privações. Sobre a falta de recursos lembra Vingren (2000, p. 197):

Sempre tenho dito, desde que cheguei a este país, que vim aqui confiando somente no Senhor, sem ter nenhuma promessa de sustento, e tenho continuado assim. Na verdade, a igreja Filadélfia de Estocolmo, Suécia, começou a ajudar-me com algum sustento depois de seis anos, mas isto não foi suficiente. De qualquer maneira, tanto essa oferta como outras que recebi, eu as tenho recebido como se viessem diretamente do Senhor. Mas,

¹⁵ O decreto 1.915 de 27 de dezembro 1939 criou o Departamento de Imprensa e Propaganda — DIP. Trata-se de um órgão de controle e censura, cuja uma das funções permanentes era a de censura à mídia. É um dos frutos do golpe do Estado Novo

¹⁶ De acordo com Fragoso (*in* Linhares, 2005, p. 176) em 1910 a produção brasileira de borracha correspondia a 50% da produção mundial.

como não tem sido um sustento certo cada mês, tenho sido obrigado a viver e andar pela fé em Deus durante todo esse tempo.

As vezes, a situação tem sido muito difícil, mas eu falo sempre com o Senhor em oração sobre as minhas necessidades, e assim Ele tem suprido de maneira maravilhosa todas as minhas necessidades. E, por ter aprendido a me adaptar às necessidades, tudo tem andado muito bem até agora.

Em um artigo publicado em 1931, na Suécia, Vingren relata que os católicos haviam construído uma imensa estátua de Cristo no Corcovado¹⁷ como forma de, segundo ele, fazer propaganda do catolicismo. Mas curiosamente não relaciona a construção da estátua gigante com a proximidade da Igreja Católica ao Estado brasileiro.

É manifesto que Vingren e Berg não tinham interesse pela política¹⁸. Berg (2001, p. 22) chegou a se desligar de um emprego, ainda nos EUA, tão somente porque foi chamado a filiar-se ao sindicato. Para justificar seu ato argumentou: “porém, como eu não tinha qualquer interesse por política, saí desse emprego e arranjei outro”.

Mas há uma exceção feita por Lewi Pethrus (*in* Vingren, 2000, p. 173), ao lembrar-se dos dias que se sucederam à 1ª AGO, estando ainda no Brasil. Em uma de suas cartas de viagem Pethrus descreve a acolhida do povo brasileiro, as comidas típicas, o café e os cultos de oração e louvor e, também, os cultos ao ar livre de que participou. Lembrou-se, ainda, das conversões que presenciou após suas pregações e dos batismos na praia do Caju, RJ. Ao referir-se àquele tempo, analisa:

Se é possível falar em uma revolução espiritual naquele ano da graça de Deus (1930), também não podemos deixar de falar da revolução e da guerra ocorrida no país nesse mesmo ano, a chamada revolução de 30. Foram dias de muita tensão. Os exércitos se defrontaram em São Paulo, e na luta entre compatriotas, muitos perderam a vida. Foi o gaúcho Getúlio Vargas, um dos maiores homens do Brasil, que se revoltou contra o governo existente. Ele havia jurado amarrar o seu cavalo ao obelisco da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, o que em verdade fez. Ele ganhou a revolução.

¹⁷ Inaugurado no dia 12 de outubro de 1931, após seis anos de construção, o monumento ao Cristo Redentor no morro do Corcovado torna-se a maior escultura *art déco* do mundo.

¹⁸ O termo política é aqui usado como forma de atividade que está estreitamente ligada ao conceito de poder. É a esfera das ações que têm alguma referência à conquista e ao exercício do poder soberano em uma comunidade de indivíduos sobre um território. É a política expressa na relação de poder entre Estado e cidadão (Bobbio, 2002, p. 160 – 161).

1.6 O Grande Cisma: O Ministério de Madureira e a CGADB

1.6.1 Ministério de Madureira

O organizador do Ministério de Madureira, Rio de Janeiro, foi o pastor Paulo Leivas Macalão¹⁹, conhecido pelos missionários como o filho do general. Seus estudos do ginásio foram concluídos no Colégio Batista Shepard, onde estudou com A. B. Langston. Na seqüência freqüentou o secundário, no Colégio Pedro II²⁰, instituição que oferecia uma educação diferenciada e de excelente qualidade (Almeida, 1983, p. 21). Logo, sua formação acadêmica era, de longe, mais sofisticada do que a dos pastores da Assembléia de Deus do Norte e Nordeste do Brasil, na época. Outra diferença está na origem social, seu pai chegou a general do exército brasileiro.

Por intermédio de um folheto Macalão conhece os cultos que se realizavam na Igreja de Deus, também conhecida como Igreja do Orfanato — pois ali havia um trabalho beneficente com crianças —, cujo responsável era James Robert. (Cabral, 2002, p. 111). Macalão, contrariando seu pai, começa a se envolver com este movimento evangélico e é na Igreja do Orfanato que conhece a família Brito. Florinda e Eduardo de Souza Brito tinham seis filhos dos quais a mais nova era Zélia, com quem viria a casar-se. Na casa da família Brito, freqüentada por Macalão, realizava-se reuniões de oração, louvor e uma Escola Dominical dirigida por Heráclito Menezes, recém chegado do Norte, membro da Assembléia de Deus.

1.6.2 Assembléia de Deus no Rio de Janeiro

Oliveira (1998, p. 108) relata que em 1923 Gunnar Vingren teria visitado e pregado na Igreja de Deus, mas se afastou por entender que o pastor local havia tomado “o caminho das heresias”. Neste ponto cabe ressaltar que Vingren (2000, p. 130) e Cabral (2002, p. 111) apresentam uma versão diferente para o relato de Oliveira. Teria James Robert, este sim, se

¹⁹ Nasceu, em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul no dia 17 de setembro de 1903. Filho do General João Maria Macalão. Faleceu em 26 de agosto de 1982.

²⁰ Desde sua fundação, em 25 de Março de 1838, o Colégio Pedro II, como uma instituição aristocrática, recebeu atenções especiais na sua organização e orientação para formação de bons governantes, administradores e de bons agentes civilizadores (Multirio).

afastado de Gunnar e das reuniões na casa da família Brito por “negar-se ao envolvimento com os pentecostais”.

Com o afastamento do Pr. James Robert, a família Brito e seus freqüentadores ficaram sem pastor e resolvem, então, organizar uma igreja. Com Héraclito Menezes e alguns membros da Igreja do Orfanato, entre eles alguns de origem assembleiana, realizou-se uma reunião. A porta estava aberta para a fundação da primeira Igreja Assembléia de Deus no Rio de Janeiro. Sobre esse acontecimento escreve Macalão (*apud* Vingren, 2000, p. 138):

No dia 30 de abril de 1924, estando os crentes reunidos na casa da irmã Florinda Brito, na Rua Senador Alencar, 17, depois de uma oração fervorosa, Deus falou: “Digno é o trabalhador do seu salário”. Resolveram então organizar a primeira Assembléia de Deus no Rio de Janeiro, e assim, de comum acordo, e após a recusa de dois irmãos para o pastorado da igreja — Adriano Nobre, ausente, e João Nascimento, presente —, elegeram Heráclito Menezes como pastor interino, João Nascimento, como diácono e a mim como secretário.

Soubemos que o missionário Gunnar Vingren havia embarcado para o Rio de Janeiro, e estava prestes a chegar. Quando alguns dias depois, ele chegou, desembarcando na Praça, nós o estávamos esperando.

O irmão Vingren, com toda sua família, foi hospedar-se na casa do irmão Brito, onde ficaram até se mudarem para a Rua Tuiuti.

Com a chegada de Vingren, uma casa foi alugada na Rua Escobar, 57 para transformar-se em local de culto. Consta em ata que no dia 22 de junho de 1924, o missionário fundou a Igreja Assembléia de Deus no Rio de Janeiro, e o primeiro salão da AD foi aberto ao público neste endereço. No domingo seguinte, Macalão é batizado por imersão juntamente com nove mulheres, entre elas Florinda Brito.

Como membro da Assembléia de Deus, Macalão dá início às atividades eclesíásticas tocando violino na Igreja e pregando em praça pública. Mas já no primeiro culto ao ar livre no Campo de Santana, começam as dificuldades. “Nenhuma alma se converteu. A irmã Frida tomou a frente dos cultos ao ar livre” (Macalão *in* Vingren, 2000, p. 140). Entendiam os missionários que o filho do general tinha um tom muito agressivo em suas pregações.

A força com que ele pregava, a convicção com que dirigia seus ataques violentos contra o pecado, vinham sendo, há algum tempo, motivo de censura por parte daqueles que não viam no Evangelho algo que tivesse de ser pregado daquela maneira, às pressas e com uma autoridade até então nunca vista (Almeida, 1983, p. 37).

Censurado por seu jeito “militar” de tratar das questões que envolviam a evangelização, Macalão sente-se isolado e “um sentimento de profundo abandono se apossou

de sua alma” no dizer de Almeida (1983, p. 38). Nesse tempo escreve o hino 149 da Harpa Cristã²¹, em anexo, onde se percebe o ressentimento e uma auto-avaliação sobre sua dificuldade em pregar. Decide, então, voltar suas atenções exclusivamente para os subúrbios do Rio de Janeiro. Após seis anos de atividades eclesiais, Macalão é ordenado pastor por ocasião da 1ª AGO de 1930. Mas, em 1830, Paulo Macalão ainda não era um personagem de destaque nas Assembléias de Deus, nas pesquisas documentais e iconográficas da época, Macalão não é destacado.

Em 1933, Macalão dá início às obras de um templo das Assembléias de Deus em Bangu e mantém os trabalhos em Madureira que fundara em 1929 no salão da residência de um dos membros da igreja. Em 34, casa-se com Zélia de Souza Brito. A cerimônia de celebração da união é conduzida pelo missionário Samuel Nyström na AD em Bangu. Cabe perguntar por que o casamento não ocorreu na Igreja central do Rio de Janeiro? Percebe-se nesse episódio que já existe uma ênfase no trabalho de Paulo Leivas Macalão. Um trabalho com características próprias, suscetível de cindir, e que irá culminar em 1989 com a saída do Ministério Madureira da CGADB.

O Ministério de Macalão cresceu com congregações espalhadas pelo subúrbio do Rio. Em quatorze de março de 1948 inicia-se as obras de construção do templo em Madureira no terreno da Rua Carolina Machado, 174. Quase cinco anos após o início das obras, em primeiro de maio de 1953 a Catedral das Assembléias de Deus de Madureira é inaugurada com capacidade para três mil pessoas em um estilo arquitetônico diferenciado de todos os templos da AD.

Participaram das atividades de inauguração autoridades civis e militares, entre eles um representante do, então, presidente Getúlio Vargas que descerrou a fita simbólica ao som do Hino Nacional (Almeida, 1983, p. 61). Para David Cabral²² (2002, p. 113), a Catedral em Madureira, “é um dos maiores e mais lindos templos evangélicos do Brasil, um edifício monumental, que está como marco do trabalho dos pioneiros e dos que os seguiram na tarefa da evangelização”. A construção apresenta um estilo gótico com arcos ogivais de volta

²¹ A harpa Cristã é o hinário oficial das Assembléias de Deus no Brasil. Lançada em Recife, PE, em 1922, hoje conta com 640 hinos.

²² Ministro do Evangelho, Pastor-presidente da Catedral da Assembléia de Deus em Volta Redonda, RJ – e Presidente da Junta Conciliadora do Estado do Rio de Janeiro.

elevada, abóbadas, enormes janelas com vitrais rendilhados coloridos, ricas decorações ornamentais e um edifício alto e volumoso, em um estilo típico do século XV que deixou brilhantes testemunhos do orgulho comunitário e corporativo (Koch, 2001, p. 82). Trata-se de uma arquitetura incomum no meio evangélico da época.

1.6.3 Expansão do Ministério de Madureira

Em 1937 o ministério de Macalão se estende à São Paulo, passando por Brasília, em 56, e Anápolis, GO, em 1959. Com a expansão da obra é criado, em 1958, o cargo de Pastor Geral do Ministério Madureira e Igrejas Filiadas que é assumido pelo eleito Paulo Leivas Macalão.

Em 1960 funda o Jornal “O Semeador” e o Ministério de Madureira recebe do então Presidente da República Juscelino Kubitschek²³ dois lotes de terra em Brasília. A doação está ligada a uma carta de congratulações que Macalão enviou ao Presidente pela construção de Brasília. O projeto arquitetônico da nova Catedral com seus contornos que lembram um peixe foi criado por Macalão, mas as obras, ao contrário de Madureira, só foram concluídas em 1982, pouco antes de sua morte. Macalão, no início da década de 60, enfrentava problemas com dois pastores Antonio Carneiro e José Rodrigues. Os relatos desse episódio são escassos. Almeida (1983, p. 70) relata apenas que:

Havia movimentos evangelísticos iniciados por igrejas que não se apoiavam na sã doutrina. Para impedir que a proliferação de igrejas não autorizadas continuasse, uma comissão constituída de oito pastores, entre eles Paulo Leivas Macalão e Alípio da Silva, fez pública a resolução da Convenção Geral, que decidira fundar a Convenção Regional das Assembléias de Deus em Brasília. As Assembléias de Deus do Distrito Federal deveriam estar unidas pela referida Convenção Regional, não sendo reconhecida qualquer uma que se recusasse à união – solução encontrada para o grave problema.

Os relatos da Convenção Geral de 1959 (15^a AGO), no *Mensageiro da Paz*, aludem a problemas, conflitos e mal entendidos, porém sem explicitar suas naturezas.

A Convenção foi a mais (...) entusiasta de quantas se realizaram, quiçá ela transformará radicalmente certas anomalias e mal entendidos que até agora não haviam sido tratados com a devida objetividade e atenção por quem era de direito (*Mensageiro da Paz*, 1^a quinze, dez, 1959 apud: Daniel, 2004, p. 323).

²³ Governou o Brasil de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961. Seu governo foi norteado pelo “Plano de Metas” que apresentava a meta n. 31: Construção de Brasília, que seria a síntese de todo o Plano.

Provavelmente se tratasse das questões envolvendo a região Centro-Oeste. Já os relatos da Convenção Geral de 1962 (16^a AGO) não deixam dúvidas. Na ocasião, o pastor Estevam Ângelo de Souza relatou ao plenário a pedido dos pastores Antonio Carneiro e José Rodrigues, ambos de Goiânia, que os dois haviam sido excluídos do Ministério de Madureira e impedidos pela liderança local de participarem das reuniões convencionais. O pastor Estevam concluiu a exposição solicitando a criação de uma comissão especial para apreciar o caso.

Macalão não participou da Convenção Geral de 1962, aumentando assim o mal-estar entre os convencionais. Em seu lugar participou da Convenção o vice-líder do Ministério de Madureira, pastor Alípio da Silva que explicou os motivos que levaram o Ministério de Madureira a expulsar os dois pastores, fez um apelo e insistiu, conjuntamente com o pastor Roberto Montanheiro, para que a Convenção, em vez de criar uma comissão especial, autorizasse a publicação de exclusão no *Mensageiro da Paz*, ratificando assim a decisão do Ministério de Madureira. O vice-presidente da mesa da CGADB, pastor Antonieto Grangeiro, não atendeu o pedido e reforçou a proposta de criação de uma comissão para tratar dos três casos pendentes em relação ao Ministério de Madureira e solicitou reprovação dos atos de todos os obreiros que no uso de mídia escrita ou falada tenham ofendido “particularmente, ou de modo geral, qualquer ministério dentro das Assembléias de Deus no Brasil” (Daniel, 2004, p. 333). Pode-se inferir que tal reprovação na conclusão da fala do vice-presidente da mesa seja uma forma de amenizar o desconforto em não atender o pedido do Ministério de Madureira e por ter criado a Comissão de Assuntos de Brasília sob a presidência do pastor João Batista da Silva que relatou na tarde do dia seguinte:

Ficou acordado entre ambos ministérios que os irmãos Alípio da Silva, Manoel Francisco e Álvaro Motta de um lado, e Antonio Carneiro Alves e José Rodrigues e seus cooperadores de outro, mutuamente se esforçarão para desarmar os espíritos de ambos os lados e assim prepararem o ambiente, para que, em maio próximo, os irmãos de Goiás possam ir a Madureira para que, em conjunto com os demais membros do Ministério, possam selar definitivamente o acordo de reconciliação e pacificação entre si; houve, em consequência desse acordo, uma reconciliação entre os obreiros já referidos, em que o Poder de Deus se manifestou em verdade, com lágrimas sinceras, sendo removida a dificuldade que impedia a presença dos irmãos goianos no recinto convencional (Daniel, 2004, p. 337).

Ainda na 16^a AGO, a Convenção Geral confirmou as autonomias das igrejas de Anápolis, GO e Sobradinho, DF em relação à Brasília. Sobre o conflito com as igrejas em Tarietá²⁴, o relator para tratar do assunto, pastor Cícero Canuto de Lima, leu o parecer:

Ficou acordado que todos os trabalhos menores recém-criados em Brasília, com promessa firmada por todos, unir-se-ão à primeira igreja lá fundada, sendo que esta Convenção reconhece em Brasília somente as igrejas de que são pastores os irmãos Antônio Inácio de Freitas e Francisco Miranda (Daniel, 2004, p. 344).

1.6.4 Jornal “O Semeador” Aumenta o Prestígio de Macalão

Outra iniciativa do pastor Paulo Leivas Macalão, que demonstra força política interna a AD, é a criação do jornal evangélico “O Semeador” em 21 de abril de 1960. Na 1^a AGO o jornal Boa Semente publicado no Norte fora retirado de circulação, dando lugar ao *Mensageiro da Paz* que até então era o único jornal da AD em circulação. Numa rota de ascensão, poder e prestígio no mundo pentecostal, em 1967 Macalão preside a Conferência Mundial Pentecostal no Rio de Janeiro. Foi membro do Comitê Internacional para planejamento e realização da Conferência Mundial Pentecostal e Conselheiro Fiscal da Ordem dos Ministros Evangélicos. Fundou a Escola São Paulo de caráter filantrópico funcionando ao lado da Catedral de Madureira. Apoiou a fundação e foi Presidente do Instituto Bíblico Ebenezer. Por muitos anos foi Conselheiro da Sociedade Bíblica do Brasil, Conselheiro Vitalício da Casa Publicadora das Assembléias de Deus no Brasil e até o fim de sua vida foi Presidente Efetivo da Convenção Nacional de Obreiros de Madureira tendo deixado 242 hinos gravados na Harpa Cristã — cerca de quarenta e seis por cento²⁵ —, número não alcançado por nenhum outro autor ou tradutor.

O crescimento nacional do Ministério de Madureira e a personalidade do pastor Macalão sempre foram fatores que dificultavam o bom relacionamento com a Missão. Em 1971 foram realizados dois cultos com o objetivo de se restabelecer as boas relações entre o Ministério de Madureira e o Ministério de São Cristóvão. Durante o culto em Madureira o

²⁴ O distrito de Tarietá fora criado com sede no povoado de “Belém”, pelo Decreto no 01, de 03 de junho de 1892. A Lei no 4.426 de 08 de agosto de 1960 desmembrou dos municípios de Itaguaí e Vassouras, respectivamente, os distritos de Paracambi e Tarietá, cujas terras passaram a constituir o único distrito do município de Paracambi. (Municípios e Topônimos Fluminenses: Histórico e Memória. Publicação da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro).

²⁵ Cálculos realizados a partir da 13^a ed. de 1983 da Harpa Cristã publicada pela CPAD.

pastor Túlio Barros Ferreira, de São Cristóvão, apresentou em sua homilia os esforços conciliatórios entre os ministérios:

O pastor Paulo Macalão passou a direção do trabalho ao pastor Túlio Ferreira, que pregou a mensagem oficial da noite, falando dos esforços ininterruptos que o inimigo de nossas almas, Satanás, tem empregado para tentar dividir as Assembléias de Deus no Brasil, mostrou que o Leão da Tribo de Judá, nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, interferira em favor do seu povo, fazendo brotar nos corações o espírito conciliatório, e envergonhando o inimigo. Salientou o pastor Túlio que não existe mais a Assembléia de Deus do Ministério de Madureira e a Assembléia de Deus do Ministério de São Cristóvão, e sim uma só igreja (Almeida, 1983, p. 75). (Grifo nosso).

1.6.5 Tensão entre Ministérios Aumenta a Partir de 1985

Em 1985, na 27^a AGO, as divergências com o Ministério de Madureira voltam a figurar no temário da Convenção Geral sob a pauta: “Unificação dos ministérios em ‘um só corpo’”. A convenção realizou-se na Igreja Assembléia de Deus em Anápolis, GO, vinculada ao Ministério de Madureira, que na ocasião contava com cinqüenta e um templos, cinco mil e quinhentos membros e um mil e trezentos congregados. Na pauta da Convenção Geral estava a eleição da Mesa Diretora para o Biênio 1985 - 87.

Na Convenção de 1985 há muita tensão. Anápolis é um campo de batalha, para se valer de uma expressão de Bourdieu²⁶, onde há muita expectativa sobre a reeleição de Manoel Ferreira. Para tentar derrotá-lo, uma chapa é engendrada um ano antes, no 3^o EMAD — Encontro de Ministros das Assembléias de Deus, realizado em João Pessoa, PB em outubro de 1984. Há uma expectativa que a Mesa Diretora da CGADB não homologasse a Chapa Consenso, mesmo com 101 assinaturas de apoio. Sobre essa expectativa relata Daniel (2004, p. 503) com base no *Mensageiro da Paz*:

A maior expectativa dos pastores voltava-se para a chapa consenso, fruto do entendimento nacional que foi aprovado no 3^o Emad²⁷, realizado em João Pessoa. Porém, as palavras do pastor Manoel Ferreira, ao final do culto de abertura, foram bem claras a respeito. Ele disse que os convencionais “podiam dormir tranquilos, pois a chapa de consenso representa a

²⁶ Pierre Bourdieu em seu livro “A Economia das Trocas Simbólicas” apresenta a sociedade como um campo de batalha operando com bases nas relações de força manifestadas dentro da área da significação.

²⁷ 3^o Emad — Encontro de Ministros das Assembléias de Deus, realizado em outubro de 1984 em João Pessoa, PB. A partir de 1985 muda-se a nomenclatura de EMAD para ELAD, inclusive dando nova contagem ordinária.

unanimidade da igreja, e ela será homologada na instalação dos trabalhos da Assembléia de Deus”.

No mesmo culto de abertura da Convenção o presidente da Ceader — Convenção Evangélica das Assembléias de Deus no Estado do Rio de Janeiro —, manifestou-se a favor da Chapa Consenso e conclamou os convencionais dizendo: “Cremos que Deus vai abençoar sobremodo esta Convenção. Já não temos dúvidas de que a nossa coesão para a Chapa Consenso represente a maior vitória que vamos ter nestes dias” (p. 504). Nas eleições, do dia seguinte, o representante do Ministério de Madureira, pastor Manoel Ferreira, então Presidente da CGADB, no biênio 1883 – 84, é derrotado pela Chapa Consenso que tem como presidente José Pimentel de Carvalho, Manoel Ferreira como primeiro vice-presidente e, entre outros, o pastor José Wellington Bezerra da Costa como primeiro secretário.

Em 1987 em Salvador, BA, realizou-se a 28ª AGO. Duas chapas concorreram à presidência da Mesa Diretora da CGADB. Uma liderada pelo pastor Alcebíades Pereira Vasconcelos e a outra pelo pastor Manoel Ferreira, de Madureira. Novamente o clima é tenso e o *Mensageiro da Paz* traz um comentário sobre as eleições de 1987:

O ambiente era de expectativa, principalmente pela rigidez das normas na hora do recebimento das cédulas, que eram entregues ao convencional no momento em que ele entrava no plenário. A maior preocupação de todos, porém, era com a unidade da igreja, que deveria ser preservada qualquer que fosse o resultado da eleição (Daniel, 2004, p. 516).

O pastor Alcebíades Pereira Vasconcelos (2003, p. 103) lembra que o Ministério de Madureira incluiu na chapa dois nomes de expressão nacional que não faziam parte de Madureira. Tratava-se de uma estratégia para dividir votos. Realizou, ainda, uma campanha de propaganda “de modo nitidamente político partidário”:

...onde todos os pastores, evangelistas e missionários se defrontaram com a propaganda acintosa do pastor Manoel Ferreira, candidato à presidência pelo Ministério de Madureira, até na antecâmara do plenário da eleição. De nossa parte, a única coisa feita foi a distribuição, para quem quis, de um pequeno impresso com os nomes dos candidatos integrantes da chapa.

Nas urnas venceu a chapa do pastor Alcebíades Ferreira Vasconcelos que tinha o pastor José Wellington Bezerra da Costa como primeiro vice-presidente. Pela análise do pastor Alcebíades (2003, p. 103), “a assembléia geral poderia ter sido melhor e ter produzido melhores frutos para nossa igreja como um todo, se houvesse sido realizada no espírito cristão, e não no espírito político, como o foi”.

Contraopondo-se à versão da história apresentada por Daniel e Vasconcelos, o pastor Davi Cabral²⁸ (2002, p. 143) afirma que o estatuto da CGADB não permitia a reeleição em 1985, logo houve um acordo para que a passagem da presidência da Mesa Diretora para o Ministério da Missão fosse tranqüila. Manoel Ferreira não lançaria um nome de Madureira, em vez disso o cargo de 1º vice-presidente ficaria para o Ministério de Madureira, na pessoa do próprio Manoel Ferreira. Em 1987 seria formada uma chapa e a presidência voltaria para o Ministério de Madureira e o cargo de 1º vice-presidente para o Ministério da Missão.

Entretanto, em janeiro de 1987, quando novamente o acordo fora previamente combinado com as lideranças de ambos os segmentos, na assembléia de abertura da convenção em Salvador, BA, os ministros de Madureira foram surpreendidos com a mudança abrupta, de posição do ministério co-irmão que resolveu formar chapa exclusiva. Levando-se em conta a não mobilização do ministério de Madureira para uma votação, a vitória foi difícil para os concorrentes (Cabral, 2002, p. 147).

Cabral (2002, p. 147) afirma que a nova Mesa Diretora, logo ao assumir, resolveu retomar a questão da Jurisdição Eclesiástica que estabelece: onde há uma Assembléia de Deus, de um determinado Ministério, outra não pode se estabelecer. Este dispositivo, segundo o autor, tinha por objetivo limitar a expansão do Ministério de Madureira que desde 1958 possuía o Estatuto Padrão e a CNMEADMIF — Convenção Nacional de Ministros Evangélicos das Assembléias de Deus de Madureira e Igrejas Filiadas —, que permitiam uma expansão em todo território nacional.

O gigantismo do Ministério de Madureira, simbolizado pela exuberante Catedral de Madureira, passava agora a ser cerceado pela CGADB. Segundo Cabral (op. cit.), Madureira, por sempre ter respeitado o dispositivo da Jurisdição Eclesiástica, estava restrita a poucos Estados, enquanto a Missão não respeitava o dispositivo e abria trabalhos em locais onde existiam igrejas do Ministério de Madureira com o objetivo de enfraquecimento do Ministério de Madureira (p. 143 – 144). Logo, para Cabral, a CGADB agia com o objetivo de limitar e enfraquecer o Ministério de Madureira.

²⁸ David Cabral é Pastor-presidente da Assembléia de Deus em Volta Redonda, RJ, e presidente da Junta conciliadora do Estado do Rio de Janeiro, ligado ao Ministério de Madureira.

1.6.6 29ª AGO de 1989 – Ministério de Madureira é Desligado da CGADB

A 29ª AGO de 1989, sob a presidência do pastor José Wellington Bezerra da Costa, foi convocada pela mesa Diretora da CGADB sob a designação de 1ª Assembléia Geral Extraordinária. O pastor José Wellington que na 28ª AGO era o 1º Vice-Presidente, passou para a presidência da CGADB com o falecimento do então Presidente pastor Alcebíades Pereira de Vasconcelos em 12 de maio de 1988.

Na pauta da Convenção apenas três temas, sendo o primeiro: o relacionamento da CNMEADMIF e a CGADB. A decisão aprovada pelo plenário foi o desligamento do Ministério de Madureira da CGADB em uma votação de 1.648 a favor em um total de 1656 votos. Como consequência da resolução, ficaram suspensos os direitos de ministro de pastores e evangelistas de Madureira em todo o país. A resolução aprovada na ocasião encontra-se atualmente no artigo 9º do Estatuto da CGADB, no capítulo III: Dos Membros, Direitos, Deveres e Penalidades:

Art. 9º É vedado aos membros da Convenção Geral:

- I. – abrir trabalhos em outra região eclesiástica e receber ministros ou membros de uma Assembléia de Deus no Brasil atingidos por medida disciplinar;
- II. – apoiar, em qualquer hipótese, trabalhos dissidentes por acaso existentes ou que venham a existir em qualquer região eclesiástica da mesma fé e ordem;
- III. – vincular-se a qualquer tipo de sociedade secreta;
- IV. – vincular-se a movimento ecumênico;
- V. – vincular-se a mais de uma Convenção Estadual ou Regional;
- VI. – vincular-se a outra convenção nacional ou de caráter geral, com abrangência e prerrogativas da Convenção Geral;
- VII. – exercer seu ministério isoladamente, sem vínculo a uma Convenção Estadual ou Regional;
- VIII. – exercer funções ministeriais, isoladas ou não, onde a Igreja ou Convenção Estadual ou Regional da qual se transferiu, mantenha atividades;
- IX. – descumprir as normas estatutárias e regimentais da Convenção Geral.

Daniel (2004, p. 526), ao referir-se ao artigo 9º do Estatuto da CGADB, argumenta: “Este dispositivo estatutário torna evidente a superioridade da Convenção Geral sobre as demais convenções a ela filiadas e que, portanto, não podem ser considerados membros da Convenção Geral...”. Expõe, ainda, que a CNMEADMIF violou sistematicamente algumas resoluções da CGADB, em uma demonstração de força e de confronto. Entre as resoluções da Convenção de Madureira que ferem o Estatuto da CGADB, destacam-se:

- a. 06 de outubro de 1987, resolveu:
 - Abrir oficialmente trabalhos do Ministério de Madureira em todo Território Nacional.
- b. 05 de janeiro de 1988, resolveu:
 - Receber o pastor Benjamin Filipe Rodrigues, que havia sido desligado da CGADB.
 - Ignorar quaisquer decisões que foram ou venham a ser tomadas pela atual Mesa Diretora da CGADB sobre as pendências que envolverem ou que envolvam o Ministério de Madureira” (Daniel, 2004, p. 527).

Circulou durante a 1ª Assembléia Geral Extraordinária um abaixo assinado de solidariedade à Mesa Diretora da CGADB, e cita os Estados onde há Convenções de Madureira e que devem ser desligadas: Mato Grosso do Sul; Espírito Santo; São Paulo; Minas Gerais; Paraná e Distrito Federal. O abaixo assinado e a votação expressiva de mais de noventa e nove por cento dos votos pelo desligamento de Madureira evidencia que o desligamento de Madureira não é uma atitude isolada da Mesa Diretora da CGADB.

1.6.7 Nova Fase da Assembléia de Deus

Com o falecimento do presidente da CGADB, Alcebiades Pereira Vasconcelos, em maio de 1988 assume interinamente a presidência o 1º vice-presidente José Wellington Bezerra da Costa. Após estar à frente da Mesa Diretora da CGADB na 1ª Assembléia Geral Extraordinária, que desligou o Ministério de Madureira, José Wellington renunciou a presidência em outubro de 1989 dois meses antes da 30ª AGO, quando viria a candidatar-se e vencer pela primeira vez a disputa ao cargo de presidente da Mesa Diretora da CGADB pelo triênio de 1990-1993. Na gestão de 1993 a 1995 José Wellington compôs a Mesa Diretora

como 1º vice-presidente, retornando à presidência nas gestões de 1995 – 1999, 1999 – 2001, 2001 – 2003, 2003 – 2005 e no dia 08 de abril de 2005 e reeleito por aclamação para a presidência para o triênio 2005 – 2007. Atualmente o pastor José Wellington é líder da Igreja Assembléia de Deus no Belenzinho – SP e da Convenção Fraternal e Interestadual das Assembléias de Deus no Ministério do Belém — Confradesp.

1.7 Projeto Político da CGADB

Segundo a CGADB, o projeto político idealizado pelo Conselho Político Nacional tem por objetivo último a valorização do voto evangélico. O apoio não retribuído²⁹ da CGADB, entre outros, ao então candidato à presidência da República em 1994, Fernando Henrique Cardoso, levou a AD a uma reflexão sobre quais mecanismos poderiam garantir reconhecimento do valor do voto evangélico. Observa-se que desde 86, com a onda de inserção dos assembleianos na política partidária brasileira, a família do pastor José Wellington Bezerra da Costa vem se inserindo gradativamente na política a reboque do projeto político. A exemplo do presidente da CGADB, outros líderes regionais também têm apresentado parentes como candidatos a parlamentares. Deve-se ressaltar, porém que dos cinco filhos do líder máximo da AD, hoje somente Marta Freire Costa é vereadora em São Paulo. Paulo Freire é hoje vice-presidente do Conselho Político Nacional da CGADB e Joel Freire após seu mandato como deputado Estadual deixou a vida pública para dedicar-se exclusivamente às atividades pastorais nos EUA. Não é possível afirmar que o escândalo envolvendo Manoel Moreira tenha sido um fator decisivo na decisão de Joel Freire deixar a vida pública. Mas a vinculação do Nome de Joel Freire com o de Manoel Moreira em 1990 é notória.

1.7.1 Joel Freire Costa

Em 1990, ano em que Fleury Filho candidatou-se ao governo de Estado de São Paulo, Joel Freire Costa (15195), filho do Pastor José Wellington Bezerra da Costa, lança-se candidato a deputado estadual em campanha conjunta com Manoel Moreira (1542) candidato

²⁹ Sobre a questão do apoio da CGADB, em 1994, à Fernando Henrique Cardoso será abordado no capítulo III na reportagem de fevereiro de 1995.

à reeleição para deputado federal. Com o slogan “Quando a base é sólida o trabalho permanece” e o apoio da Assembléia de Deus do Belenzinho tiveram êxito no pleito eleitoral. Moreira e Freire Costa investiram em um disco compacto simples, em vinil, distribuído nas igrejas da Assembléia de Deus ligadas a CGADB. Na contra-capas do disco encontra-se um discurso dirigido ao público evangélico. A mensagem é simples: para enfrentar a pobreza e o desespero basta aproximar-se de Deus:

É importante que você escolha alguém que pensa como você. Alguém que conheça as necessidades do povo de Deus, as barreiras que a Igreja enfrenta e o que significa milhões de homens, mulheres e crianças presos pelas garras da pobreza e do desespero: longe de Deus. Em 3 de outubro não fique indiferente. Vote com a gente.

Manoel Moreira: um servo de Deus que conhece o nosso meio e tem experiência. Um dos deputados mais atuantes na constituinte, onde apresentou 337 emendas, ele é considerado pelo Congresso Nacional como o deputado evangélico mais preparado para exercer o mandato. Um homem moderado, coerente, que pensa grande, colocando Deus como o mais importante em sua vida.

Joel Freire Costa: Um homem jovem, que tem dedicado toda sua determinação e energia para o crescimento da igreja. Bom administrador, sempre se preocupou com o bem-estar de seus semelhantes e é por eles que vai usar seu talento político na Assembléia Legislativa. Homem temperante, segundo os padrões de Deus, vai trabalhar com garra para uma vida melhor. Escritório Político em São Paulo: Rua Conselheiro Cotegipe, 301 – CEP: 03058 e em Campinas: Av. Benjamin Constant, 1429 – 1º andar – CEP 13100.

1.7.2 Marta Freire Costa

Em entrevista à Revista Mulher: Lar & Família, ano 5 – n. 20 – jul – set/2004 publicada pela CPAD, Marta Freire, em entrevista a Gilda Júlio, apresenta sua candidatura pelo PTB — Partido Trabalhista Brasileiro —, à Câmara dos Vereadores com apoio do Conselho Político Regional de São Paulo da CGADB e a coligação com o PT — Partido dos Trabalhadores. Apoio igualmente importante vieram dos pais: José Wellington Bezerra da Costa e Wanda Freire. Quanto à coligação com o PT, Mariano (2005) observa que tem havido um deslocamento dos assembleianos para os partidos de esquerda, em contraposição da posição radical de direita dos anos 80 e início de 90.

Marta Costa, atualmente no PFL, atua na Câmara dos Vereadores de São Paulo em várias frentes. É presidente da Comissão Extraordinária Permanente da Mulher; integrante da CPI 2005 sobre o Trabalho Escravo; integrante da Comissão Extraordinária Permanente pelos

Direitos da Criança e do Adolescente; integrante da Comissão Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e compõe a Bancada Evangélica.

A Bancada Evangélica na Câmara dos Vereadores em São Paulo gestão 2004 – 2007 é integrada por: Noemi Nonato (PSB), Jorge Tadeu (PMDB), Jorge Borges (PP), Bispa Lenice (PFL), na ocasião eleita pelo PV, Carlos Alberto Bezerra Jr. (PSDB), Carlos Apolinário (PDT), Bispo Atílio Francisco (PTB) e Marta Costa. De acordo com a Folha de São Paulo de 06 de outubro de 2004, Myryam Athie (PPS) e Claudete Alves (PT), novas convertidas, passam também a fazer parte da Bancada Evangélica.

1.8 Comissão Política da CGADB e o Projeto Cidadania AD Brasil

A Comissão Política da CGADB foi criada na 35ª AGO, de Janeiro de 2001, em Brasília. No dia 03 de agosto do mesmo ano, a Comissão apresentou o “projeto sócio-político com planos e metas para inserir, de forma articulada, as Assembléias de Deus no Brasil no contexto político Nacional”.

O Projeto Cidadania AD Brasil³⁰, assim intitulado, tem como objetivos: manter vigilância sobre a liberdade religiosa, apoiar iniciativas que promovam uma sociedade mais justa; estimular consciência coletiva maior, sobre questões da esfera social e colaborar para disseminar princípios emanados da Palavra de Deus, na sociedade. Para o pastor Ronaldo Fonseca de Souza, presidente do Conselho Político Nacional, o Projeto Cidadania AD Brasil é um marco na história da AD, e afirma: “Se todos os evangélicos tomarem posição como nós assembleianos estamos tomando hoje, com o mesmo empenho com que agem em outras atividades das igrejas, vamos galgar grande posição e vamos ajudar melhorar a política no Brasil”. Na mesma linha de raciocínio o pastor Isamar Pessoa Ramalho, líder da AD em Boa Vista, considera que as mudanças necessárias na política brasileira só ocorrerão quando os assembleianos estiverem ocupando os cargos públicos:

Por outro lado, políticos no Brasil inteiro tiram proveito do povo assembleiano, sem contudo assumir quaisquer compromissos com os mesmos. A Bíblia diz que nós somos sal da terra e a luz do mundo e não podemos ser nem um, nem outro, se não estivermos em local adequado. Ficamos o tempo todo na retaguarda, muita das vezes apenas criticando, mas

³⁰ O Projeto Político da CGADB pela valorização do voto evangélico foi distribuído por ocasião da 37ª AGO, em 2005, no Rio de Janeiro. Documento segue, em anexo, na íntegra.

não sem participar de nada. Para haver mudança eficaz nós temos que estar lá (MP, 2001, p. 3).

Conclui Ronaldo Fonseca de Souza que a criação do Conselho Político Nacional e a inserção de forma articulada da AD rumo à política partidária brasileira — em uma decisão de se ampliar a visão da Igreja sobre a sociedade —, vai ao encontro das necessidades do povo brasileiro. “Interessa-nos políticos cristãos, que tenham ética e que estejam coadunados com as doutrinas das Sagradas Escrituras para ajudar fomentar a justiça social”.

É notório que a partir da criação da Comissão Política e de matéria publicada no MP de junho de 2001 sobre a mobilização da AD nos meios políticos partidários, as igrejas da AD começam a lançar candidatos em todas as regiões do país, na mesma época o Mensageiro da Paz começa a ampliar de forma significativa espaço editorial para as questões políticas que envolvem a sociedade brasileira.

1.8.1 2o Fórum Nacional do Conselho Político da CGADB

De 08 a 10 de março de 2005 realizou-se em Brasília o 2º Fórum Nacional do Conselho Político da CGADB. Sob o tema *Um Chamado à Cidadania Cristã* reuniram-se membros da Mesa Diretora da CGADB, representantes políticos das AD's de diversos Estados e líderes de Convenções Estaduais e Regionais. As palestras foram proferidas pelo atual Secretário de Governo e Coordenação do Estado do rio de Janeiro, Anthony Garotinho; o professor de Comunicação Cristã e ex-deputado federal Fausto Rocha; Presidente do Conselho Político Nacional, Pastor Ronaldo Fonseca de Souza; o Secretário do Conselho Político, Pastor Geremias do Couto, e o Pastor e escritor Eleazar Cecon.

Garotinho convidado a falar sobre *O Brasil e Sua Política Econômica*, acabou sendo argüido sobre sua fidelidade à CGADB. Isto porque a CGADB apoiou Garotinho para a presidência da república, 2002 – 2006, no primeiro turno. A questão é que Garotinho não passou para o segundo turno e a CGADB apoiou José Serra. Garotinho, em desacordo, apoiou Luis Inácio “Lula” da Silva. Sobre esta questão argumentou Garotinho:

Eu apoiei Lula para o segundo turno porque eu acreditava que ele tinha um projeto para o Brasil. Quando, poucos dias antes de sua posse, ele me convidou para ser ministro e eu recusei, vi que tinha sido enganado. Perguntei qual era o plano de governo de Lula, e ele não tinha. Eu pensei: Não posso estar ouvindo isso aqui!

Quando percebi que Lula iria continuar a mesma política econômica de seu antecessor, percebi meu engano. Porque minha campanha não era contra o

Serra. Era contra o modelo econômico de Fernando Henrique Cardoso, a que Serra daria continuidade. Mas Lula deu prosseguimento a essa mesma política. Eu já pedi desculpas umas vinte vezes porque votei no Lula. Estou pagando por essa falha até hoje. O preço é a perseguição. Nunca ninguém foi tão perseguido por Lula como eu. Então a Bíblia nos ensina que quando a gente erra deve pedir perdão e eu fiz isso, várias vezes, àqueles que decepcionei com esta posição. Prova disso é que não tirei proveito algum desse apoio até hoje (Jornal AD Brasil, ano3, n. 8, 2005, p. 5).

Na conclusão de sua palestra Garotinho afirma sua intenção de voltar a concorrer à presidência da república: “Vou me estruturar, vou fazer de mim o que for possível e, se for vontade do Deus Todo-Poderoso, nós vamos chegar lá!”.

Capítulo II

2 O Brasil, Os Pentecostais e a Assembléia de Deus

2.1 Brasil Império

A Constituição Imperial do Brasil, promulgada em 25 de março de 1824, permitia a escravidão, limitava o sufrágio pela renda mínima e pelo status social — negava os direitos políticos às mulheres, criados e religiosos — e instituía a religião oficial do Estado que obrigava seus parlamentares a praticar a religião legal. Se levado em consideração o fato de que o Brasil, na época, era escravocrata, latifundiário e agrícola, é certo que o país estava atrasado em relação às idéias do século XIX a despeito da Constituição merecer elogios (Melo Franco, 1980, p. 23). A Constituição de 1824 foi o divisor de águas que deixou de um lado os grupos e facções que lutavam pela predominância de certos interesses e de outro, pós Constituição, os partidos políticos como poder legítimo normativo do Direito Constitucional.

Nacionalistas (portadores de uma consciência nacional) existiam desde as lutas contra a Holanda; partidários da Independência e mesmo da República podem ser encontrados no século XVIII, pelo menos desde a Inconfidência; liberais-constitucionalistas e republicanos-democratas, desde os alvares do século XIX e, neste particular, as associações secretas tiveram grande importância. Mas não havia partidos verdadeiros que exprimissem estas variadas posições políticas. O que existia eram, repetimos, simples facções (Melo Franco, 1980, p. 26).

Observam-se dois núcleos de atração de parlamentares desde os trabalhos da Constituinte, em 1823, até o último ano em que D. Pedro I governou com o Parlamento, em 1831: o de governo e o de oposição. Sem, contudo ainda se caracterizarem como partidos políticos. No primeiro reinado podiam-se encontrar grupos como os republicanos (exaltados), os moderados e os restauradores (corcundas). Mas ainda não podiam ser considerados

partidos. Com base nos escritos de Otávio Tarquínio de Souza, Melo Franco (1980, p. 27-28) diz que esses agrupamentos, em torno de algumas idéias, “eram fluidos, até certo ponto ocasionais, de vida limitada à cidade da Corte, sem nenhuma base eleitoral. Sua força principal não estava em eleitores, mas numa imprensa efêmera e desatinada”.

Diferentemente de Américo Brasiliense³¹ que estabelece a formação dos partidos Restaurador, Republicano e Liberal a partir de 1831, dá-se preferência à conceituação de Melo Franco quando analisa a formação dos partidos políticos no Brasil.

2.1.1 Formação dos Partidos: Liberal e Conservador

A organização dos partidos políticos é perceptível na Regência³². Joaquim Nabuco³³ (*apud* Melo Franco, 1980, p. 28-29) precisa a formação de dois partidos no mesmo período em que há uma manifestação de força da monarquia que levou ao poder o “Ministério das Capacidades³⁴” em 19 de setembro de 1837. Trata-se do Partido Liberal e do Partido Conservador. O regime parlamentar entra em um regime de estabilidade com a submissão do “Ministério das Capacidades” à Câmara abrindo espaço para a formação dos partidos. Conclui Nabuco:

A monarquia estava em distância de exercer já sua ação tranqüilizadora. Respirava-se no meio das ondas agitadas o eflúvio da terra vizinha. Os partidos³⁵ começam a contar com o dia do juízo, a considerar-se responsáveis. Na legislatura de 1838 entrará uma forte falange liberal; ressuscita a grande figura de Antônio Carlos. Formam-se então dois partidos que hão de governar o país até 1853 e disputar terreno da lealdade à Monarquia constitucional.

Em linhas gerais o Partido Liberal representou, nessa época, os interesses da burguesia urbana, do capitalismo comercial, e as convicções de intelectuais progressistas, escritores,

³¹ BRASILIENSE, Américo. Os programas dos partidos e o segundo império: exposição de princípios. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.

³² Durante a menoridade de D. Pedro II firmou-se um governo provisório que marca o início do segundo reinado no Brasil, entre 1831 e 1840.

³³ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. São Paulo: Editora Nacional, 1936. Volume I, p. 31.

³⁴ Araújo Lima assume como regente interino e nomeia um gabinete que ficou conhecido como Ministério das Capacidades. Nesse gabinete sobressaía a figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Ministro da Justiça e posteriormente do Império. Com Araújo Lima os regressistas instalaram-se no poder.

jornalistas, professores e magistrados, entre outros. O Partido Conservador, por sua vez, defendia, principalmente, interesses da propriedade territorial e da economia agrária e que a partir de 1836 consegue enviar maioria à Câmara. No seu bojo estavam os regressistas. “O café passara, de experiência e de cultura marginal, a centralizar as atenções e os interesses dos lavradores do sul. Concorrendo com o açúcar do norte, em breve o suplantaria na vida econômica” (Melo Franco, 1980, p. 33). A Abolição, em 1888, marca o enfraquecimento do Partido Conservador com sua dissolução em 1889, ano da Proclamação da República.

2.1.2 Partido Progressista e Partido Histórico

Por volta de 1860 há um aumento no volume do comércio exterior, o capitalismo financeiro interno se expandiu pelo favorecimento de políticas de inibição do tráfico de escravos. De acordo com Malheiro³⁶ (*apud* Melo Franco, 1980, p. 40), o problema da Abolição começa a se fazer sentir. Some-se a esse problema a Guerra do Paraguai para que o campo de batalha político brasileiro se tornasse propício a embates políticos que culminaram com a Proclamação da República. Segundo o Senador José Tomás Nabuco de Araújo (1813-1878), em 1860 predominava o antagonismo entre governo e oposição na Câmara que estava dividida em três grupos principais: liberal, conservador e sua ala dissidente: os moderados, que se aproximavam do primeiro para formarem o Partido Progressista, também chamada Liga Progressista. Uma fórmula de união entre conservadores moderados e liberais. Mas a heterogeneidade do partido abriu brechas para o surgimento do Partido Histórico que acabou por enfraquecer o Partido Progressista. Diante do quadro em tela, agravado por desentendimentos³⁷, o então Imperador, D. Pedro II, sem consulta prévia ao eleitorado, substituiu os progressistas da Câmara por conservadores. Este fato é crítico para processo de desintegração do sistema monárquico.

³⁵ Melo Franco observa que Joaquim Nabuco refere-se aqui, como tantos outros historiadores, às facções políticas.

³⁶ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1867. Volume III.

³⁷ Caxias, no comando das forças brasileiras, desentendeu-se com o Gabinete de Conciliação liderado por Zacarias de Góis. D. Pedro II interveio a favor de Caxias e compôs um gabinete totalmente afinado com Caxias — um conservador. Com a queda do Gabinete Progressista, em 1868, encerrou-se, portanto, a era da Conciliação. A nomeação de Caxias para o comando das forças brasileiras contra o Paraguai se deu por pressão do Partido Conservador (Fausto, 2004, p. 214).

Em 1870 termina a Guerra do Paraguai e começam a ficar evidentes uma série de sintomas de crise no Segundo Reinado. É o começo do fim do Império. Como consequência da guerra o Brasil fica ainda mais endividado com a Inglaterra. O exército brasileiro sai fortalecido do conflito, afirma-se como instituição de “fisionomia e objetivos próprios” (Fausto, 2004, p. 216). A Guerra do Paraguai irá dar seus frutos e dividendos aos combatentes como o General Deodoro da Fonseca e o Marechal Floriano Peixoto que irão se apresentar como signatários da República no Brasil.

2.1.3 Crise do Segundo Reinado (1870-1889) e o Partido Republicano Paulista — PRP

Alguns fatores relevantes são apontados como os principais geradores da crise que pôs fim ao Segundo Reinado. Fausto (2004, p. 217) apresenta os fatores que, segundo ele, foram os fundamentais: o início do movimento republicano, os conflitos entre Estado e Igreja, e os atritos entre governo imperial e Exército que se somaram ao problema da escravidão. Caio Prado Jr. (2001, p. 94), lembra que a “economia universal, de que o Brasil entrava, com a Independência, a participar” também teve papel fundamental para que o Segundo Reinado chegasse a termo.

O movimento republicano, no seio do Segundo Império, através de um trabalho com objetivos, processos e programa bem estruturado, formava opinião e expunha os reiterados erros do governo que vinham à tona. O maior impacto, mais imediato, desse trabalho se dava junto aos intelectuais e parlamentares progressistas, mas aos poucos, muito lentamente, chegava à base da pirâmide social brasileira. Quando da Proclamação da República, a população brasileira em geral não tinha a menor idéia do significado de República.

2.1.3.1 Movimento Republicano

Em 1866, Rangel Pestana, José Monteiro de Souza e Henrique Limpo de Abreu fundaram o jornal liberal *Opinião Liberal* que difundia idéias republicanas³⁸ que reclamava do

³⁸ O *Opinião Liberal* defendia: descentralização; ensino livre; polícia eletiva; abolição da Guarda Nacional; Senado temporário e eletivo; extinção do poder moderador; substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; separação da judicatura da polícia; sufrágio direto e generalizado; presidentes de província eleitos pela mesma; suspensão e responsabilidade dos magistrados pelos tribunais superiores e poder legislativo; magistratura independente, incompatível e escolha de seus membros fora da ação do governo; proibição dos representantes da nação de aceitarem nomeação para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações; opção pelos

governo imperial uma tomada de decisão: ou a manutenção do *status quo* ou ceder às reformas. Nas palavras de Caio Prado Jr. (2001, p. 102), em 16 de julho de 1868 o Império se definiu “francamente pelo passado”, com a substituição³⁹ do Ministério progressista de Zacarias de Góis por um Ministério conservador. Este procedimento é um desrespeito às regras estabelecidas do jogo democrático, da época, e estabelece o marco de uma nova fase política do Império. Como consequência imediata há uma reestruturação dos liberais, rápida coordenação dos republicanos e a elaboração de um programa para o “Novo Partido Liberal”, entre outras. A opinião republicana continua a se alastrar à medida que as instituições monárquicas vão caindo em desprestígio.

Em 1870 nasceu, no Rio de Janeiro, o Movimento Republicano com a publicação de um manifesto que tinha Lopes Trovão como um dos signatários. No movimento havia defensores da revolução popular como caminho para se chegar à República, e aqueles, como Quintino Bocaiúva, que defendiam uma transição pacífica. Em 1873 é fundado o Partido Republicano Paulista — PRP, composto majoritariamente pela burguesia cafeeira. “O ponto fundamental do programa do partido consistia na defesa da federação, ou seja, de um modelo de organização política do país em que as unidades básicas são as províncias” (Fausto, 2004, p. 228). Na interpretação do PRP, São Paulo era sub-representado no Parlamento e nos órgãos da monarquia, contribuía demasiadamente com a receita do império e não recebia os benefícios proporcionalmente. Em 1884, o PRP elegeu para a Câmara dos Deputados os parlamentares: Prudente de Moraes e Campos Sales. Moraes viria a assumir em 1894 como primeiro Presidente Civil da República e Sales, em 1898, como segundo Presidente Civil da República (Koifman, 2002, p. 61 e 95).

2.1.3.2 Relações entre o Estado e a Igreja no Segundo Império

Como já mencionado anteriormente, na Constituição Imperial Brasileira de 1824 o Império se declara católico. A Constituição reafirma que a religião católica romana continuará

funcionários públicos, uma vez eleitos, pelo emprego ou cargo de representação nacional (Prado Jr., 2001, p. 102).

³⁹ Sem dissolver a Câmara, sem consulta prévia ao eleitorado, o Imperador substituiu abruptamente a linha progressista por um Ministério conservador mais afinado com o Marechal Deodoro, pivô deste episódio. O próprio D. Pedro escreve: “Foi pelo desejo de terminar a guerra com a maior honra e proveito (em relação às nossas relações externas) para o Brasil, que não cedi na escola do Senador. O Ministério Liberal não podia continuar com a permanência de Caxias à testa do Exército...” (Buarque de Holanda, 2005, p. 124).

a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particularmente, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo” (Llano Cifuentes, 1989, p. 238). O confessionalismo brasileiro manifestado na Constituição é um regalismo que se faz evidente. É a ingerência do Império nas questões religiosas em que as intromissões ultrapassam, em diversos campos, os desejos da Igreja e as competências do Estado. Por outro lado, conforme observa Oliveira Lima (*apud* Llano Cifuentes, 1989, p. 238-239), o clero também fazia intervenções excessivas na política do Império, com intromissões nos partidos, e com freqüência, participavam dos quadros da maçonaria.

Há consenso entre os estudiosos da Questão Religiosa⁴⁰ no Brasil de que a “Igreja Católica nacional estava numa condição muito precária durante o Império”. A classe clerical católica no Brasil “tendia a ser ou ignorante ou jansenista, envolvido em política, negligente em seus deveres espirituais e flagrante violador das regras do celibato”. Vieira (1980, p. 27) relaciona alguns fatores que favoreceram o enfraquecimento da Igreja Católica, na época, e que levariam ao aumento de tensão entre Igreja e Estado:

Sobre o aspecto político, é destacado que estando sobre o controle do Estado, o uso e o abuso do direito de padroado da Coroa enfraqueceu ainda mais a independência da Igreja. Esse enfraquecimento político é exemplificado pela subserviência da maioria do clero ao Governo, em troca de cargos públicos.

A fraca condição econômica da Igreja estava intimamente ligada à anterior. O clero todo, desde o arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil até o padre da paróquia mais pobre, era pago pelo Estado. As cômputas tendiam a ser mesquinhas e permaneceram as mesmas por diversas décadas, a despeito da inflação e de um aumento constante no custo de vida.

Para compor o quadro que dará impulso ao conflito entre a Igreja Católica e o Império, Vieira (*Id. Ibidem*) lista alguns elementos que, em sentido geral, se confrontaram. De um lado vagamente aliados: o galicanismo, o jansenismo⁴¹, o liberalismo, a maçonaria, o deísmo, o

⁴⁰ Questão Religiosa é o termo usado para designar o complexo conflito histórico entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro. Em 1874 veio à luz a Questão Religiosa com a prisão do bispo D. Vital por ter desligado da Igreja Católica várias confrarias que se negaram a expulsar os membros que eram também maçons.

⁴¹ O jansenismo foi o nome dado à tentativa de reforma e reavivamento dentro da Igreja Católica, no século XVII. Depois da destruição de Port-Royal em 1710, o jansenismo apresentou uma linha política oposta ao absolutismo monárquico. No Brasil os jansenistas e protestantes mantinham boas relações, pelo menos antes da fase do protestantismo de missão. Vieira (1980, p. 31) frisa a afinidade que existia entre o Padre Feijó (jansenista) e o missionário metodista Daniel P. Kidder. Feijó apoiou o projeto de lei que expulsava do Brasil os frades ultramontanos e convidou os Irmãos Morávios para virem ao Brasil parar catequizar os índios.

racionalismo e o protestantismo, e do outro o conservadorismo e o ultramontanismo⁴² da Igreja Católica do Século XIX.

As relações entre o Estado e a Igreja se agravaram após as conclusões dos trabalhos do Primeiro Concílio do Vaticano (1869-1870). Em 1870, todos os bispos brasileiros eram ultramontanos, depois de uma reviravolta sobre os jansenistas. Logo o catolicismo liberal fora suplantado no país e surge um “novo catolicismo” mais reivindicador e combativo ao liberalismo. Fausto (2004, p. 229) reforça a tese de que pós Concílio as fontes de conflito se intensificam:

A união entre “o trono e o altar”, prevista na Constituição de 1824, representava em si mesma fonte de potencial conflito. Se a religião católica era oficial, a própria Constituição reservava ao Estado o direito de conceder ou negar validade a decretos eclesiásticos, desde que não se opusessem à Constituição.

O conflito teve origem nas novas diretrizes do Vaticano, a partir de 1848, no pontificado de Pio IX. O pontífice condenou “as liberdades modernas” e tratou de afirmar o predomínio espiritual da Igreja no mundo. Em 1870, o poder do papa foi reforçado quando um Concílio Vaticano proclamou o dogma de sua infalibilidade.

No Brasil, a política do Vaticano incentivou uma atitude mais rígida dos padres em matéria de disciplina religiosa e uma reivindicação de autonomia perante o Estado.

No Segundo Reinado as intervenções do Império na Igreja são abrangentes. O Império concede privilégios aos clérigos aliados através do padroado⁴³ e do beneplácito e em contra partida tinha o “poder de polícia sobre o culto religioso, bem como o direito de inspeção quanto à disciplina e atividade espiritual do clero, e, sobretudo, que a nomeação dos bispos e o provimento dos benefícios eclesiásticos eram privativos da soberania nacional, cabendo a Santa Sé apenas a faculdade da confirmação”, de acordo com Cruz da Costa (*apud* Llano Cifuentes, 1989, p. 239). A dependência da Igreja foi uma força que conseguiu reduzir, em muitos casos, os clérigos em “meros funcionários estatais” e limitar as atividades eclesiásticas

⁴² O termo ultramontanismo, usado desde o século XI, foi usado para descrever os cristãos que buscavam a liderança de Roma (do outro lado da montanha) ou defendiam o ponto de vista dos papas, ou, ainda, davam apoio à política dos mesmos. No século XIX o termo reaparece para designar os conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica e sua reação aos “excessos” da Revolução Francesa.

⁴³ O padroado é o direito de conferir benefícios eclesiásticos, enquanto o beneplácito refere-se à necessidade da licença imperial pra se publicarem atos na Cúria.

dos cooptados. Para Llano Cifuentes, o regalismo foi de sobremodo utilizado por forças liberais e maçônicas no poder.

2.2 Protestantismo no Brasil Imperial

Não faz parte dos objetivos do presente trabalho apresentar uma historiografia do protestantismo no Brasil, nem há espaço para estabelecer um diálogo satisfatório entre a cultura brasileira e a Igreja Católica como pano de fundo para inserção e evolução do protestantismo da época colonial, passando pela monárquica até chegar à republicana. Mas destaca-se alguns fatos históricos que podem colaborar na compreensão de diversos aspectos presentes quando da chegada de Gunnar Vingren e Daniel Berg ao Brasil e da fundação da Assembléia de Deus. Havia um contexto histórico, religioso e político em que as notícias do *Mensageiro da Paz* se nutriam e que faz parte do escopo da pesquisa.

O protestantismo bateu às portas do Brasil logo após o início do processo de colonização. Depois de algumas tentativas de se estabelecer no Brasil, encontra uma porta mais larga para entrar e ocupar seu espaço. Aponta-se um conjunto de circunstâncias que alargaram espaço para o protestantismo. Mendonça (2002, p. 72) aponta, entre outras, um “vácuo religioso” como uma condição significativa para a penetração do protestantismo nas terras católicas do Brasil. O espaço vazio, segundo o autor, foi deixado por um “Estado em busca de uma religião civil aberta para a modernidade e, de outro, uma Igreja que, à beira de perder suas prerrogativas históricas, volta-se para si mesma no intento de reforçar-se institucionalmente, mas nos marcos do conservadorismo”.

Hauck *et alii* (1992, p. 237), por sua vez, aponta o Tratado de Comércio e Navegação firmado entre o Brasil e a Inglaterra, em 1810, como uma das primeiras concessões feitas para que os partidários da Reforma se instalassem em solo brasileiro. Estava aberta a porta para a instalação do protestantismo no Brasil. O Tratado concedia o direito dos britânicos em solo brasileiro de praticar, em particular, a religião protestante. Reily (1984, p. 24) esclarece que no século XVII (1642, 1654, 1661) os tratados entre portugueses e britânicos já continham termos que garantiam aos ingleses a prática da religião protestante em solo português. Mas no Tratado de 1810 o Império brasileiro se vê obrigado a permitir a fundação de uma comunidade anglicana, não católica, em solo brasileiro por interesses comerciais da Grã-Bretanha e, ainda no mesmo tratado, compromete o Governo a condenar o tráfico de escravos. Para Prien (2001, p. 32-33), “a necessidade de incrementar a imigração cresceu

proporcionalmente à pressão britânica no sentido de proibição do tráfico de escravos”. Particularmente essas cláusulas do Tratado favoreceram diretamente a chegada e estabelecimento do protestantismo ao Brasil. O princípio da liberdade religiosa só foi estendido ao ser incorporado na Constituição do Império Brasileiro, de 1824, logo após a independência do Brasil.

Cabe notar que desde a primeira lei de imigração em 1813, as regras de imigração só previam a chegada de católicos romanos em solo brasileiro. Mas o interesse socioeconômico na imigração levou, gradativamente, os legisladores a alargarem as possibilidades e melhorar os incentivos à imigração. A partir de 1834, os governos provinciais podiam adotar regulamentos específicos que favorecessem a imigração para a sua jurisdição. Esta descentralização favoreceu particularmente a imigração em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para Hauck *et alii* (1992, p. 239), na época, a imigração alemã é a que trouxe o maior número de protestantes para o Brasil. Estima-se que até 1830 tenham chegado ao Brasil quatro mil e oitocentas pessoas e, após breve estagnação, continuou por todo o século XIX com uma média de mil e setecentas pessoas por ano.

Em 1824 fundava-se as igrejas evangélicas no Rio de Janeiro e em São Leopoldo, RS, com a chegada do primeiro grupo de alemães que se instalaram nessas regiões. Antes da chegada dos alemães, o Brasil já havia tido contato com o protestantismo por intermédio de missionários protestantes como Henry Martyn, inglês, que durante sua estada na Bahia em 1805, registrou em seu diário sobre as necessidades espirituais do Brasil. Em 1822 foi inaugurada a primeira capela anglicana no Rio de Janeiro como parte do Tratado de 1810. Mas é com os alemães que o protestantismo começa radicar-se no Brasil. Os pastores dessas comunidades recebiam vencimentos do tesouro público o que indica uma política consistente e autorização legal para a prática de cultos acatólicos (Hauck *et alii*, 1992, p. 239). Mas a relação entre os primeiros protestantes imigrantes e o governo nem sempre foi cortês.

Vieira (1980, p. 49), ao fazer uma classificação do protestantismo no período imperial, apresenta um grupo de protestantes místicos que se instalaram no Brasil e, que embora tenham formado uma comunidade pequena no Brasil, causaram danos à imagem do protestantismo sendo amplamente explorado por seus adversários. O autor é da opinião que esse grupo pode ter sido responsável, em parte, pelo afastamento de muitos liberais da idéia de que a imigração protestante seria uma solução para o problema socioeconômico brasileiro.

O grupo que entrou em conflito com o governo foram os *Muckers*⁴⁴, cerca de duzentos alemães liderados por Jacobina Mentz Maurer, a profetisa do movimento. “Esse grupo começou a se desenvolver em 1872, na vizinhança da colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Sua existência tornou-se conhecida em 1873, quando uma série de atos foram praticados pelos mesmos contra outros alemães” que segundo Jacobina Mentz eram descrentes (*Id. Ibidem*). O governo da Província teve que intervir com o envio de um destacamento do exército. No confronto morreu o Cel. Genuíno Sampaio. Não fosse presbiteriano o Ministro da Justiça Dr. Manuel Antonio Duarte, que interveio para minimizar o desenlace do conflito, o desfecho poderia ter-se dado aos moldes de Canudos de Antônio Conselheiro (*Id. Ibidem*, p. 53).

Para Marcello Otávio N. de C. Basile (*in* Linhares, 2005, p. 276) o conflito com os Muckers foi fruto do descontentamento das autoridades legais e religiosas. O movimento a princípio era pacífico e contava com cerca de setecentos a mil adeptos. O protestantismo hierarquizado que combatia a religiosidade popular deflagrou o conflito que se estendeu para a esfera pública. Os membros do movimento acreditavam que o fim do mundo estava próximo e que a purificação seria a salvação do juízo final. No processo de purificação deixaram “de fumar, beber, jogar, votar, possuir bens ou dinheiro, e freqüentar escolas igrejas e eventos sociais”, ou seja, se isolaram da comunidade local. Em 1873 houve uma primeira intervenção policial com a prisão dos Maurer. Após serem soltos o conflito se radicalizou com a sociedade circundante. As hostilidades levaram à quebra da solidariedade comunal e os laços de amizade e de cordialidade. Os muckers através de um abaixo-assinado indeferido, ainda tentaram pedir justiça ao Imperador. Cada vez mais hostilizados se lançaram ao ataque em 25 de junho de 1874, deixando um saldo de mortos na região. O conflito só se encerrou com a morte de Jacobina e com a fuga de João Maurer.

2.2.1 Protestantismo de Missão

Para expor o protestantismo de missão convém primeiramente apresentar o movimento dos Irmãos Morávios. O movimento originou-se na Comunidade de Irmãos, na Boêmia, por volta de 1453, com a participação de seguidores de João Huss. A Comunidade de Irmãos se

⁴⁴ Mucker é um tratamento pejorativo que significa fanático ou beato. Foi atribuído ao movimento de João Jorge Mauer e sua esposa Jacobina.

dispersou com a proibição do protestantismo na Morávia, em 1627. Mas ressurgiu, posteriormente, na Saxônia, liderada pelo conde Nicolaus Ludwig von Zinzendorf. O movimento institucionalizou-se sob o nome de Igreja Morávia, dando início às missões. Longuini Neto (2002, p. 68) apresenta as regiões e as datas do projeto missionário dos morávios: Ilhas Virgens (1732); Groenlândia (1733); América do Norte (1734); Lapônia e América do Sul: Guianas (1735); África do Sul (1736) e América Central (1849). Em 1836 o trabalho dos Morávios era conhecido no Brasil, principalmente, pelas realizações com os índios da América do Norte. Nessa época o Regente do Império, Padre Diogo Antônio Feijó, ordenou ao Marquês de Barbacena, ministro em Londres, que entrasse em contato com os Irmãos Morávios para convidá-los a virem para o Brasil (Vieira, 1980, p. 31). É o jansenismo e o liberalismo favorecendo a expansão do protestantismo em terras católicas.

Hauck (1992, p. 241) precisa o ano de 1835 como marco divisório entre o protestantismo de imigração para o protestantismo de missão, quando a Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal dos EUA enviou Fontain E. Pitts para fazer uma análise do campo missionário brasileiro. Justin R. Spaulding foi enviado ao Rio de Janeiro pelos Metodistas, após a leitura do relatório favorável de Pitts.

2.2.1.1 Escolas Protestantes

Em 1836, os metodistas inauguraram uma escola dominical e uma escola diária que incluía em seus bancos escolares, brasileiros e alguns filhos de escravos. As escolas protestantes começaram, gradativamente a partir de então, a ser procuradas por segmentos liberais da sociedade que buscavam alternativas às escolas jesuíticas. O Brasil, de então, aspirava pelo progresso e vê na abertura de suas portas uma possibilidade para assimilar as idéias e práticas dos que se apresentavam como modelo: os anglo-saxões. Mas “a abertura para o mundo anglo-saxão significou a abertura para o universo protestante” (Mendonça, 2002, p. 73). As escolas fundadas por missionários norte-americanos foram um sucesso entre a elite brasileira, não porque estivesse interessada na religião protestante, mas porque o ensino de qualidade era uma boa alternativa à educação oferecida no Brasil. Entre a elite, o sucesso ficou somente no campo educacional. As conversões ao protestantismo eram irrelevantes. Esses fatores levaram o protestantismo de missão a uma divisão: educação à elite e a evangelização aos demais. Mendonça (2002, p. 75) afirma que essa segmentação não foi uma estratégia do protestantismo de missão, mas aconteceu por “força da estrutura e ideologia da sociedade brasileira do século XIX”. D’Epinay (1970, p. 46) observa que no Chile a estratégia

protestante de propaganda pelas vias da educação, assim como no Brasil, foi um fracasso. A simpatia da elite chilena “para com o protestantismo provinha da luta pela liberdade de pensamento e pela separação entre a Igreja e o Estado”, complementa o autor.

2.2.1.2 Proselitismo

No protestantismo de imigração os líderes protestantes tinham suas atenções voltadas para atender as necessidades espirituais de seus compatriotas em terra estrangeira. A prédica era proferida na língua vernácula da comunidade. O protestantismo estava restrito ao círculo dos estrangeiros, o ambiente nacional era dos católicos. A falta de interesse em se fazer prosélitos, facilitava o bom relacionamento com a religião oficial do Estado. Mas a partir do momento da chegada de missionários⁴⁵, o protestantismo começa a se apresentar como sectário, combativo, propagandista e adepto do proselitismo. Os ataques à religião oficial do Estado eram desenvolvidos como estratégia de propaganda explícita e faziam parte dos esforços de um projeto missionário para levar adiante a missão. Outra estratégia para firmar presença dos protestantes no ambiente nacional, foi a educação como “cavalo de Tróia” do protestantismo, no dizer de D’Epinay (1970, p. 45-46).

2.2.1.3 Kidder Descreve o Brasil em Livros

Em 1837 a Igreja Metodista Episcopal aumentava seus esforços missionários com o envio de mais pregadores de missão, entre eles estava Daniel Parish Kidder que percorreu o Brasil em mais de dois anos para divulgar a Bíblia por incumbência da Sociedade Bíblica Americana. Ao percorrer a Região Norte do Brasil passou pelo Pará, local escolhido por Vingren em 1910, para sua missão. Kidder, logo após sua chegada ao Pará, dirigiu-se, em companhia do Cônsul Norte-americano, ao Presidente da Província e apresentou uma carta de recomendação. Apresentou-se também ao juiz de direito e o chefe de polícia para apresentar o passaporte e obter permissão “para residir na mui leal e heróica cidade do Pará, de cuja província é a Capital” (Kidder, 1980, p. 189).

⁴⁵ O termo missionário é aqui empregado para designar aquele que por conta própria ou enviado por uma entidade religiosa, chega ao Brasil para fazer propaganda do cristianismo e não para cuidar de uma comunidade de imigrantes já estabelecida em solo brasileiro ou em fase de fundação. Ou seja, a função principal do missionário é fazer prosélitos.

Cabe ressaltar que durante suas viagens Kidder investigou vários aspectos do Brasil. Escreveu dois volumes sobre suas pesquisas. No volume *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil* apresenta seus estudos sobre as instituições religiosas — “onde atesta a boa disposição do povo em matéria religiosa” (Hauck, 1992, p. 241), e traça um panorama de aspectos da vida brasileira na época. Colheu, do contato com o Presidente da Província em Belém, Dr. Bernardo de Souza Franco, informações sobre a cabanagem⁴⁶ e obteve acesso ao arquivo oficial para suas pesquisas (Almeida, 1977, p. 15). Durante sua estada no Pará, lançou as bases de um trabalho protestante com a distribuição de Bíblias aos paraenses. Após a morte de sua esposa, Kidder retorna em 1840, aos EUA. No final de 1841 Spaulding também deixa o Brasil por falta de verbas da Conferência Geral e com isso encerrá-se os trabalhos da primeira missão protestante no Brasil.

Os trabalhos empenhados pelos missionários da Conferência Geral da Igreja Metodista Episcopal dos EUA no Brasil parecem não ter sofrido uma forte oposição da Igreja Católica ou hostilidade do povo. Mas a visita de Kidder ao Brasil não passou incólume. Almeida (1977, p. 15) pesquisou, sem sucesso, uma suposta publicação do bispo do Pará, Dom José Afonso de Moraes Torres, de uma pastoral contra Kidder. Mas, é o próprio Kidder (1980, p. 189) que relata que sua permanência no Pará correu um certo risco:

O velho prelado do Pará parece ter sido contagiado pelo pânico de que se deixou tomar seu colega no Maranhão e ambas essas autoridades eclesiásticas, cedendo a certas insinuações maliciosas e infundadas provenientes de determinadas fontes, mais do que seria de esperar de seus espíritos esclarecidos, escreveram ao Sr. Franco taxando-nos de indivíduo perigoso que não deveria ter permissão para desembarcar na Província. Provavelmente, durante a visita que lhe fizemos, o presidente formou opinião a nosso respeito, e, conquanto devesse a sua carreira política principalmente ao clero, conseguiu dissipar as apreensões daqueles prelados através de uma brevíssima correspondência com o Cônsul Norte-americano. Nesse ponto fomos, sem dúvida, muito mais felizes que outros que nos precederam.

⁴⁶ A cabanagem (1835-1840) ocorreu após o Ato Institucional de 1834. Disputas entre grupos da elite local sobre a nomeação do presidente da província abriram espaço para uma rebelião popular. Uma tropa composta basicamente de negros, mestiços e índios atacou e conquistou Belém. A partir de Belém a revolta estendeu-se ao interior da província. A rebelião foi debelada, mas às custas de Belém ficar praticamente destruída e a economia devastada. “Calcula-se que 30 mil pessoas morreram, entre rebeldes e legalistas, ou seja, cerca de 20% da população estimada da província” (Fausto, 2004, p. 166).

2.2.1.4 Continuidade do Trabalho Missionário

A Sociedade Bíblica Americana continuou, em escala modesta, a distribuição de Bíblias através do pastor presbiteriano James Cooley Fletcher que chegou ao Brasil em 1851. Como Capelão da Legação Americana no Brasil recebe proteção oficial como adido. Pouco depois é promovido a Secretário Interino da Legação. Mas ao escrever uma carta ao seu pai deixa claro que não se sente apenas pastor dos marinheiros e dos americanos residentes no Rio. Ele sentia-se em parte responsável pela evangelização dos brasileiros. A partir de um dado momento, seu objetivo passa a ser o de “converter o Brasil ao protestantismo e ao ‘progresso’. Para ele, o protestantismo equalizava-se ao desenvolvimento econômico científico e tecnológico” (Vieira, 1980, p. 63).

Fletcher escreveu para Robert Reid Kalley para ajudá-lo nos trabalhos de distribuição de Bíblias. Kalley estava, na ocasião, em Springfield, Illinois, em companhia de membros de sua antiga comunidade madeirense que se refugiaram nos EUA. Seu trabalho sofreu forte perseguição pela Igreja Católica, que obrigou sua fuga e de seus adeptos. Kalley havia obtido bons resultados de sua missão proselitista na Ilha da Madeira. A Sociedade Bíblica Americana já havia convidado, sem sucesso, protestantes portugueses refugiados da Ilha da Madeira para venderem Bíblias no Brasil. Mas a carta de Fletcher e os livros de Kidder sobre o Brasil fizeram o Dr. Robert Kalley mudar de idéia. Em 1855 desembarcou no Rio de Janeiro na companhia de sua esposa e alguns colaboradores. Kalley se estabeleceu nas imediações do palácio imperial e procurou de imediato se aproximar do poder político. Para Hauck *et alii* (1992, p. 243) tal procedimento fazia parte de uma política de boas vizinhanças para evitar as perseguições que sofrera na Ilha da Madeira. Em 1858, Kalley sofreu o primeiro embate com o representante do Papa no Brasil porque estava dirigindo uma pequena comunidade protestante com feições de igreja. Mas diferentemente da Ilha da Madeira o Governo recusou-se a tomar qualquer medida para impedir sua atuação. Em 1863, após voltar de um período de repouso na Europa, assume o pastorado da recém fundada Igreja Evangélica Fluminense, fruto da pequena comunidade que pastoreava.

Em 1856, Fletcher conjuntamente com o seminarista John Alexander Buckner fundaram uma escola e uma igreja no Bairro da Saúde. No mesmo ano organizaram uma exposição industrial. Fletcher queria levar o Brasil para o mundo moderno e do progresso trazido pelas nações protestantes e igualmente ajudar o comércio americano no estrangeiro. Vieira (1980, p. 67-68) faz duas observações que merecem realce: Primeiro, “que o conceito

de Fletcher sobre missão, era fazer amigos entre os da alta sociedade a fim de obter proteção oficial para si e para seus colegas”. E segundo, que Fletcher teve um papel importante na história do protestantismo brasileiro, embora os esforços do Rev. Alexander Latimer Blackford, o primeiro historiador do movimento missionário protestante no Brasil, tenham sido no sentido de minimizar essa importância. E denuncia o autor:

Historiadores brasileiros e estrangeiros, quem têm lidado com o assunto, têm a tendência de seguir o esquema de Blackford. Ainda que muitos mencionem Fletcher, passam por cima de seu papel vital e do seu auxílio ativo aos primeiros missionários protestantes no Brasil.

2.2.2 Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro

Em 1859, Ashbel Green Simonton foi enviado ao Brasil pela Junta das Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana nos EUA. Ashbel teve uma experiência religiosa durante um avivamento em 1855. Estudou com Charles Hodge, no Seminário de Princeton, que despertou o seu interesse pela obra missionária. Em 1862 organizou a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro. Simonton criou o jornal *Imprensa Evangélica* (1864), organizou o Presbitério do Rio de Janeiro (1865) e fundou o Seminário Primitivo (1867) em Campo de Santana. Em 1865 foi criado o primeiro Concílio do Presbitério do Rio de Janeiro, após a organização das três primeiras igrejas Presbiterianas no Brasil: Rio, São Paulo e Brotas. Teve como membros fundadores os missionários: Simonton, Alexander Latimer Blackford e Francis J. C. Schneider. No mesmo ano, o ex-padre José Manoel da Conceição foi ordenado para o presbitério. Conceição viajou pelo interior de São Paulo e Rio de Janeiro, passou por lugares onde antes havia sido pároco. Em Brotas obteve sucesso na sua atividade diligente de fazer prosélitos. O sucesso só não foi maior, segundo Hauck *et alii* (1992, p. 246), porque na sua abnegação extrema, abriu um campo missionário após o outro sem planejamento e com muitas dificuldades de comunicação com Presbitério, “e estes em muitos casos não tinham maneira de canalizar o movimento que Conceição havia desencadeado”.

Simonton, precursor da Igreja Presbiteriana no Brasil, faleceu em 1867 e foi um dos primeiros a ser sepultado no, ainda recente, Cemitério dos Protestantes, no bairro da Consolação. “Anos depois, foram sepultados perto dele os ossos do ex-sacerdote Rev. José Manoel da Conceição (1822-1873), o primeiro pastor evangélico brasileiro” (IPB).

2.2.2.1 Protestantismo Continua Ganhando Espaço

O protestantismo brasileiro continuou ganhando espaço no campo de batalha⁴⁷ das relações de força com a religião oficial. Começa a esmaecer o protestantismo de imigração que não apresenta fortes traços de agressividade ou controvérsia onde os imigrantes evangélicos estavam ligados à sua religião como veículo de identidade cultural e o proselitismo não fazia parte dos objetivos da comunidade. O sistema jurídico brasileiro se abria progressivamente ao protestantismo e algumas igrejas iam se formando e tomando forma. Em 1845, a igreja franco-alemã do Rio de Janeiro, já possuía uma fachada que a apresentava como templo de culto. A Bíblia ladeada por dois cálices na frente do templo foi o recurso para contornar a proibição de que o local do culto dos protestantes não poderia ter forma exterior de templo. Em 1863 a legislação, agora, permitia aos ministros das religiões acatólicas o direito de celebrar casamentos com efeitos legais. Podia-se registrar os filhos de protestantes, o óbito e posterior sepultamento em lugar apropriado (Hauck *et alii*, 1992, p. 247).

2.2.2.2 Reação do Jornal *O Apóstolo* ao Avanço do Protestantismo

Enquanto o protestantismo ganhava espaço, o café seguia sua marcha de expansão para o Oeste Paulista e os movimentos abolicionistas ganhavam aceitação. Surgiam propostas de uma abolição gradual da escravatura e um acontecimento marcou o Segundo Império: A Guerra do Paraguai (1864 – 1870). Pela historiografia brasileira o conflito resultou da “megalomania e dos planos expansionistas do ditador paraguaio Solano Lopes”, pelo lado paraguaio a guerra foi o resultado da agressão de vizinhos poderosos a um pequeno país independente (Fausto, 2004, p. 208). Mas para os articulistas do jornal católico publicado na Corte, *O Apóstolo*, os culpados pela Guerra do Paraguai eram os protestantes. O combate dos católicos aos protestantes podia ser acompanhado através do jornal em seus artigos e editoriais. A principal estratégia usada pelo jornal foi a publicação de severas críticas aos supostos personagens, Cabrera e dois calvinistas suíços, que teriam espalhado o protestantismo pelo Paraguai. “Por esta razão, os paraguaios, que sempre tinham sido bons

⁴⁷ Na sociologia dos sistemas simbólicos de Bourdieu, a simbolização e suas bases sociais são revisitadas. Em *A economia das trocas simbólicas*, a sociedade é interpretada como um campo de batalha operando com base nas relações de força manifestadas dentro da área de significação.

católicos, haviam-se transformado em animais selvagens e tinham invadido o Brasil”, segundo *O Apóstolo*⁴⁸ (apud Vieira, 1980, p. 210).

A Guerra do Paraguai despertou o interesse de emigração de ex-combatentes da Guerra de Secessão, nos EUA, para auxiliar o Brasil. Enquanto para o Império o reforço era visto com bons olhos, para os católicos era uma ameaça de invasão protestante. Os editoriais reforçavam a tese do bispo Dom Antônio de Macedo Costa de que o protestantismo era “o germe da morte, que não poderia produzir nada a não ser a dissolução de nossa unidade política e religiosa⁴⁹”. Pouco a pouco os ultramontanos ganharam força no campo de batalha religioso-político e apoiados pela Encíclica *Quanta cura* e o *Silabo dos Erros*, promulgado por Pio IX, se lançaram na empreitada de marginalizar os protestantes. Vieira (1980, p. 37-38) salienta que em 1870 “os ultramontanos dominavam o clero brasileiro, tendo, de há muito, suplantado o jansenismo e o catolicismo liberal de todos os tipos”. Se por um lado o protestantismo se expandia em terras brasileiras pelos trabalhos de missão, por outro lado, os conservadores da Igreja Católica se estabeleciam no controle da igreja brasileira, dos seminários e obtinham vitórias políticas, entre elas o Decreto n. 1.911 de 28 de março de 1857 que permitia punir qualquer clérigo sem direito a apelar à Coroa.

2.2.2.3 Confederados no Brasil

O protestante James Cooley Fletcher estava empenhado no compromisso de trazer os confederados⁵⁰ para o Brasil. Em 1865 foi aprovada a lei de subsídio para construção da linha a vapor⁵¹ que Fletcher, envolvido na aprovação, esperava servir para transportar os imigrantes vindos do sul dos EUA. A cidade de Santa Bárbara d’Oeste e, depois, Americana, no Estado de São Paulo, são frutos desse esforço. Estima-se que entre 1867 e 1871, pelo menos, três mil

⁴⁸ *O Apóstolo* era um instrumento de divulgação dos ideais ultramontanos. Publicado de 1866 a 1901. O artigo citado encontra-se no *Apóstolo* de 25 de agosto de 1867 sob título: *A Colonização e a Religião Católica no Brasil*.

⁴⁹ Publicado em *A Estrela do Norte*, Belém, 30 de agosto de 1863 (apud Vieira, 1980, p. 210).

⁵⁰ A proposta era a da vinda para o Brasil dos veteranos da Guerra da Secessão que lutaram pelos Estados Confederados da América e todos os interessados em construir a nova Virginia em terras brasileira. A Confederação foi criada em 1861 pelos estados separatistas do sul, insatisfeitos com a eleição em 1860 do presidente abolicionista Abraham Lincoln.

⁵¹ A Companhia Ferry (1862) do acionista Tomas Rainey ampliava os contratos de concessão para as linhas a vapor. As barcas Ferry eram mais confortáveis e luxuosas e dominavam o mercado.

famílias de confederados desembarcaram no porto do Rio de Janeiro. Mas a maioria retornou para os Estados Unidos pouco tempo depois. Santarém também recebeu os confederados. Fletcher concentrava seus esforços no estreitamento das relações entre Brasil e os EUA. Nos EUA, divulgou o Brasil através do livro: *Brasil e os brasileiros*, publicado em 1856.

2.2.3 Escravocratas Brasileiros – Confederados: Reforço Bem Vindo?

Embora não esteja no escopo da presente pesquisa um aprofundamento da questão da imigração confederada é de interesse para se pintar um quadro em tela do protestantismo no Brasil por ocasião da chegada de Vingren em solo brasileiro em 1910.

Sabe-se que os liberais — desejosos de reformar o país de modo a tirá-lo do atraso e da ignorância e integrá-lo à “marcha da civilização” — estavam engajados em oferecer um substrato mínimo para que o processo de imigração dos confederados fosse um sucesso. É admissível supor que escravocratas brasileiros vissem com bons olhos a chegada dos sulistas americanos partidários da escravatura. Da mesma forma, se pode admitir que sulistas buscassem refúgio em terras brasileiras tendo como um dos fatores de decisão o fato de o país ser escravista. A teologia protestante sulista defendia que os negros eram descendentes de Cam⁵², e que a escravidão era um mandamento divino. Quando a Guerra da Secessão chegava ao fim, protestantes como Robert Louis Dabney, passaram a advogar a emigração do “povo de Deus”. Para Vieira (1980, p. 212-214), a emigração confederada tinha uma forte componente religiosa e para reforçar sua tese cita a leva de protestantes que eram favoráveis a emigração e que vieram para o Brasil. Entre os que entraram no Brasil, para nele viver, estavam os batistas, os presbiterianos, os metodistas e o Dr. George⁵³ H. Pitts, filho de Fountain Elliot Pitts, entre outros.

Vieira (1980, p. 215) considera que a colonização concebida por Dabney e outros líderes da emigração de transplantar a Virgínia para o Brasil poria em perigo a cultura brasileira e a estrutura social brasileira:

⁵² Cam ou Cão trouxe uma maldição sobre sua própria família ao tornar pública a desgraça de Noé. Posteriormente, os descendentes de Cam tornaram-se escravos.

⁵³ Vieira (1980, p. 214) grafa o nome do filho do Rev. Pitts como George. Porém no endereço eletrônico: [http://www.11thtennessee.org/roll%20call%20page\(2\).htm](http://www.11thtennessee.org/roll%20call%20page(2).htm), que contém a lista completa da 11ª Infantaria do Tennessee, encontra-se o nome grafado como Josiah H. Pitts, Capitão da Companhia “A”.

Essa ameaça cultural era especialmente um perigo para o Brasil, que tinha uma população com uma alta porcentagem de analfabetos, muitos deles só há pouco tempo afastados das florestas africanas ou das malocas dos índios de onde tinham vindo. Era pequena a população de brancos e a maioria deles era adversa ao trabalho, a não ser que fosse atividade intelectual, literária ou política.

As pessoas que se propunham emigrar dos Estados Confederados, eram educadas: fazendeiros, engenheiros, mecânicos, professores e profissionais de toda sorte. Estes poderiam facilmente, progredir em qualquer lugar. Além disso, eram indivíduos com uma missão, que se acreditavam filhos de Deus em busca de outra Canaan. Estavam acostumados a se autogovernarem e não se curvavam aos preconceitos de ninguém a não ser aos seus próprios.

Mas os fatores que efetivamente exurgem do levantamento documental, feito pela presente pesquisa, não indica que a questão escravocrata seja um tema relevante no processo de imigração confederada. No Brasil, 30 anos antes da abolição já dava sinais políticos claros que o sistema escravocrata estava com os dias contados. A conversa de Louis Agassiz⁵⁴ (1975, p. 94) com o Senador da Província de Alagoas, Sr. Sinimbu, sobre a escravidão é um indicador do sentimento que havia no Brasil em 1865. Considera Agassiz que “os brasileiros, com efeito, ensaiam, gradualmente e uma após outra, as experiências que fomos forçados a fazer bruscamente e sem estar de forma alguma preparados para elas”. E continua o pesquisador:

O Sr. Sinimbu acredita que a emancipação se deva fazer no Brasil gradativamente e por uma série de progressos dos quais os primeiros já se realizaram. Grande número de escravos são, todos os anos, libertados por vontade de seus senhores; maior número ainda se resgata com seu próprio dinheiro; desde muito tempo cessou o tráfico, nessa condições, é resultado inevitável que a escravidão se extinga por si. Infelizmente isto não caminha depressa, e a instituição prossegue, sem parar, na sua obra infernal: a depravação e o enervamento tanto dos pretos como dos brancos.

Os interesses do Brasil na imigração dos confederados têm aspectos políticos, econômicos e religiosos. Mas é principalmente o aspecto religioso que estava posto no campo de batalha. A Igreja Católica aumentava a temperatura dos debates e acirrava o confronto com os liberais no campo político e com os protestantes no campo religioso. O medo de um reforço dos ideais escravocratas não parece estar presente nesse campo de batalha, como Vieira introduz a questão. Muitos, dos que estavam apoiando a imigração confederada, eram

⁵⁴ Pesquisador e fundador do Museu zoológico em Cambridge. O Prof. Agassiz empreendeu uma expedição ao Brasil no período de 1865 e 1866. Registrou suas impressões, sobre o Brasil, no livro: *Voyage au Brésil*, onde aborda vários assuntos e apresenta os “poderosos elementos de progresso” que, segundo o pesquisador, irão colocar o Brasil na marcha da civilização “sob a inspiração de um príncipe tão esclarecido quanto humano”.

contra a escravidão. É o caso, por exemplo, de Paula Sousa (1843-1917), liberal, que via na escravatura um obstáculo ao desenvolvimento do Brasil, mas era um defensor e incentivador da imigração dos confederados. Em uma carta redigida ao pai, Paula Sousa escreve:

O Brazil é muito grande e a população esparsa; por conseguinte um dos elementos principaes da civilisação Brasileira vem a ser o estabelecimento de um systema de vias de communicação. Acima desse só diviso a difusão da instrucção primaria. Penso que a escravidão constitui o mais serio dos obstáculos contra esta ultima. E é ella por sua vez um dos fatores que mais pervertem os nossos costumes. Penso por esse motivo que qualquer passo tendente á introducção de trabalhadores livres adeantaré e moralisaré o nosso paiz. (Revista Polytechnica⁵⁵, 1918).

Kidder (1980, p. 185), no volume em que trata da sua viagem ao Norte do Brasil e que serviu para divulgar o país aos confederados, escreve: “A idéia do cativo é sempre revoltante aos espíritos esclarecidos, quer seja essa condição imposta sobre o negro, sobre o branco ou sobre o vermelho”. Na ocasião em que a questão da imigração dos confederados está em cena, o sistema escravista estava irreversivelmente em declínio e é pouco provável que a questão da escravatura tenha estado em algum momento no centro da questão da imigração quer do ponto de vista brasileiro, quer norte-americano. Para reforçar o coro dos que se apresentavam favoráveis a imigração e que censuravam a escravidão estava Agassiz que deixou claro no seu livro que uma imigração anglo-saxã seria de grande ajuda para o Império. E deixou igualmente manifesto que a escravidão é um obstáculo ao progresso, além de ser uma imoralidade. Agassiz (1975, p. 289) prioriza a questão da escravidão como um embaraço: “No presente (1866) há, porém, vários obstáculos ao seu progresso (Brasil); obstáculos que atuam sobre o povo como uma espécie de enfermidade moral. Existe aí a escravidão. Verdade é que marcha para o fim; recebeu o golpe mortal, mas a morte natural da escravidão é ainda uma doença lenta que consome e destrói o corpo que ataca”.

2.2.3.1 Sociedade Internacional de Imigração

Em 1866, aconteceu uma reunião da Sociedade Internacional de Imigração na Bolsa de valores do Rio de Janeiro para tratar da questão da imigração. Na formação da Sociedade salientavam-se dois grupos de opiniões distintas. O grupo liderado por Caetano Furquim de Almeida, apoiado por Quintino Bocaiúva, era da opinião que a Sociedade deveria auxiliar

⁵⁵ Texto obtido no endereço eletrônico da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo — USP: http://www.poli.usp.br/Organizacao/Historia/Diretores/Paula_Souza.asp

todas as pessoas que entrassem no Brasil, para nele viver, já o grupo liderado por Charles Nathan, apoiado por Fletcher, era estritamente pró-confederados. Porém a sociedade como um todo estava de acordo em que as leis restritivas de questão religiosa deveriam ser liberalizadas antes de qualquer imigração em grande quantidade. Nessa ocasião, as pressões pela alteração das leis vinham de vários grupos de pressão. Os protestos de William Scully (*apud* Vieira, 1980, p. 224), editor do *Anglo-Brazilian Times*, foram lidos nas páginas do jornal do dia 24 de fevereiro de 1866. Para Scully as leis brasileiras eram a última manifestação aberta da intolerância religiosa.

Em novembro de 1865, chegavam, ao Rio de Janeiro, os primeiros confederados com o apoio da Sociedade Internacional de Imigração. Foram recebidos por Antônio Francisco de Paula Sousa, Ministro da Agricultura, que se interessava vivamente pela imigração, prestigiava a Sociedade de Imigração e que prometeu lutar no Parlamento pelos projetos de lei que tratassem da liberalização das leis no Brasil para ampliar os direitos dos imigrantes acatólicos. Mas Paula Sousa ocupava uma pasta que tinha pouca possibilidade de ação política. Outro fator que não lhe permitiu fazer muito, em prol dos protestantes, era a baixa coesão do Ministério “das Águias”. Paula Sousa deixou a pasta em 27 de julho de 1866, e o Ministério se desmanchou menos de dois anos após sua criação. (Buarque de Holanda, 2005, p. 48).

2.2.3.2 Batalha Pelos Direitos dos Acatólicos

No parlamento brasileiro travou-se uma batalha por causa dos projetos que objetivavam a ampliação dos direitos dos acatólicos e a eliminação de todas as inabilidades. O Internúncio ultramontano Domenico Sanguigni, entre outros, foi um dos soldados da frente de batalha que buscou aliados como o Marquês de Olinda para barrar os projetos no parlamento. O internúncio, em defesa da hegemonia dos católicos, combatia os projetos que pretendiam ampliar os direitos e as imigrações protestantes.

As páginas do *Apóstolo*, em uníssono, reforçavam o coro contra uma maior liberalização das leis que tratavam de assuntos religiosos. O Cônego Ferreira, no *Apóstolo* de 28 de janeiro de 1866, denunciou os liberais, que segundo ele, não buscavam liberalização, mas sim o triunfo protestante sobre a religião católica. Em outra ocasião o Cônego Ferreira pronunciou-se indignado: “Em nome de Deus, cavalheiros da Comissão (da Sociedade Internacional de Imigração), que pretendeis fazer?”, a indignação deveu-se ao fato de se ter

iniciado uma propaganda em favor da liberalização das leis religiosas. E o Cônego chamou a atenção da Comissão para não usar o pretexto da imigração para destruir o Catolicismo (Vieira, 1980, p. 228).

A queda do Gabinete de Olinda e a formação do Gabinete de Zacarias (1866-1868) reforçaram as armas dos ultramontanos no combate aos protestantes. O Internúncio Domenico Sanguigni conseguiu um acordo⁵⁶ com Zacarias de Góis que se comprometera a defender interesses da Igreja Católica. Esse acordo em muito dificultou a vida dos Parlamentares que buscavam aprovar alguns projetos de lei essenciais para o sucesso da imigração dos confederados. Enquanto o Gabinete de Zacarias esteve à frente da condução da elaboração de leis para o Império brasileiro, os projetos dos liberais emperraram.

2.2.3.3 O Fracasso da Imigração dos Confederados

Por fim o projeto de uma imigração “salvadora” fracassou. Ao malogro, do projeto de uma imigração em massa dos confederados, pode-se atribuir muitos fatores. Entre esses fatores cabe citar, por exemplo, que nos EUA, havia oposição à emigração e que para muitos sulistas, passado o primeiro impulso de deixar o país, “deram uma olhadela em volta ao redor e chegaram à conclusão de que, apesar de tudo, havia condições para continuar vivendo nos Estados Unidos” (Blanche Weaver⁵⁷ in Vieira, 1980, p. 253). A Agência de Colonização em Nova Iorque, organizada para apoiar a emigração, não cumpriu seu papel. O Governo Imperial não efetivou suas promessas quanto à infra-estrutura e legislação que favorecesse a imigração. E nesse ponto Zacarias de Góis pode ser apontado como tendo minado os planos para a imigração. O ressoar das queixas dos protestantes no Brasil pode ter sido também um fator de desestímulo e propaganda negativa, uma vez que seus casamentos eram chamados de concubinatos, seus filhos de “filhos naturais”, e seus mortos eram sepultados como “cães na mata⁵⁸ porque tinham a religião do demônio”. As lutas travadas em torno da imigração dos confederados deixaram suas marcas entre católicos, protestantes e

⁵⁶ Vieira (1980, p. 242 a 250) apresenta uma série de dificuldades que Zacarias Góis conseguiu impor aos projetos de lei que visavam facilitar a imigração dos confederados. Segundo o autor, até na queda de seu Gabinete, Zacarias se manteve fiel ao acordo que fizera ao Internúncio.

⁵⁷ A Professora Weaver escreveu uma carta a Vieira, em 16 de maio de 1971 de Nashville, Tennessee, comentando sobre os motivos do fracasso do projeto de uma imigração em massa dos EUA para o Brasil.

liberais. Vieira (1980, p. 255) aponta para o fato de que para a Igreja Católica, em peso ultramontana, os liberais queriam destruir a Religião do Estado. Para os protestantes nos EUA “somente amargura poderia advir” para os que lançassem a sorte em um “país papista”. Para os protestantes no Brasil, os católicos, leigos e clérigos, exacerbaram as agressões e ofensas, e por pressão da Igreja Católica, as leis brasileiras continuaram a discriminar, ainda por algum tempo. E para os parlamentares liberais, a Igreja Católica era um entrave à marcha para a civilização.

2.2.4 Os Pentecostais na República dos Estados Unidos do Brasil

Sob o ponto de vista estritamente legal a escravatura chegava ao fim em 1888. Em novembro de 1889, a monarquia é derrubada e é implantada a república da espada, fruto de uma rebelião militar, comandada pelo marechal Deodoro da Fonseca. A primeira república vai de 1889 a 1894, quando toma posse o primeiro presidente civil, Prudente de Morais (1894-1898), depois de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e de Floriano Peixoto (1891-1894). É uma época de agitação permanente, e que segundo Basbaum (1997, p. 13), é uma fase de “uma verdadeira comédia de absurdos⁵⁹”. Os anos que se seguiram à proclamação da República são marcados por fortes transformações políticas, sociais e econômicas. Mas a estrutura geral e fundamental do Brasil continuou inalterada. É o país das grandes propriedades que se perpetuaram do tempo colonial, passaram além do Império e sobrevieram à República. São as grandes propriedades latifundiárias que chamam a atenção para o fato de “90% da sua população não possuir nenhuma e nem sequer meios para obtê-las” (Basbaum, 1997, p.55-65).

Com o fim da escravidão a imigração passou a ser uma das molas propulsoras do desenvolvimento capitalista no Brasil, que levará o país a uma nova fase de acumulação de capital. Os imigrantes começam a chegar em grandes levas. São laboriosos, muitos se utilizavam dos lucros para aumentar os lucros, e as remessas para suas terras natal não

⁵⁸ Relato do Rev. William C. Emerson, em 1872, que formulou as reclamações dos confederados de São Paulo e que tinham ressonância com as queixas dos protestantes de outras nacionalidades no Brasil.

⁵⁹ Basbaum chama a atenção, entre outros, para o disparate de o exército, em seu conjunto não republicano, ter proclamado a República enquanto o Partido Republicano estava a reboque da história. E de o golpe militar ter sido liderado pelo monarquista, amigo pessoal do Imperador, Marechal Deodoro.

chegavam a afetar a consistência da riqueza que no Brasil começavam acumular. Considera Basbaum (1997, p. 91):

Se a extinção do tráfico deu ao país o seu primeiro impulso industrialista, a abolição foi responsável pelo segundo. O terceiro impulso, que já encontraria uma base social para se firmar — a imigração e um mercado interno em crescimento — foi provocado pela guerra de 1914/18.

2.2.5 Assembléia de Deus e Congregação Cristã no Brasil

É nesse cenário de crescimento econômico, fluxo imigratório e consolidação da república que desembarcam no Brasil os primeiros pentecostais, vindos dos EUA. Na leva de 1910 estavam Gunnar Vingren e Daniel Berg que em breve fundariam a Assembléia de Deus na Região Norte do Brasil e Luigi Francescon que assentaria os alicerces da Congregação Cristã no Brasil na Região Sudeste.

2.2.5.1 Fatores que Favoreceram os Primeiros Pentecostais no Brasil

Tem-se pesquisado sobre os possíveis fatores que cooperaram com o sucesso dos primeiros pentecostais no Brasil em fazer prosélitos. Interessam à presente pesquisa as formulações em que há cuidado com as condições e efeitos concretos na vida social⁶⁰ sem preocupação com a essência do pentecostalismo. Dentre muitas, pode-se citar alguns formulações mais próximas às questões religiosas da época. Um dos primeiros fatores que se pode apontar, que facilitaram o trabalho dos primeiros pentecostais, é o amplo espaço de atuação que encontraram ao chegar Brasil. Kidder (1980, p. 269), em sua pesquisa, revela um grande espaço vazio que a Igreja Católica não ocupava. Tal lacuna favorecia a superstição e uma situação religiosa de desalento. Considera o autor:

Em poucos assuntos observa-se tão completa unanimidade de vista entre escritores brasileiros, como no que respeita ao estado religioso do país. Particulares e eclesiásticos, estadistas, comerciantes e políticos, todos concordam que a situação religiosa é a mais baixa e desanimadora possível.

No Pará, estado escolhido por Vingren e Berg para se fixarem, a situação da Igreja Católica é também descrita por Kidder como alarmante. Há falta de clérigos, não há planejamento para formação de novos clérigos e algumas paróquias, em 1840, já estavam há

⁶⁰ Para Max Weber o interesse no estudo da religião não deveria ser com sua essência, mas sim com suas condições e efeitos concretos na vida social.

doze anos sem vigário. “A região do Rio Negro compreende quatorze aldeamentos e dispõe de um único padre”. No relato de Kidder encontram-se ainda muitos exemplos, mas cabe ressaltar o Pará. Nas três comarcas de Belém, no baixo e no Alto Amazonas, existiam, na mesma época, trinta e seis paróquias vagas.

Outro fator que cooperou a favor dos primeiros pentecostais no Brasil é a seletividade na atuação da Igreja Católica em função da composição da sociedade brasileira. Vieira (1980, p. 237) apresenta um levantamento aproximado da composição racial da população brasileira em 1858, que pode servir de base para estimativas do Pará em 1910. A pesquisa feita Dr. Robert Ave-Lallemant⁶¹ revela que somente 22% da população do Império era branca. Os 88% restante, no geral, não contava com a assistência da religião oficial do Estado. E quando um clérigo era obrigado a realizar um serviço religioso para um negro, ficava estampada a desconsideração. Para exemplificar a questão, cita-se o relato de Agassiz (1975, p. 95) sobre uma cerimônia de casamento que o pesquisador assistiu no Rio. O sacramento fora encomendado por um senhor escravista que queria ver seus escravos casados na Igreja Católica:

O padre, um português de ar arrogante, olhar ousado, interpelou os noivos, e, com a precipitação menos respeitosa, lhes dirigiu algumas rudes palavras sobre os deveres do matrimônio, interrompendo-as várias vezes para censurar a ambos, e principalmente a ela, porque não praticava os ritos com tanta rudeza e brutalidade como ele. Mais com tom de imprecação do que de prece, ordenou-lhes que se ajoelhassem diante do altar; depois, tendo dado a bênção, rugiu um amém, jogou ruidosamente o livro das orações sobre o altar, apagou os círios e despediu os recém-casados da mesma forma que teria expulsado um cão para fora da capela.

Ao chegarem ao Brasil, Vingren e Berg encontraram espaço para atuação não só deixado pela Igreja Católica, mas também pelos protestantes de missão que estavam no Pará. Kidder esteve no Pará em 1839, fez contatos com autoridades locais e distribuiu algumas Bíblias, abrindo o caminho para outros missionários no futuro. Em 1880 o pastor metodista Justus H. Nelson chegava ao Pará para organizar a Igreja Metodista Episcopal em 1890. Em 1892 publicou um artigo no jornal metodista e distribuiu folhetos em que combatia o que dizia ser a idolatria dos católicos. Justus ficou preso por mais de quatro meses. Em 1896, retornou aos EUA. Retornou ao Brasil, mais tarde, onde permaneceu até 1926, quando retornou novamente para os EUA, mas antes de partir “entregou ao pastor Manuel Tertuliano

Cerqueira, da Primeira Igreja Batista do Pará, suas poucas ovelhas para não ficarem desgarradas e sem orientação espiritual” (Long⁶² in Almeida, 1977, p. 17).

2.2.5.1.1 Primeira Igreja Batista do Pará

A Primeira Igreja Batista do Pará — PIBPA — foi fundada em 1897 pelo missionário Eurico Alfredo Nelson (1876-1923) que iniciou seus trabalhos no Pará em 1891. Almeida (1977, p. 18) conviveu com Eurico Nelson a partir de 1921 e o apresenta como um senhor de 58 anos, “bastante forte e de ânimo inquebrantável”. Seu traço marcante de não se impor, lhe rendeu resultados negativos, isto pela “falta de decisões que tantas vezes chegou a desanimá-lo”. Outra característica de Eurico Nelson, que irá facilitar a entrada dos pentecostais no Pará, é o entendimento sobre sua missão, percorria as terras da Região Norte do Brasil e pouco ficava na PIBPA. Como resultado da ausência de Nelson, a igreja enfrentava graves crises. O problema comum, encontrar líderes⁶³ capazes que se pusessem à frente do trabalho diário da igreja. Na falta de pastores, os moderadores leigos assumiam o controle. Em 23 de junho de 1910, ano da chegada de Vingren e Berg, chegava a Belém, vindo de Portugal, Jerônimo Teixeira de Souza para assumir como co-pastor da PIBPA, pastoreada por Almeida Sobrinho.

Em julho chegava, mais reforço, João Jorge de Oliveira que regressava dos EUA, onde fora estudar. Depois de problemas internos envolvendo violação de correspondência, João Jorge resolve abrir uma congregação na Cidade Velha e leva consigo vários membros da PIBPA. Em novembro de 1910, Sobrinho deixa a PIBPA e assume o co-pastor em meio a dificuldades de uma igreja dividida. Em janeiro de 1911 Jerônimo Teixeira de Souza deixa o cargo de pastor (Almeida, 1977, p 49). A igreja volta a ser dirigida por um moderador leigo. João Jorge deixa a congregação de Vila Velha em abril de 1911. E é na ausência de Eurico Nelson, em que a igreja encontra-se dirigida por um moderador leigo, diácono José Baptista de Carvalho, que os pentecostais chegam ao Pará e procuram a igreja batista. De acordo com a Ata n. 216 da PIBPA, Vingren é recebido oficialmente para fazer parte da igreja no dia 03 de março de 1911. No mesmo dia o moderador pede exoneração do cargo. Berg foi

⁶¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Rio: Instituto Nacional do livro, 1953. 2 vol.

⁶² LONG, Eula Kennedy. *De meu velho baú metodista*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1968.

⁶³ No endereço eletrônico da Primeira Igreja Batista do Pará pode-se encontrar um relato com as datas e os líderes em cada período. Pode-se perceber que na época que antecede e na chegada de Vingren e Berg houveram várias trocas de liderança. <http://www.pibpa.org.br/nossaigreja/?id=pastores>

apresentado para fazer parte da igreja em 12 de março de 1911 (PIBPA, Ata n. 217) sob moderação do diácono José Plácido da Costa.

Luigi Francescon converteu-se à fé evangélica em 1892 na primeira Igreja Presbiteriana Italiana em Chicago. Em 1907, Francescon juntou-se ao Movimento Pentecostal de William Durham. Em 1910, Francescon chegou ao Brasil, procurando sem tardar uma igreja Presbiteriana em São Paulo. Sem sucesso procurou prosélitos junto a imigrantes italianos e migrantes nordestinos (Mendonça, 1977, p. 157). Sem tardar inicia sua diligente pregação fazendo 11 prosélitos que logo foram batizados.

2.2.6 Movimento Pentecostal nos EUA

J. Roswell Flower⁶⁴ (*in* Hurlbut, 1989, p. 222) apresenta Daniel Awrey como um dos alicerces que serviu de base para o Movimento Pentecostal. Awrey, ministro evangélico, teria recebido a “segunda bênção”, o “batismo no Espírito Santo” em 1890, na Cidade de Delaware, Ohio. Em 1897 há registro de uma convenção de pentecostais na Nova Inglaterra. Na Carolina do Norte e no Tennessee, manifestaram-se movimentos de avivamento pentecostal, na mesma época da convenção na Nova Inglaterra. Em 1900 foi a vez dos suecos residentes na Cidade de Moorhead, Minnesota. Mas o marco da expansão do movimento pentecostal está no ano de 1901 na Cidade de Topeka, Kansas com Charles Fox Parham, fundador da primeira Igreja Pentecostal A Fé Apostólica. Deste movimento pequenos grupos de “avivados” se espalharam em missão pelo Kansas, Oklahoma e Texas. As missões cresceram originando as assembléias de crentes que, mais tarde, se reuniram formando o Concílio Geral das Assembléias de Deus na América do Norte.

No Texas, no controle de uma das assembléias de crentes, chamada Santidade, estava o Rev. William Joseph Seymour, “ex-aluno⁶⁵” de Parham. O líder do grupo Santidade seguiu para Los Angeles, Califórnia, onde muitos foram convencidos a aderirem ao Movimento Pentecostal. O Rev. Seymour alugou, então, um antigo templo metodista na Rua Azusa. A Rua Azusa ficou conhecida como um ponto de referência quando se trata do pentecostalismo.

⁶⁴ Flower (1888-1970) foi Secretário Geral do Concílio Geral das Assembléias de Deus na América do Norte e editor do jornal *The Christian Evangel* da cidade de Plainfield, Indiana.

⁶⁵ O termo ex-aluno encontra-se entre parêntesis para ressaltar que Parham era racista e não permitia que Seymour se sentasse na sala de aula com os demais alunos. Seymour assistia as aulas do lado de fora, pela porta entreaberta. <http://www.seekgod.ca/fatherparham.htm>

Em 18 de abril de 1906 o *Los Angeles Times*⁶⁶ publicava uma matéria sobre a nova e bizarra religião que se expandia na cidade de Los Angeles, Seymour ganhava notoriedade.

Em 1906, o Movimento Pentecostal se espalhava e o número de seguidores continuava aumentando de forma considerável, era uma expansão significativa. É publicada, então, a Revista Pentecostal de modo a acentuar a divulgação do movimento. Flower (*in* Hurlbut, 1989, p. 223) considera que é a partir dessa expansão que o termo Movimento Pentecostal passou a designar todos os grupos que enfatizavam a recepção do “batismo com o Espírito Santo” acompanhado do sinal de falar em outras línguas, segundo a inspiração divina”. É nesta fase de expansão do Movimento Pentecostal que Eudorus N. Bell⁶⁷ (1866-1923) sugere que seja criado um Concílio, nos moldes de Atos 15, a fim de estabelecer normas acerca dos ensinamentos e práticas do movimento. A primeira Assembléia Geral do Concílio se reuniu na cidade de Hot Springs, Arkansas de 2 a 12 de abril de 1914. Bell será ratificado como fundador das Assembléias de Deus. Muitos pentecostais haviam saído dos EUA para várias partes do mundo sem apoio de uma instituição que o mantivesse os trabalhos missionários. Após a formação do Concílio das Assembléias de Deus, os missionários que solicitaram apoio, passaram a receber assistência do Concílio. Gunnar Vingren em seu diário não registrou se fez a solicitação para manutenção da obra no Brasil. A partir de 1919, o Concílio começa a enviar missionários para outros países através do, recém criado, Departamento de Missões Estrangeiras. Flower relata que até a data da publicação do livro em 1967 o Concílio contava com 1.214 missionários e 73.192 obreiros nacionais.

2.3 O Pentecostalismo em Solo Brasileiro

Gunnar Vingren e Daniel Berg escolheram a Região Norte do Brasil para desembarcarem no Brasil. A mais extensa e a menos povoada região brasileira. A intensificação da ocupação da Região Norte se dá no início do primeiro ciclo da exploração da borracha, no século XIX, que movimentou a economia da região e as primeiras grandes levas de migrantes.

⁶⁶ Informações obtidas do endereço eletrônico: http://www.ag.org/enrichmentjournal/199904/026_azusa.cfm

⁶⁷ Informações obtidas do endereço eletrônico: <http://religiousmovements.lib.virginia.edu/nrms/AofGod.html>

Em 1910 a borracha está em pleno ciclo áureo e sua decadência só será percebida a partir de 1914 com a crise da borracha, provocada pela concorrência dos ingleses que plantaram seringueiras no Oriente e pela Primeira Guerra Mundial. Entre 1870 e 1910 o Brasil é o maior produtor mundial de látex. É uma época de forte expansão da região. De 1907 a 1912 foi concluída a Ferrovia Madeira-Mamoré com 366 Km que mobilizou cerca de 21 mil operários. A ferrovia ligou o povoado de Santo Antônio, em Rondônia, a Guajará-Mirim, na divisa da Bolívia com o objetivo de facilitar o comércio através do rio Amazonas. Neste projeto o Acre foi incorporado ao território brasileiro como a contrapartida⁶⁸ da Bolívia pela construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré (Moreno, 2000). Com os pioneiros Vingren e Berg, entraram no Brasil, entre 1890 e 1929, cerca de 3 milhões e meio imigrantes. “Estima-se que quase a metade chegou nas décadas de 1910 e 1920. As principais razões da vinda de tantos imigrantes nesse período foram, na década de 1910, o sucesso do programa de valorização do café e a adoção de uma política de incentivo à imigração” (FGV, s.d).

Assim como fizeram milhares de imigrantes que escolheram o Brasil, Vingren e Berg desembarcaram na Região Norte onde se encontra a bacia do Rio Amazonas, a maior bacia hidrográfica do mundo que irriga 5,8 milhões de quilômetros quadrados. Na bacia encontra-se o Rio Amazonas com cerca de 6.700 quilômetros dos quais 3,6 mil quilômetros estão no Brasil. É navegável de ponta a ponta e chega a ter até 50 quilômetros de largura entre suas margens. Chama a atenção o fato de que os pioneiros Vingren e Berg não tenham demonstrado admiração com a Região Norte que tem uma geografia sem paralelo e experimentava uma rápida expansão econômica. Os diários relatam perseguições de católicos e protestantes, as ações de proselitismo, o desenvolvimento do movimento pentecostal no Brasil e a descrição do cotidiano, entre outros, mas sem uma leitura do Brasil. Para além da expansão econômica, Vingren e Berg chegam ao Brasil em um momento de profusão de idéias, mudanças sociais e de intentos na política.

⁶⁸ Em 1903, o Brasil e a Bolívia assinaram o Tratado de Petrópolis, onde o Brasil incorpora o território do Acre e assume o compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré.

2.4 Política Brasileira no Início do Século XX

No dizer de Alceu Amoroso Lima⁶⁹ (1999, p. 195) a política tem como objeto específico de ação o governo de uma sociedade por um Estado. E ao abordar o vastíssimo e complexo problema da estrutura política do Brasil, no início de 1900, afirma o autor que “o Brasil se encontra em plena disponibilidade, à espera dos escultores que venham modelar a sua matéria plástica, para a figura da nacionalidade que vai renascer da confusão do momento político-social que atravessamos...”.

2.4.1 Naturalismo Político e a Política Cristã Integral

No início da primeira república⁷⁰, ou República Velha, o Brasil começa a se organizar politicamente. Vingren e Berg ao chegarem ao Brasil, em 1910, se depararam com um país em construção. A recém promulgada primeira Constituição republicana brasileira de 1891, inspirada na organização política norte-americana ainda está sendo levada a efeito. Duas linhas filosóficas proeminentes de concepção da política estão em embate no cenário político brasileiro: O Naturalismo Político sustentado pelo sociólogo Alberto Torres (1865-1917) e a Política Cristã Integral defendida por Amoroso Lima. Para Torres⁷¹ (*apud* Amoroso Lima, 1999, p. 202) “a lei que preside ao desenvolvimento e à sorte do vegetal dirige também o destino da atividade humana”. Ou seja, Torres se baseia no conceito de evolução natural como princípio subjacente a todas as ordens da realidade, teoria do filósofo britânico Herbert Spencer (1820-1903). A nacionalidade é, para Torres, uma concepção meramente utilitária, denuncia Amoroso Lima (1999, p. 200) e conclui:

O pragmatismo naturalista de Alberto Torres vem consagrar a descontinuidade nacional, vem contradizer o próprio nacionalismo que ele

⁶⁹ Alceu Amoroso Lima (1893-1983) tinha uma visão clássica de política, própria de seu tempo, ao defini-la como sendo a ciência e a arte do bem comum e ao afirmar que toda política gira em torno do problema do bem comum (1999, p. 28). A filosofia política contemporânea, no entanto, reconhece a impossibilidade de identificar um bem comum ou supremo. Divergindo da filosofia política clássica, a Justiça como Equidade de Rawls (2002), por exemplo, reflete sobre os princípios de justiça que possam regular a vida em comum de indivíduos que têm uma profunda divergência sobre o sentido último da existência. Tal reflexão é de fundamental importância em um mundo onde a tendência é o aumento crescente da divergência.

⁷⁰ A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 resultou na queda monarquia e na implantação da república por intermédio de uma rebelião militar.

⁷¹ Para Felix (1976, p. 256-269) Alberto Torres sofre uma cisão em seu pensamento político depois de ter exercido vários cargos públicos. Desiludindo-se com o regime republicano e constatando a mediocridade vigente na política e na administração brasileira, crítica a estrutura política brasileira

pretende pregar. Esse voluntarismo constante, esse repúdio ao passado, esse apelo exclusivo às forças do interesse, como formadores da nacionalidade, vêm apenas concorrer para a desnacionalização, vêm aliar-se a todos aqueles que negam a pátria, que combatem mesmo as formas moderadas de nacionalismo.

Em contraposição à idéia de que o homem é apenas um animal “do movimento, da ação, da novidade, da conquista”, Amoroso Lima (1999, p. 203) apresenta uma política integral do cristianismo, defendida pela Igreja Católica, de que o homem é um ser mortal e ao mesmo tempo imortal e é de sobremaneira mais elevado que o homem concebido por Alberto Torres, e confronta:

Não é esse o homem como o concebe a política integral do cristianismo. Ser a um tempo ativo e contemplativo, participando pelos sentidos da natureza e pela razão de Deus, amando ao mesmo tempo as coisas visíveis e as invisíveis, preso ao passado pelas fibras da herança e agindo para o futuro pela atração da finalidade, voltado para dentro de si mesmo à busca do mistério do pensamento e ao mesmo tempo participando de toda a vida exterior dos seus semelhantes e das coisas, amando o movimento e procurando o repouso, seduzido pela paz e solicitado pela luta, sentindo em sua natureza toda a natureza das coisas, desde a matéria mais bruta até a iluminação do intelecto divino pela aspiração à beatitude eterna, o homem como o compreende a política verdadeira é um ser mortal pelo corpo mas imortal pela alma e que, portanto, constitui um elemento de tal dignidade e elevação, que não pode de forma alguma ser reduzido a um simples animal à busca de uma felicidade efêmera.

Por sua vez Alberto Torres (*apud* Amoroso Lima, 1999, p. 204), na obra *A Organização Nacional*⁷², põe de lado a possibilidade de uma fé orientadora da ação política e argumenta: “Tão condenável é o católico que faz de sua fé bússola orientadora da ação política, como o livre-pensador que abre combate, no terreno partidário, aos credos religiosos”.

2.4.1.1 Fé Orientadora da Ação Política

O Brasil do início do século XX se encontra em plena disponibilidade, à espera dos escultores que venham modelar a sua matéria plástica, lembrando Amoroso Lima. As oportunidades para inserção na vida pública são ímpares. Os partidos políticos da Primeira República começam a se formar. É justo supor que Vingren como acadêmico formado no Seminário Teológico Sueco dos Batistas, EUA, tenha se aproximado dos escritos de Lutero

⁷² TORRES, Alberto. *A organização nacional*: 1ª parte – A Constituição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

sobre a autoridade secular e de Calvino *sobre o governo civil*. Lutero (2000, p. 31) não só afirma que os cristãos podem assumir cargos públicos como incita os crentes a ocupá-los:

Resumindo: se São Paulo afirma que a autoridade é servidora de Deus, não devemos reservá-la apenas para o uso dos pagãos, mas de todos os seres humanos. “Servidora de Deus” significa exatamente o seguinte: a autoridade é de tal natureza que se pode servir a Deus por meio dela.

Para Calvino (1995, p. 86), ocupar cargos públicos significa apoiar a autoridade civil e quem assim procede está legitimamente exercendo uma vocação sagrada “em alto grau, a mais sagrada e honrosa de todas as vocações”. Calvino e Lutero (2000, p. 26) soam uníssonos quando afirmam que crentes devem assumir cargos públicos:

É seu dever servir à autoridade e promove-la de todas as formas, seja com a vida, bens, honra e alma. Pois se trata de uma obra da qual você não precisa, mas que é muito útil e necessária para todo o mundo e para seu próximo. Você vê que há falta de carrasco, agente policial, juiz, senhor ou príncipe e se julga apto. Deveria então oferecer-se e candidatar-se para que, de forma alguma, a autoridade tão necessária seja desprezada, enfraquecida ou desapareça. Pois o mundo não pode e não consegue renunciar a ela.

Conclui Lutero: “O Evangelho não proíbe isso, muito antes o determina em outra passagem”. Corroborando a visão de Lutero, Calvino e Amoroso Lima de que a fé é orientadora da ação política, Levi Pethrus, pastor da Sétima Igreja Batista de Estocolmo — convertida ao pentecostalismo —, fundou um partido político na Suécia. A AD no Brasil estava ligada à igreja liderada por Pethrus na Suécia. Os missionários brasileiros, entre eles Gunnar Vingren eram mantidos pelo projeto Missão Mundial da Igreja Batista de Estocolmo.

2.4.1.2 Pré e Pós-milenistas

O envolvimento de Pethrus na política partidária de seu país é um exemplo de que os pentecostais embora pré-milenistas podem se envolver na política. Sabe-se que no século XIX a maioria dos teólogos norte-americanos era pós-milenista, ou seja, tinham como verdadeiro que as profecias a respeito do Anticristo já teriam sido cumpridas, “desempenhando a América a função crucial de encaminhar a era de outro do Milênio”. A segunda vinda de Cristo, logo, estaria condicionada apenas ao progresso da ciência e às reformas sociais. Porém com a aproximação do *fin de siècle* o imaginário impõe uma nova leitura das escrituras que provocou “uma onda de conversões ao pré-milenismo” (Mendonça, 1997, p. 154). Um dos representantes dos pré-milenistas é Cyrus Scofield que em 1909 em sua *Reference Bible* “codificava o desenvolvimento da idéia de Tribulação e Êxtase ocorrida entre os

fundamentalistas no final do século XIX” (Schwartz, 1995, p. 286). O pré-milenismo poderia ser uma explicação para a dificuldade de Vingren se envolver com a política. Segundo Mendonça (1997, p. 154), com o advento da Grande Tribulação “a obrigação de todo cristão não era lutar por reformas sociais, mas ganhar quantas almas fosse possível antes que fosse tarde”. Mas o pré-milenismo não explica satisfatoriamente porque Vingren ignorou a política uma vez que Lutero e Calvino defendiam a inserção do cristão na política não para reformas sociais, mas para o fortalecimento de um Estado mantenedor da ordem. O Estado como a aspiração última de uma sociedade, no dizer de Hegel⁷³, que realiza a razão universal humana.

⁷³ Para Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831) o espírito subjetivo é o de cada indivíduo, o espírito objetivo é a manifestação da idéia na história e o espírito absoluto é o Estado, síntese do espírito subjetivo e do objetivo.

Capítulo III

3 O *Mensageiro da Paz* e a Política

Desde sua fundação em 1930, até recentemente, o *Mensageiro da Paz* pautou-se quase que exclusivamente em estudos bíblicos, decisões oficiais da denominação e “mensagens de Salvação”. Assim, o pastor João de Oliveira (*in* Mesquita, 2004, p. 5) o descreveu em 1935:

Ó Mensageiro da Paz! Tu és o melhor amigo! Amigo do lar, da mocidade e dos anciãos! Amigo secreto, que percorre o vasto solo brasileiro com as ricas mensagens de Salvação. Foste tu o portador que trouxe ao meu pobre e desventurado coração a consoladora mensagem de Salvação!... E é por isso que eu aconselho a todos que leiam o Mensageiro da Paz — o evangelista silencioso, portador das Boas-Novas de salvação.

Para realização da presente pesquisa, realizou-se, em 2004, nos arquivos da CPAD, no Rio de Janeiro, uma rápida leitura de todos os jornais do *Mensageiro da Paz* desde sua fundação para verificar se realmente a pauta do jornal era isenta de artigos sobre a política brasileira. Da leitura das páginas do jornal depreende-se que, até 1986, uma das marcas características da AD, no campo político nacional, é a falta de interesse por questões políticas. Assim como nos diários dos pioneiros⁷⁴ e nos livros de história da AD, a complexa e rica história brasileira passa quase que despercebida. Porém Carneiro e Kossoy (2003, p. 162) encontraram, em uma pesquisa nos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e

⁷⁴ Faz-se exceção a Lewi Pethrus (*in* Vingren, 2000, p. 173), que embora tenha passado pouco tempo no Brasil em 1930, não deixou, pelos menos, de comentar sobre os conflitos sociais.

Social — Deops, registros do *Mensageiro da Paz*. Dois artigos⁷⁵ publicado no MP da 2ª quinzena de fevereiro de 1935, ano V, n. 4, foram os responsáveis pela apreensão. Para subsidiar as provas de que o pastor Samuel Hedlund era subversivo, o exemplar de fevereiro de 1935 foi anexado ao seu prontuário, de n. 456, junto ao Deops. Ao apresentarem um histórico sobre o MP, os pesquisadores (p. 162) afirmam que o Conselho Editorial do MP tinha um perfil religioso e antivarguista. Embora fora do escopo da presente pesquisa, não se observou nos editoriais do MP, diários dos pioneiros e livros que apresentam a história da AD, conteúdos para concordar com a afirmação de Carneiro e Kossoy, de que o editorial do MP era antivarguista. Diversamente, encontra-se no livro de Vingren (2000, p. 173), um comentário de Lewi Pethrus que elevou Vargas a “um dos maiores homens do Brasil” e que favorece a tese de que a AD mostrava-se favorável às ações e ao governo Vargas:

Do ponto de vista do trabalho evangélico, tudo continuou favorável, pois Getúlio conservou sempre boas relações com os pentecostais, e ajudou esse movimento de todas as maneiras possíveis. Vários parentes do presidente eram crentes pentecostais, e um deles é ainda pregador do Evangelho no Rio Grande do Sul.

É mais provável que o jornal tenha sido apreendido e o pastor Samuel Hedlund fichado, por puro desconhecimento, por parte dos funcionários do Deops, sobre a AD e suas doutrinas. O motivo da apreensão, relatado por Carneiro e Kossoy (2003, p. 164), reforça a presente argumentação:

O confisco do exemplar nº 4 do *Mensageiro da Paz* deveu-se a uma série de investigações policiais empreendidas contra o pastor Samuel Hedlund. Descobriu-se que tais pregações da Igreja Assembléia de Deus eram desconhecidas dos meios protestantes e que, provavelmente, tratavam-se de dogmas de uma nova religião. O jornal apreendido, segundo a avaliação do DEOPS, continha um conteúdo nocivo ao governo Vargas e que, sob a máscara da religião, poderia esconder algum gesto político de subversão capaz de sensibilizar os camponeses de Gramadinho (SP). Segundo relatório policial, Samuel Hedlund foi prontuariado (sic) por ter conquistado um grupo de trinta pessoas “todas atrasadas e homens do campo [...], pessoas sem mentalidade alguma [...] com manifestações religiosas de caráter ridículo e até certo ponto perturbador da ordem”.

É a partir de 86 que o MP, na onda da “irrupção pentecostal na política”, começa a apresentar sinais de que sua pauta passará a abordar questões da política brasileira. Nas eleições para as Assembléias Legislativas, Câmara dos Deputados, Senado e Governador de

⁷⁵ Os artigos tem como títulos: “O Bolchevismo batalhando contra o Cristianismo” e “O Exército do Anticristo” que encontram-se nos anexos.

86, a AD inaugura uma nova pauta para o MP quando publica: “A nossa igreja tem potencial para colocar um representante de cada Estado no Parlamento”. É um marco editorial do *Mensageiro da Paz* e na atuação política dos pentecostais “com a entrada de candidatos oficiais de igrejas pentecostais” (Freston, 1993, p. 180).

O *Mensageiro da Paz* de 1986 sinalizava uma orquestração da CGADB para uma inserção séria e duradoura na vida política brasileira. Como fruto desta ação das lideranças da AD, houve um incremento significativo de assembleianos no cenário político ao longo dos anos. Dos 12 protestantes parlamentares titulares, deputados federais e senadores, em 1982, o número aumentou para 32 em 1986. Só a AD elegeu 13 parlamentares. Nas duas legislaturas anteriores a AD havia elegido apenas um parlamentar (Freston, 1993, p. 191). Não é objetivo da presente pesquisa analisar as causas da irrupção pentecostal na política brasileira. Mas pode-se afirmar que o *Mensageiro da Paz* não direcionou seu editorial para colaborar com o sucesso da empreitada anunciada pelo jornal em 1986. Com raras exceções, o jornal manteve-se em harmonia com a linha editorial traçada em 1930.

3.1 A Igreja e a Campanha Eleitoral por Paulo Ferreira da Silveira - 1989

Por ocasião das eleições presidenciais de 1989⁷⁶, Paulo Ferreira da Silveira escreveu um artigo⁷⁷, no *Mensageiro da Paz* (out, 1989, p. 23), criticando o envolvimento da AD com questões políticas. A preocupação de Silveira tinha como pano de fundo uma forte insatisfação popular contra a classe política brasileira. Uma série de denúncias de corrupção envolvia o governo Sarney. Silveira cita exemplos históricos para justificar sua preocupação de que a AD poderia se comprometer com a escalada rumo ao poder político. O escândalo dos anões do orçamento, em 1991, viria, mais tarde, ratificar a inquietação de Silveira. Manoel Moreira (PMDB-SP), parlamentar eleito pela AD, envolveu-se no escândalo do orçamento⁷⁸.

Nas eleições presidenciais de 89, a AD tinha uma difícil escolha. Lula, candidato de esquerda, opção improvável. Collor, por sua vez, era desconhecido, personagem obscuro, um

⁷⁶ Nas eleições presidenciais de 1989, foram para o segundo turno, das eleições presidenciais, Fernando Collor de Mello (PRN) e Luis Inácio Lula da Silva (PT). Collor foi o escolhido no pleito de 17 de dezembro do mesmo ano.

⁷⁷ O teor completo do artigo encontra-se nos anexos desta dissertação.

⁷⁸ Krieger; Rodrigues e Bonassa (1994) apresentam o escândalo em detalhes.

jovem de 37 anos, que tentava se mostrar à nação como um político desvinculado dos “políticos tradicionais”. No segundo turno, Collor e Lula se apresentavam, para os eleitores, como a esperança de uma profunda mudança na prática política do país (Koifman, 2002, p. 829). As frustrações com qualquer dos candidatos uma vez na presidência seriam transferidas, em grande medida, para a AD. As páginas do *Mensageiro da Paz* ficaram longe da disputa presidencial. Cabe supor que o artigo de Silveira seja uma manifestação das forças que porfiavam sobre o envolvimento da AD no campo político pouco estável.

O aviso de Silveira, que soava como um presságio se confirmou quando Collor — logo após receber a faixa presidencial das mãos de José Sarney — confiscou todas as contas bancárias com valor superior a 50 dólares e, após, quando uma bateria de acusações de corrupção foi detonada contra o governo Collor. Em 1992, por fim, Collor sofreu um processo de impeachment que o tornou inelegível por oito anos (Krieger; Novaes e Faria, 1992).

No artigo de Silveira pode-se perceber um conflito em curso, gerado pela decisão da CGADB, anunciada em 86, de envolver a AD na política partidária. Depois de 1986, o *Mensageiro da Paz* voltou a abrir espaço para artigos que abordavam questões políticas somente em 1989 com o artigo de Silveira. Em 89, a página do jornal que confrontou a linha de conduta da CGADB, não parece ser um descuido editorial, mas, pelo contrário, aparenta ser uma mudança, pelo menos em parte, da mentalidade das lideranças da AD. Um dos motivos do conflito pode estar na composição da Mesa da Diretora da CGADB. De 83 a 85, Manoel Ferreira estava na presidência da Mesa e se manteve à frente na gestão de 85 a 87 na qualidade de 1º vice-presidente. De 87 a 88 assume a Presidência da Mesa o pastor Alcebíades Pereira de Vasconcelos e de 88 a 89 o pastor José Wellington Bezerra da Costa. Vasconcelos (2003, p. 101 a 104) apresenta Ferreira como um articulador político que marcou a eleição de 1985 para composição da Mesa Diretora da CGADB e, ao mesmo tempo, se mostra reticencioso quanto à capacidade da ação política em resolver problemas:

A assembléia geral poderia ter sido melhor e ter produzido melhores frutos na nossa igreja como um todo, se houvesse sido realizada no espírito cristão, e não no espírito político, como o foi.

Em setembro de 89, Manoel Ferreira foi afastado da CGADB em consequência do desligamento de Madureira da Convenção. Nesse momento, surge uma linha de reflexão que não será aprofundada, mas aponta para futuras pesquisas: A questão da inserção da AD na política partidária seria uma componente significativa, fonte de conflito, que levou ao

desligamento de Madureira da CGADB, além dos motivos apresentados por Daniel (2004, p. 526 a 528)?

Parece claro, porém, que em 1986, o *Mensageiro da Paz* refletia o pensamento, entre outros, do Presidente da CGADB, Manoel Ferreira, mas contrariava toda uma linha editorial do *Mensageiro da Paz* e também toda a tradição da AD em não se envolver com política. Se correto o encadeamento de raciocínio, o artigo de Silveira, em 89, se apresentou como remissão perante os leitores do *Mensageiro da Paz* e não como uma afronta a CGADB.

3.2 1995: O Evangelho Pode Restaurar o Brasil por Leclerc Victor Caitano

Em janeiro de 1995 — depois de um silêncio de mais de três anos — o *Mensageiro da Paz* (janeiro de 1995, n. 1294, p. 17) volta a publicar um artigo com nítido conteúdo político. Cabe ressaltar que este artigo recebeu menção na coluna: Palavra do Leitor de março de 1995, n. 1296, p. 2. Trata-se de uma carta selecionada para reforçar a linha editorial. Expressa-se André da Silva Pereira (Cuiabá, MT): “... Sinto que a matéria é de vital importância para todos os evangélicos brasileiros, pois como servos do Deus Todo-Poderoso, e tendo nas mãos o maravilhoso ministério de intercessão, não podemos ficar de braços cruzados; pelo contrário, temos que erguê-los ao céu em clamor àquele que não só pode restaurar o Brasil como também o mundo todo”.

Pela linha de análise de discurso⁷⁹ adotada, far-se-á uma breve introdução sobre o contexto político em que se produziu o artigo de janeiro de 2005 do *Mensageiro da Paz*. Deve-se, inicialmente, lembrar que, em 94, o Brasil escolheu o Presidente da República e governadores, renovou a Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativa e o Senado (Nicolau, 1998).

3.2.1 Aspectos Políticos

Fernando Henrique Cardoso, recebeu, no dia 1º de janeiro de 1995, a faixa presidencial de Itamar Franco, vice de Collor, que havia assumido a presidência pela vacância

⁷⁹ Para a análise do discurso parte-se do pressuposto “que o texto só existe quando concebido na dualidade que o define – objeto de significação e objeto de comunicação – e, dessa forma o estudo do texto com vistas à construção de seu ou de seus sentidos só pode ser entrevisto como o exame tanto dos mecanismos internos quanto dos fatores contextuais ou sócio-históricos de fabricação de sentido” (Barros, 2005, p. 7 e 8).

deixada pelo impeachment de Fernando Collor de Mello, em 92. Depois da grave crise política que irrompeu com o impeachment, FHC assume um país com inflação sob controle como resultado de uma política econômica de estabilização levada a termo no governo Itamar. Nas eleições de 94 FHC derrotou no primeiro turno das eleições presidenciais seu principal adversário: Luiz Inácio Lula da Silva. FHC havia participado do Governo Itamar em dois ministérios: o Ministério das Relações Exteriores e, especialmente, o Ministério da Fazenda, “no qual implementou a política de estabilização apresentada pelo PSDB”. Meneguello (1998, p. 138) atribui, entre outros fatores, a influência partidária nas políticas de governo como parte do sucesso de FHC nas urnas. Aponta, também, a autora para o fato de que Itamar Franco manteve a política de implementação do Plano Real⁸⁰, após a saída de FHC do ministério, em abril de 94, para disputar as eleições. Meneguello (1998, p. 136) sugere, ainda, que existe uma relação direta entre “a realização de eleições e o controle governamental dos gastos nas várias áreas, realizado sobretudo através da busca da anulação de pressões e demandas que são potencialmente absorvidas em ministérios sob controle partidário”. Ou seja, em época de eleição observa-se uma flutuação nas políticas de gastos públicos procurando atender as áreas de maior apelo político-eleitoral. E, por fim, a autora afirma: “A vitória de Fernando Henrique na eleição presidencial de outubro de 1994 ilustra fortemente os benefícios do controle partidário de ministérios centrais às ações do governo”.

3.2.2 Eleições de 94, a CGADB e o Mensageiro da Paz

Nas eleições presidenciais de 1994 o pastor José Wellington Bezerra da Costa apoiou o candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso. Nos cultos da Assembléia de Deus no Belenzinho, SP, o sacerdote pentecostal fazia questão de frisar que nas eleições os fiéis deveriam estar atentos para saber diferenciar a esquerda da direita. Em tom de brincadeira, enquanto falava, levantava a mão esquerda e a direita para reforçar suas instruções. A campanha das lideranças mostrou-se eficaz quando constatou-se, mais tarde, que o candidato petista, Luiz Inácio Lula da Silva, foi o menos votado pelos pentecostais. O *Mensageiro da Paz*, no entanto, permaneceu calado. Não houve a mínima cobertura da participação dos políticos assembleianos na campanha eleitoral. Suas páginas se ativeram à linha editorial

⁸⁰ O plano foi idealizado para ser implementado em três fases: de dez. 93 a fev. 94: realização do ajuste fiscal; de março a junho de 94: adoção da URV (Unidade Real de Valor - serviu como moeda de referência para conversão Cruzeiro/Real); e, finalmente, a partir de julho de 94: reforma monetária – transformação da URV em Real.

clássica de 1930. Na legislatura iniciada em 1994, quase 5% da Câmara dos Deputados era evangélica, mas o jornal não apresentou os eleitos para a gestão de 95 a 98.

Em janeiro de 95, porém, o *Mensageiro da Paz* rompeu o silêncio, de mais de três anos, com o artigo de Leclerc Victor Caitano, com o título *1995: o Evangelho pode restaurar o Brasil*. Caitano, no início do texto, ao mencionar o “Plano Real, o tetracampeonato mundial de futebol e a interferência do Exército nas favelas do Rio de Janeiro”, classifica essas figuras de discurso como “boas situações”. Ou seja, para o autor o Plano Real e o desvio de função do Exército estão no mesmo nível das ações políticas efetivas para combate à violência e a miséria. No percurso narrativo expõe, segundo ele, fraudes eleitorais, aumento do índice de criminalidade e corrupção para pintar um quadro de desesperança. Busca, ainda, nos dados eleitorais de 1994 dados para embasar sua argumentação de que “o brasileiro acabou se enchendo de desesperança”. Para o articulista: “nunca se viu em nosso país um índice tão alto de votos nulos e brancos como no pleito do ano passado”. Sabe-se que nas eleições de 94 para presidente da República o índice de abstenção foi de 17,7%, votos brancos: 9,3%, e votos nulos: 9,6% (Nicolau, p. 1998, p. 28).

Caitano defende a idéia de que, a despeito da desesperança, é possível “restaurar” a nação brasileira que é comparada ao vale de ossos sequíssimos (Ez 37. 3,4). No encadeamento lógico do artigo, o leitor é levado ao desejo de interceder pela Nação nos moldes de Salomão⁸¹. Na organização discursiva, Caitano conduz o leitor a crer nos valores do “destinador” — para se valer do termo apresentado por Barros (2005, p. 28) — para que se deixe manipular. Por fim, Caitano apresenta os “frutos da intercessão”, em uma tipologia da Sedução (op. cit., p. 29), afirmando que “todos tomamos conhecimento das conversões ao evangelho de alguns expoentes do mundo artístico e cultural, do meio político e da alta sociedade, gente considerada quase inalcançável”. Usando funções da linguagem expressiva/emotiva e conotativa/apelativa, Caitano envolveu o leitor diretamente no processo de comunicação em um típico texto persuasivo e sedutor, característico da propaganda e da política. A eficácia da manipulação fica por conta do sistema de valores pentecostais

⁸¹ Rei de Israel e de Judá que, segundo a Bíblia (1 Reis, 1 e 2 Crônicas), governou com sabedoria mantendo um estado de paz. Seu reino atraía outros povos ao seu redor por suas riquezas e prosperidade. Sob seu reinado foi construído o Templo de Jerusalém. Salomão pediu a sabedoria que lhe garantiu as realizações, fama internacional e o trono. Mas o mesmo Salomão (1 Reis 9 a 11.8) abandonou a fé. Gardner (2000, p. 573) apresenta Salomão como tendo sido “o monarca mais bem sucedido do mundo, mas sua vida não foi considerada um sucesso em termos de verdades eternas. Ele é um exemplo, copiado, repetidamente de forma lamentável, de uma pessoa que fracassou em manter-se fiel a Deus até o fim”.

compartilhado por Caitano e o leitor do *Mensageiro da Paz*. Na parte final do artigo, Caitano afirma:

Os evangélicos que vêm primando pela ética em suas normas de ação e pela unidade do corpo de Cristo como pressuposto fundamental para o estabelecimento do Reino de Deus, e assumindo a forma coerente e organizada seu papel de agente transformador da sociedade, no combate à fome, à violência e à corrupção, têm conquistado o respeito de autoridades e da imprensa e, junto a elas, ganham espaços significativos para expor suas idéias (sic).

Sem medo de errar, podemos dizer que esses são apenas indícios da grande obra que Deus há de operar em nossa nação através da sua Igreja.

Continuemos pregando a Palavra de Deus, levando os brasileiros a restauração da alma, corpo e espírito e bombardeando os céus com nossas orações até que o Senhor sare nossa terra.

Certamente, através de mim e de você, o reino de Deus será estabelecido e suas verdades serão vividas em todos cantos deste imenso país! Deus esteja com você! Deus esteja com o Brasil! Que 1995 seja um ano pleno e restaurador!

Quando se encontra o nível temático: os evangélicos como agentes transformadores da sociedade, pode-se recair no erro de concluir que o texto encerra-se com a apresentação de uma nova componente teórica da teologia-pastoral na AD. Como pré-milenista, a AD, historicamente militou para ganhar quantas almas fosse possível antes da Grande Tribulação. O aspecto imanente do reino de Deus, para a AD, é a Igreja como meio da revelação de Deus na terra, que não encerra em si uma dimensão transformadora da realidade social. Para Caitano, no entanto, o estabelecimento do reino de Deus pressupõe atitudes éticas, unidade da Igreja e evangélicos que combatam a fome, a violência e a corrupção. Dessas ações adviriam as transformações na sociedade. No entanto, o autor do artigo, não atribui aos evangélicos papéis de agentes políticos de uma dimensão política do Reino. A transformação da sociedade se daria a partir do exemplo pessoal e pela intercessão, o que, em última análise, culminaria com, cada vez mais, pessoas abraçando a fé cristã. Trata-se de uma visão clássica da filosofia política e parcial de reino de Deus.

3.2.2.1 Dimensão Política do Reino de Deus

Para Sathler-Rosa (2004, p. 76), a dimensão política do reino de Deus pode ser entendida como transformação social expressa no conteúdo político-religioso inerente do reino de Deus. Argumenta o autor: “Os profetas enfatizaram que Deus via a sociedade como um todo. Apresentaram, então, uma ideologia política articulada com a fé religiosa”. Ou seja,

o reino de Deus implica em vínculos entre fatores religiosos e fatores sociais que pretendem um alcance transformador da sociedade, sem, no entanto, atribuir direitos divinos à autoridade política.

3.2.2.2 O Bem Supremo e a Pluralidade Cultural

A filosofia clássica, quando desenvolvida, partiu do pressuposto que as sociedades comungavam de uma concepção de bem, esta concepção era compartilhada por todos. Os filósofos políticos dessa época desenvolveram uma filosofia com o foco principal no que identificaram como o bem supremo. Logo a filosofia política clássica tinha como uma de suas tarefas a identificação do bem supremo e a partir do reconhecimento “do bem supremo” desenvolver propostas de formas de organização política que melhor conduzisse a um modo mais excelente de vida. Desde Platão, passando por Agostinho e Thomas de Aquino a filosofia política clássica é pensada segundo uma concepção de bem que norteia a vida dos indivíduos por ser um “bem supremo” que é o modo mais excelente através do qual os homens em comum realizam aquilo que de mais nobre e excelente podem aspirar para suas vidas. Na Cidade de Deus, obra de Agostinho, tem-se claramente a idéia de que os indivíduos devem dividir valores em comum e fazer com que nessa existência a Cidade Celeste possa estar presente em meio aos defeitos e vícios da natureza humana.

Atualmente não há consenso sobre as concepções de bem. Entre os indivíduos de uma sociedade há uma irreduzível e intransponível barreira entre as noções, o modo de ver e de definir o conceito de bem. A sociedade moderna é caracterizada pelo pluralismo das formas de vida. Portanto seria desejável uma ideologia política articulada com a fé religiosa, que implique em vínculos entre fatores religiosos e fatores sociais com alcance transformador da sociedade. Na dimensão política do reino de Deus deve-se articular uma teoria política, que leve em consideração a pluralidade cultural, que aponte princípios políticos e ação pastoral viável.

3.3 Cobertura do Mensageiro da Paz Sobre Fatos Políticos em 1995

3.3.1 E o Presidente não falou de Deus por Jeremias do Couto

O pastor Jeremias do Couto, Secretário do Conselho Político Nacional da CGADB, jornalista, diretor do Departamento de Publicações do Mensageiro da Paz (na época), em seu

artigo abordando aspectos do discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso no Editorial do *Mensageiro da Paz* (fev. 2005, n. 1295, p. 3) observa que “em nenhum momento de sua fala mencionou Deus ou ao menos fez alguma alusão que transparecesse um mínimo de religiosidade”. Trata-se, certamente, de uma observação que desperta interesse porque no parágrafo seguinte, o próprio, Geremias do Couto afirma que Fernando Henrique Cardoso se professa⁸² ateu. Para reforçar com fatos sua afirmação, do Couto, lembra ao leitor que: “... sabe-se que ele professa o ateísmo, situação que o levou, inclusive a perder as eleições para prefeito de São Paulo”, e supõe o articulista: “Talvez por isso, tenha preferido não adotar uma atitude demagógica em sua alocução, que tivesse apenas o intuito de agradar os setores religiosos do país”.

Geremias do Couto ao escrever no Editorial do *Mensageiro da Paz*, obviamente, está expressando a opinião da Igreja Assembléia de Deus vinculada a CGADB. Um espaço destinado aos artigos de destaque, dificilmente, seria preenchido com um texto vazio. Portanto é presumível que exista um esquema de funcionamento mais amplo que as relações intrínsecas no interior do texto de Geremias do Couto. No quadro de informação das condições de produção do texto, na observação interna de cada realidade discursiva e na relação entre os interlocutores buscar-se-á um quadro de significações a procura dos possíveis objetivos do texto. Para Osakabe (2002, p. 59) “uma análise interpretativa não pode prescindir das significações que emanam das relações entre os protagonistas do discurso e a situação”, ou seja, “isto quer dizer que o quadro das significações de um discurso depende do quadro situacional em que se insere”. O autor (p. 57) chama, ainda, a atenção para a importância do ato de perlocução “produzido pelo fato de dizer, isto é, como decorrência do ato de dizer” e lembra que um discurso “caracteriza-se inicialmente por uma maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu”, e é no ouvinte, agente indireto do discurso, que se justifica o próprio discurso.

No encaminhamento discursivo do artigo, *E o Presidente não Falou de Deus*, do Couto em nome dos evangélicos se dirige a Fernando Henrique Cardoso, então Presidente da

⁸² No debate televisionado em 1985, por ocasião das campanhas eleitorais para prefeito de São Paulo, quando perguntado por Jânio Quadros se acreditava em Deus, depois de um arrazoado Fernando Henrique Cardoso afirmou: “Quanto à crença em Deus, é questão de convicção íntima”. Segundo Koifman (2002, p. 865) os adversários de FHC “deturparam” a resposta e conseguiram convencer o eleitorado conservador e religioso de que FHC era ateu. Em entrevista concedida recentemente a Cristovam Buarque (2004, p. 210) Henrique Cardoso apresentou uma versão do que teria dito em 1985, mas dificilmente apagará a imagem de ateu.

República, e finaliza o texto colocando-se à disposição para colaborar como cidadão, mas ao mesmo tempo coloca-se como sentinela para não permitir “atos que firam a dignidade do país”. A citação a seguir é extensa, mas necessária para apresentar o encadeamento de raciocínio. Ao referir-se ao presidente afirma:

Não se desconhece que ele assumiu a presidência da república ungido pela vontade popular, com maioria absoluta, tendo como âncora o plano real e as promessas de estabilização econômica. Reconhecidamente um intelectual, que já demonstrou competência nos cargos que ocupou, chega ao governo com uma bagagem que há muito tempo não se via.

Teve a seu favor o desejo da população, que buscava alguém comprometido em sanear a economia do país, zelar pela valorização da moeda e acabar com a inflação e seus malefícios através de medidas de longo prazo, e não com rompantes que não levam a lugar nenhum. Os eleitores viram nele essas qualidades. Tudo convergiu, portanto para que Fernando Henrique fosse alçado ao Planalto com um índice de aprovação jamais registrado na história.

Mas isso não lhe dá o direito de ser arrogante e deixar de reconhecer que estas etapas só forma cumpridas porque Deus não interveio para mudar o rumo, como no caso de Tancredo Neves, que, às vésperas da posse, acabou internado no hospital, de onde saiu para o túmulo⁸³.

Assim como no passado, em relação ao povo de Israel, governantes que não tinham a mesma fé foram usados por Deus para abençoar o povo da promessa. O novo presidente poderá ser este instrumento do Todo-poderoso para colocar o país no lugar que lhe cabe entre as nações.

Faço-me, no entanto, porta-voz do povo evangélico para sugerir a Fernando Henrique, que como homem lido, volte-se também para a Bíblia e descubra nela a fonte de suas realizações reconhecendo, sobretudo, que Deus é Senhor sobre todas as coisas.

Há, no Brasil, um povo que vem orando diuturnamente há muito tempo para que este quadro de deterioração seja transformado. O MENSAGEIRO DA PAZ tem sido um baluarte nesta campanha incessante, pois crê que o país tem, ainda, a prestar enorme contribuição no seio das nações, onde vislumbra-se a oportunidade de tornar-se o celeiro do mundo, principalmente no aspecto espiritual, quanto à evangelização dos povos.

De nossa parte, continuaremos orando, sem deixar de prestar nossa colaboração como cidadãos comprometidos com a ética e os valores do Reino, fazendo ouvir nossa voz sempre que se fizer necessário, seja para aprovar medidas, como também par sugerir caminhos, ou mesmo para alertar contra atos que firam a dignidade do país.

⁸³ O autor refere-se à fábula de que Tancredo Neve, já eleito, porém ainda não havia assumido a presidência da república, “Agora nem Deus impede que eu suba a rampa do planalto”. Para o articulista tal frase teria levado Deus a ferir de morte, Tancredo Neves. Informação obtida no endereço eletrônico do CLAI – Conselho Latino-Americano de Igreja - http://www.clai.org/ec/fabulas/portugues/porta_mala.htm

Não deixaremos de reconhecer, todavia, em quaisquer circunstâncias, que “feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”.

Que o presidente venha a pensar da mesma forma e a dizê-lo em público.

Por que o presidente Fernando Henrique Cardoso, um ateu —, segundo Geremias do Couto — deveria falar de Deus em seu discurso de posse? E por que trazer à lembrança Tancredo Neves envolvendo-o na tessitura discursiva? Após sua eleição em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves proferiu seu primeiro discurso como Presidente eleito. Koifman (2002, p. 772 e 773) registrou sua fala. No espaço destinado aos agradecimentos, encontra-se:

Agradeço a contribuição do Poder Legislativo, que muitas vezes mutilado em sua constituição e nas suas faculdades, conservou acesa a chama votiva da representação popular, como última sentinela do campo de batalha democrática:

- A do poder judiciário, que se manteve imune a influências do casuísmo, para, na atual conjuntura, fazer prevalecer o espírito de reordenação democrática;
- A da Igreja, que, com sua autoridade exponencial no campo espiritual e na ação social e educativa, lutou na defesa dos perseguidos e pregou a necessidade da opção preferencial pelos pobres com base na democracia moderna;
- ...

No elenco de instituições e pessoas representativas elaborado por Tancredo Neves, a Igreja ocupou lugar de destaque. Já no discurso de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 95, nenhuma igreja foi mencionada. Fernando Henrique ganhou seu primeiro mandato presidencial com o apoio da direita e dos pentecostais, mas após a vitória não expressou, no discurso de posse, o reconhecimento, que possivelmente, os pentecostais estavam esperando. Mas uma das questões que se pode levantar é: que tipo de apoio FHC recebeu? Os pentecostais, na ocasião, mais rejeitaram Lula do que apoiaram FHC. Em 94, encontra-se nos discursos dos assembleianos a velha síndrome persecutória do regime comunista que seria implantado pelo PT e por Lula. O discurso anticomunista de 1989 é repetido em 94. Mariano (2005) expõe o discurso do tipo político-militante⁸⁴ das lideranças pentecostais para realizar um ato de persuasão:

Desta vez acusavam a Igreja Católica de estar em conluio com dirigentes do Partido dos Trabalhadores para, no caso de vitória do petista, discriminá-los

⁸⁴ Tipologia apresentada por Osakabe (2002, p. 60) onde a argumentação e o apelo emotivo definem bem “os móveis que orientam a prática de um ato de persuasão”.

e persegui-los, seja transformando seus templos em supermercados, escolas e creches, seja limitando sua liberdade de culto e religião. Quando se referiam a um eventual governo petista, encadeavam, mesmo diante da queda do Muro de Berlim e do esfacelamento do socialismo soviético, a anacrônica terminologia anticomunista da Guerra Fria. Falavam de medo, temor, risco, perigo, perseguição, sofrimento, prisão, tortura, paredón, fogueiras, mortes.

Retornando ao ponto de partida, outra característica do artigo de Geremias do Couto é o da mobilização dos assembleianos leitores do jornal *Mensageiro da Paz* para que continuem orando pela transformação do Brasil. Este tema esteve presente, em janeiro, no artigo *1995: o Evangelho pode restaurar o Brasil*, e reaparece em no jornal de março (p. 2 e p. 19) dispostas em pequenas notas. Trata-se de uma possível estratégia de manter temas ligados à política, porém sem efetivamente produzir-se textos informativos que possam gerar uma real mobilização, educação política ou até reações contrárias de segmentos desfavoráveis ao envolvimento da AD em política partidária.

3.4 A Assembléia de Deus Presente na Reforma Constitucional

O texto informativo do *Mensageiro da Paz* (maio 1995, p. 8), em formato de entrada reportagem, é acompanhado de fotos que mostra a Mesa Diretora da CGADB com parlamentares. O tema central do texto é a Reforma Constitucional e as vantagens de que desfrutam as igrejas com isenção de impostos. A CGADB e os políticos evangélicos estavam engajados na luta contra a idéia de acabar com a isenção no pagamento de impostos. Outros temas somaram-se ao principal de forma a se apresentar ao leitor um conjunto de idéias pelas quais a Mesa da CGADB estaria empenhada em debater e apresentar soluções. Sobre este conjunto de idéias o texto apresenta a declaração do presidente da CGADB, pastor José Wellington: “Queremos ser ouvidos pela sociedade brasileira, é hora da Assembléia de Deus tornar pública a sua posição em relação às questões tais como drogas, homossexualismo, aborto e problemas sociais”. O texto expõe ainda a opinião das lideranças da Assembléia de Deus sobre o objetivo maior do envolvimento dos evangélicos na política que é o de estar diretamente ligado com “temas e não com interesses particulares que tantos prejuízos trouxeram para ambos”. É razoável pensar-se que a isenção de impostos é garantida na Constituição para escolas particulares, fundações, sindicatos, partidos políticos e igrejas, e que defender a manutenção da isenção para esses segmentos não é preservar interesses particulares? O texto, certamente, argumenta que sim, pois coloca essa questão como um tema e não interesse particular.

3.5 Audiência com Presidente da República Leva Liderança da Assembléia de Deus a Expor Seus Pontos de Vista

O texto noticioso informativo do *Mensageiro da Paz* (dez. 1995, p. 8) dá informe que a Mesa diretora da CGADB foi recebida pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, “para uma audiência pautada em assuntos de interesse da comunidade evangélica nacional”. Na pauta da CGADB estavam “temas como aborto, homossexualismo, reforma agrária e plano real”. O texto explica os temas:

3.5.1 Sobre Aborto e Homossexualismo

As Assembléias de Deus, no seu todo, são visceralmente contrárias à liberação do aborto, do homossexualismo e, por conseguinte, do casamento entre pessoas do mesmo sexo, e do uso de drogas.

3.5.2 Reforma Agrária

As Assembléias de Deus no Brasil têm 84 anos de vida pacífica, sem qualquer litígio com o governo. Nunca insuflamos o povo contra o governo, nem promovemos guerrilhas para tomar o alheio, para nós ou para quem que seja.

Concordamos que faça uma reforma agrária sensata, responsável, para que haja assentamentos para os nossos irmãos pobres que necessitam de um pedaço de chão para plantar e para viver. Mas que recebam, de maneira oficial, das mãos do governo, as terras improdutivas.

Não concordamos com a espoliação das propriedades alheias. Essa reforma dever ser feita com base na justiça e na misericórdia.

3.5.3 Plano Econômico

As Assembléias de Deus reconhecem com louvor os êxitos do profícuo governo de V. Ex.^a e perpetram irrestrito apoio à condução e ao objeto do plano econômico de vosso governo — o Plano Real. Com a reportagem de dezembro de 1995 encerra-se o período estudado de 94 e 95 das Edições do *Mensageiro da Paz*.

Capítulo IV

4 Considerações Finais

Após análise do *Mensageiro da Paz*, percebe-se que o órgão oficial da Assembléia de Deus, a partir de 1986, aos poucos, vai se transformando em um instrumento que põe em movimento a membresia da AD com objetivos políticos. A liderança da AD foi, por intermédio das intervenções na política, aprendendo o *modus faciendi* para converter o apoio político da AD em resultados concretos para a igreja. O pragmatismo da liderança da AD, em relação a política, pode ser confirmado nos discursos geradores de sentido político que são divulgados no MP.

Em períodos eleitorais o MP reforça, em suas edições, os números que demonstram o crescimento quantitativo dos evangélicos no Brasil e as previsões otimistas de crescimento para os próximos anos. Foca, também, a questão da ética cristã como a regra faltante na política para mudar o Brasil. Tais discursos têm uma componente destinada a demonstrar força política, através de um capital religioso que pode se converter nas urnas em capital político⁸⁵. Quanto a retórica da ética cristã para justificar a participação da AD na política, Figueiredo Filho (2005, p. 93) encontrou aspectos da mesma natureza no jornal Folha Universal da Universal do Reino de Deus. Trata-se de um recurso discursivo comum não só da AD e da IURD, mas é amplamente utilizado por partidos políticos. Exemplo próximo no tempo é o Partido dos Trabalhadores – PT que conseguiu o cargo máximo da nação, erguendo

⁸⁵ Bourdieu compreende que os atores sociais estão inseridos espacialmente em determinados campos sociais. A posse de capital (social, econômico, cultural, simbólico etc.) e do *habitus* de cada ator social condiciona seu posicionamento espacial que o identifica com sua classe social. No caso utilizou-se o conceito de capital religioso, como um capital simbólico, que gera valor a partir da rede de relações social-religiosas que se estabelecem no interior da AD.

a bandeira da ética. O voto na oposição, em 2002, levou Lula à presidência da república. Uma leitura possível e provável, dos resultados das urnas, é que a sociedade brasileira avaliou negativamente o desempenho do governo FHC (Carreirão *In* Hass, 2003, p. 50). Mas, certamente, os atributos de honestidade e ética, mais que a ideologia de esquerda, pesaram na decisão do voto. A Bandeira da ética acompanhou, em maior ou menor grau, as campanhas eleitorais do PT desde sua fundação.

Nos discurso da AD sobre a necessidade de ética na política se apresenta de uma certa forma como o PT, mas não esclarece quais as diferenças vê na ética cristã e política e sua retórica a aproxima da visão kantiana de ética. Kant situou a essência da moral na intenção e não deu importância ao ato. E como diz Morin (2005, p. 41), “infelizmente é no ato que a intenção corre o risco de fracassar”. Em agosto de 2005 o MP publicou uma matéria de capa ilustrada com uma iconografia que invoca o imaginário popular sobre a grave crise política deflagrada em maio de 2005⁸⁶. O reducionismo na interpretação dos fatos chegou ao limite manifesto na Manchete do MP: Corrupção é reflexo do pecado. E no 14º parágrafo o Pastor Pedro Ribeiro apresenta a solução para o reflexo do pecado — A Corrupção: “... as próximas eleições também serão importantíssimas para esse processo de depuração. O povo deve tomar posição na próxima eleição, escolhendo pessoas que realmente não decepcionem...”. Mas em

Outros aspectos da tessitura discursiva da AD, veiculada no MP, para buscar a união dos leitores em torno da necessidade de se votar em candidatos apontados pela AD, são as idéias de sectarismo e perseguição do Estado que defende interesses dos católicos. Ou seja, o envolvimento político visaria fortalecer as lideranças, proteger as fronteiras da reprodução sectária e neutralizar a influência da religião católica. Freston (1993, p. 181), também, apresenta essas idéias quando expõe as causas básicas da politização da AD.

O MP sistematicamente reforça valores evangélicos e a auto-imagem da AD. O jornal tem ainda dado visibilidade ao Pastor José Wellington Bezerra da Costa que tem sua imagem reforçada no programa de televisão da AD, *Movimento Pentecostal*, que vai ao ar aos sábados às 10h na rede TV. A perceptível exposição do atual presidente da CGADB no MP e

⁸⁶ Na ocasião foi denunciado um esquema de cobrança de propina nos correios para favorecimento de empresas subornadoras. Deste episódio em diante o que se viu, e ainda se vê, no Brasil é uma série de denúncias de corrupção que envolve partidos políticos, governo, ministros, congresso, políticos, empresas privadas, estatais e atinge até as relações internacionais com Portugal e Taiwan. A crise política brasileira é peculiar e multifacetada. Suas conseqüências despertam preocupação pelos fatos já apurados e seu alcance ainda depende de investigações e da composição de forças políticas que operando no subterrâneo minam a realidade aparente.

na TV reforça sua liderança e, também, abre espaço para uma candidatura de abrangência nacional, a exemplo do presidente da Conamad, Pastor Manoel Ferreira⁸⁷.

O MP publicou e vem publicando artigos com o objetivo de justificar a presença da AD na política. Mostram as intervenções de parlamentar para garantir direitos que de outra maneira, segundo a AD, teriam sido suprimidos do código civil brasileiro. É o campo político como arena privilegiada de manutenção e garantias da AD.

A pesquisa embora não estivesse focada na política interna da AD acabou revelando que alguns atores envolvidos no esforço sistematizado de penetração na política partidária brasileira acabaram entrando em conflito com atores contrários. O articulista Paulo Ferreira da Silveira, por exemplo, apresentou no *Mensageiro da Paz* (out. 1989, p. 23) um discurso claramente contrário ao envolvimento da Assembléia de Deus na política. A revelação dos possíveis motivos do embate chegar às páginas do jornal ajudaram a entender a lógica e as contradições existentes entre as lideranças, quando o assunto é política partidária:

Olhemos para o alto e não percamos de vista as lições da História: A Igreja começou a corromper-se quando passou a freqüentar palácios. A partir da “conversão” do imperador Constantino ela foi resvalando para o torpor espiritual, que produziu o obscurantismo da Idade Média. A Palavra de Deus foi relegada a um plano secundário, escondeu-se a Bíblia nos mosteiros, a corrupção e a imoralidade tomaram conta das lideranças e a Igreja só voltou ao rumo do evangelho após a Reforma Luterana do Século XVI. Por que haveríamos de repetir uma velha experiência que comprovadamente deu errado?

Outro aspecto descoberto pela análise do MP é a irreflexão da CGADB sobre o sistema partidário brasileiro e a importância dos partidos como forma de articulação política. Os candidatos aos cargos eletivos são apresentados sem menção a que partido político estão filiados.

⁸⁷ Manoel Ferreira, candidato ao Senado em 2002, pelo PPB, obteve 1.782.219 votos (11,9%), bem acima de Leonel Brizola (PDT) que obteve 1.237.488 votos (8,2%). Ferreira não conseguiu seu mandato ficando em terceiro lugar, abaixo de Sérgio Cabral (PMDB) com 4.187.286 (27,8%) e de Marcelo Crivella (PL) com 3.243.289 (21,6%).

5 Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Antonio Batista de. *80 anos construindo para a glória de Deus*. 1977, S.e.
- AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- AMOROSO LIMA, Alceu. *Política*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- ANTONIAZZI, Alberto *et alii*. *Nem anjos nem demônios: interpretação sociológica do pentecostalismo*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes; CERIS, 1996.
- ARAUJO, Luis Bernardo. *Balanço do século XX – paradigmas do século XXI: John Rawls e o renascimento do liberalismo*. Vídeo produzido pela TV Cultura em parceria com a CPFL. (Espaço Cultural CPFL em Campinas).
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 4ª ed., 6ª impr. São Paulo: Ática, 2005. (Série: Fundamentos, n. 72).
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1889 a 1930*. 6ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1997. (Biblioteca: Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série: 1ª, volume 10 – História).
- BERG, Daniel. *Enviado por Deus: memórias de Daniel Berg*. 9ª ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2001.
- BORIS, Fausto. *História do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Edusp, 2004. (Coleção: Didática 1).
- BUARQUE, Cristovam. *Cristovam Buarque entrevista ex-presidente Fernando Henrique Cardoso*. Providence, EUA, 7 nov. 2004. Texto obtido do endereço eletrônico: http://www.cristovam.com.br/fotos_materia/fhc.pdf.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (direção). *O Brasil monárquico: declínio e queda do império*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (Coleção: História geral da civilização brasileira. Tomo II, Volume 6).

- _____. *O Brasil Monárquico: do império à república*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. (Coleção: História geral da civilização brasileira. Tomo II, Volume 7).
- CABRAL, David. *Assembléias de Deus: a outra face da história*. 3ª ed. Madureira, RJ: Betel, 2002.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (orgs.). *A imprensa confiscada pelo Deops: 1924 – 1954*. São Paulo: Ateliê; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003. (Série: Labirintos da Memória).
- CGADB. *Manual de doutrina das Assembléias de Deus no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2001. (Conselho de Doutrina da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil).
- _____. *Publicações*. Texto obtido via internet do endereço eletrônico: http://www.cgadb.com.br/p_publicacoes.htm, 2005.
- CONDE, Emílio. *História das Assembléias de Deus no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.
- D'EPINAY, Christian Lalive. *O refúgio das massas: estudo sociológico do protestantismo chileno*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. (Série: Estudos sobre o Brasil e a América Latina. Volume 14).
- DANIEL, Silas. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil: os principais líderes, debates e resoluções do órgão que moldou a face do movimento pentecostal brasileiro*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Edusp, 2004. (Coleção: Didática I).
- FGV. *A era Vargas – imigrações*. São Paulo: FGV, s.d. Texto obtido via Internet do endereço eletrônico: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_cafeeind_imigracao.htm.
- FIGUEIREDO FILHO, Valdemar. *Entre o palanque e o púlpito: mídia, religião e política*. São Paulo: Annablume, 2005.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Campinas, SP, 1993. (Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas).
- _____. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba, PR: Encontro, 1994.
- GARDNER, Paul (editor). *Quem é quem na Bíblia Sagrada*. 3ª impr. São Paulo: Vida, 2000.

- HASS, Mônica. *Partidos, eleições e voto: comportamento político e eleitoral em Santa Catarina*. Chapecó, SC: Argos, 2003.
- HAUCK, João Fagundes *et alii*. *A Igreja no Brasil no século XIX: segunda época*. 3ª ed. São Paulo: Paulinas; Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. (História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Tomo II/2).
- HURLBUT, Jesse Lyman. *História da igreja cristã*. 4ª reimp. São Paulo: Vida, 1989.
- IPBPA. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. Extraído do endereço eletrônico: http://www.ipb.org.br/quem_somos/historia_ipb_fotos.php3
- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas Províncias*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. Tradução de N. Vasconcelos. (Coleção: Reconquista do Brasil – Nova Série. Vol. 16).
- KOIFMAN, Fábio (org.). *Presidentes do Brasil: de Deodoro à FHC*. São Paulo: Cultura Editores Associados; Rio de Janeiro: Editora Rio da Universidade Estácio de Sá, 2002.
- KRIEGER, Gustavo; RODRIGUES, Fernando; BONASSA, Elvis Cesar. *Os donos do Congresso: a farsa da CPI do orçamento*. São Paulo: Ática, 1994.
- _____; NOVAES, Luiz Antônio; FARIA, Tales. *Todos os sócios do presidente*. 3ª ed. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9ª ed. 11ª reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LONGUINI NETO, Luiz. *O novo rosto da missão: os movimentos ecumênicos e evangelical no protestantismo latino-americano*. Viçosa, MG: Ultimato, 2002.
- LOPES, Martha Luiza de Freitas. *A mulher no mundo pentecostal: uma leitura crítica e pastoral sobre a condição da mulher na Igreja Pentecostal Assembléia de Deus (Ministério Madureira)*. SP: São Bernardo do Campo, 2001. (Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião da UMESP).
- LUTERO, Martinho. *Política, fé e resistência: da autoridade secular, até que ponto se lhe deve obediência*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Porto Alegre, RS: Concórdia, 2000. (Coleção: Lutero Para Hoje).
- _____; CALVINO, João. *Sobre a autoridade secular: sobre o governo civil*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Coleção: Clássicos).
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.

- _____. *Pentecostais e política no Brasil*. Artigo obtido via internet do endereço eletrônico: <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/13.shtml>. 10 de março de 2005.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *Protestantes, pentecostais & ecumênicos: o campo religioso e seus personagens*. São Bernardo do Campo, SP: UMESP, 1997.
- _____. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: IMS; IEPG; ASTE, 1995.
- _____; VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MESQUITA, Antônio de Mesquita (editor). *Mensageiro da Paz: os artigos que marcaram a história e a teologia do movimento pentecostal no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. (Artigos Históricos: vol. 1, 2 e 3).
- MORENO, Leila Kiyomura. *O sonho de desbravar a Amazônia*. São Paulo: USP, 2000. Texto obtido via Internet do endereço eletrônico: http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2000/jusp508/manchet/rep_res/rep_int/especial1.html.
- MORIN, Edgar. *O método 6: ética*. Porto Alegre, RS: Sulina, 2005.
- NETO, Luiz Longuini. *O novo rosto da missão: os movimentos ecumênicos e evangelical no protestantismo latino-americano*. Viçosa, MG: Ultimato, 2002.
- NICOLAU, Jairo Marconi (org.). *Dados eleitorais do Brasil (1982 – 1996)*. Rio de Janeiro: Revan; Universidade Candido Mendes – UCAM.
- OLIVEIRA, Joanyr. *As Assembléias de Deus no Brasil: sumário histórico ilustrado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.
- OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. 2ª ed., 2ª tir. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção: Texto e Linguagem). Coleção dirigida por Haquira Osakabe, Maria Laura Mayrink-Sabinson e Raquel Salek Fiad.
- PETHRUS, Lewi. *Lewi Pethrus: a vida e obra do missionário sueco que expandiu a mensagem pentecostal no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.
- PIBPA. *Ata n. 216 da Sessão extraordinária para apresentar Gunnar Vingren para fazer parte da igreja*. PA: PIBPA, 03 de março de 1911. p. 163 e 164.
- _____. *Ata n. 217 da Sessão extraordinária para apresentar Daniel Berg para fazer parte da igreja*. PA: PIBPA, 12 de março de 1911. p. 217.
- _____. *Ata n. 2222 da Sessão extraordinária para expulsar Gunnar Vingren, Daniel Berg e demais seguidores do pentecostalismo*. PA: PIBPA, 13 de junho de 1911. p. 175 a 178.

- PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Petrópolis, RJ; São Leopoldo, SC: Sinodal, 2001.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção: Justiça e Direito).
- REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1984.
- SATHLER-ROSA, Ronaldo. *Cuidado pastoral em tempos de insegurança*. São Paulo: Aste, 2004.
- SCHWARTZ, Hillel. *Fim de século*. 5^a ed. São Paulo: Editores Associados, 1995.
- VASCONCELOS, Alcebiades Pereira. *Alcebiades Pereira Vasconcelos: estadista e embaixador da obra pentecostal no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. 2^a ed. Brasília: UnB, 1980.
- VINGREN, Ivar. *Diário do pioneiro Gunnar Vingren*. 5^a ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2000.

5.1 Bibliografia Complementar

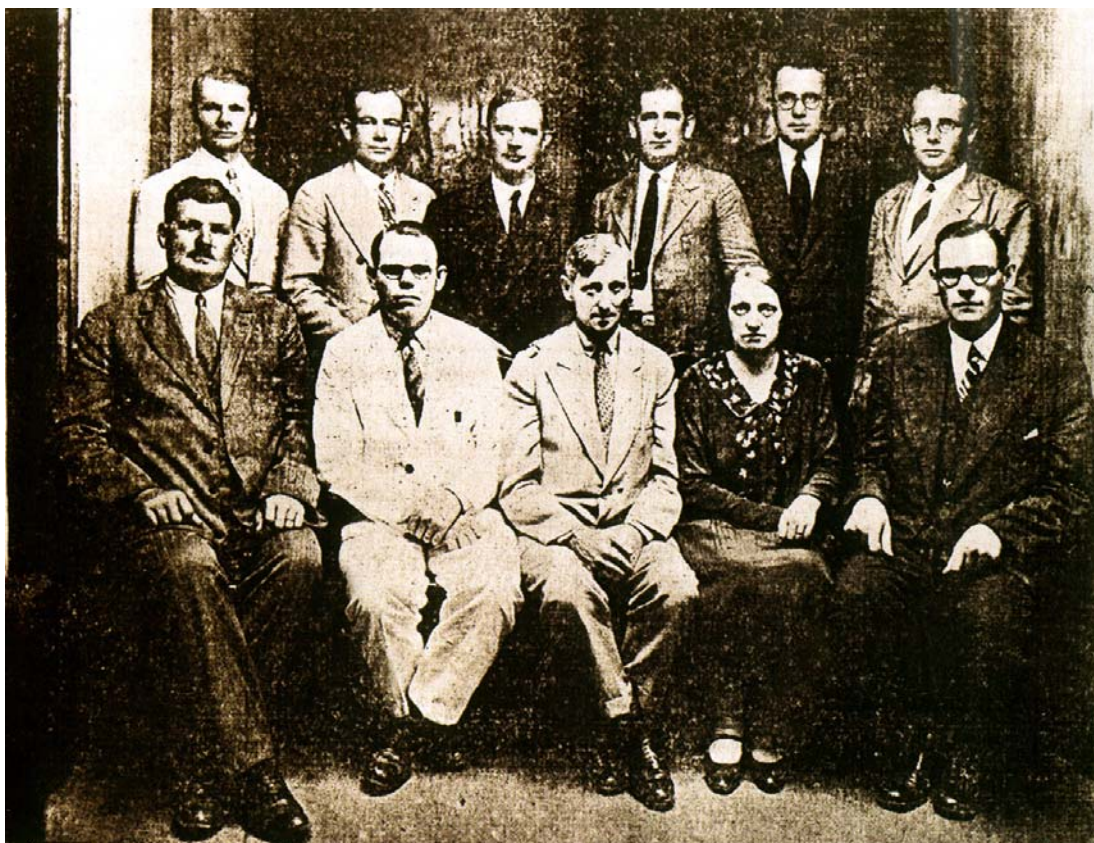
- ASTE. *Igreja e mundo: unidade da igreja e renovação da comunidade humana*. São Paulo: Aste; Salvador: BH: Cese, 1993.
- AZEVEDO, Thales. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio; 51).
- ÁVILA, Fernando Bastos de. *Igreja e Estado no Brasil: perspectivas e prospectivas*. São Paulo: Loyola, 1987.
- BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *“Fora do Mundo” — dentro da política: identidade e “missão” parlamentar da Assembléia de Deus em Belém*. Pará, 2002. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará.
- CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo & política: teoria bíblica e prática histórica*. 3^a ed. São Paulo: Temática, 1994.
- CIFUENTES, Rafael Llano. *Relações entre igreja e estado: a igreja e o estado à luz do vaticano II, do código de direito canônico de 1983 e da constituição brasileira de 1988*. 2^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

- CORTEN, André. *Os pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- KOCH, Wilfried. *Dicionário dos estilos arquitetônicos*. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- LIBÂNIO, João Batista. *Fé e política: autonomias específicas e articulações mútuas*. São Paulo: Loyola, 1985. (Coleção: Fé e Realidade. Vol. 17).
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Política e Igreja: O partido católico no Brasil, mito ou realidade?* São Paulo: Paulinas, 1982. (Coleção: Estudos e debates latino-americanos).
- MANZINI, Rosana; ÂNGULO, Alejandro. O cristão na política: um estudo de caso. *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo: Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Ano VII; n. 29; out/dez, 1999.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. (Coleção: Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, série 1ª, volume 3 - História).
- NELSON, Samuel. *Nels Nelson: o apóstolo pentecostal brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2001.
- NOVAES, Regina Reyes. *Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania*. Rio de Janeiro: ISER, 1985. (Cadernos do ISER n. 19).
- OLIVEIRA, Junia Helena. *Relatos e fatos da história das Assembléias de Deus no Brasil*. Rolim de Moura, RO: Designer, s/d.
- ORO, Ari Pedro. *Avanço pentecostal e reação católica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21ª ed., 2ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- SIEPIERSKI, Carlos Tadeu. “*De bem com a vida*”: o sagrado num mundo em transformação — um estudo sobre a igreja Renascer em Cristo e a presença evangélica na sociedade contemporânea brasileira. São Paulo, 2001. (Tese de doutorado apresentada ao departamento de antropologia social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).
- TAVARES, Olga. *Fernando Collor: o discurso messiânico, o clamor ao sagrado*. São Paulo: Annablume, 1998.
- TEB. *Bíblia tradução ecumênica*. São Paulo: Loyola, 1994.
- UMESP. *Por uma sociologia do protestantismo brasileiro*. Rudge Ramos, SP: UMESP, 2000. (Revista Semestral de Estudos e Pesquisas em Religião).

6 Anexos

Anexo I: Missionários Suecos em Natal durante a 1ª AGO

Sentados da esquerda para a direita: Daniel Berg, Otto Nelson, Gunnar Vingren, Frida Vingren e Samuel Nyström. Em pé, a partir da esquerda Algot Svenson, Nils Kastberg, Lewi Pethrus, Joel Carlson, Nels Julius Nelson e Anders Johanson.



Anexo II: Hino 149 — Canto do Pescador

Autor: Paulo Leivas Macalão

No meu barco a remar, sobre as ondas,
pelo mar.

Mesmo na bonança ou no furacão, não
desejo mais parar;

Com a rede vou pescar muitos peixes para
o reino de Sião.

Estrofe

Minha rede lançarei; Muitos peixes
apanhando p'ro Senhor.

Vou pescar os pecadores para Cristo, neste
mundo cheio de horror;

(sim de horror)

O meu barco não é bom;

De pescar não tenho dom

E me dizem que não devo continuar

Mas Jesus me quis mandar

E por isso, vou pescar,

Té que Ele se apraza em me chamar.

Tem um modo o Senhor,

Que é próprio do amor,

Ele usa dos remidos o menor,

Todo o mundo me deixou,

E de mim se envergonhou,

Mas alegre, vou pescar, pois é melhor.

Se há coisas de valor, é a rede de amor,

Cujo fio é a obra de Jesus,

Que puxada, sempre traz,

Os perdidos e sem Paz,

Para receberem do Senhor, a luz.

Quando há um temporal. E a pesca corre
mal.

Novamente no meu barco vou pescar;

Pode ser que desta vez

Eu não tenha mais revés,

Pois Jesus eu levo para m'ensinar

Acabando de pescar

E deitado a pensar,

Tenho Gozo pelo tempo que gastei;

Pois terei um galardão,

Pela pesca em Sião,

Pelas almas que no mundo, eu ganhei.

Anexo III: Projeto Político da CGADB: A Valorização do Voto Evangélico

Conselho Político Nacional da CGADB

José Wellington Bezerra da Costa
Presidente da CGADB

Ronaldo da Fonseca de Souza
Presidente

Paulo Freire Costa
Vice-presidente

Geremias do Couto
Secretário

Lelis Washington Marinhos Relator
Relator

CIDADANIA AD BRASIL

Projeto Político da CGADB

O conselho Político Nacional, órgão pertencente à estrutura organizacional da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil — CGADB, procurando dar cumprimento às atribuições que lhe foram convencionalmente designadas, almejando promover o intercâmbio de idéias e experiências políticas existentes em todo o Brasil, objetivando discutir princípios éticos e estratégias de ação, propondo apoiar, preferencialmente, os membros das Assembléias de Deus vinculados à CGADB que apresentem vocação política, bem como despertar a consciência de cidadania do nosso povo, e, sobretudo,

CONSIDERANDO que a Assembléia de Deus é uma denominação histórica que congrega o maior contingente evangélico do País, sendo representada expressivamente em cada Unidade da Federação;

CONSIDERANDO a necessidade de estimular a consciência de maior preocupação para com as questões sócio-políticas, incentivando uma conduta pautada na ética, no respeito ao ser humano, às instituições e, acima de tudo, nos princípios cristãos;

CONSIDERANDO que as crises existentes no mundo, envolvendo a fome, a pobreza, a violência, estão a reclamar das autoridades constituídas e da sociedade organizada iniciativas mais concretas comprometidas com a solidariedade humana e o espírito de fraternidade;

Considerando o potencial da nossa denominação, envolvendo não só a quantidade, mas também a qualidade de nossos membros congregados, para as funções ligadas à vida social e política do nosso país;

CONSIDERANDO a crise moral porque passa a Nação brasileira, evidenciada principalmente na programação, quase sempre de baixo nível, da TV brasileira e demais meios de comunicação;

CONSIDERANDO as graves denúncias que permeiam o mundo político, demonstrando a necessidade de uma mudança radical para o fim da corrupção;

CONSIDERANDO as dificuldades que as nossas lideranças enfrentam no contato com as autoridades constituídas em busca de soluções, envolvendo não só os interesses da Igreja e de seus membros, mas também da comunidade;

CONSIDERANDO que devemos manter a vigilância na defesa da liberdade religiosa e, por conseguinte, tendo em vista a necessidade de neutralizar, enquanto evangélicos, leis nocivas que venham agredir essa Liberdade;

CONSIDERANDO finalmente, a determinação conferida a este Conselho pela Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil — CGADB, é que apresentamos o presente **PROJETO CIDADANIA AD BRASIL da CGADB**.

I. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional para executar o *Projeto Cidadania AD Brasil da CGADB* será composta do Conselho Político Nacional, dos Conselhos e Políticos das convenções e ministérios estaduais, e distrito federal, ligados à CGADB, e estes poderão criar sub-comissões à critério de cada convenção. Será aberto um Escritório Político em Brasília, bem como em cada Estado, objetivando o assessoramento espiritual, técnico e político de evangélicos, preferencialmente, das AD's e que exerçam funções públicas. Experiências eficazes de conselhos políticos já existentes serão incorporadas na estrutura do Conselho Político Nacional.

II. Recursos Financeiros

Os recursos financeiros para a instalação e manutenção da estrutura organizacional para executar o *Projeto Cidadania AD Brasil da CGADB* poderão ser originários da CGADB, dos Ministérios, das Convenções Estaduais e Distrito Federal ligados à CGADB, de contribuições voluntárias e outros.

III. Competências

1. Compete ao Conselho Político Nacional, sempre em atenção às orientações da Mesa Diretora da Convenção Geral , no âmbito do Projeto Cidadania Brasil da CGADB:
 - a) Assessorar a Convenção Geral, Convenções Estaduais e Distrito Federal, Ministérios em matéria de competência;
 - b) Promover gestões no sentido de fornecer uma estrutura de campanha para candidatos, dentro dos critérios estabelecidos pela legislação eleitoral vigente;
 - c) Assessorar o candidato eleito durante o desempenho do seu mandato;
 - d) Criação de uma *home-page* para veicular os trabalhos do Conselho;
 - e) Promover parcerias com os Institutos de Pesquisa para o levantamento de perfis políticos de interesse;
 - f) Elaborar o cadastro político nacional;
 - g) Criar veículo de comunicação para divulgar as atividades políticas;
 - h) Organizar o Fórum Nacional de Políticos das AD's, bem como os Fóruns regionais, com o objetivo de criar um ambiente permanente de debates e estudos sócio-políticos;
 - i) Assessorar mediante o apoio do pastor presidente de convenções ou ministérios na avaliação e indicação de candidatos;
 - j) Planejar, organizar, coordenar, em âmbito nacional, estadual e municipal as matérias de sua competência;

- k) Manter arquivo atualizado da legislação eleitoral;
 - l) Promover organização da capelania parlamentar;
 - m) Promover a conscientização política dos membros das Assembléias de Deus;
 - n) Fazer gestões no sentido de efetivar a política partidária na forma da legislação regedora da matéria;
 - o) Sempre que houver mais de um representante da AD, em qualquer instância do poder legislativo, o Conselho Político Nacional coordenará a escolha de um líder da bancada na Câmara Federal, o Conselho Político Estadual coordenará a escolha nas Assembléias Legislativas. O Conselho Político Municipal nas respectivas Câmaras.
2. Ao Conselho Político Estadual e ao Sub-Conselho Político Municipal compete, nos seus respectivos âmbitos, as mesmas atribuições do Conselho Político Nacional, devendo, estes, seguir as diretrizes estabelecidas por aquele, no que couber.
 3. Nos casos dos Estados ou Municípios em que haja mais de uma Convenção ou Ministério, o Conselho Político Nacional buscará mediar o entendimento para que se crie apenas um Conselho para gerir o processo político no Estado ou Município.
 4. O Conselho Político Nacional estará presente, e à disposição quando solicitado pelo Conselho Político Estadual, através da Convenção Estadual, para mediar, nas divergências existentes ou que venham a existir, que serão dirimidas por uma Comissão mista designada pelo Conselho Político Nacional, “in loco”.

III. CRITÉRIOS DE ECOLHA DO CANDIDATO

Define-se o candidato da Assembléia de Deus o pretendente que:

1. for preferencialmente membro da Igreja há mais de três (3) anos.
2. Der público e notório testemunho cristão.
3. Desfrutar de bom conceito.

4. Exercer liderança comunitária e tiver preparo para o cargo.
5. Tiver conhecimento da base doutrinária da Igreja.
6. Tiver seu nome submetido aos Pastores e outros Líderes da Assembléia de Deus e for recomendado e indicado para participar da triagem dos nomes.
7. Receber o credenciamento concedido pelo órgão competente da CGADB, através de encaminhamento da Convenção Estadual, após cumpridos os critérios estabelecidos pelo Conselho Político Estadual e pelo Sub-Conselho Político Municipal.
8. Assinar o Termo de Compromisso em que se explicitarão obrigações e direitos do interessado.
9. Não comprometer seu testemunho cristão ética e moralmente.
10. Será considerado candidato nato o político detentor de mandato, que estiver de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Político das Convenções e Ministérios Estaduais e Distrito Federal e Conselho Político Nacional.

IV. COMPROMISSOS DO CANDIDATO

1. O candidato da Assembléia de Deus declarará o compromisso de posicionar-se intransigentemente contra:
 - a. A prática do aborto;
 - b. A legalização da união dita conjugal de pessoas do mesmo sexo;
 - c. A corrupção de qualquer natureza;
 - d. O impatriotismo dos que contrariam os legítimos interesses da nossa Pátria e outras matérias que venham a ser decididas pela Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil em assuntos que contrariem os princípios doutrinários;
2. O candidato da Assembléia de Deus no Brasil declarará, por outro lado, que defenderá, constantemente, a liberdade de culto e outros interesses das

Assembléias de Deus e demais igrejas, como também políticas sociais e os interesses dos humildes e necessitados.

3. O candidato credenciado, uma vez eleito ou nomeado para cargo público, se comprometerá em contribuir com 5% (cinco por cento) dos seus subsídios para o Fundo Nacional, administrado pelo Conselho Político Nacional, sendo 50% destinado para os Conselhos Políticos Estaduais e 50% para o Conselho Político Nacional, com o objetivo de viabilizar o projeto político da CGADB.
4. O candidato comprometer-se-á a defender interesses vinculados a *projetos de comunicação das AD's*.
5. O político apoiado pelas igrejas obriga-se a prestar, perante ao Conselho Político Nacional, e ao Conselho Político Estadual, relatório de suas atividades, em datas e ocasiões a serem estabelecidas.

V. MANUAL DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA MINISTROS

Elaborar um manual de orientação para ministros, visando preservar a unidade da Igreja, a imagem do pastor, do candidato e unificar a condução do processo eleitoral do *Projeto Cidadania AD Brasil*. O manual consta em anexo.

VI. MANUAL DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA CANDIDATOS

Criar um manual de orientação política para candidatos, oferecendo-lhes diretrizes sobre: Imagem do candidato, escolha de Legenda, Marketing Político, Dicas de Oratória. Sugestões de Estratégias para Campanhas.

VII. MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA MEMBROS E CONGREGADOS DO CIDADANIA AD BRASIL – A VALORIZAÇÃO DO VOTO EVANGÉLICO

Elaborar um manual de orientação para membros e congregados, visando a conscientização da necessidade de elegermos nosso legítimos representantes entre nossos irmãos, com respaldo bíblico, despertando inclusive o espírito de cidadania de nosso povo.

VIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Em boletim a ser editado pelo órgão competente, serão divulgados os atos de que tratam estas normas, inclusos o reconhecimento do candidato da Assembléia de Deus e a anulação do reconhecimento no caso de transgressão, assegurando-se a este o amplo direito de defesa.
2. As igrejas ou os crentes, particularmente, terão o reconhecimento da CGADB por apoiar, sem restrição, os candidatos credenciados, respeitada a legislação eleitoral, desde que esse apoio não fira a dignidade dos que o concedem ou dos que o recebem.
3. Os membros dos Conselhos Políticos Nacional e Estaduais e Sub-Conselhos Municipais que pleitearem cargos eletivos deverão afastar-se a partir do início do processo de avaliação e escolha dos candidatos, sendo substituídos por outro indicados pelas respectivas Convenções ou Ministérios.
4. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Político Nacional da CGADB.

6.1 MANUAL DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA MINISTROS

I – INTRODUÇÃO:

Amigos do Evangelho: Texto transcrito do livro irmão vota em irmão, de Josué Silvestre (capítulo 6)

II – PROCESSO DE ESCOLHA DO CANDIDATO:

Considerando a afinidade entre o pastor e o pretense candidato, é de fundamental importância o referendo do pastor no quesito de público e notório testemunho cristão, além de observar o preenchimento de todos os requisitos de critérios de escolha de candidato, que consta no projeto político da CGADB, que são: Define-se o candidato da Assembléia de Deus o pretendente que:

- a. For preferencialmente membro da Igreja há mais de três anos.
- b. Der público notório testemunho cristão.

- c. Desfrutar de bom conceito.
 - d. Exercer liderança comunitária e tiver preparo para o cargo.
 - e. Tiver conhecimento da base doutrinária da Igreja.
 - f. Tiver seu nome submetido aos Pastores e outros Líderes, da Assembléia de Deus, e for recomendado e indicado para participar da triagem de nomes.
 - g. Receber o credenciamento concedido pelo órgão competente da CGADB, através de encaminhamento da Convenção Estadual, após cumpridos os critérios estabelecidos pela Comissão Política Estadual.
 - h. Assinar o Termo de Compromisso em que se explicitarão as obrigações e direitos do interessado.
 - i. Não comprometer seu testemunho cristão ética e moralmente.
 - j. Poderá ser considerado candidato nato, o político detentor de mandato, que estiver de acordo com os critérios estabelecidos pela Comissão Política Nacional.
 - k. Políticos com mandatos que, eventualmente, venham tornar-se membros da AD's, e queiram o apoio oficial da denominação, estão sujeitos às mesmas normas aqui contidas.
 - l. Para preservar a sua imagem, após observados os critérios anteriores, o pastor deve escolher membros que representem toda a igreja (diretoria-ministérios-departamentos-membresia) para criar uma comissão local com o propósito de conduzir a decisão de escolha do candidato. Esta comissão ouvirá os candidatos e encaminhará ao pastor os nomes mais viáveis, o qual fará o encaminhamento para a Comissão Política Estadual e à Comissão Política Municipal, ficando o mesmo protegido dos desgastes do processo de escolha.
2. Os pretensos candidatos deverão assinar o compromisso de respeitarem a decisão da prévia ministerial, nos termos do item II, alínea f.
 3. Para preservar a unidade da igreja o pastor deve efetuar uma consulta ao ministério com os nomes indicados pelas comissões respectivas, admitindo como candidatos oficiais os mais votados.

4. Com o referendo do pastor, o nome do escolhido deverá ser encaminhado à apreciação da Comissão Política Estadual, para que, uma vez aprovado, o candidato tenha o apoio oficial da denominação.

III – A CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL:

1. No caso da persistência de candidaturas oficiosas, estas não terão o apoio da Igreja nem da denominação, ficando claro que esta decisão resume-se ao processo político-eleitoral, não incluindo as questões de ordem eclesiástica, o que por certo instalaria um clima de guerra dentro da igreja, prejudicando a unidade do corpo de Cristo.
2. O processo eleitoral na igreja deverá ser conduzido pelo pastor em harmonia com a Comissão Política Estadual e a Comissão Política Municipal.
3. Na condução do processo eleitoral o pastor deve observar que o púlpito da igreja, bem como os cultos, não são lugares apropriados para apresentação de propostas eleitorais, o que preservará a imagem do pastor, do candidato e a unidade da igreja.
4. O pastor que desonrar o compromisso com o candidato oficial, com atitude desonesta, desleal, comprovadamente caracterizada, responderá perante a Convenção Estadual e a Convenção Geral das Assembléias de Deus.

6.2 MANUAL DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA PARA CANDIDATOS

O candidato ao exercício de cargo político apoiado pelas Assembléias de Deus assumirá perante a Convenção Geral e, por conseguinte, perante as igrejas o compromisso de:

- a) Ter os princípios contidos na Bíblia Sagrada como orientadores permanentes de todas as suas atividades;
- b) Observar rigorosamente as normas contidas no Termo de Compromisso que assegura ao candidato prioridade no apoio da igreja;
- c) Optar por partido político que, através de seus diretórios ou convenções, solicitar o apoio do órgão competente da CGADB;

- d) Exercer o mandato com o reconhecimento de que “todo poder emana do povo” e de que, por isso, todo empenho deve ser no sentido de servir e não ser servido;
- e) Defenderá a igreja e os evangélicos, prioritariamente, tendo em mente a discriminação com que sempre foram tratados pelos governantes;
- f) Defender o nosso país e o seu povo, sempre que interesses opostos se levantarem contra nós, no parlamento, na administração e em qualquer segmento da sociedade;
- g) Lutar intransigentemente pela moralização do país, posicionando-se contra os agentes da deteriorização dos costumes;
- h) Lutar contra a corrupção na administração pública em todos os setores;
- i) Integrar a bancada evangélica, se possível, sem perder de vista a autenticidade de que deve ela revestir-se; (sic)
- j) Combater a injusta concentração de rendas nas mãos de pequeno grupo privilegiado que fez do Brasil um dos mais censurados países do mundo;
- k) Combater a prática do aborto e da pena de morte, uma vez que a vida pertence apenas àquele que a criou, bem como matérias que venham a ser decididas pela Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil em assuntos que contraírem os princípios doutrinários;
- l) Combater tudo o que favoreça o homossexualismo, sem discriminar com crueldade as criaturas que o praticam, porquanto merecem a oportunidade que Deus dá a todos de regeneração;
- m) Apresentar relatório de suas atividades parlamentares e políticas, em datas e locais estabelecidos pela Mesa da CGADB, no caso de mandato federal (senador, deputado etc), e pela Convenção Regional, se for o caso (deputado estadual, vereador, prefeito e vice-prefeito).

Conselho Político

O Conselho Político⁸⁸ é o órgão de assessoria da Convenção Geral para assuntos políticos, constituída de cinco membros titulares e cinco suplentes, sendo dois representantes de cada região.

Compete ao Conselho Político:

- I. Escolher dentre seus membros, o Presidente, o secretário e o relator;
- II. Orientar os membros da Convenção Geral a tomarem parte do processo político, através das respectivas Convenções Regionais;
- III. Atuar como foro de debates para apoio de candidato ao executivo federal;
- IV. Atuar junto aos parlamentares federais da denominação, fornecendo subsídios do interesse das Assembléias de Deus no Brasil;
- V. Elaborar o cadastro de parlamentares políticos, representantes das Assembléias de Deus no Brasil, com relatório de suas atuações;
- VI. Manter arquivo atualizado da legislação eleitoral;
- VII. Avaliar a atuação das representações parlamentares;
- VIII. Propor a destituição de uma representação política quando a mesma não corresponder com os interesses das Assembléias de Deus no Brasil;
- IX. Prestar relatórios à Assembléia Geral da CGADB;

Composição da Comissão de Política:

01. Ronaldo Fonseca De Souza – DF
02. Paulo Roberto Freire Costa.- SP
03. Geremias dos Santos Couto – RJ
04. Lelis Washington Marinhos, SP

⁸⁸ Informações obtidas no endereço eletrônico: http://www.cgadb.com.br/p_conselho_13.htm em 10-03-

Representantes das Convenções Estaduais junto ao Conselho Político:

01. Elias Alzeman, RJ
02. Nemuel Kessler, RJ
03. Daniel Barbosa Lopes, RR
04. Jose Hamilton de Amarante, PA
05. Raimundo Nonato Chagas, AM
06. Adalberto Leite Barbosa, TO
07. Jacy Paloes, AP
08. Francisco das Chagas Santiago de Oliveira, AC
09. Antonio Jacome de Lima Junior, RN
10. Jose Paulo do Nascimento Carvalho, PB
11. Florencio Nunes Neto, CE
12. Gedeão Rosa dos Santos, PE
13. Jose Edilson da Costa, CE
14. Jose Orisvaldo Nunes de Lima, AL
15. Antonio Fortunato Cabral De Farias, PB
16. Marco Vinicius Girão Borba, SE
17. Pedro Cavalcante Falcao, CE
18. Raimundo Pereira de Andrade, PI
19. Samuel Oliveira, PE
20. Samuel Santana Couto, BA
21. Antonio Carlos De Oliveira Silva, MA
22. Edmundo Gomes De Araujo, MS
23. Natanael dos Santos Rodrigues, SP
24. Valeriano Algarrão, RJ
25. Israel Sodre, PR
26. Luciano Esteim, RS
27. Wellington Carlos Almeida Rocha, GO
28. Isack Nunes Samora, ES
29. Edvaldo Florencio da Silva, SP
30. Carlos Roberto dos Santos, RO
31. Genuino Alves Rodrigues, MG

Anexo IV: Mensageiro da Paz da 2a Quinzena de Fevereiro de 1935

O Bolchevismo batalhando contra o Cristianismo

Para ilustrar a indizível mágoa que passam os santos na Rússia Soviética, quero mostrar que algo do que acontece, quando um deles vai ser preso. Repentinamente, a política entra e dá ordens ao pai de família. É um triste adeus, pois, naturalmente, ele verá a sua esposa e seus amados filhinhos pela última vez. Há muito pranto, em casa; lágrimas incessantes são derramadas. Depois o pai e esposo segue a caminho da prisão, do exílio, que é algum lugar desconhecido, milhares de léguas distante do lar e da família. Tirado da casa, ele é conduzido à política, e depois, empurrado num carro dum trem carga; são quarenta a sessenta pessoas que comporta o mesmo carro, onde nem há comodidade alguma, nem mesmo um tosco banco para se sentar. Muitas vezes, esses carros não se abrem, durante quarenta e oito horas, ou mais. Oh! Que horror, passar num lugar destes, tanto tempo, sem ar fresco, sem ventilação nenhuma. Adquirem-se, assim, terríveis molétias e muitos prisioneiros morrem; mas, mesmo assim, o trem prossegue para o seu maldito destino.

Quando chegam ao campo de exílio, começa uma vida penosa e triste. Eu não posso mencionar tudo o que lá se passa, mas, digo-vos, apenas, o seguinte: Um árduo e pesado trabalho, de muitas horas por dia, é o consolo que têm; o alimento é muito mal e insuficiente, uma lira de pão cada dia. O exilado divide este pão em três partes: uma é comida pela manhã, com o “*chá soviético*”, que consiste de água fervida derramada sobre cenouras secas e acelga, sem açúcar; isto é seu almoço. Ao meio dia, ele recebe sopa, que é uma mistura de legumes, algumas batatas ou capim, e o segundo pedaço de pão. A última parte do pão, ele come à tarde, com mais “*chá soviético*”. Não é de admirar, portanto, que o exilado fique fraco e, às vezes sem poder levantar-se, pela manhã. Lá não há hospital, nem médicos que cuidem dos doentes, pois eles desejam a morte do exilado. A vida de um exilado, no campo de concentração é de três ou quatro anos. Quando ele morre, é sepultado sem cerimônia alguma, e os parentes ficam distanciados. Ele é esquecido, *ainda que não pelo Jesus*. Assim é a vida do exílio. Que no desterro! A Bíblia lhe é tirada, pois não pode tê-la consigo na prisão. Ele vive, mês após outro, sem ouvir uma boa palavra; a nenhuma reunião espiritual, assiste; não há “*comunhão*” – santa ceia; não há enfim o conforto das pregações. Lá, só Jesus Cristo, conforta e sustenta o crente mal tratado. Enquanto anda e trabalha, ao lado de alguém que vive sem Cristo e está desesperado daquela vida, o incrédulo pergunta: “Como posso eu achar

a Cristo?” Ele responde, com coragem, as palavras de Jesus: “Vinde a mim todos os que estais cansados e oprimidos e eu vos aliviarei” Mat. 11:28. Às vezes acontece que, na noite negra, uma figura dobra os seus joelhos, no seu desespero, levanta sua mão para o céu e, com uma voz abatida, grita: “Oh! Deus, dá-me a mesma paz e esperança que tem aquele que falou comigo, de ti”. Uma mão descansa sobre o ombro da figura aborrecida e um dedo aponta ao calvário: “aquele que vem a mim, de maneira nenhuma o lançarei fora”. Deus revela-se e dá paz, como um rio, ao coração do solitário. Uma preciosa alma é ganha para ser um instrumento na mão de Deus para trazer outro a esta salvação.

O Exército do Anticristo

Porque eis que suscito os caldeus, nação amarga e apressada, que marcha sobre a largura da terra, *para possuir moradas não suas*. Horrível e terrível é: dela mesmo sairá o seu juízo e a sua grandeza. Eles todos virão, com violência: os seus rostos buscarão o *orient*e e eles congregarão os cativos, como areia.

E escarnecerão dos reis, e dos príncipes farão zombaria: Eles se rirão de todas as fortalezas porque, amontoando terra, as tomarão.

Então, passará como vento, e pisará, e se fará culpada, *pois o seu próprio poder é seu Deus*. (Versão Sueca). HAB. 1:6,7,9-11.

Anexo V: Mensageiro da Paz de Outubro de 1989, p. 23

A Igreja e a Campanha Eleitoral por Paulo Ferreira Silveira

1. Engajamentos pessoais em nome da Igreja

À medida que se aproxima a eleição presidencial, as igrejas evangélicas são cada vez mais tentadas a apoiarem candidatos. Aqui e ali já se ouviram vozes tomando posição em nome da Igreja e introduzindo nela um produto altamente desagregador: a política partidária.

Se isso vem acontecendo, é necessário que as lideranças autênticas alertem o povo de Deus contra os que procuram envolvê-lo semeando discórdia no meio do rebanho de Cristo.

Alguns, infelizmente, optaram pela associação com os infiéis. Outros preferiram o conluio, a violação dos princípios éticos, ou a convivência com o erro, tudo em proveito de posições pessoais vantajosas.

Olhemos para o alto e não percamos de vista as lições da história: A Igreja começou a corromper-se quando passou a freqüentar os palácios. A partir da “conversão” do Imperador Constantino ela foi resvalando para o torpor espiritual, que produziu o obscurantismo da Idade Média. A palavra de Deus foi relegada a um plano secundário, escondeu-se a Bíblia nos mosteiros, a corrupção e a imoralidade tomaram conta das lideranças e a Igreja só voltou ao rumo do evangelho após a Reforma Luterana do século XVI. Por que haveríamos de repetir uma velha experiência que comprovadamente deu errado?

2. Fraudes políticas e seus reflexos

O jornal do Brasil de 07/08/88 abriu assim uma longa reportagem sobre os Constituintes evangélicos: “Como se fosse uma bancada partidária, boa parte do grupo de constituintes evangélicos fez da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens para suas igrejas e muitas vezes para eles próprios”.

No corpo da reportagem uma boa coleção de episódios desconfortáveis, que dão a exata medida das conseqüências do envolvimento da Igreja com a política: descrédito junto à opinião pública. Precisamos conscientizar-nos de que a Igreja não é um órgão corporativo; ela não tem partido e prescinde de representação política. Isto não significa que os evangélicos

não devam pleitear cargos eletivos. Julgamos inteiramente lícito ao crente vocacionado para a política engajar-se nela. Todavia, é inteiramente falsa a idéia de que um senador, deputado ou vereador seja representante da Igreja, pelo fato de ser evangélico. Igualmente falso é imaginar-se que pessoas de confissão religiosa diferente da nossa não possa representar nossas idéias nos diversos órgãos de representação popular.

Quanto aos escândalos, bem sabemos que o noticiário nem sempre é imparcial. Indiscutivelmente existe uma parcela da imprensa empenhada em corromper os costumes. A esta imprensa não interessa divulgar a imagem de uma Igreja forte e respeitável. Por isto não devemos fornecer subsídios que lhe facilitem a tarefa deletéria de destruir. Mas existe ainda outra “imprensa” coadjuvante dessa parcela venal dos órgãos de divulgação que vem tomando corpo na porta das Igrejas: refiro-me à panfletagem insidiosa, que mistura noticiário político e cristão, deturpando fatos e semeando intriga. Visa tão somente à polarização de opiniões, gerando a desagregação da família evangélica. Não devemos render-nos àqueles que, ao invés de servirem à Igreja, servem-se dela, buscando transformá-la em curral de votos, a serviço de seus próprios interesses.

3. Igreja e transformações sociais

Ninguém em sã consciência há de negar que o Brasil precisa de grandes mudanças. Todavia, é erro crasso vincular a Igreja a partidos políticos ou a projetos pessoais. Por outro lado, modismos teológicos, que pregam um Cristo revolucionário, engajado em transformações sociais violentas, contrariam a verdade neotestamentária: meu reino não é desse mundo, disse Jesus. Portanto, a transformação primeira haverá de ser a das mentes corrompidas pela prática da injustiça, da imoralidade e dos maus costumes. A militância política dentre da Igreja, ou através dela, não conduz a mudança alguma. Se nós quisermos, pois, restaurar esta Pátria, preguemos o Evangelho. Somente homens transformados pela mensagem salvadora poderão realizar as mudanças sociais que a Bíblia ensina e a Nação ardentemente deseja.

Apêndice A: Mensageiros da Paz de 2001 e 2002, Resumos e Comentários

Mensageiros da Paz de 2001:

(1 a 15 março, p. 3) – Derrubando o mito da ignorância: Crentes mostram que estão acima do nível de educação do Brasil. Por Nádia Melo, da Redação

Foto: O velho preconceito da doentia cultura católica romana, que rotulava crentes como ignorantes, caiu por falta de legitimidade e pelo progresso da igreja evangélica em todas as esferas sociais.

Resumo:

Entrevista feita com alguns poucos evangélicos com nível superior que apresentam suas opiniões sobre os assembleianos na sociedade brasileira. Falam sobre como são respeitados por serem assembleianos e que não se sentem rejeitados ou discriminados. Um dos entrevistados é o pastor Alcino Lopes de Toledo, Presidente do Conselho de Educação e Cultura Religiosa da CGADB — CECRE, Diretor Geral da Faculdade Evangélica de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia — FAECAD e fundador da Faculdade de Educação Teológica Logos — FAETEL⁸⁹, com mais de 100 núcleos⁹⁰ espalhados pelo Brasil. Pastor

⁸⁹ A Faetel alterou o nome institucional para Faculdade Teológica de Ciências Humanas e Sociais Logos. Sito à Rua Padre Adelino, 700 – Belenzinho, foi autorizada pelo MEC a oferecer cursos de nível superior a partir de 2005. Fundada em 1983 pelo pastor Alcino Lopes de Toledo. Dados obtidos do endereço eletrônico: http://www.faetel.com.br/quem_somos.htm.

⁹⁰ O número de núcleos decaiu significativamente depois das denúncias apresentadas pelo Jornal Nacional — JN, da Rede Globo. Na matéria do JN de abril de 2002 o coordenador do núcleo de Lages, SC, aparece dando esclarecimentos, a um repórter disfarçado, sobre os cursos de nível superior da Faetel que poderia ser concluído em tempo recorde. A reportagem constatou, junto ao MEC, que a Faetel na ocasião não tinha autorização ou

Alcino apresenta a Faetel como uma “das maiores” instituições incentivadora da elevação do nível acadêmico dos assembleianos.

O artigo compara ainda os EUA, “nação de berço protestante” de elevado desenvolvimento, e o Brasil, “majoritariamente católico, cujo (sic) sistemas de educação, saúde e renda alcança índices de desenvolvimento bem inferiores”. Mas a articulista apresenta uma contradição ao afirmar no subtítulo que “os crentes estão acima do nível de educação no Brasil” e ao dizer que: “Embora ainda não exista dentro da Assembléia de Deus uma estimativa oficial do nível de escolaridade de membros e pastores, é cada vez mais notório que a igreja está representada em diversas esferas sociais e intelectuais, desde a política a ciência”.

(16 a 31 março, p. 15) – Jesus pode reerguer a humanidade. Pastor G. Gomes. Missionário na Índia

Resumo:

O articulista advoga a defesa da causa dos pobres, mas enfatiza que o marxismo não é a solução para o problema. Diz que o marxismo é doutrina estranha à Bíblia e aponta entidades religiosas que estariam advogando o marxismo na América-Latina. Na lista estão a Conferência Episcopal Latino-Americana — Celam, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs — Conic, e o Conselho Latino-Americano de Igrejas — Clai.

Segundo o autor do artigo o “Reino de Deus não pode ser estabelecido mediante decreto das autoridades, nem pela violência da luta de classes ou pela substituição de um sistema político por outro, mas pela presença e operação do Espírito Santo no âmago do ser humano”.

Mensageiro da Paz de 01 a 15 de Abril de 2001, Ano 71, n. 1.383

Manchete: Igrejas Evangélicas anistiadas pelo INSS

(1 a 15 abril, p. 3) – Última festa reunirá 100 mil pessoas: Belém do Pará prepara megaevento para os 90 anos da Assembléia de Deus. Por Gilda Júlio e Mike Martinelli

Foto: A festa que celebrará a fase final das comemorações dos 90 anos da AD promete atrair milhares de pessoas, a exemplo das realizadas em São Paulo (foto) e nas outras regiões.

Comentário:

Foto de 264 x 189 mm com destaque para a bandeira do Brasil ao centro e abaixo o cartaz comemorativo dos 90 anos da AD.

Resumo:

“O sudeste também teve sua festa. Entre os dias 20 e 22 de abril de 2000, o Parque do Ibirapuera recebeu mais de 18 mil pessoas. Todos glorificavam o nome do Senhor, especialmente quando o pastor José Wellington, líder da CGADB, falou do poder pentecostal iniciado em Jerusalém. Na abertura foi acendida um tocha, a fim de impor nesta país o lema da própria bandeira na ação do Evangelho: ordem e progresso”.

(1 a 15 abril, p. 4) – Deus seja louvado não sai do papel: Evangélicos fiscalizam constância da frase de louvar a Deus no real.

Foto 1: A Casa da Moeda, em Santa Cruz, Rio de Janeiro é responsável pela impressão de todas as cédulas de dinheiro que circulam no Brasil.

Foto 2: Acima, cédula do cruzado onde foi impressa pela primeira vez a frase *Deus seja louvado*, nas notas de polímero do real ficou imperceptível e a moeda norte-americana ostentando a fé em Deus.

Foto 3: Pastor Paulino atento às mudanças.

Resumo:

Segundo o artigo, as cédulas de real reintegraram a frase *Deus seja louvado* graças aos evangélicos. Para o pastor Paulino Belisário Mendonça, “trata-se de uma conquista evangélica que permanece firme num país predominantemente católico romano”. Mendonça é pastor na AD em Nova Iguaçu, RJ, que liderou o movimento que entrou com uma petição junto ao Banco Central para “reintegrar o louvor a Deus na moeda do país”.

(1 a 15 de abril, p. 7) – INSS anistia igrejas evangélicas: Contribuição é suspensa apenas para quem já se regularizou

Foto 1: A bancada evangélica da AD na Câmara dos Deputados tem contabilizado vitórias da igreja diante do poder público separando a entidade religiosa da empresa privada.

Foto 2: Pastor David recomenda igrejas protegerem-se.

Resumo:

A Lei 10.170 isenta as instituições religiosas de recolher a contribuição previdenciária incidente sobre o labor pago aos ministros de confissão religiosa. Para Gleidson Gomes Izidoro, assessor jurídico da AD em Belo Horizonte, “nunca houve por parte da denominação empenho na busca da aprovação de uma lei. Foi a primeira vez que isso aconteceu, abrindo-se um precedente e mostrando que as ADs podem exercer sua força junto ao poder público”. Sobre a Lei sancionada, o deputado Neuton Lima, coordenador da bancada da AD na Câmara, diz tratar-se de uma grande conquista e afirma: “a Igreja pode continuar cumprindo seu principal papel, investir no Reino e ganhar almas para Cristo”.

(1 a 15 de abril, p. 8) – Tribunal de Justiça honra AD: Presidente da Convenção maranhense recebe medalha de mérito. Por Batista Soarez. Free-Lancer para o MP.

Foto: Homenagem a pastor Joacy reuniu pastores e representantes do Tribunal de Justiça.

(1 a 15 de abril, p. 12) – Boicote à Rede Globo / Assessor evangélico em Prefeitura / Imprensa acusa LBV. (*Em tempo*)

Assessor evangélico em Prefeitura. Texto na íntegra:

Um projeto de lei assinado pelos vereadores de Andradina (SP), institui na prefeitura o cargo de assessor evangélico. A proposta ainda tramita nas comissões, mas já causou muitas discussões na cidade. A função desse agente religioso ainda não está muito bem definida. O vereador Elpídio Tencarte (PDT), autor da matéria, disse que a finalidade principal é pôr na prefeitura um representante executivo dos evangélicos. Dos 60 mil habitantes do município, 12 mil são protestantes.

(16 a 30 de abril, p. 12) – Deputados da AD se destacam: Evangélicos defendem na Câmara Federal moralidade no país. Fernando Santana, da Redação.

Foto: Deputados assembleianos são, como os demais deputados, avaliados por desempenho, mas a bancada da AD se mantém coesa. Por Fernando Santana. (Da Redação).

Resumo:

O artigo se baseia na pesquisa realizada, em 2000, pela Folha de São Paulo que listou os parlamentares segundo uma avaliação de desempenho em suas funções. A matéria de Wilson Silveira, publicada no dia 22/03/2001 no caderno especial, mostra que o número de congressistas atuantes aumentou em 2000.

O articulista do MP destaca que da lista publicada pela folha, apenas três dos treze parlamentares da AD foram classificados como muito atuantes. O Quadro I apresenta o resultado da avaliação para os assembleianos:

Quadro I: Deputado Federal da Assembléia de Deus, Partido e avaliação quanto a atuação parlamentar

Deputado	Partido	Atuação
Neuton Lima	PFL-SP	Muito atuante
Philemon Rodrigues	PL-MG	Muito atuante
Salatiel Carvalho	PMDB-PE	Muito atuante
Costa Ferreira	PFL-MA	Atuante
José Aleksandro	PFL-AC	Atuante
Renildo Leal	PTB-PA	Atuante
Agnaldo Muniz	PPS-RO	Atuante
Carlos Alberto Rosado (Betinho Rosado)	PFL-RN	Atuação Fraca
Silas Câmara	PTB-AM	Atuação Fraca
Raimundo Santos	PFL-PA	Atuação Fraca
Mattos Nascimento	PL-RJ	Muito Fraca
Milton Barbosa	PFL-BA	Não avaliado
Pastor Amarildo	PPB-TO	Não avaliado

Fonte: Folha de São Paulo, 22-03-2001, Caderno Especial;
Mensageiro da Paz de 16 a 30 de abril de 2001, p. 12.

Na reportagem do MP, Neuton Lima, líder da bancada da AD, destaca que os “parlamentares evangélicos têm uma atuação abrangente com vistas, principalmente, para a comunidade cristã” e lista as “conquistas” dos parlamentares da AD: revogação da cobrança do Cofins às igrejas; homologação e reconhecimento pelo MEC dos Cursos de Teologia em nível superior; a revogação da cobrança de 20% de INSS nas folhas de pagamento das igrejas e rejeição do projeto que previa a entrega de toda receita bruta das igrejas ao poder público. Para Philemon, quanto maior o número de representantes evangélicos na política, maior força a igreja terá para defender a justiça social e as questões morais. Santana salienta que Salatiel Carvalho e Costa Ferreira participaram dos trabalhos da Constituição de 1988, e afirmam os constituintes: “Ficamos atentos a todos os projetos, principalmente dos que diziam respeito à liberdade religiosa, à separação entre igreja e o Estado e a isenção de tributos”. Na conclusão da matéria, afirma Costa Ferreira: “Combater a pobreza, o analfabetismo, a violência, a má distribuição de renda e lutar por um país mais justo, é o nosso objetivo”.

(1 a 15 maio, p. 4) – Festa dos 90 anos promete surpresas: Ainda nos preparativos evento já surpreende crentes e autoridades. Por Gilda Júlio e Mike Martinelli, da Redação

Foto1: Belém do Pará será sede da festa que marca o sucesso da maior denominação evangélica nacional.

Foto 2: Pastor José Wellington diz que a AD está mais atuante.

Foto 3: Pastor Lucifrancisc está empenhado na organização.

Foto 4: Templo da Assembléia de Deus em Belém receberá que irão (sic) da megacelebração dos 90 anos do maior movimento pentecostal do mundo.

Foto 5: Pastor Samuel faz preparativos para festa.

Foto 6: Pastor Gilberto Marques será homenageado.

Resumo:

Reportagem realizada por ocasião das festividades dos 90 anos da AD no Brasil. Segundo estimativas, deverão participar do evento, em Belém do Pará, mais de 100 mil pessoas. Gilda e Martinelli apresentam o testemunho do pastor Joaquim Pereira dos Santos que, aos 96 anos de idade e 70 à frente da obra como pastor, se recorda de Vingren, Berg e Celina Albuquerque, “primeira crente ao ser batizada no Espírito Santo”. Santos tem 16 filhos, sendo que Raimundo Santos, um deles, é deputado federal. Raimundo Santos foi citado pelo MP (16 a 30 de abril, p. 11) como sendo um dos deputados com atuação fraca no congresso, segundo pesquisa da folha de São Paulo de 22-03-2001. Os articulistas também apresentam no MP (1 a 15 de maio, p. 5) declarações de alguns parlamentares:

O presidente da Assembléia legislativa do Pará e pastor do Evangelho Quadrangular, Martin Arnaldo Carmona, testifica que a Assembléia de Deus é a mãe do movimento pentecostal no mundo. A maior satisfação é nos associarmos a esta festa, que muito mais do que uma denominação, é uma festa para todos os evangélicos.

“Um dos maiores benefícios que a sociedade está recebendo é a implantação no meio evangélico que vem cumprir seu papel social, dar uma nova oportunidade de vida. Sobre o ponto de vista cristão, a AD tem contribuído de forma fantástica, e amplia isto a todas denominações evangélicas”.

O vereador pastor Firmino Gouveia, na entrevista para o MP, afirma que a igreja não poderia deixar de influenciar o poder público com os bons preceitos do Evangelho. Segundo a reportagem, a AD, em 2001, era representada por três vereadores na Câmara de Belém, PA. Júlio e Martinelli frisam que estes representantes eleitos pelo povo estavam apoiando a AD como “representantes da igreja” e colaboravam para realização das comemorações dos 90 anos de fundação da Assembléia de Deus no Brasil.

Júlio e Martinelli, na seqüência, dão a notícia que a Câmara de Vereadores de Belém homenageará a AD em uma sessão extraordinária. O vereador Orivaldo Ferreira Pinheiro também comentou sobre as comemorações: “a festa está mexendo com a cidade, Brasil e o mundo”. Nas comemorações estavam previstas homenagens para os pastores José Wellington, Samuel Câmara, Gilberto Marques e Joaquim Pereira dos Santos. Os homenageados receberiam a comenda Brasão Darma, que segundo os articulistas trata-se da “maior honraria da Câmara da Cidade”.

(1 a 15, maio, p. 9) – Portas abertas na rede pública: Estado e município emprestam salas para atividades da Escola Dominical. Por Nádia Mello, da Redação

Foto: Atualmente a freqüência de crianças e adultos na Escola Dominical é bem maior.

Resumo:

Segundo a reportagem, foi a falta de espaço físico para realização das escolas dominicais, o motivo que levou a AD em Nazaré da Mata, PE a procurar parceria com o poder público. São cinco escolas utilizadas para a ED, localizadas no centro e na zona rural. A jornalista ressalta que: “A falta de um espaço próprio foi o motivo que levou a liderança da igreja a buscar a aproximação com os representantes do governo na cidade, que sem qualquer resistência colocaram a estrutura das instituições de ensino público à disposição da Assembléia de Deus”. Para o pastor Antonio Gilberto, que está à frente dos trabalhos da ED, uma das grandes conquistas no ensino da Igreja é a separação dos alunos da ED por faixas etária.

(16 a 15 maio, p. 11) – Garotinho dá Bíblia a Fidel

Foto: O jornalista Silas Daniel, ao microfone, representou o Departamento de Jornalismo da CPAD, no lançamento do livro; e Garotinho entrega Bíblia a Fidel Castro.

Conteúdo na Íntegra:

O governador do Rio de Janeiro, Antony (sic) Garotinho entregou uma Bíblia de presente ao ditador cubano Fidel Castro. O governador carioca é cristão evangélico e como testemunho de sua fé presenteou o ditador, conhecido como perseguidor de cristãos. Cuba ainda se mantém fechado para o Evangelho com algumas aberturas, que tentam mudar a imagem de um Governo que persegue crentes.

Presente no dia 20, durante a realização da Convenção Estadual das Assembléias de Deus no Estado do Rio de Janeiro (Ceader), em Vendas da Pedra, quando pastor Eliel Pereira

foi reeleito presidente, Garotinho falou de sua visita a Cuba. Ele disse que pregou o Evangelho a Fidel Castro, que prometeu ler as Sagradas Escrituras.

Lançamento de Livro

No dia 9, Garotinho reuniu a imprensa evangélica no Palácio das Laranjeiras para o lançamento de seu livro *Virou o carro, virou minha vida*. O livro conta a história de um acidente de carro que envolveu o governador e sua família, e a partir daí a sua conversão ao Evangelho de Cristo. O governador do Rio abriu espaço para que os jornalistas tirassem dúvidas a respeito de sua pessoa, seu governo, idéias, projetos e fé.

Sobre o seu livro, o governador afirmou trazer uma mensagem de esperança para os que não conhecem Cristo. “Mas espero que irmãos de todas as denominações também sejam edificados por sua leitura”. O livro será distribuído em todo o Brasil com tiragem inicial de 5 mil exemplares. O lançamento oficial será no próximo dia 19, à tarde, na Bienal Internacional do Livro, no Riocentro, no estande da SBB. A CPAD também participa da Bienal.

(1 a 15 maio, p. 12) – Dor atormenta brasileiros / Isenção ICMS / Entidades perdem títulos de filantropia. (*Em Tempo*)

Isenção do ICMS. Texto na íntegra:

A Secretaria de Estado e Ação Social e Cidadania do Rio de Janeiro isenta de ICMS as instituições religiosas com projetos sociais. A medida reduz em 25% o valor total das contas de água, luz e telefone das entidades. O percentual corresponde ao valor do imposto cobrado pelo Estado. Para receber o benefício, as instituições devem estar desenvolvendo projetos sociais há pelo menos dois anos, possuir comprovadamente imóveis próprios e estar devidamente registradas no cartório de Registro Civil de pessoas jurídicas.

(1 a 15 jul., p. 3) – Solenidade evangélica no plenário: Câmara dos deputados presta homenagem pelos 90 anos da AD. Por Hosanna Seiffert, free-lancer para o MP

Foto 1: Pastor José Wellington convida, em nome da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, o presidente Fernando Henrique para celebração dos 90 anos da AD, realizada em Belém do Pará.

Foto 2 e 3: Deputado Raimundo Santos, autor da proposta para realização da solenidade (ao microfone) parabeniza com pastores e outros políticos a AD por seus 90 anos, na sessão da Câmara dos Vereadores em Belém e, na foto acima, a sessão solene na Câmara Federal.

Resumo:

A reportagem trata da solenidade especial no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 7 de junho de 2001 e que contou com a presença do pastor José Wellington. Estava presente ao evento o vice-governador do Distrito Federal, Benedito Domingos que é evangélico. Para o deputado Paulo Otávio, “o Brasil só será realmente um país justo e democrático quando um homem de Deus ocupar a presidência da República”. Na mesma linha de Otávio, o deputado Magno Malta afirma que há um poder capaz de mudar o homem. “É o poder de Deus. E esse país só será melhor quando se render ao senhorio de Jesus Cristo”.

Em Brasília o pastor José Wellington convidou o presidente FHC para as comemorações dos 90 anos da AD em Belém, PA. Comenta Wellington: “Uma coisa que nos deixou muito felizes é que todos os representantes evangélicos do país reconhecem a força e o poderio da AD brasileira. Foi muito bonito”.

Seiffert aponta o deputado Raimundo Santos como o autor do pedido para realização de sessão de solenidade, na Câmara dos Deputados, para a AD. Santos é filho do pastor Joaquim Pereira dos Santos, e foi um dos avaliados, pela Folha de São Paulo, como tendo uma atuação fraca no Congresso.

Para o deputado Severino Cavalcanti⁹¹, presidente da mesa que abriu a sessão: “é nos cultos e nas orações que os brasileiros encontram respostas para os problemas e perplexidades que invadiram nossos corações”.

O deputado Salatiel Carvalho finaliza a reportagem afirmando que: “Sentimos hoje no plenário da Câmara uma nova emoção. Foi a gloriosa presença do Espírito Santo que tomou conta deste local. O crescimento da AD no país tem o divino objetivo de resgatar o povo brasileiro”.

(1 a 15 jul., p. 5) – Quase um Belém de Judá. Por Antônio Mesquita, editor-chefe do MP

Resumo:

O foco do artigo fica por conta da tentativa da mídia local de minimizar o número de presentes às comemorações dos 90 anos da AD no Brasil. “Quanto a projeção de público, ainda se ressentem o ranço da discriminação aos cristãos (evangélicos), com alguns órgãos de

⁹¹ O deputado Severino Cavalcanti foi eleito, em 14 de fevereiro de 2005, presidente da Câmara dos Deputados com a promessa de elevar os salários dos parlamentares. No dia 02 de setembro se torna o pivô de uma crise política por ser acusado de ter recebido propina de Sebastião Buani para que seu restaurante, o Fiorella, funcionasse nas dependências da Câmara. Cavalcanti renunciou à presidência da Câmara e o mandato em 21-09-2005. É interessante notar que a frase apontada pelo MP não entrou no elenco de suas frases estapafúrdias.

comunicação tentando minimizar o número de presentes, além de informações truncadas como Canaã por Cana da Galiléia. Só não chegaram a dizer que tudo isso foi em Belém de Judá, pela aproximação dupla, tanto do ponto de vista do nome das duas cidades, quanto pela benção sobre Belém do Pará”.

(16 a 31 jul., p. 4) – Curas em inauguração de templo: Autoridades reconhecem trabalho social da AD em Mara Rosa

Foto: A AD em Mara Rosa inaugura templo-central com capacidade para 500 pessoas.

Resumo:

A reportagem apresenta a inauguração do templo da AD em Mara Rosa (GO). Estiveram presentes ao evento o prefeito Nilson Antonio Preto e a vice-prefeita e secretária Municipal de Educação Maria Virgínia de Moraes. O pastor Paulo Pereira Neto, líder da AD em Mara Rosa, recebeu o título de Cidadão Mararosense por indicação do vereador Carlos Rodrigues, que Martinelli frisa como não-crente. Esteve presente, também, às comemorações o pastor Pedro Lima dos Santos, presidente da Convenção Interestadual das Assembléias de Deus do Seta — Ciadseta.

Nilson Preto fala sobre a AD em Mara Rosa, “Essa igreja tem desempenhado um papel importante na área religiosa e social, além de contribuir para o desenvolvimento do bom cidadão”.

(16 a 31 jul., p. 5) – Hinos inspirados atraem crentes para AD: Escola dominical em Recife aumenta frequência com hinos da Harpa Cristã.

Fotos: A Assembléia de Deus em Recife desenvolve o ensino da palavra e do louvor, incentivando, principalmente, o departamento infanto-juvenil a gostar do hinário oficial.

(16 a 31 jul., p. 5) – Avivamento espiritual na Ciaedespel: Prefeito da cidade aceita Cristo em culto comovente no ginásio. Por Renato Ferreira, free-lancer para o MP

Foto: O poder de Deus se manifestou durante Assembléia Geral da Ciaedespel. Foto de Renato Ferreira.

Resumo:

Durante a Assembléia extraordinária da Ciaedespel realizada em Jandira, o prefeito da cidade Paulo Henrique Bururu “aceitou a Cristo” e comentou sobre a apresentação musical de Daniel Régis: “Só pode mesmo ser o poder de Deus, porque eu jamais vi uma pessoa cantar com tamanha inspiração e comover um ginásio inteiro desta maneira”. O evento contou com a

presença, entre outros, de Neuton Lima, deputado federal e líder da bancada da AD na Câmara.

(16 a 31 jul., p. 9) – Igreja evangeliza e força padre mudar: Mesmo com pressão católica romana AD cresce em São Miguel das Matas. Por Gilda Julio, da Redação

Foto: Com capacidade para 200 pessoas, novo templo da AD tornou-se cartão postal em São Miguel das Matas.

Resumo:

O pastor Elias Pedro da Conceição, da AD em São Miguel das Matas, BA, relata que logo que chegou à cidade, em 1998, organizou um ato público de evangelização. Inicialmente obteve permissão para realização do evento, em praça pública, mas depois voltou atrás alegando que o padre não concordara. Segundo Conceição, “cada alma que aceitava Jesus, o padre ia atrás e ameaçava a pessoa, que com medo, não procura a igreja. Mas hoje, Deus reverteu a situação. O atual prefeito é simpatizante do Evangelho. Ele transferiu o sacerdote da cidade e a assistência é feita por outro que vai ao município uma vez por mês. Com isso, o povo de Deus tem liberdade para pregar a Palavra”.

Para Ademário Villas Boas, líder político da região, “o trabalho da Assembléia de Deus é de relevância para a sociedade”. Julio ressalta que Ademário não é evangélico.

(16 a 31 jul., p. 9) – Aprovada lei que aumenta decibéis: Igrejas poderão cultuar com mais liberdade no município do Rio

Foto: Medições de cultos evangélicos, dentro das igrejas, registram entre 80 e 90 decibéis, segundo o vereador Edimilson Dias (destaque).

Resumo:

A reportagem trata da aprovação do projeto do vereador e pastor Edimilson Dias pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, no dia 28 de junho de 2001. O projeto que tramitou em regime de urgência amplia o limite de ruído de 55 para 80 decibéis em cultos evangélicos, parques, casas de diversões, casas de espetáculos, estádios, bares e restaurantes no Rio. Segundo o vereador, as igrejas eram perseguidas pela administração anterior, de Luiz Conde. Frisa Edimilson que a atual administração, de César Maia, também persegue os evangélicos e cita o caso do templo de Laranjeiras que foi destruído. O projeto prevê ainda anistia aos que foram multados. Segundo o vereador, só a Assembléia de Deus deve 32 mil reais em multas.

(16 a 31 jul., p. 12) – Prefeitura do Rio derruba templo da AD: Evangélicos cobrem ausência da municipalidade com obras sociais. Por Fernando Santana, da Redação

Fotos: Momento da destruição do templo com todos os equipamentos, com apoio de funcionários da Prefeitura, Guarda Municipal e Polícia Civil, que fez questão de expor armas, conforme se vê na foto, e pastor Gilmar de Oliveira (detalhe), que chegou a ser agredido.

Resumo:

O templo da AD em Laranjeiras, RJ, foi demolida no dia 15 de maio de 2001. De acordo com a prefeitura a demolição ocorreu porque a igreja estava construída em uma área de reserva ambiental. Já para o único vereador evangélico na Câmara de Vereadores do Rio, Edimilson Dias, trata-se de perseguição ao povo de Deus: “Nós somos perseguidos mesmo. A igreja sempre foi e sempre será perseguida. Como representante dos evangélicos, estamos negociando para que os danos sejam reparados. Não desistiremos”. O MP reforça a tese de perseguição e conclui: “Na cidade do Rio as favelas surgem ilegalmente e ainda recebem fornecimento de energia elétrica, enquanto as igrejas evangélicas, notadamente assembleias, se instalam nesses locais levando libertação e todo tipo de assistência social, assumindo o papel de órgãos públicos”.

(16 a 31 de jul., p. 12) – Igreja assaltada em SP / Sacrifício de criança / Quem paga as reformas católicas? (*Em Tempo*)

Quem paga as reformas católicas? Texto na íntegra:

Dinheiro público está sendo utilizado para reformar igrejas católicas. A capela de “Nossa” Senhora da Saúde, localizada no bairro da Gamboa, no Rio de Janeiro, por exemplo, receberá R\$ 196 mil para a obra. O dinheiro sairá do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), através da lei Rounet, de incentivo à cultura. A superintendente de Relações Institucionais, Elizabeth São Paulo, disse que esta é a terceira Igreja Católica reformada na cidade, com verbas do BNDES, num total de R\$ 51 milhões já investidos.

(1 a 15 de ago., p. 3) – Pobreza espiritual leva à miséria: Assembleias de Deus presta socorro aos menos favorecidos do Brasil. Mike Martinelli, da Redação

Fotos: Um dos maiores problemas que assola a população brasileira é a miséria, gerada principalmente pela ignorância espiritual e distanciamento de Deus.

Resumo:

Martinelli inicia a reportagem afirmando que: “Para tentar amenizar a fome de milhares de pessoas no país, as ADs estão exercendo importante trabalho social”. Na seqüência o repórter cita um estudo divulgado pela Fundação Getúlio Vargas — FGV, em que o Brasil teria 50 milhões de “indigentes” e afirma que um dos principais agentes da miséria é

a ignorância. O articulista não trata da ignorância política, mas do desconhecimento de quem é Jesus.

Para o presidente do Conselho de Ação Social da CGADB, pastor Íris Seixas, apresenta as diretrizes mestras da ação social em seus diferentes níveis que a AD vem adotando: “Há asilos, orfanatos, creches, escolas e faculdades da AD em todo país. Eles procuram atender as pessoas que, por uma circunstância da vida estão em condições precárias. A igreja tenta elevar o nível social e a consciência de que essas pessoas são também cidadãos”.

Na seqüência da reportagem Martinelli cita David Fleischer⁹² para apontar que a razão das míseras condições que assolam o país se deve ao alto índice de desemprego, conseqüência do não acesso das pessoas à escolaridade. “Atendimento à educação é um dos pontos vitais para o desenvolvimento humano”.

Para o pastor Jaime Soares, líder da AD em Bonsucesso, RJ, “a educação interfere positivamente neste quadro de calamidade, pois ela faz com que haja uma visão macro dos horizontes da sociedade”. Outro entrevistado é Willis Taranger, diretor do Lar Esperança, que acusa o Estado de se eximir cada vez mais da responsabilidade social o que justificaria a ação social praticada pela AD.

A reportagem é finalizada com a fala do evangelista e sociólogo José Walter da Silveira Filho, da AD em Fortaleza. Para o evangelista a igreja precisa orar e agir mais, “pois sem amor nada tem sentido. O mal do século é o egoísmo. O individualismo faz com que as pessoas percam a visão fraternal, desrespeitando o mandato de Deus de amar o próximo como a si mesmo”.

Comentários:

Martinelli cita o nome David Fleischer, mas não a obra de onde tirou as informações para compor a matéria. A tessitura discursiva se utiliza provavelmente de um trecho do pensamento de Flescher, mas citado fora do contexto. Afirmar que “a razão das míseras condições que assolam o país se deve ao alto índice de desemprego, conseqüência do não acesso das pessoas à escolaridade”, é afirmar que estamos em um nível de atividade elevado,

⁹² David Fleischer é Professor Emérito do Instituto de Ciência Política — Ipol, da Universidade de Brasília — UnB.

e que a educação facilitaria a mobilidade da mão-de-obra. Sobre essa questão afirma Robinson⁹³ (1960, p. 72):

A falta de mobilidade da mão-de-obra somente pode ser considerada como uma causa do desemprego quando existem vagas em uns lugares e homens ociosos em outros. Quando toda indústria e toda localidade têm sua própria margem de desempregados, pouco se pode ganhar deslocando-se os trabalhadores de um lugar para outro, a menos que se deseje distribuir o problema igualmente entre os piores e os melhores distritos.

Frigotto⁹⁴ (1998, p. 46) questiona qual o sentido da idéia de educação diante da realidade do desemprego estrutural, do aumento da produtividade e do crescimento econômico sem aumento do nível de emprego:

Em última análise, não esconderiam estas concepções políticas uma profunda violência ideológica que passa a idéia de que o Estado burguês e os “homens de negócio” e seus intelectuais coletivos cumpriram seu dever oferecendo escola de qualidade total? Aqueles que não encontraram emprego ou são expulsos do mercado assim o são por incompetência ou por não terem acertado a escolha. Ou seja, vítimas do sistema excludente viram os algozes de si mesmos.

(1 a 15 ago., p. 7) – Evangélicos contra casamento gay⁹⁵: Assembléia de Deus se posiciona contra degradação moral no Brasil. Por Fernando Santana, da Redação

Foto: A bancada evangélica se posiciona contra o projeto que habilita a união estável de pessoas do mesmo sexo bem como autoridades cristãs evangélicas como se vê nesta foto na sessão dos 90 anos das ADs na Câmara dos Deputados.

Resumo:

Santana reporta que a bancada evangélica “trava uma verdadeira luta para tirar de pauta a votação do projeto que disciplina a união estável entre pessoas do mesmo sexo”. O deputado federal Neuton Lima, líder da bancada da AD, discursou:

Meu intuito é externar posicionamento firmemente contrário à aprovação da proposição, na medida em que seu teor fere de maneira irretratável os princípios da moral cristã. Como evangélico, não posso compactuar com a justificativa de que “a aceitação legal da união civil

⁹³ ROBINSON, Joan. *Introdução à teoria do emprego*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

⁹⁴ FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 2a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Coleção: Estudos Culturais em Educação).

⁹⁵ Interessante notar o termo “gay” no cabeçalho da reportagem, para designar homossexual. O Novo Manual da Redação da Folha de São Paulo (1994), por exemplo, recomenda: Não use este termo militante para designar homossexual, exceto em nome de entidade ou ao reproduzir declaração textual.

entre pessoas do mesmo sexo encorajará mais gays e lésbicas a assumirem sua orientação sexual” ou que “essa realidade somente tornará mais fácil a vida das pessoas” (sic).

Sobre o projeto de lei, pastor Antonio Gilberto⁹⁶ argumenta que um dos maiores riscos do homossexualismo é a degradação e fragilização da família. “Se a família não for respeitada, todos os segmentos da sociedade sofrerão, inclusive a igreja... Até que me provem o contrário, a Aids, assim como a sífilis no passado, que ceifou a vida de milhões de pessoas, é um flagelo divino”. O pastor Antonio Gilberto conclui sua opinião sobre a questão da homossexualidade afirmando que: “Sou psicólogo da área clínica, apesar de não exercer a função e, em nome da ciência, posso afirmar que nenhuma pessoa nasce homossexual. O problema é uma questão de comportamento. A pessoa aceita e torna-se passiva do erro. Não podemos dizer que seja uma influência demoníaca direta, mas é efeito do pecado”.

Comentários:

A bancada da AD no congresso reproduz, em seu discurso, a opinião do pastor Antonio Gilberto que é considerado pela AD como um dos maiores teólogos. É um formador de opinião em questões teológicas.

(1 a 15 ago., p. 11) – AD em Ipatinga comemora 64 anos do líder: A igreja lidera mais de 200 congregações e atua com dinâmica na área social

Foto: Pastor Antônio Rosa, entre esposa e pastor Anselmo Silvestre, comemora seu aniversário.

Resumo:

A matéria relata as comemorações pelo aniversário de 64 anos do pastor Antônio Rosa da Silva, líder da igreja em Ipatinga, MG. Estiveram presentes ao evento o prefeito de Ipatinga Francisco Delfino; deputados João Magno, Ivo José e Djalma Diniz e outras “autoridades” não citadas pelo articulista.

A matéria é finalizada com a informação que: “Preocupada com a área social, a AD em Ipatinga mantém uma creche para crianças de seis a 12 anos, e que *oferece serviço*

⁹⁶ Antônio Gilberto, 70, é pastor da AD. É formado em Psicologia, Teologia, Pedagogia e Letras. Editor da *Bíblia de Estudo Pentecostal* em português. Fundador e primeiro coordenador do Curso de Aperfeiçoamento de Professores de Escola Dominical — CAPED, de 1974 a 1989. A CPAD afirma que “ele é indiscutivelmente uma das maiores personalidades da literatura evangélica nacional”. Membro da junta diretora da University Global, em Springfield, Missouri. Em outubro de 1997, Antonio Gilberto recebeu da Associação Brasileira de Editores Cristãos — Abec, o prêmio Personalidade Literária. Dados obtidos do endereço eletrônico: http://www.cpad.com.br/cpad/artigos/artigo_3.htm.

gratuito aos membros da igreja. São 56 crianças atendidas por dia. Além disso, comanda um abrigo para idosos, onde residem seis senhoras. ‘Estou feliz em dedicar 39, dos 50 de convertido, para a obra do senhor’, comenta pastor Antônio”. (grifo nosso).

(1 a 15 ago., p. 12) – Racionamento altera rotina de cultos: Igrejas buscam alternativas para alcançar a meta de consumo. Por Gilda Julio, da Redação

Foto: As Assembléias de Deus em todo país não estão medindo esforços para se adequarem às metas de consumo de energia elétrica.

Resumo:

Segundo pastor José Wellington: “Deus está chamando atenção do povo brasileiro que vive na idolatria e voltado ao espiritismo, para que despertem espiritualmente e se voltem para Ele”. Ou seja, para o pastor, o racionamento é um alerta divino.

(16 a 31 ago., p. 3) – Aprovado o projeto político da CGADB: líderes discutem apoio a parlamentares que sejam tementes a Deus. Por Cláudio Neves, editor do MP

Foto 1: Comissão Política da CGADB e bancada evangélica da AD na Câmara dos Deputados por um Brasil mais justo e temente a Deus.

Foto 2: Pastor José Wellington Bezerra da Costa.

Foto 3: Líderes apóiam Cidadania Assembléias de Deus Brasil da CGADB.

Foto 4: Pastor Ronaldo Fonseca.

Resumo:

A Comissão de Política⁹⁷ se reuniu, no dia 3 de agosto de 2001, na sede da CGADB, para discutir o projeto sócio-político da CGADB. Segundo Neves o Projeto Cidadania AD Brasil da CGADB tem como um dos objetivos “manter a vigilância sobre a liberdade religiosa”, e propõe-se “a apoiar iniciativas que promovam uma sociedade mais justa; estimule consciência coletiva maior, sobre questões da esfera social e colabore para disseminar princípios emanados da Palavra de Deus, na sociedade”. Segundo a matéria, o Projeto foi uma proposta do pastor José Wellington que participou da reunião do Comissão.

Sobre o resultados da reunião comenta o pastor, “vimos a mão de Deus dirigindo toa a reunião, pois as discussões fluíram em grande harmonia e interesse pelo bem estar comum da

⁹⁷ A Comissão Política Nacional foi rebatizada como Conselho Político Nacional, suas funções e composição encontram-se nos anexos.

igreja e do povo brasileiro. Está claro que ainda existe extensa obra a ser realizada, mas observamos que o Senhor irá levantar homens de valor no meio da sociedade. Pela fé creio que nosso país ainda se enquadrará no contexto bíblico que afirma que ‘feliz é a nação cujo o Deus é o Senhor’”.

Sobre a decisão da AD em se envolver com a política partidária brasileira, o pastor Ronaldo Fonseca comenta: “Vejo como algo muito positivo esta reunião, pois ela demonstrou bem que a AD tem o que oferecer. Esta decisão de se ampliar a visão da Igreja sobre a sociedade vem ao encontro da necessidade do povo brasileiro. Interessa-nos políticos cristãos, que tenham ética e que estejam coadunados com as doutrinas das Sagradas Escrituras para ajudar fomentar justiça social”.

O pastor Isamar Ramalho, líder da AD em Boa Vista, RR, estimulado pela leitura do MP, n. 1387, apoiou o lançamento da candidatura de membros da AD em Boa Vista para deputados estaduais e federais para concorrer nas eleições de 2002. Analisa o pastor: “Igrejas de outras denominações já se organizaram e usufruem do esforço de seus trabalhos. Por outro lado, políticos do Brasil inteiro tiram proveito do povo assembleiano, sem contudo assumir quaisquer compromissos com os mesmos. A Bíblia diz que nós somos sal da terra e luz do mundo e não podemos ser nem um, nem outro, se não estivermos em local adequado. Ficamos o tempo todo na retaguarda, muita das vezes apenas criticando, mas não sem participar de nada (sic). Para haver mudança eficaz nós temos que estar lá”.

Para o pastor Ronaldo Fonseca a decisão de participar da política partidária brasileira que culminou com a reunião é um marco na história da AD nestes 90 anos e afirma: “Se todos os evangélicos tomarem posição como nós assembleianos estamos tomando hoje, com o mesmo empenho com que agem em outras atividades das igrejas, vamos galgar grande posição e vamos ajudar a melhorar a política no Brasil”.

Na conclusão da matéria, Neves revela que o Projeto contempla a criação de um manual de orientação política para candidatos aos cargos parlamentares e outro destinado aos assembleianos, membros e congregados. O manual para os candidatos tem, basicamente, os seguintes objetivos:

- Preservar a unidade da igreja; a imagem do pastor, do candidato;
- Unificar a condução do processo eleitoral de acordo com as diretrizes tiradas na plenária;

- Orientação política com subsídios de marketing político, dicas de oratória, sugestões de estratégia para campanhas e trato da imagem do candidato;
- Auxiliar na escolha de legenda.

O manual destinado aos membros e congregados tem por objetivo principal conscientizar os assembleianos da necessidade da AD eleger legítimos representantes, entre crentes, com respaldo bíblico.

A matéria encerra-se com a seguinte máxima: “Um ponto constante do Manual do Candidato tem haver com um dos maiores clamores do povo brasileiro: a luta contra a corrupção na administração pública em todos os setores”.

(16 a 31 ago., p. 4 e 5) – Deputados apóiam projeto da CGADB: Consistência das propostas anima políticos e revela amadurecimento – Alegria e prosperidade só com justiça. Por Cláudio Neves, editor do MP

Foto 1: Mesa diretora da CGADB acompanhou e aprovou resultado das discussões em torno do projeto Cidadania AD Brasil 2002. Fotos Solmar Garcia.

Foto 2: Pastor Lélis Washington.

Foto 3: Agnaldo Muniz, RO.

Foto 4: Neuton Lima, SP.

Foto 5: A Comissão Política orientou os trabalhos para aprovação do projeto Cidadania AD Brasil e recebeu apoio de pastores e deputados, sendo considerado pelos presentes, um marco histórico.

Foto 6: Nilton Barbosa, BA.

Foto 7: Costa Ferreira, MA.

Foto 8: Antônio Jácome, RN.

Foto 9: Nilton Capixaba, RO.

Foto 10: Raimundo Santos, PA.

Resumo:

A Comissão Política criada em Janeiro de 2001 convocou uma reunião em 03 de agosto que contou com a presença dos deputados da AD, Nilton Balbino e o pastor José

Wellington, entre outros. A Folha de São Paulo⁹⁸ (04-08-2001, p. A6, 4/8) publicou uma reportagem, de Elvira Lobato, da Sucursal do Rio, sobre a reunião da Comissão Política. Sob o título: “Assembléia de Deus aprova plano para eleições de 2002”:

A Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil aprovou ontem no Rio um projeto de atuação política, em âmbito nacional. O plano tem como meta a eleição de pelo menos um deputado federal por Estado em 2002 e o apoio explícito a candidatos para governador, senador e presidente. (Erramos de 08/08/2001): Meta é eleger pelo menos um deputado federal por Estado e o apoio a candidatos a cargos majoritários.

A aprovação do projeto, que vai fixar metas também para as eleições municipais em 2004, coloca a Assembléia de Deus em um novo patamar, o da ação política organizada, como já faz a Igreja Universal do Reino de Deus. A Assembléia de Deus é a mais antiga igreja pentecostal em atividade no Brasil, trazida dos EUA em 1910. (Erramos de 08/08/2001): Diferentemente do que informou a reportagem "Assembléia de Deus aprova plano para eleições de 2002" (Brasil, pág. A6, 4/8), a primeira igreja pentecostal a se instalar no Brasil foi a Congregação Cristã, em julho de 1910. A Assembléia de Deus começou a agir em junho de 1911. As duas foram trazidas por missionários europeus vindos dos Estados Unidos.

O presidente da convenção, pastor José Wellington Bezerra da Costa, disse que serão feitas prévias eleitorais nos Estados para a indicação dos candidatos a deputado e que os pré-candidatos deverão ter pelo menos três anos de vínculo religioso.

O pastor Wellington disse que a igreja não ajudará financeiramente as campanhas. "Temos o material mais valioso, que é o voto", afirmou. Na avaliação dele, as Assembléias de Deus têm pelo menos 10 milhões de fiéis eleitores. Mesmo que não entrem com dinheiro, as Assembléias de Deus poderão ajudar seus candidatos por outro meio importante: sua extensa rede de rádios espalhada pelo país afora. Os pastores admitem que há cerca de 70 rádios pertencentes a fiéis da igreja. Além das rádios, há a TV RBN (Rede Boas Novas), de Belém, que tem 40 retransmissoras. A programação da TV pode ser captada por parabólicas, pelo sistema de transmissão por satélite JesusSat.

A igreja ainda não definiu quem apoiará na eleição presidencial. O presidente da convenção disse que há "uma simpatia" pelo governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PSB), pelo fato de ele ser evangélico, mas que isso não significa compromisso.

⁹⁸ Texto obtido do Banco de Dados da Folha de São Paulo, no endereço eletrônico: http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp2001.nfo/query=projeto+assembl!E9ia+deus/doc/{@1}/hit_headings/words=4/hits_only?

Segundo o pastor José Wellington, a Convenção Geral das Assembléias de Deus vai convidar todos os candidatos que forem homologados pelos partidos a apresentarem seus planos de governo e que o apoio da igreja será definido em razão das propostas.

O projeto político aprovado ontem foi preparado por uma comissão de sete integrantes. Segundo o presidente da comissão, pastor Ronaldo Fonseca, a igreja não vai interferir na escolha do partido político dos candidatos. "Para nós, tanto faz se o candidato estiver filiado ao PT ou ao PFL. O que nos interessa é a postura dele." Só não seria admitida a participação de um candidato da igreja em partido ateuista.

Ronaldo Fonseca disse que o objetivo é "despertar a cidadania" dos evangélicos. As Assembléias de Deus já possuem 14 representantes na Câmara, que se candidataram por iniciativa própria, sem um processo de indicação formal. Segundo o pastor Fonseca, o deputado Neuton Lima (PFL-SP) tem coordenado a bancada, mas a coordenação ficará a cargo da comissão política. Um dos papéis da comissão será sugerir projetos de leis aos deputados da igreja.

Assim como a articulista da Folha de São Paulo, os presentes na reunião do Conselho Político consideram o momento como sendo um marco histórico para a denominação e "amadurecimento sobre a atuação cristã-evangélica na sociedade".

Esteve presente à reunião do Conselho o deputado federal Nilton Capixaba⁹⁹ (Nilton Balbino) que não apareceu em matéria anterior sobre a bancada evangélica. Na reportagem do MP Balbino (PTB-RO) entende que o projeto da AD é importante porque rompe o silêncio da denominação no campo político brasileiro. Segundo o deputado "o povo quer novidade, buscam renovação, demandar ter políticos com novo perfil" e a igreja deve valer-se desse anseio popular para aumentar a bancada assembleiana. Sobre a preparação política do cristão que se lança no cenário político, afirma Capixaba:

Não é necessário ser um político de carreira para se fazer política. Em Brasília há espaço para todos. Cito minha própria experiência, pois nunca fui político e cheguei a 2º vice-presidente da comissão representativa do Congresso Nacional. Políticos de carreira só tem dado problemas, haja vista o que tem acontecido no Senado. No caso do homem de Deus se ela não souber fazer o bem, o mal não vai saber também. Acredito que o projeto político da Assembléia de Deus vai dar certo.

⁹⁹ Até o dia da publicação da presente pesquisa o deputado Nilton Balbino se recusou a responder insistentes e-mails solicitando um posicionamento sobre sua atuação na bancada da Assembléia de Deus.

Para o pastor Lélis Washington Marinhos, relator do projeto, a flexibilidade na organização da Comissão, com a criação de subcomissões, facilitará a administração do plano de metas políticas das igrejas locais. Mantendo o discurso quase padrão do assembleiano envolto na política partidária, o deputado federal Agnaldo Miniz, PDT-RO, afirma que tem manifestado seu posicionamento de forma rígida contra o aborto e outras questões anti-bíblicas. Para o deputado federal Rubeneuton Oliveira Lima, PTB-SP, (Neuton Lima):

As ações governamentais se acumulam e várias delas atentam, hora contra princípios bíblicos, hora contra princípios democráticos. A AD nunca viveu a mercê do poder público, jamais lhe deu trabalho, pelo contrário, sempre colaborou com a manutenção da governabilidade, principalmente orando pelas autoridades constituídas. Por que motivo então a igreja deveria se manter excluída do seu direito de influenciar positivamente a sociedade? Quando estamos falando de projeto político, estamos nos referindo a propostas concretas que beneficiem o povo brasileiro como um todo. Temos a obrigação de apresentarmos proposições autênticas e uma ação real diante dessa sociedade que clama por justiça, e por melhores condições de vida. Nós povo de Deus temos tudo isso para mostrar e é só cumprimos os mandamentos de Jesus e obedecermos as Escrituras Sagradas. Um dos textos bíblicos que podemos observar é o que diz “se o meu povo que se chama pelo meu nome se humilhar e orar e buscar a minha face e se converter dos seus maus caminhos eu ouvirei dos céus e perdoarei os seus pecados e sararei a sua terra, 2 Cr 7.14. O Brasil precisa ser curado e eu não tenho dúvidas que esta grande missão e desafio, iniciamos hoje com o advento da aprovação desse projeto político da AD no Brasil.

O deputado federal Antonio da Conceição Costa Ferreira, PSC-MA, (Costa Ferreira) também avalia positivamente o projeto político da AD:

Foi a atitude muito bem pensada ao organizar tal projeto. A igreja está dando uma demonstração de maturidade à sociedade brasileira, de modo que acredito ser um passo extraordinário. A AD soube aproveitar o momento exato para declarar que realmente está preparada não somente em ajudar as pessoas alcançarem a vida eterna no céu, mas também exercerem sua cidadania enquanto brasileiro.

É interessante essa colocação porque hoje a AD é uma igreja que vem se expandindo em todos os segmentos do país e mesmo os políticos não-crentes reconhecem essa força emergente. A igreja ao ceder do seus quadros homens que aprenderam amar a Deus sobre todas as coisas, assim como obedecer as autoridades e manter direitos fundamentais, estará decididamente prestando imensa colaboração ao Brasil. De agora em diante além de pregar a Palavra de Deus ela vai fazer parte da organização do Estado, elegendo, com já vinha fazendo

em quase todo território nacional, vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, deputados estaduais e federais.

A fala do deputado estadual (eleito por média) Antônio Jácome de Lima Júnior, PSB, RN, (Antônio Jácome), merece igualmente destaque quando afirma que: “Quem sabe teremos um evangélico para presidente da República? É evidente que o processo de politização vai ser longo, pois não vamos recuperar 90 anos em alguns meses. A AD é a maior denominação evangélica do país, mas politicamente não tem força, expressão e a representatividade que deveria ter, uma vez que não temos a maior bancada evangélica na Câmara Federal e nem nas estaduais”.

Foram entrevistados ainda os deputados federais Milton João Soares Barbosa, PSC-BA, (Milton Barbosa), Raimundo José Pereira dos Santos, PL-PA, (Raimundo Santos).

Comentários:

A AD vem desde 1986 se articulando e elegendo parlamentares. Logo, a aprovação do Projeto Político da CGADB “não eleva a Assembléia de Deus em um novo patamar, o da ação política organizada” — como afirma Elvira, apenas introduz o Conselho Político Nacional da CGADB em uma relação de força no cenário político brasileiro, mantendo a atuação no campo religioso e ganhando mais poder político.

(16 a 31 ago., p. 6) – Por um Brasil temente a Deus. Por Ronaldo Fonseca. (Opinião)

Resumo:

Ronaldo Fonseca de Souza, Presidente do Conselho Político Nacional da CGADB, reconhece que até pouco tempo atrás era “quase proibido falar em política nos fóruns convencionais das igrejas”, mas os tempos são outros e o projeto-político das Assembléias de Deus é hoje uma realidade. A comissão conta com a presença do pastor Takayama, Reginaldo Almeida, Jeremias do Couto, Joanir de Oliveira Paulo Freire, Lélis Washington Marinhos e Silas Malafaia. Para Fonseca, o assembleiano político tem muito a colaborar. Afirma ainda o pastor:

Nós crentes podemos fazer isso e muito bem e para levar a efeito a membresia da AD deve participar e saber como, e a quem dar um voto consciente, pois as próximas eleições estão perto e as candidaturas de políticos ligados às ADs começam a se ajustar. Precisamos no mínimo dobrar a bancada federal e estadual em 2002 para que possamos ver a diferença no cenário político nacional. Quando isso ficar mais visível, as próximas eleições tenderão ser mais fáceis.

A AD reuniu-se para ouvir os candidatos bem como os que pleiteiam a presidência da nação. Todos serão avaliados pelas suas propostas: o que ele tem para o Brasil e não apenas para a igreja ou para os evangélicos. Quem for bom para o Brasil, este terá apoio da AD.

Se a nação tiver um presidente da República que tema a Deus, mesmo que não seja evangélico, mas que faça uma opção pelos pobres, injustiçados, por programas sociais eficazes, investimento em infra-estrutura com equilíbrio social e distribuição de renda justa, quem vai ganhar com isso? Os brasileiros. Então a igreja sempre vai defender esses princípios.

Ronaldo Fonseca finaliza citando 1 Timóteo 2.1-3, reafirmando que deve-se orar pelas autoridades para que se tenha uma vida quieta e sossegada.

(1 a 15 set., p. 2) – Mensagem de Paulo ao governador. Por José Wellington Bezerra da Costa. (AD em pauta)

Resumo:

Wellington trata da passagem em que Paulo foi preso e teve que apresentar sua defesa a Félix, governador da Judéia. “Certo dia Félix, com sua mulher, mandou chamar Paulo para ouvi-lo sobre a fé em Jesus Cristo” (At 24. 24-27). Segundo Wellington, “Paulo tratou da justiça, não no sentido de tê-la reivindicado em sua autodefesa, mas, sim, expor a Félix que o Deus criador é justo, e exige dos homens a prática da justiça. Mostrou-lhe que nenhum homem é justo em si”. Félix tremeu ao ouvir sobre o juízo vindouro “e isso não foi a primeira vez que isto aconteceu com um político ímpio na história”. Finaliza pastor Wellington afirmando: “Paulo não temeu perder a amizade e privilégios que o governo poderia oferecer. Não temeu sequer o temperamento intempestivo do governador que poderia decretar sua pena capital, exatamente naquele momento. Ele preferiu pregar a palavra com autoridade. Continuou preso, mas, certamente satisfeito com o dever cumprido”.

(1 a 15 set., p. 9) – AD em SC apóia projeto político: Pastor Nirton Santos fala sobre a proposta da CGADB

Foto: Pastor Nirton dos Santos, terno cinza, ladeado pelos deputados Ismael dos Santos e Adelor Vieira e o prefeito de Camburiú Wilson Plautz. Foto de Solmar Garcia.

Resumo:

A reportagem frisa que os dois políticos foram apoiados pela AD e que o prefeito de Camburiú, Wilson Plautz, concorda com a determinação da AD em atuar no campo político. Adelor Francisco Vieira foi deputado estadual pelo PFL em Santa Catarina eleito em 1998. Ismael dos Santos foi vereador pelo PT em Blumenau eleito em 2000.

Mensageiro da Paz de 1 a 15 de outubro de 2001, ano 71, n. 1395

Manchete: Crente escapa do 82º andar do World Trade.

Foto: Equipes de resgate das vítimas no World Trade Center contam com a ajuda das Assembléias de Deus norte-americanas.

(1 a 15 out., p. 8) – Pastor recebe título de Cidadão Paulistano

Foto: Pastor Evandro homenageado em São Paulo.

Reportagem na Íntegra:

O líder da AD em Santana, pastor Evandro de Souza Lopes tem motivos para comemorar. No dia 31 de agosto, recebeu o título de Cidadão Paulistano, proposto pelos vereadores Almir Guimarães e Carlos Apolinário. O pastor lidera 45 congregações e comanda trabalhos jovens na região (sic). O líder é também conselheiro da Região Sudeste da CGADB e doutorando em Teologia. “É uma honra receber este prêmio, pois isso significa que as pessoas estão vendo os pastores cumprindo seu papel diante de Deus, tirando jovens das drogas e do pecado. Toda honra e toda glória sejam dadas ao Senhor”, exulta.

(1 a 15 out., p. 9) – Elad e União Feminina mobilizam AD: Oração precede Encontro de Líderes e da União Feminina em SP.

Fotos: O Elad irá discutir temas pertinentes às ADs com pastores mobilizados pela oração, à semelhança do último, realizado em agosto de 2000 (foto) e a presidente da Ufadb, Wanda Freire, no detalhe, coordena evento que reunirá mulheres de Círculos de Oração de todo o país na AD no Belenzinho.

(1 a 15 nov., p. 3) – Editorial Patmos já está em toda AL: Novo Conselho e estatuto são definidos para dinamizar o alcance mundial.

Foto 1: Conselho da Editorial Patmos, reunidos em Miami. A partir da esquerda pastor Elienai Cabral, Ronaldo Rodrigues de Souza, pastores Djalma Costa, Ubiratã Jobe, Vernon Peterson, José Wellington Júnior, Antonio Dionísio e a coordenadora de vendas Maritza Valverde.

Foto 2 e 3: Novas instalações da Editorial Patmos em Miami e, no detalhe, pastor Antonio Dionísio, presidente do Conselho Administrativo da CPAD.

Resumo:

A Editorial Patmos, braço da CPAD para a língua hispânica, traduz e distribui a revista *Ensinador Cristão*¹⁰⁰, livros e Lições Bíblicas da CPAD para os países da América Latina, EUA, Canadá e Espanha. Fundada em 29 de março de 1999, se apresenta como um empreendimento missionário¹⁰¹. Situada em Miami, Flórida, “é um ponto estratégico porque é do aeroporto que sai a maior parte do material que distribuimos” informa Ronaldo Rodrigues de Souza. O Conselho Administrativo da Editorial Patmos conta com: Antonio Dionísio; José Wellington Junior; Elienai Cabral; Djalma Costa, Ubiratã Batista Jobe; Ronaldo Rodrigues de Souza e Vermon Peterson. A Patmos Editorial conta com 29 distribuidores. “Pastor Vernon considera um milagre o fato de a editora em 2,5 anos ser conhecida em todo o mercado hispano. ‘Só Deus faz isso. Todas estas conquistas forma em curto espaço de tempo e com apenas cinco funcionários’”.

(1 a 15 de nov., p. 8) – Ceader discute projeto político: Assembléia aprova nomes de pastores à candidatura política de 2002

Fotos: Ceader reuniu pastores de todo Estado do Rio para discutir apoio às candidaturas.

Texto na Íntegra:

A Convenção Evangélica das Assembléias de Deus do Estado do Rio de Janeiro (Ceadar) realizou, entre os dias 3 a 6 de outubro, sua 158^a assembléia. O evento ocorreu em Miguel Pereira (RJ), e teve a participação de mais de 600 pastores. Dentre os assunto discutidos o projeto político teve destaque. A Ceader aprovou o nome do pastor Lourival Machado¹⁰² a disputar uma vaga na Câmara Federal no pleito de 2002.

Os convencionais foram recebidos pelo pastor Jessé Pimentel, líder da Assembléia de Deus local, no centro de convenções Fenarte, em Miguel Pereira. No culto de abertura, os convencionais ouviram saudações do presidente da Ceader, pastor Elyeo Pereira. Ele conclamou aos presentes a se manterem unidos e declarar que a realização da convenção seria um marco na vida ministerial de seus membros. Os preletores da reunião foram os pastores, Elizeu Menezes, Paulo Silva, Otoni de Paula e Ely Pimenta.

¹⁰⁰ Traduzida para o espanhol como Educador Cristiano. Informações obtidas pelos endereços eletrônicos: http://www.cpad.com.br/cpad/paginas/quem_jornalismo.htm e <http://mall.miamicity.net/cgi-bin/patmos.storefront>.

¹⁰¹ Ronaldo Rodrigues de Souza, diretor-executivo da CPAD e o gerente da Editorial Patmos, missionário Vernon Peterson, viajaram para Cuba para verificar a possibilidade de aumentar o número das distribuidoras da Patmos (http://www.cpad.com.br/cpad/paginas/quem_patmos.htm).

¹⁰² Lourival Machado foi eleito como deputado federal suplente pelo PMDB-RJ com 34.971 votos nominais. Dados do Tribunal Superior Eleitoral. <http://www.tse.gov.br/>.

Dentre os assuntos discutidos na reunião falou-se sobre o apoio dos pastores à realização do 21º Congresso da Umader, na cidade de Friburgo; o ingresso de vários ministros de outras convenções e a aprovação da consagração de cerca de 50 novos ministros. O mais relevante, no entanto, foi a aprovação de nomes para concorrer a cargos políticos.

Conforme solicitação da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGADB), às convenções regionais, a diretoria da Ceader nomeou sua comissão e a apresentou à assembléia. Foi homologado, em votação secreta, o nome do pastor Lourival Machado, 1º tesoureiro da CGADB, como candidato a deputado federal. “Esse pastor tem militância política, ele foi vereador na cidade de Nova Iguaçu”, esclarece pastor Elyeo Pereira. Ainda houve a indicação do nome do pastor Otoni de Paula¹⁰³, assessor de imprensa da Ceader a concorrer ao cargo de deputado estadual.

Segundo o presidente da Convenção, pastor Elyeo “A maioria dos pastores convencionais ficaram satisfeitos com essa realização”.

Mensageiros da Paz de 2002:

(jan., p. 3) – Semana Nacional de Oração: Líderes da AD em todo o Brasil convocam suas igrejas para a campanha. Por Fernando Santana, da Redação

Foto: Igrejas de todo Brasil já colocaram a Semana Nacional de Oração em suas agendas.

Resumo:

A Semana de oração foi proposta pelo pastor José Wellington durante o 7º encontro de Líderes das Assembléias de Deus Elad, em São Paulo. O “grande exército” está sendo convocado “para travar essa guerra espiritual em prol da Igreja, das famílias, *do país, dos governantes*, entre outros temas”. (grifo nosso).

(fev., p. 8) – AD inaugura templo com mutirão de fé: Igreja promoveu campanha bem-sucedida para angariar recursos

Foto: Pastor Joel Pinheiro desata fita simbólica de inauguração ladeado por obreiros e pela prefeita de Belford Roxo.

Resumo:

¹⁰³ Otoni Moura de Paulo foi eleito deputado estadual suplente pelo PT do B-RJ com 8.423 votos nominiais. Dados do TSE, <http://www.tse.gov.br/>.

Presença da prefeita de Belford Roxo, RJ, Maria Lúcia, na inauguração do templo da AD em Forte Miguel Couto, RJ.

(fev., p. 8) – Educadores elogiam e apóiam Ceac: Obreiros e professores de todo o país já fazem suas inscrições.

Foto: Obreiros e educadores pretendem encher auditório da CGADB. Ceac = Curso de Especialização de Apologética Cristã.

(fev., p. 9) – Dia da Bíblia festejado com conversões: Crentes saem às praças pregando o Evangelho e distribuem MP especial

Foto: Várias ADs no país comemoram o Dia da Bíblia, como a igreja de Natal, que levou às ruas 2 mil irmãos empunhando suas Bíblias.

(fev., p. 9) – Convenções pelo Brasil: Questões políticas são tratadas e presidentes reeleitos.

Resumo:

A política esteve no centro das atenções das reuniões convencionais regionais no final de 2001. José de Abreu Bianco, governador do Estado de Rondônia esteve presente na 37ª Convenção de Ministros das ADs em Rondônia — Cemaderon. Estive presente, ainda, Sueli Aragão, prefeita de Cacoal.

Na Convenção Interestadual da ADs do Seta — Ciadseta, realizou a 49ª AGO, em Palmas, TO, foram ministradas palestras sobre a Igreja e a política. Na Convenção de Ministros da AD no Ceará — Comadec, os convencionais também “abordaram questões políticas”. Durante as reuniões da Convenção Estadual das ADs no Piauí — Ceadep, igualmente, a tônica foi a política.

(março, p. 4) – Mensagem que transforma vidas: A positiva influência evangélica transformando vidas no Brasil e no mundo

Foto: Congresso Mundial da AD – Campo de Marte – SP – 28-09-1997.

Resumo:

O artigo foca algumas qualidades dos evangélicos como, por exemplo, ser ordeiro, trabalhador e dedicado. Frisa ainda, o articulista, que os evangélicos somam mais de 20 milhões, o que dá ao Brasil a posição de terceiro maior país do mundo em número de protestantes, sendo a maioria dos evangélicos pentecostal. Desta maioria pentecostal a maior parte é assembleiana.

Segundo o articulista existem pesquisas que têm revelado “que a influência evangélica na sociedade brasileira é fator determinante para as baixas nos índices de violência, analfabetismo e geração de empregos”.

Recentemente a antropóloga Regina Novaes, do Instituto de Estudos da Religião (Iser), detectou esse fenômeno. Após um estudo com 300 jovens da periferia do Rio, Regina descobriu que vem crescendo o número de garotos pobres que se convertem ao protestantismo principalmente de tipo pentecostal, como forma de escapar àquela que é a maior força organizada nos locais em que moram: as quadrilhas de narcotraficantes.

Em edição de 15 de julho de 1998, a revista *Veja*, em matéria intitulada *Salvos pela Palavra*, tenta explicar a situação: “Habitantes de um mundo em que o emprego é escasso e as políticas públicas quase não chegam, esses garotos encontram abrigo nas religiões evangélicas”.

Para justificar que a “influência evangélica é tão grande na transformação de vidas”, o articulista vai tecendo o discurso com pesquisas do Iser e a revista *Veja*. “A influência evangélica é tão grande na transformação de vidas que a pesquisadora do Iser não hesita em afirmar: ‘Hoje não se pode mais tratar de juventude e políticas públicas de segurança e combate a criminalidade sem levar em conta as igrejas evangélicas’”. Sem citar quem faz a estimativa, o artigo afirma, ainda: “Estima-se que cerca de 4,2 mil detentos já tiveram suas vidas restauradas pelo poder do Evangelho nos presídios do Rio de Janeiro, perfazendo 30% da população carcerária do Estado. No presídio da Papuda, em Brasília, os números de convertidos chegaram a aproximadamente 80% dos detentos”.

Diz o artigo que os evangélicos sempre se destacaram na história. “O protestantismo sempre foi marcado pela ênfase no social, na educação e em uma vida digna e honesta. O protestantismo sempre esteve ligado à educação, criando gramáticas e alfabetizando pela primeira vez adultos. Martinho Lutero, grande reformador protestante, se encarregou de começar a sistematização da língua alemã”. Para reforçar ainda mais os argumentos, o articulista, cita Max Weber:

O sociólogo Max Weber, em sua célebre obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, que aparece no topo da lista dos livros de não-ficção mais importantes do século 20, fala que o progresso econômico e social dos evangélicos no mundo se deu em função de valorizarem a educação e de terem em seu bojo doutrinário princípios morais e éticos que favoreciam isso. Na abertura de seu primeiro capítulo, ele afirma: “Uma simples olhada nas estatísticas ocupacionais de qualquer país de composição religiosa mista mostrará, com notável frequência, uma situação que muitas vezes provocou discussões na imprensa e

literatura católicas e nos congressos católicos, principalmente na Alemanha: o fato de que os homens de negócios e donos do capital, assim como os trabalhadores mais especializados e o pessoal mais habilitado técnica e comercialmente das modernas empresas, é predominantemente protestante”.

O artigo afirma, ainda, que hoje “o nível educacional no meio evangélico é bem mais alto do que o da média populacional. No Brasil, por exemplo, isso é extremamente marcante”.

Para reforçar esta argumentação o artigo recorre à revista *Veja* de 1998 sobre o crescimento dos evangélicos no país: “O costume protestante de promover a leitura cotidiana da Bíblia transformou-se numa verdadeira revolução educativa (...) os protestantes têm de ser alfabetizados para cumprir seus deveres e fazer seus filhos cumprirem essa norma (...) é uma diferença e tanto num país de tradição católica, pela qual só os padres compete a leitura das sagradas escritura”.

(maio, p. 3) – Penitenciárias que libertam detentos: Presos são recuperados e ressocializados pelo poder do Evangelho

Foto 1 e 2: A Assiaperj promove a Cruzada da Liberdade no presídio Frei Caneca, no Rio; durante o evento, os presidiários oram a Deus assistindo pelas janelas da prisão.

Foto 3 e 4: No Carandiru, o trabalho de capelania e assistência social funciona há quatro décadas e é um dos mais estruturados do Brasil. Cada pavilhão tem uma igreja onde se realizam cultos e ensaios de banda e coral.

Resumo:

“Enquanto intelectuais e políticos discutem um novo sistema carcerário para o Brasil, as ADs desenvolvem um trabalho de apoio espiritual e social nas maiores cadeias do país...”, no confronto entre teoria e prática e na ação da AD se inicia a reportagem. Afirma, ainda, o repórter que boa parte da sociedade acredita que o trabalho da igreja nos presídios “é em vão”, mas não é, e deve ser priorizado “pelas entidades religiosas”, conclui o raciocínio.

A Associação das Igrejas Atuantes nos Presídios do Rio de Janeiro — Assiaperj, tem como principal objetivo o auxílio religioso, social e jurídico ao preso e de sua família.

(maio, p. 4 e 5) – A figueira divide o mundo: Teólogos debatem maior conflito judeu-palestino dos últimos anos

Foto: Templo da Natividade em Belém: o conflito na Palestina está mais uma vez mostrando o abismo social que divide a sociedade israelense e a palestina.

A figueira está se mexendo e, quando isso acontece, todo mundo volta seus olhos para ela. Mas agora as reações se mostram diferentes. O olhar não é mais só de simpatia. No maior conflito envolvendo Israel desde a Guerra do Iom Kipur (Dia do Perdão), pela primeira vez a nação judaica sofre um revés em sua imagem devido a sua ofensiva militar na palestina.

Resumo:

Para o pastor Antonio Gilberto, “a intensificação do conflito entre palestinos e judeus não é surpresa. Jesus havia predito tais níveis de confronto na medida em que se aproximasse o final dos tempos”. Paz somente quando vier o “Príncipe da Paz” conclui o teólogo assembleiano.

O Estado palestino se criado, não será consolidado. “Israel é uma nação que moralmente tem o apoio de Deus”, afirma pastor Severino Pedro.

(Jun., p. 2) – Deus quer libertar o Brasil. (Editorial)

Resumo:

O editor reflete sobre os dados do IBGE do Censo Demográfico de 2000. Segundo o editorial, os dados apontam para um esfacelamento da família e um aumento do número de desempregados no Brasil. O foco, porém está nos mais de 26 milhões de evangélicos em 2000, mas pelos cálculos do editor, em 2002 o número de evangélicos deve ser de pelo menos 30 milhões. O artigo destaca também que “na coletiva dada pelo IBGE na manhã da divulgação dos resultados, em que o MP esteve presente, um dos técnicos do instituto revelou que mais de 8 milhões dos evangélicos do país são assembleianos. Isso representa 32% do número de protestantes brasileiros”. A responsável pelo crescimento, comparando os dados de 1991 e 2000, foi a Década da Colheita — mobilização evangelística deflagrada pela AD no início da década de 90.

(jun., p. 3) – Igreja, família e país são alvos de oração: Convenção Geral define programação para Semana Nacional de Oração

Foto: A Convenção Geral definiu a programação para a Semana Nacional de Oração, que mobilizará líderes e crentes das ADs em todo o Brasil, na maior campanha de oração já realizada pela denominação.

Resumo:

O país e os governantes são alguns dos alvos das orações da Semana Nacional de Oração. “No que diz respeito ao país e aos governantes, o presidente da Comadeg disse que é dever da igreja orar por esses temas, conforme recomenda a própria Palavra de Deus. “Os

governantes são os homens que Deus levanta para governar. Devemos orar para que eles tenham o temor de Deus e para que o país continue aberto à pregação do Evangelho, para que milhares de almas aceitem a Cristo”.

(jun., p. 4 e 5) – Somos mais de 26 milhões no Brasil: Estudos confirmariam o Rio como primeiro Estado de maioria evangélica. (Matéria de Capa)

Foto 1: Quase um milhão de assembleianos lotaram há cinco anos o Campo de Marte, em São Paulo, por ocasião do 2º Congresso Mundial das Assembléias de Deus.

Foto 2: Pastor José Wellington ressalta que a Década da Colheita foi fundamental para esse crescimento.

Foto 3: O crescimento dos cristãos evangélicos é evidenciado pelo aumento do número e do tamanho de seus templos, como o da AD em Itapeva (SP), com capacidade para 1,2 mil pessoas.

Resumo pelo MP:

Os cristãos evangélicos são o segundo maior grupo religioso do país, com mais de 26 milhões de adeptos, e que mais cresce. Nos últimos nove anos, houve uma explosão de crescimento de 70,33%, de seu número em todo o Brasil. A informação é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgada em 8 de maio, por ocasião da publicação da Tabulação Avançada do Censo Demográfico 2000. O censo revelou também uma queda de 11% do catolicismo romano no país. Enquanto os evangélicos cresceram 9,1% para 15,5% do censo de 1991 para o de 2000, o número de católicos romanos caiu de 83,8% para 73,8%.

(jun., p. 6) – Prudência é bíblica / Liberal / Oração / Fórum Político / Censo / Garotinho / Ibad – Jovem 2002. (Entrelinhas)

Liberal. Textos na Íntegra:

Com a política neoliberal que domina a nação, o Brasil tornou-se “perigoso”, não só para os que não têm poder econômico de barganha, mas também aos cristãos evangélicos. Alguns pontos do novo Código Civil, que deverá entrar em vigor a partir do próximo ano, sugerem endereço certo. Preocupado com o que poderá nos afetar, pastor José Wellington já pediu reuniões, por meio da Comissão Jurídica da CGADB, para que o assunto seja amplamente discutido. Na pauta está o casamento de pessoas do mesmo sexo, o desuso da palavra exclusão, direitos de grupos tidos como discriminados, como os homossexuais, e vai por aí assim.

Fórum político. Texto na Íntegra:

No dia 14, será realizado em Brasília o primeiro Fórum Nacional dos Políticos das ADs. O evento será no Auditório Nereu Ramos, no anexo 2 da Câmara dos Deputados, com início às 10h. Pela manhã, pastor José Wellington, líder da CGADB, estará trazendo a mensagem. À tarde, haverá palestras intercaladas por plenárias. Um dos palestrantes é o ministro do Superior Tribunal Militar, Aldo Fagundes, que abordará o tema *O evangélico e a ética na política*. Ao final, serão apresentados os candidatos apoiados para as eleições deste ano.

Garotinho. Texto na Íntegra:

Na última Ceader (RJ), Garotinho reconheceu suas chances como diminutas, mas disse que confia nas promessas do Senhor. E entusiasmou a platéia ao dizer que no dia de sua posse, se não houver pedestal para o microfone, alguém deverá segurá-lo porque em uma de suas mãos estará a Constituição brasileira e na outra a Bíblia Sagrada. Foi só glórias!

(jun. p. 7) – Convenções discutem eleições 2002: Reuniões convencionais definem apoio a candidatos evangélicos

Foto: A Convenção Geral das ADs no Rio Grande do Norte realizou uma de suas maiores assembleias gerais ordinárias no final do ano passado.

Resumo:

As Convenções regionais estão definindo nomes e discutindo a propostas dos candidatos dos seus Estados.

(jun., p. 15) – Integridade *versus* corrupção. Por Elienai Cabral. (Últimos Dias)

Resumo:

Para Cabral, “só os regenerados conseguem lutar contra a corrupção moral e espiritual, estigma do pecado de nossos primeiros pais, Adão e Eva”. Afirma, também, o articulista que o choque entre integridade e corrupção existe como uma forma de se fazer a distinção de valores. A corrupção está nos meios governamentais, nas instituições sociais e religiosas, nas relações sociais entre as pessoas, afirma o autor.

Na seqüência Cabral afirma que a “igreja de Cristo na Terra enfrenta hoje dois problemas principais. Esses dois problemas estão no âmago da vida da igreja. São eles o ministério e a autoridade” e complementa: “A igreja está perdendo seus referenciais, seus modelos”. Para o articulista, em Mateus 6.19-21,24, Jesus fez uma descrição sobre a

integridade: “Não junteis tesouras na terra, onde a traça e a ferrugem tudo consomem, e onde os ladrões minam e roubam...”

Mensageiro da Paz de Julho de 2002, Ano 71, n. 1.406

Manchete: Brasil se mobiliza na Semana Nacional de Oração.

Foto: Pastor José Wellington Bezerra da Costa, líder da Convenção Geral anuncia o apoio da AD ao presidenciável evangélico Anthony Garotinho. Foto de Sérgio Seiffert / Casa da Foto.

Resumo pelo MP:

A AD formalizou seu apoio ao candidato evangélico à Presidência da República, Anthony Garotinho. O anúncio foi oficializado pelo presidente da CGADB, pastor José Wellington Bezerra da Costa, em reunião organizada pela Comissão Política da Convenção Geral, dia 14 de junho, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília, durante o *1º Fórum Nacional dos Políticos das ADs — Cidadania AD/Brasil — A valorização do voto evangélico*. Segundo pastor José Wellington Bezerra da Costa, o aproveitamento da reunião foi excelente, em especial pela presença de líderes, políticos e candidatos da denominação. “Pelo sorriso e o semblante dos nossos irmãos nós compreendemos que esse projeto teve plena aceitação por parte de toda a nossa liderança. Agora vamos levar o projeto também para as igrejas”, afirmou o líder da CGADB. Pág. 3

Comentário sobre a foto:

Foto de 200 x 181 mm tomando quase toda capa do jornal, foca José Wellington em pé, e sentado, em segundo plano o candidato a presidência, Anthony Garotinho.

Chamada na capa: Carta rechaça apoio de FHC

(jul., p. 2) – O mundo presida da Verdade. (*Editorial*).

(jul., p. 2) – **Somos todos eleitores.** (*AD em pauta*)

Texto na Íntegra:

Em outubro, os brasileiros estarão nas cabines eleitorais cumprindo sua obrigação cívica. Diante dos projetos apresentados e que estão em discussão na Câmara Federal — como o da lei do aborto, da união civil entre pessoas do mesmo sexo, do uso das drogas, da prostituição e da liberdade desmedida a programas pornográficos na tevê —, sentindo a nossa responsabilidade como crentes em Jesus, nomeamos uma douta Comissão Política composta

por pastores com habilidade e conhecimento nessa área, para orientar nosso povo a vota com consciência e unidade.

Pretende-se eleger aqueles que foram selecionados pelas comissões estaduais e apoiados pela liderança e igrejas locais, para apresentar bons projetos, de interesse do povo. “Porás certamente sobre ti... aquele que o senhor teu Deus escolher. Porás uma dentre teus irmãos... não poderás pôr sobre ti um estrangeiro, homem que não seja de teus irmãos”. Dt 17.15. Por falta de uma representação forte, somos obrigados a aceitar a Aparecida todo ano no dia 12 de outubro, fruto da aprovação de uma lei inconstitucional, sectarista, antidemocrática, aprovada pela Câmara Federal.

No ano passado, o projeto de lei que visa a união civil entre pessoas do mesmo sexo voltou a ser discutido pelo plenário da câmara. Enviamos uma carta explicitando a posição da ADs e solicitamos a todos os deputados evangélicos que se pronunciassem contrários e retirassem da pauta de discussões esse projeto que fere os padrões morais da nossa sociedade e contraria a Palavra de Deus. Graças a Deus, nossa solicitação foi atendida. Porém recentemente, o nosso presidente voltou atrás e levantou a bandeira do movimento gay.

Assim no ano passado, fomos tomados de surpresa com o projeto de lei que obriga todas as igrejas a recolherem ao INSS 20% em cima do total da folha de pagamento dos obreiros. Se não fosse a vigilância dos nossos irmãos de Belo Horizonte, estaríamos todos penalizados. Se ela persistisse, seria uma bi-tributação. Foi gigantesca a nossa luta, mas graças a Deus conseguimos modificá-la.

Paira uma grande expectativa quanto à eleição dos próximos governadores, senadores, deputados federais e estaduais e do presidente. Quem serão os eleitos? Se elegermos uma forte representação tanto no Senado como na Câmara e nas assembleias legislativas, não importa o partido do novo presidente ou governador, eles nos enxergarão.

Não é meu desejo envolver a igreja com política, pois entendo que Igreja e política são como a água e o óleo, não se misturam. Todavia, assim como temos irmãos empresários, juízes, advogados e médicos, temos também muitos com aptidão para o exercício na administração pública. São crentes salvos, respeitáveis servos de Deus. Por que não elegê-los? Todos os grupos sociais se unem e elegem seus representantes.

Um crente político não pode ser igual àqueles que não conhecem a Jesus. É preciso ser diferente. A Bíblia registra a biografia de vários homens que foram usados pelo Senhor na política. Creio que chegou o momento de somarmos nossas forças e oferecermos ao Brasil

crentes salvos, capazes, honestos, com visão ungida por Deus e condições para mudar o Brasil.

(jul., p. 3) – Apoio a Garotinho agora é oficial: líderes de várias partes do país prestigiaram a reunião em Brasília. Por Antonio Mesquita, editor-chefe. (Destaque)

Foto 1: Pastor José Wellington anuncia apoio ao candidato evangélico, observado pelos pastores Ronaldo Fonseca e Lucifrancis Barbosa.

Foto 2: Garotinho elogia atuação assembleiana na sociedade e espera que a luz continue a brilhar em seu rumo à presidência.

Foto 3: O presidenciável escolhido, políticos e candidatos da AD posam para fotos.

Resumo:

No dia 14 de junho, em Brasília, a CGADB divulgou o nome de Garotinho como o candidato escolhido à presidência da República. Estiveram presentes ao evento dois representantes da Convenção Nacional das Assembléias de Deus — Conamad, conhecido como Ministério de Madureira.

Durante o evento foi apresentada a Carta de Brasília — Enxergando o Brasil do século 21. Trata-se de um documento de apresentação do projeto Cidadania AD/Brasil.

A carta é um documento que tenta mostrar a posição assembleiana diante da situação brasileira. Nela se justifica: “‘Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus’, a atuação da igreja ‘com vistas ao interesse público’, para o ‘bem comum e o desenvolvimento da cidadania e a plena realização da justiça’”.

Mostra ainda os disparates vividos no país por causa das injustiças sociais, além da corrupção na gestão pública, e busca a efetivação de valores sociais como a família.

A reportagem apresenta, ainda, as idéias do pastor Ronaldo Fonseca, presidente do Conselho Político Nacional, sobre igreja e política: “política não se faz na igreja, mas também não se faz sem estrutura”.

(jul., p. 6) – Malhar em ferro frio / Por isso não vai pra frente / Contra ou a favor? / Elad em Setembro / Livro histórico. (Entrelinhas)

Contra ou a favor? Texto na Íntegra:

Políticos são verdadeiros camaleões. Em abril, o pré-candidato do PSDB à presidência, o ex-ministro José Serra, que prega a continuidade do que está aí, ao ser sabatinado pela mesa diretora da e a Comissão Política da CGADB, depois de titubear, afirmou que é “pessoalmente” contra a união civil entre pessoas do mesmo sexo. No entanto,

quase um mês depois, ao receber uma visita de militantes gays, o presidente Fernando Henrique, do seu partido, afirmou seu apoio ao movimento e se disse a favor da união civil de homossexuais. Dá pra levar a sério?

(jul., p. 2 e 3, esp.) – Presidente da CGADB reprova apoio do FHC à união civil de homossexuais

Texto na Íntegra:

O presidente da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, José Wellington Bezerra da Costa, demonstrou indignação pela atitude do presidente Fernando Henrique Cardoso, que se comprometeu em apoiar a união de homossexuais, na apresentação do Programa Nacional de Direitos Humanos II, no dia 14 de maio. Posando com a bandeira do movimento gay, FHC disse que não vai medir esforços para combater a discriminação contra os homossexuais, e o próximo governo deverá seguir seu exemplo. Refutando a posição do presidente, pastor José Wellington enviou-lhe uma carta. “Oro a Deus para que tenha boa saúde e tudo lhe corra bem, assim como vai bem a sua alma, 3Jo 2.

Por causa da sua sensatez, e o seu alto espírito democrático, uso a liberdade com palavras sinceras, emanadas do coração de um admirador que vem apoiando seu governo desde o primeiro período.

Meu ilustre presidente, por muitas vezes tenho usado o púlpito de nossas Igrejas Assembléias de Deus em todo o território nacional para fazer comentários airosos das acertadas gestões do seu sábio governo. A sua pessoa, sua família, e os seu ministros são lembrados diariamente em nossas súplicas a Deus.

Compreendo o emaranhado de problemas que lhes cercam, as pressões de fortes grupos da nossa sociedade, os “amigos interesseiros”, aqueles que são sempre objeto das suas apreensões. Entendo também que o senhor é o presidente de todos nós brasileiros, e que precisa governar sobre os bons e maus. Porém, meu nobre presidente, V. Exa. Entristeceu uma grande parte dos seus fiéis eleitores, quando levantou a bandeira dos gays, dando-lhes apoio. Entendo que não havia necessidade daquele gesto público. Todos nós brasileiros admiramos o comportamento moral de sua pessoa, mas, ao apagar das luzes do seu tão abençoado governo, o senhor cedeu à pressão dessa ala tão mutilada da nossa sociedade.

Nós evangélicos, senhor presidente, amamos os “gays”, mas não concordamos com suas práticas pecaminosas, tampouco aceitamos aqueles que fazem apologia do homossexualismo. Não podemos aceitar a união conjugal de duas pessoas do mesmo sexo,

porque esta libertinagem desagrada a Deus que, no princípio, criou o homem e a mulher, “macho e fêmea os criou”. Esse distúrbio sexual e moral é fruto do pecado das pessoas sem Deus. Não sou médico, sou pastor, e como tal, amamos os pecadores, não amamos o pecado.

Meu respeitável presidente, sou um brasileiro que lhe acompanha desde sua primeira postulação a cargo público em nossa cidade de São Paulo, e desejaria que no término de seu governo pudesse fazer a oração do Salmo 121 que diz: “O Senhor abençoe a sua entrada e a sua saída”. Preocupa-me a posição do candidato do Governo, senador José Serra. Espero que ele não se envolva publicamente com essa casta, a fim de não dificultar o voto dos evangélicos de nosso país.

Espero que V. Exa. nos suporte. Mesmo tristes continuamos pedindo a Deus que permaneça com suas santas mãos estendidas sobre sua vida, sua família e direção”.

(ago., p. 6) – Política e Religião (*Cartas dos Leitores*)

Texto na Íntegra:

Acompanhando o quadro político atual, deparei-me com a informação da coligação PL - PT. Como presidente de uma associação evangélica de nosso município, em termos de campanha política, essa união partidária me incomoda, porque uma parte dos evangélicos deixaria de apoiar Garotinho para se aliar a Lula. Por Walteir Gomes Aleixo, Mutum (MG).

(ago., p. 8) – Evangélicos se unem em apoio a Garotinho: Líderes de 50 denominações confirmam apoio ao candidato do PSB.

Foto: Pastor José Wellington, líder da CGADB, ora com lideranças evangélicas de todo o Brasil pelo candidato Anthony Garotinho na reunião em São Paulo. Foto da Folha Imagem (Publicada na Folha de São Paulo em 04/07/2002, p. A9).

De acordo com a reportagem, cerca de 90% das denominações evangélicas estão apoiando Garotinho à presidência da República. Estiveram presentes no almoço de apoio a candidatura de Garotinho mais de 200 pastores, 50 denominações evangélicas presentes confirmaram apoio. Esteve presente ao evento um representante da Convenção Nacional de Ministros das Assembléias de Deus no Brasil — Conamad.

A reportagem afirma que Madureira mudou de lado. Estava apoiando Serra, mas agora decidiu seguir a mesma orientação da CGADB e apoiar Garotinho. Outra afirmação na finalização da matéria dá conta que o deputado federal Vanderval (PL-SP) falando em nome de Edir Macedo, confirmou apoio a Garotinho.

(ago., p. 15) – A relação entre Igreja e Estado. Por Elienai Cabral. (*Últimos Dias*)

Resumo:

Para o pastor Elienai Cabral “o Brasil está sofrendo uma efervescência política em todos os segmentos da sociedade, especialmente na igreja evangélica, incluindo a Assembléia de Deus”. O pastor analisa que existe um problema entre Igreja e Estado e este vem desde o nascimento do cristianismo. Cabral alerta que “o momento político de nosso país requer da liderança evangélica, especialmente da Assembléia de Deus, uma postura equilibrada e moderada face às ofertas politiquieras comprometedoras. A igreja evangélica não deve omitir-se desse momento político de eleições, mas deve fazer-se valer pelo seu papel moral no seio da sociedade brasileira”.

Cabral faz uma distinção entre submeter-se às autoridades e acomodar-se às suas corrupções e desvios políticos e afirma: “a Igreja não deve ameaçar o Estado, mas deve prescindir dele”. A igreja, para o pastor, precisa impor seu papel para “desenvolver uma vida social e política capaz de influenciar o mundo que vivemos”. Afirma Cabral que a Igreja deve “indicar pessoas capazes de defenderem os valores mais sagrados da sociedade”:

A omissão da Igreja quanto à participação da vida política deixa vazios nossos parlamentos políticos do papel crítico, construtivo e sensibilizador da Igreja. Os regimes autoritários e os governos corruptos surgem pela falta do papel político da Igreja, que é comprometida com os ideais do Evangelho de Cristo.

(set., p. 2) – Eleição Histórica. (*Editorial*)

Resumo:

O editorial chama a atenção de que os evangélicos podem ter papel decisivo na definição das eleições de 2002. Aponta para a falta de conscientização de evangélicos que não reconhecem a força da união. E a união favoreceria a luta contra projetos que de “união civil entre homossexuais” que estão para ser votados no Congresso. Cita ainda o editor, a questão do aborto e das drogas. Ao reafirmar que o voto é pessoal, intransferível e secreto, o articulista em oposição lembra que “estamos em um país que acaba de oficializar o dia 28 de junho como o dia nacional do orgulho gay...” Termina o editorial com a pergunta: “Isso é muito ruim, não é?” e a fórmula apresentada é: “Pois saiba que você pode mudar isso”.

(set., p. 2) – Paz para o Brasil. Por José Wellington Bezerra da Costa. (*AD em pauta*).

Resumo:

Para José Wellington “política não é só corrupção, interesse próprio, enriquecimento ilícito, conchavos”. A política pode ser, segundo o artigo, “encarada como uma guerra” e uma guerra contra “os projetos de leis levianos, como o que propicia o casamento entre pessoas do mesmo sexo”.

(set., p. 4 e 5) – Evangélicos podem decidir eleições: líderes condenam apoio a aborto e à união civil de homossexuais. (Matéria de Capa)

Foto 1: Garotinho é o único candidato contra a legalização do aborto e união homossexual.

Foto 2: O candidato Ciro Gomes não esconde sua posição: “O aborto deve deixar de ser crime”.

Foto 3: O candidato do PT apóia o aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo.

Foto 4: José Serra disse apenas ser “pessoalmente” contra a união civil de homossexuais.

Foto 5: Anthony Garotinho, candidato à Presidência da República apoiado pela CGADB, ladeado por pastor José Wellington Bezerra da Costa e esposa, irmã Wanda Freire, e candidatas.

Resumo:

A reportagem foca nos argumentos a favor de Garotinho como candidato escolhido pela CGADB para receber apoio. O Censo Demográfico de 2000, do IBGE, é citado para justificar a afirmação de que: “Os evangélicos no Brasil podem eleger o novo presidente da República”. Os dados da Tabulação do Censo mostram 26 de evangélicos no país.

A decisão da CGADB de apoiar garotinho está pautada basicamente no aborto e na união de pessoas do mesmo sexo. Afirma a matéria: “O PT e o aborto sempre andaram juntos. Em 1994, o PT propôs publicamente como programa de governo de Lula a legalização do aborto e do casamento de homossexuais”. Conclui a reportagem:

Na sabatina da CGADB em junho, em Brasília, apenas o candidato Anthony Garotinho se posicionou claramente contra a legalização do aborto e da união civil de pessoas do mesmo sexo. Garotinho, como os demais sabatinados, também foi perguntado sobre seu plano de governo, que agradou os pastores. Após ouvir os candidatos, a CGADB aprovou as propostas de Garotinho. “Usamos de equidade, do ponto de vista cristão, para escolher o

candidato”, observou pastor Paulo Freire¹⁰⁴, membro da Comissão. “O fórum foi um marco para nossa denominação, ressalta pastor Ronaldo Fonseca, líder da Comissão”.

(set., p. 6) – Águas e ameaças / Cochilo em Brasília / Deus de vidro / Vale tudo?
(Entrelinhas)

Cochilo em Brasília. Texto na Íntegra:

Não sabemos se foi por causa do corre-corre das eleições deste ano, que está deixando o Senado e a Câmara com pouco quorum, mas o fato é que nossos representantes políticos acabaram cochilando e a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou mês passado um projeto de lei que institui o dia 28 de junho como o dia nacional do orgulho gay e da consciência homossexual. A presidente da comissão, deputada Esther Grossi (PT-RS), chegou até a afirmar que o projeto representa “um salto no respeito ao ser humano, na diversidade e na criatividade”. A Palavra de Deus diz exatamente o contrário. Ela afirma que tais projetos só corroboram a degeneração do ser humano afastado de Deus (RM 1.25-32). Infelizmente, “conhecendo eles a sentença de Deus, de que são passíveis de morte os que tais coisas praticam, não somente as fazem, mas também aprovam os que assim procedem” , Rm 1.32.

Vale tudo. Texto na Íntegra:

Como de costume, na busca de votos, muitos candidatos estão quebrando seus próprios princípios e se aliando a antigos desafetos, muitos destes políticos cujas ideologias se chocam frontalmente com a de seus novos aliados. Em nome de uma unidade pelo Brasil, alianças, antes absolutamente improváveis, são feitas. Ora, se no final das contas o resultado fosse benéfico para o país, poderia até se aceitar essa condescendência. O problema é que a História, principalmente no Brasil, já provou o contrário. Velhos inimigos se unem para ajudar um ao outro nas eleições. Terminado o pleito, nunca mais são vistos os bons resultados dessas uniões, isso quando esses políticos não se tornam novamente inimigos. O único benefício e eleitoreiro.

(set., p. 6) – Eleições. (Cartas)

Texto na Íntegra:

¹⁰⁴ Paulo Roberto Freire Costa é vice-presidente do Conselho Político Nacional, presidente do Conselho de Doutrina da CGADB, líder da AD em Campinas e filho do pastor José Wellington.

Gostei da edição 1.406 do MP (julho, 2002), especialmente da notícia de que o presidente da CGADB, pastor José Wellington, declarou o apoio da igreja à candidatura de Garotinho à Presidência da República. Por Jorge Paulo Alves, via e-mail.

(set., p. 8) AD em Campinas investe na área social: Pastor Paulo Freire Costa recebe título de cidadão campineiro

Fotos: O templo da AD em Campinas ficou repleto durante a cerimônia de entrega do título a pastor Paulo Freire, líder da igreja.

Resumo:

A ênfase da notícia está nas ações que a AD em Campinas vem realizando e no título que o Pastor Paulo Roberto Freire da Costa recebeu. “A assistência social da igreja beneficia diretamente a sociedade de Campinas com a realização de palestras, doações de cestas básicas e atendimento psicológicos de qualidade”.

Para entrega do título de Cidadão Campineiro à Paulo Freire da Costa, “a Câmara Municipal instalou a sessão solene no templo-central da AD em Campinas, durante a reunião de obreiros realizada mensalmente”. O autor do projeto de concessão do título foi o vereador Antonio Flores.

(set., p. 9) – Encontro reúne 20 mil em SP: Círculo de Oração em Belenzinho realiza seu 21º encontro.

Fotos: Irmã Wanda Freire esteve à frente das reuniões; pastor José Wellington, líder da AD no Belenzinho, foi um dos preletores do evento, que atraiu 20 mil.

(out., p. 7) – A Comissão Política da CGADB, com a participação das comissões e convenções estaduais, recomenda os seguintes nomes para as eleições de 2002

Comentário:

É apresentada uma tabela com os nomes para deputado estadual, federal e senador, indicados pela Comissão de Política da CGADB. Basicamente a mesma apresentada no MP de setembro. A diferença fica por conta de algumas correções no número de candidatos e o acréscimo das fotos de alguns selecionados.

Mensageiro da Paz de Novembro de 2002, Ano 71, n. 1.410

Manchete: “Anjos” ameaçam igrejas.

Foto: A nova onda está ganhando terreno nas igrejas evangélicas é a angelolatria, o culto aos anjos, que está se tornando comum em algumas igrejas latinas, brasileiras e nos Estados Unidos. Líderes e teólogos da Assembléia de Deus alertam as igrejas brasileiras quanto ao perigo desse novo modismo. Pastor José Wellington, líder da CGADB, demonstra sua preocupação e conclama os obreiros brasileiros a combater os exageros e ventos de doutrina. “Essas práticas se aproximam do espiritismo e do ocultismo. Precisamos bater forte nisso para evitar que essas coisas cheguem às nossas igrejas”, enfatizou.

Reportagem de Capa: Bancada Evangélica

Foram eleitos 55 deputados federais evangélicos no pleito de outubro, mais cinco primeiros suplentes, o que representa 13% da Câmara dos Deputados, uma bancada maior do que a de 15 dos 19 partidos que a compõem. Só a AD elegeu 15 deputados federais e 21 deputados estaduais. Incluindo os candidatos não evangélicos apoiados pelas igrejas, essa bancada seria a segunda maior de Brasília, com mais de 70 cadeiras. Pág 7.

(nov., p. 3) – SP reúne líderes da América Latina: Com 3,6 mil obreiros AD em Belenzinho realiza sua maior Escola Bíblica. Por Antonio Mesquita, editor-chefe

Fotos 1 e 2: Pastor José Wellington – irmã Wanda adentraram o templo onde foram recebidos por líderes de todo o Brasil (ao lado), para a comemoração do aniversário do líder assembleiano.

Foto 3: Pastor Satírio ao lado de pastor José Wellington Jr.

Foto 4: Pastor Enrique Walter ministra ensino aos obreiros, com intérprete.

Foto 5: Pastor José Wellington durante preleção em que exorta à busca da excelência da graça divina.

Resumo:

A matéria foca a 56ª Escola Bíblica de obreiros que ocorreu entre os dias 23 de setembro e 7 de outubro. Do dia 8 a 12 de outubro, na sequência, teve início o Curso de Aperfeiçoamento de Professores de Escola Dominical. No dia 12 de outubro comemorou-se, também, o aniversário do pastor José Wellington.

(nov., p. 7) – Evangélicos têm a quinta maior bancada: Assembléias de Deus elege 15 deputados federais e 21 estaduais.

Foto: Ao todo 55 deputados federais evangélicos compõem a bancada em Brasília a partir de 2003, o que representa 11% da Câmara.

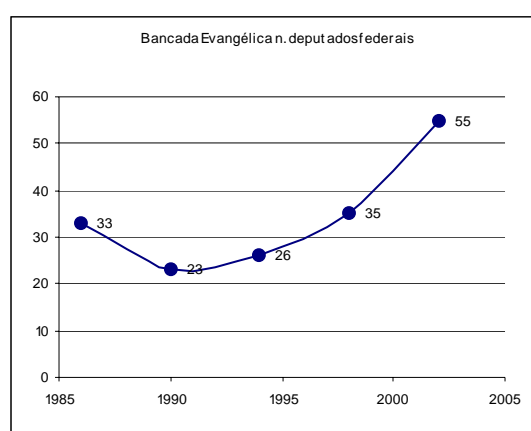
Resumo:

Segundo a reportagem, “os evangélicos mostraram sua força”. Foram eleitos 55 deputados federais, ou seja, 11% da Câmara. Uma bancada que ultrapassa 15 dos 19 partidos representados na Câmara.

Para o Senado foram eleitos: Magno Malta (ES), Marcelo Crivella (RJ), Marina Silva (AC), e Paulo Otávio (DF). Conclui o repórter que “a evolução da participação política dos evangélicos é extraordinária”.

Quadro II: Ano Eleitoral e número de Deputados Federais Evangélicos.

Ano Eleitoral	Bancada Evangélica n. deputados federais
1986	33
1990	23
1994	26
1998	35
2002	55



Fonte: Mensageiro da Paz de Novembro de 2002, Ano 71, n. 1410, p. 7

(nov., p. 9) – Bahia comemora feriado evangélico: Municípios baianos investem na divulgação da cultura protestante.

Resumo:

Nos municípios de Água Fria, Pé da Serra e Conceição do Coité, na Bahia, dia 23 de setembro é feriado evangélico.

O católico romano Wellington Passo, prefeito de Coité, afirma que a Semana dignifica a cidade. “Ela homenageia um grupo ordeiro, que contribui com o poder público, lutando contra a violência e as drogas, além de transmitir mensagens de paz. A prefeitura se empenha em colaborar na realização do evento, porque esta é a única festividade na cidade em que não há desordem, mesmo contando com a presença de milhares de pessoas, inclusive de outras cidades”, declara.

Mensageiro da Paz de Novembro de 2002, Ano 71, n. 1.410, Encarte Especial

Manchete: O que muda nas igrejas com o novo Código Civil.

(nov., p. 2, esp.) – Texto no novo Código Civil sobre o regime jurídico das associações.

(nov., p. 3, esp.) – Juristas da AD discutem nova legislação: Opiniões variam, mas maioria não acredita em mudanças radicais.

Foto: Desembargador Júlio Aires – “Ao elaborar seus estatutos, as igrejas, devem fazê-lo nos moldes do artigo 54 do novo Código Civil, que não tem correspondente no Código vigente. Nesse ponto, vejo algo novo. Merece destaque aqui os requisitos para admissão e exclusão de associados, que são os membros; a especificação de direitos e deveres dos associados; e a clarificação das fontes de recursos para sua manutenção.

Foto 2: Juiz Abner Apolinário – Os delitos espirituais devem receber reprimenda ou sanção na esfera da igreja, despartada do poder temporal. Se na administração da sanção for atingida a dignidade, poderá se fazer o reparo pelos meios jurídico-processuais. A excomunhão, na nova lei, torna-se inexecutável. O disciplinamento da exclusão dos membros no novo Código dever ser rechaçado, por ser inconstitucional.

(dez., p. 6) – Eleições. (Cartas)

Texto na Íntegra:

Gostei muito da cobertura que o MP deu às eleições deste ano. Graças ao Senhor, já temos um bom número de homens de Deus participando efetivamente dos destinos do nosso país. Gesimar Teixeira Lima, Goiânia, GO.

(dez., p. 8) – Potiguares têm vice-governador da AD: CGADB confirma 21 deputados federais e 29 estaduais eleitos pela AD

Foto: O vice-governador do Rio Grande do Norte, Antônio Jácome, da AD em Natal, que ser uma benção para o Estado e representante digno dos evangélicos potiguares.

Resumo:

A reportagem apresenta os dados “atualizados e definitivos da comissão política da CGADB” sobre os assembleianos eleitos em 2002. São 21 deputados federais, 29 estaduais e um vice-governador.

(dez., p. 15) – Abismo entre nações. Por Aías Franco e Edson d’Avila

Resumo:

Os articulistas apresentam um histórico da dívida externa brasileira a partir da família real de Dom João VI. Traçam o crescimento da dívida até chegar nos dias atuais. O artigo conclui que se mantidas todas as variáveis que interferem na quitação da dívida, ela é impagável. Os mecanismos que mantêm reféns os países em desenvolvimento concentram riqueza no Primeiro Mundo e distribuem miséria para o Terceiro. Há uma crise de dimensões planetárias e uma das componentes dessa crise é o capital financeiro.

Quadro III: Deputado Federal, Estadual da Assembléia de Deus, Nome Civil, Partido, Avaliação quanto a atuação parlamentar, Legislaturas.

Deputado	Partido	Atuação	Legislaturas
Neuton Lima	PFL-SP	Muito atuante	99/03 03/07
Philemon Rodrigues	PL-MG	Muito atuante	91/95 95/99 99/03 03/07
Salatiel Souza Carvalho	PMDB-PE	Muito atuante	87/91 91/95 95/99 99/03 03/07
Antonio da Conceição Costa Ferreira	PFL-MA	Atuante	87/91 91/95 95/99 99/03 03/07
José Aleksandro da Silva	PFL-AC	Atuante	99/03 (suplente)
Renildo Leal Santos	PTB-PA	Atuante	99/03 (eleito pelo PMDB por média)
Agnaldo Muniz	PPS-RO	Atuante	99/03 03/07 – atualmente no PP
Carlos Alberto de Sousa Rosado (Betinho Rosado)	PFL-RN	Atuação Fraca	95/99 99/03 03/07
Silas Câmara	PTB-AM	Atuação Fraca	99/03 03/07
Raimundo José Pereira dos Santos	PFL-PA	Atuação Fraca	95/99 99/03 03/07
Matusael do Nascimento (Mattos Nascimento)	PL-RJ	Muito Fraca	99/03 – eleito pelo PSDB por média ???
Milton João Soares Barbosa	PFL-BA	Não avaliado	87/91 91/95 95/99 99/03 03/07 – Em 1998 eleito como Suplente. Em 2002 eleito por média. Atualmente no PSC
Amarildo Martins da Silva	PPB-TO	Não avaliado	99/03 03/07
Antônio Jácome de Lima Júnior	PSB-RN	XX	Deputado Estadual - 99/03 – eleito por média
Nilton Balbino (Nilton Capixaba)	PTB-RO	XX	99/03 03/07

- Fonte:** 1) Folha de São Paulo, 22-03-2001, Caderno Especial
 2) Câmara dos Vereadores. Endereço Eletrônico: <http://www.camara.gov.br/Internet/Deputado/>
 3) Tribunal Superior Eleitoral. Endereço Eletrônico: <http://www.tse.gov.br/>.
 4) Mensageiro da Paz de 16 a 30 de abril de 2001, p. 12.

Quadro IV: Candidatos a Deputado Federal e Estadual indicados pela CGADB e os resultados eleitorais de 2002.

UF	Deputado Estadual	Voto Nominal	Deputado Federal	Voto Nominal
AC	Helder Costa Paiva (PSDB)	Elei. = 3250	Jonas Francisco da Costa (PSB)	Não E. = 7.317
AL	José Cavalcante (PSB)	Supl. = 15.702	x	X
AP	Benedito Rodrigues (PSC) Valmiro de Ubaiara Tavares (PSC) Cleuzian da Silva Oliveira (PSC) Eliá Conrado de Araújo (PSC)	Supl. = 356 Supl. = 1.202 Supl. = 131 Supl. = 1.620	Valdenor Guedes Soares (PPB)	Supl. = 6.653
AM	Francisco Souza (PTB) José Vanderlei Dallas Reis Dias (PMDB)	Elei. = 24.424 Elei. = 18.710	Silas Câmara (PTB)	Elei.M. = 71.578
BA	Carlos Ubaldino de Santana (PPB) Eliel Lima Santana (PSB)	Supl. = 27.382 Elei. = 45.174	Milton João Soares Barbosa (PFL)	Elei.M. = 47.661
CE	Gumercindo Tourinho Filho (PSB) Jaziel Pereira de Sousa (PL)	Supl. = 12.987 Elei. = 41.100	Pedro Ribeiro Filho (PL)	Elei.M. = 51.278
DF	Rubens Tavares e Sousa (PPB) Peniel Pacheco (PSB) Carlos Pereira Xavier (PSD) Nijed ?	Supl. = 2.681 Elei. = 6.114 Elei.M. = 7.804 ? = ?	Eliel de Sousa Mendes (PL)	Não Elei. = 8.263
ES	Reginaldo de Almeida (PPB)	Elei. = 21.653	Jair de Oliveira (PDT)	Supl. = 53.816
GO	x	x	Jedison Januário (PTB)	Não E. = 5.939
MA	Pedro Alves dos Santos (PSB) Telma Pinheiro Ribeiro (PFL)	Supl. = 13.948 Elei. = 33.641	Antonio da Conceição Costa Ferreira (PFL)	Elei.M. = 64.719
MT	Antônio Cardoso de Andrade Neto (PFL) Sebastião Machado Rezende (PTB)	Supl. = 12.925 Elei. = 17.610	José Domingos Magalhães (PMDB)	Supl. = 23.110
MS	Amilton Aparecido da Silva (PHS)	Supl. = 5.477	Elizabeth Felix da Silva Carvalho (PHS)	Supl. = 7.647
MG	Djalma Florêncio Diniz (PSDB)	Elei. = 72.831	Isaías Silvestre (PSB)	Elei. = 68.058

Fonte: MP, setembro de 2002, p. 5 e Tribunal Superior Eleitoral.

Quadro IV: Candidatos a Deputado Federal e Estadual indicados pela CGADB e os resultados eleitorais de 2002. (Continuação).

UF	Deputado Estadual	Voto Nominal	Deputado Federal	Voto Nominal
PA	Renildo Leal Santos (PTB) Maria Mirozan dos Santos (PSDB) Pio X Sampaio Leite (PTB) Eunice Gouveia Gomes (PSD)	Supl. = 9.058 Supl. = 7.362 Elei. = 22.726 Supl. = 10.837	José da Cruz Marinho (PDT) Raimundo José Pereira dos Santos (PL)	Elei. = 76.177 Elei. = 68.526
PB	Nivaldo Manoel de Souza (PL)	Supl. = 8.697	Philemon Rodrigues da Silva (PL) Edvan Carneiro da Silva (PL)	Elei.M. = 37.224 Supl. = 34.327
PR	Perci Fontoura (PPB) Wanderley Falavinha Iensen (PDT)	Supl. = 17.333 Elei. = 44.179	Hidekazu Takayama (PTB)	Elei. = 110.856
PE	Manoel Ferreira da Silva (PPB)	Elei. = 52.883	Salatiel Sousa Carvalho (PMDB) Francisco Olímpio da Silva (PSB)	Supl. = 39.296 Elei. = 57.544
PI	Elias Pereira Lopes (PPB)	Elei. = 20.195	Maria Cinelandia Barros Lopes (PPB)	Supl. = 19.526
RN	Francisco Cícero Miranda (PSB) Eliel Moreira da Silva (PDT)	Supl. = 11.810 Supl. = 3.208	José Segundo da Rocha (PMDB)	Supl. = 30.432
RS	Eliseu Felipe dos Santos (PTB) Edemar Vargas	Supl. = 37.643	Antônio Milton Córdias (PTB)	Supl. = 40.804
RJ	Aurélio Gonçalves Marques (PL) Washington Reis de Oliveira (PMDB) Otoni Moura de Paulo (PT do B) Paulo Cesar Lima da Silva (PFL) Aníbal Pereira Alves Carvalho (PL) David Cabral (PPB)	Elei. = 33.301 Elei. = 64.788 Supl. = 8.423 Supl. = 3.231 Supl. = 8.589 Supl. = 24.058	Lourival Machado (PMDB) Solange Veiga da Silva (PPB)	Supl. = 34.971 Supl. = 3.538

Fonte: MP, setembro de 2002, p. 5 e Tribunal Superior Eleitoral.

Quadro IV: Candidatos a Deputado Federal e Estadual indicados pela CGADB e os resultados eleitorais de 2002. (Continuação).

UF	Deputado Estadual	Voto Nominal	Deputado Federal	Voto Nominal
RO	Ted Wilson de Almeida Ferreira (PTB)	Supl. = 4.329	Agnaldo Muniz (PPS)	Elei.M. = 35.707
	Mauro de Carvalho (PPB)	Elei. = 10.336		
	Izaías Mattos (PPS)	Supl. = 2.048		
RR	Francisco Nazareno de Sousa (PPB)	Elei.M. = 1.878	Frankembergen Galvão da Costa (PPB)	Elei. = 9.198
SC	Ismael dos Santos (PSB)	Não E. = 59.566	Adelor Francisco Vieira (PMDB)	Elei. = 105.464
SP	Adilson Rossi (PTB)	Supl. = 60.019	Rubeneuton Oliveira Lima (PFL)	Elei. = 127.677
	Jesiel Padilha de Siqueira (PSB)	Supl. = 25.394	Paulo Alves Correa Junior (PDT)	Supl. = 62.501
	Marcelo Siqueira Bueno (PDT)	Elei. = 52.508		
SE	Antônio dos Santos (PDT)	Elei. = 15.431	José Cleonânicio da Fonseca (PPB)	Elei.M. = 41.075
TO	João Batista Mariano de Melo (PFL)	Elei. = 4.267	x	x
	José Neto Pajeú Resende (PSC)	Não E. = 3.286		

Fonte: MP, setembro de 2002, p. 5 e Tribunal Superior Eleitoral.

Quadro V: Candidatos ao Senado indicados pela CGADB e os resultados eleitorais de 2002.

UF	Senador	Votação
DF	Gedálias Neves da Costa (PL)	Não E. = 53.103
ES	Ricardo Rezende Ferraço (PPS)	Não E. = 58.2318
RO	Marluce - Valdir Raupp de Matos (PMDB) ?	Elei. = 210.413 ?
RR	Romero Jucá Filho (PSDB)	Elei. = 94.679

? verificar UF, nome do Candidato, e votação.

Fonte: MP, setembro de 2002, p. 5 e Tribunal Superior Eleitoral.